

Universidade Estadual de Campinas

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

***De rocinha aos enclaves:
figurações do rural em Vinhedo, SP***

André Pires

Tese de Doutorado em Ciências Sociais apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação do Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço

Este exemplar corresponde a versão final da tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 16 de agosto de 2004

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço (orientador)

Profa. Dra. Maria José Carneiro (CPDA/UFRRJ)

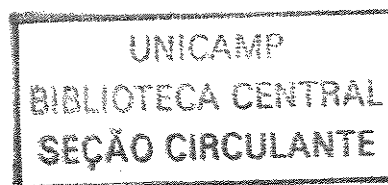
Prof. Dr. Mauro William Barbosa de Almeida (DA/IFCH/UNICAMP)

Profa. Dra. Emília Pietrafesa de Godoi (DA/IFCH/UNICAMP)

Profa. Dra. Vera Lúcia Graziano da Silva Rodrigues (DCS/PUCCAMP)

Campinas, SP.

Agosto/2004



UNIDADE	BC
Nº CHAMADA	P665d
V	EX
TOMBO BC/	61621
PROC.	16-86-05
C	☐
D	☒
PREÇO	11,00
DATA	03/12/05
Nº CPD	

Ficha catalográfica

Bibid: 340372

Pires, André

P665d

De rocinha aos enclaves: figurações do rural em Vinhedo, SP / André Pires. - - Campinas, SP : [s. n.], 2004.

Orientador: Fernando Antonio Lourenço.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Antropologia rural. 2. Sociologia rural. 3. Espaços urbanos.
4. Empregados domésticos. 5. Condomínio (Habitação) – Vinhedo (SP).
6. Classe média. I. Lourenço, Fernando Antonio.
- II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Resumo

Este tese visa compreender um processo de transformação social impulsionado pela conversão de áreas agrícolas para casas de moradia, ocorrido em Vinhedo, Estado de São Paulo. O resultado dessa transformação fez com que diferentes grupos sociais, a saber, os agricultores, caseiros e moradores de condomínios passassem a conviver e a disputar representações sobre esse espaço. A pesquisa demonstrou a possibilidade de existirem significados distintos sobre o rural e o urbano de acordo com a situação considerada. Em determinadas situações, a percepção sobre o que é rural está fortemente associada a um espaço físico determinado pela legislação. Por outro lado, há momentos em que a referência espacial cede lugar aos padrões de consumo e formas de sociabilidade como definidores do que é rural. Quando se consideram as relações sociais estabelecidas entre estes grupos, a pesquisa evidenciou uma relação de mão dupla estabelecida entre os agricultores e moradores de condomínio. De um lado, os moradores dos condomínios são diretamente responsáveis pelas transformações recentes que afetam negativamente os agricultores (aumento no preço da terra, por exemplo). Por outro lado, muitos agricultores beneficiam-se dos novos padrões de consumo dos moradores dos condomínios. Contudo, em relação aos caseiros foram observadas atitudes discriminatórias e práticas de segregação socioespacial.

1761050000

A pesquisa de que se originou esta tese foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) através do processo nº 99/05649-6.

Ofereço esta tese às minhas Marias:

Ana, Luíza e Gabriela

Sumário

Agradecimentos:	1
Introdução:	3
Capítulo 1	
<i>Ruralidade e Identidades Sociais</i>	13
Capítulo 2	
<i>De Rocinha a Vinhedo</i>	55
Capítulo 3	
<i>Enfim, o desenvolvimento</i>	89
Capítulo 4	
<i>A Festa da Uva de Vinhedo</i>	145
Capítulo 5	
<i>Estabelecidos e outsiders?</i>	181
Capítulo 6	
<i>Significações sobre o rural</i>	253
Conclusões	303
Referências Bibliográficas	307

Agradecimentos

Viva! Desculpe-me leitor por iniciar a tese desta forma. Foi inevitável.

Explico-me. Normalmente, a última coisa que se escreve são os agradecimentos. Assim, quis manifestar minha grande satisfação em finalizar um trabalho que envolveu tantos anos e preocupações da minha vida. Quem já escreveu uma tese sabe do gostinho especial que se tem quando se escrevem as últimas palavras, isto é, quando se chega aos agradecimentos. Depressão pós-tese? Que venha! Essa aí eu quero mais é experimentar.

Passemos, então, às gratidões. Em primeiríssimo lugar, Fernando Antonio Lourenço. Além de ter sido um grande incentivador do meu trabalho, Fernando é também um grande amigo. Recomendo, ativamente, sessões de orientação com este professor, pois, além da elevação espiritual costumeira que proporcionam, elas são um lenitivo para os males de qualquer mau-humor. Antonio Augusto Arantes introduziu-me ao fascinante mundo rural e por isso lhe sou muito grato. José Graziano da Silva abriu-me tantas portas que o mínimo que posso lhe dizer é um muitíssimo obrigado. Foi através dele que passei a fazer parte do projeto *Rurbano*, no qual me integrei para atuar junto ao subprojeto de Vinhedo coordenado por Vera Lúcia Rodrigues. Vera, rapidamente, tornou-se uma grande companheira de pesquisa, uma leitora atenta e comentadora de primeira hora dos meus textos. Ainda no âmbito do *Rurbano*, agradeço aos outros pesquisadores que fazem parte deste grupo, em especial Verena Sevá Nogueira com a qual tive a oportunidade de trabalhar em parceria. Graziano também viabilizou meu estágio de seis meses na Universidade da Califórnia, campus de Santa Cruz, em 2002. Durante este período, tive o privilégio de trabalhar com David Goodman e com outros pesquisadores desta Universidade. A generosidade com que David recebeu a mim e a minha família em Santa Cruz nos faz periodicamente lembrar os bons momentos que desfrutamos nos Estados Unidos.

Agradeço os comentários e as sugestões oferecidas por Mauro Almeida e Maria de Nazareth Wanderley durante o exame de qualificação.

Agradeço também aos meus informantes em Vinhedo.

Sou grato aos meus colegas do Centro de Estudos Rurais da Unicamp (CERES), especialmente àqueles que participaram de nosso grupo de estudos. Devo admitir que muitas idéias presentes nesse trabalho foram desenvolvidas durante o convívio estimulante

que mantive com todos. Lembro-me com muito carinho de nossos companheiros do Nordeste que, em idas e vindas, nos deixam muitas saudades. Dentre os “ceresnautas” da casa, agradeço especialmente a Augusto Postigo, Senilde de Alcântara Guanaes, Clarissa Magalhães, Fátima Arcanjo e Cristiano Ramalho. Sou grato à Emília Pietrafesa de Godoi pelo incondicional apoio que tive durante todo o período em que ela esteve na direção do Ceres.

Ao Geraldo Andrello e ao Osvaldo Lopez Ruiz devo um reconhecimento especial. Conheci-os no início do doutorado e, desde então, vimos desenvolvendo uma amizade fraterna e prazerosa. Com eles, dividi as angústias e as satisfações que envolvem a consecução de uma tese. Além disso, sou-lhes grato por suas sugestões sobre o texto que será apresentado. Paulo Fernando Erbolato merece também um destaque especial. Afinal foi ele quem me acolheu em seu escritório onde criei, junto com Geraldo Andrello, o departamento de Antropologia das *Organizações Paulão*. Com certa regularidade, transferíamos a sede do departamento para o Bar do Juninho, localizado a poucos metros do escritório, onde discutíamos as grandes questões nacionais e internacionais. Em suma, muita conversa-fiada.

Nada disso, entretanto, seria possível se não pudesse contar com o apoio da minha família. Minha mulher, Mariana, e minhas filhas, Maria Luíza e Maria Gabriela, sempre estiveram do meu lado e ofereceram a segurança necessária para meus momentos de tormenta. Meus pais, Octávio e Luzia; meus sogros, Antonio e Paulo; minhas sogras, Marília e Lú; meus irmãos, Tavinho, Pimpa e Beto; minhas sobrinhas, Talita e Karina, e minhas tias formam o núcleo duro familiar. Cada vez mais compreendo melhor a importância de vocês.

Por último, mas não por considerar menos importante, agradeço à Fapesp, pela bolsa de doutoramento concedida, e ao (à) parecerista anônimo(a) que influenciou decisivamente nos rumos desta investigação.

Introdução

Este trabalho se baseia em investigações realizadas no município de Vinhedo, estado de São Paulo, entre os anos de 1999 e 2004. Visa compreender um processo de transformação social impulsionado pela conversão de áreas agrícolas para casas de moradia, ocorrido nessa localidade. Em linhas gerais, o resultado dessa transformação, ainda que em curso, fez com que diferentes grupos sociais passassem a conviver e a disputar representações sobre esse espaço. Aos agricultores, os primeiros moradores, juntaram-se aqueles que vieram residir nos condomínios residenciais e também os que vieram atraídos pelas oportunidades de emprego, designados aqui como caseiros. O leitor perceberá que são estes três grupos sociais privilegiados nesta investigação.

Na organização deste trabalho, o primeiro capítulo oferece um panorama teórico que serve como pano de fundo para as transformações que serão discutidas nos capítulos seguintes. Em primeiro lugar, esta abordagem defende a chamada multidimensionalidade dos fenômenos sociais, isto é, que nossos objetos de estudos são múltiplos, complexos, variados, mas, muitas vezes, são forçosamente reduzidos a totalidades coerentes regidas por motivações específicas, seja de ordem econômica, política ou cultural. Isto se torna especialmente importante no campo dos estudos rurais, uma vez que é freqüente observamos a dimensão econômica tratada como a preponderante. Proponho um movimento no sentido de arrefecer as explicações predominantemente econômicas e considerar outros tipos de motivações, em especial aquelas relacionadas à cultura, nas formas de pensar e gerir o espaço rural. É importante considerar que crítica às explicações predominantemente econômicas não ocorreu de forma abrupta. O debate que procuro mapear

inicia-se num momento determinado, quando se propõe tratar o lado do consumo no espaço rural, e segue sua trajetória em direção ao entendimento do rural como construção social. O termo ruralidades, nesse sentido, marca o entendimento do rural não mais através de suas propriedades físicas, mas como forma de classificação social. Desse modo, devemos analisar como os atores sociais constroem marcações rurais e urbanas em situações específicas e como estas passam a ser utilizadas como recursos identitários na definição dos grupos e das demandas sociais. É preciso ter em mente, todavia, que a relação entre espaço e identidade social não envolve apenas o pertencimento a um único espaço, mas múltiplas identidades e múltiplos espaços que se combinam e se distanciam de acordo com situações específicas. Se aceitarmos que existe uma identidade dominante associada a um lugar, não significa dizer que exista apenas um grupo social ou apenas uma interpretação possível do mesmo. Considero, em suma, que existem múltiplos grupos sociais numa determinada formação socioespacial e que esses grupos, tal como demonstram os exemplos de Vinhedo, disputam e propõem interpretações diversas sobre este espaço.

O município de Vinhedo pode ser considerado um bom estudo de caso para pensar essas transformações porque sua trajetória segue a mudança de um espaço rural percebido como lugar de produção para um mais diversificado. No capítulo dois, apresento um breve relato da história de Vinhedo até o final da década de cinquenta. Pareceu-me útil considerar a história da cidade, pois através dela podemos perceber um projeto de desenvolvimento de Vinhedo, gestado sobretudo após sua emancipação político-administrativa, ocorrida na década de cinquenta. Esse projeto, em linhas gerais, defendia a transformação do perfil econômico do município, o qual deveria deixar de ser progressivamente dependente da agricultura e tornar-se mais industrializado. Consequências inevitáveis disso tudo seriam o acréscimo de novos moradores e a transformação da configuração socioespacial da cidade. Proponho nesse capítulo, portanto, uma sociogênese das transformações observadas recentemente.

Uma vez entendido que havia um projeto de desenvolvimento da cidade que

pressupunha a chegada de novos moradores e o distanciamento progressivo da dependência das atividades agrícolas, discuto, no capítulo três, alguns fatores importantes que nos ajudam a entender a conversão de áreas agrícolas para áreas de moradia na cidade. Considero a crise dos preços dos produtos agrícolas, as formas de transmissão do patrimônio e a atuação do poder público municipal como fatores que devem ser levados em conta quando se trata da mudança de áreas agrícolas para de moradia. Depois de destrinchar alguns desses fatores, parto para uma caracterização socioeconômica dos moradores que chegaram a Vinhedo a partir de 1995, utilizando dados do Censo 2000. Ao final desse capítulo, demonstro como as transformações socioespaciais ocorridas em Vinhedo nas últimas décadas foram percebidas de forma diversa pelos grupos considerados nesta investigação. Veremos, nesse sentido, que os agricultores caracterizam as transformações sob a perspectiva das referências espaciais. Os moradores de condomínio as percebem pela ótica das mudanças nos padrões de consumo. Já os caseiros as distinguem pela oferta dos serviços públicos.

No quarto capítulo, discuto a progressiva associação, promovida pela administração municipal, entre a cultura italiana e a Festa da Uva e a ruralidade resultante desse processo. A partir das transformações sociais, econômicas e culturais pelas quais o município passou desde sua emancipação, tratadas nos capítulos anteriores, irei propor que a Festa da Uva, especialmente a cerimônia de pisar uvas, pode ser lida como um processo de invenção de tradições. Por ter essa natureza, ele mantém uma relação muito viva com o presente, momento em que é formulado, e constitui-se como reação às transformações as quais a cidade vem enfrentando nos últimos anos. Como procurarei demonstrar, esse resgate do passado, de símbolos, de tradições tende a ser mais eficaz quando essas práticas têm um respaldo na história local. Nesse sentido, a comparação com a Festa da Uva de Louveira mostrou-se muito eficaz.

No quinto capítulo, procuro esmiuçar as relações sociais estabelecidas entre os

grupos considerados nesta pesquisa. Começo com as justificativas apresentadas pelos entrevistados para a sua chegada à região. Neste momento, perceberemos que as razões que levaram os grupos a se estabelecerem em Vinhedo, sobretudo em relação aos moradores mais recentes (caseiros e moradores de condomínio), não podem ser satisfatoriamente reduzidas por motivações utilitárias, tais como oferta de moradia, de empregos, rede de transporte, clima etc. Certamente estes fatores são importantes, mas veremos que não se trata somente disso. Em seguida, investigo as imagens acionadas pelos entrevistados no sentido de caracterizar os outros grupos examinados na pesquisa. As entrevistas e as observações realizadas mostraram uma afinidade entre o grupo dos agricultores e o dos moradores dos condomínios. No decorrer desse capítulo, serão analisadas as razões que autorizam essa aproximação. Por outro lado, expressões com conteúdo discriminatório foram encontradas nas falas dos agricultores e de alguns moradores de condomínio para designar o grupo dos caseiros. No final do capítulo, procuro refletir sobre algumas consequências dessas marcações sociais, notadamente, formas de exclusão socioespacial praticadas na localidade de pesquisa.

O sexto e derradeiro capítulo trata das significações sobre o rural a partir do ponto de vista dos grupos pesquisados. Será visto que, dependendo da situação considerada, os grupos acionam determinadas marcações sociais que lhes permitem caracterizar o lugar onde vivem como rural ou não. Para os agricultores cujas propriedades localizam-se em área urbanas, há uma demanda para ser rural, ou seja, o rural aparece nesse contexto associado a um espaço físico e ter uma propriedade enquadrada numa situação (urbana/rural) traz consequências práticas na vida desses moradores. Em outras situações, o rural deixa de estar associado a um espaço físico determinado e relaciona-se a um estilo de vida. Em relação aos moradores dos condomínios investigados, veremos que sua concepção de rural envolve, em muitos casos, um padrão estético valorizado por esse grupo. A existência do asfalto, nessa situação, torna-se particularmente importante. Ademais,

veremos como, dentro desse grupo, coexistem diferentes percepções que muitas vezes estão em disputa.

Ao final, sintetizarei minhas reflexões desenvolvidas ao longo dos seis capítulos em minha Conclusão.

Notas sobre os métodos e as técnicas utilizadas na pesquisa

"Sem o uso das palavras como instrumento de pesquisa, os números ficam mudos" (Elias e Scotson, 2000:59).

Este trabalho baseia-se, fundamentalmente, em entrevistas com informantes selecionados, na observação participante de alguns eventos, na leitura de textos de cientistas sociais e em algumas fontes secundárias de dados.

Mesmo circunscrito a um único município, a investigação apresentou desde o início algumas dificuldades. A principal delas foi localizar e identificar os informantes da pesquisa. Neste momento, peço licença ao leitor para utilizar uma metáfora: no começo da investigação, o pesquisador se parece mais com um pescador que não sabe direito qual o peixe que será pescado. Para isso, lança ao rio uma rede com uma distância mínima entre os nós. Afinal, qualquer peixe será bem-vindo. Guardadas as devidas proporções, foi isso que fiz numa primeira fase.

Estava claro para mim que deveria realizar entrevistas com agricultores e com caseiros da região de Vinhedo. Estes eram os grupos que pareciam ser os mais afetados pelas transformações nas formas de pensar e gerir o espaço rural. Os primeiros, porque foram atingidos pelos processos de conversão de terras agrícolas para casa de moradia e

tiveram que se adaptar a uma situação de mudança. Os segundos, porque eram representantes de um novo tipo de ocupação rural não propriamente conectada com as atividades agrícolas. Assim, realizei uma primeira etapa da investigação na qual apliquei, em parceria com Verena Seva Nogueira, um questionário junto a trinta agricultores(as) que, em maio de 2000, estavam vinculados à Associação dos Produtores Rurais de Louveira, Vinhedo e região. Em maio de 2001, podendo já contar com a valiosa contribuição de Vera Lúcia Rodrigues, aplicamos o mesmo questionário – com algumas pequenas alterações – junto a trinta e cinco caseiros(as) que trabalhavam no bairro do Pinheirinho e no condomínio Chácaras do Lago. Em 2002, sob os auspícios do Projeto de pesquisa Rurbano, aplicamos mais cinquenta questionários junto a agricultores(as) e a caseiros(as) de várias localidades da cidade.

A partir da análise dos resultados dos questionários, compreendi que não poderia planejar um trabalho que dependesse exclusivamente dos dados quantitativos. Entretanto, foi a partir desses dados que pude traçar um panorama geral desses grupos, o que me possibilitou delinear os informantes privilegiados. Já era um pescador que tinha uma noção mais exata do que fazer. O trabalho de campo, nesse momento, envolveu um conjunto de entrevistas semi-diretivas com oito agricultores e cinco caseiros dos condomínios Chácaras do Lago e Santa Fé. Estes condomínios foram selecionados porque são tidos como os mais "rurais" de Vinhedo pela sua localização e pelo tamanho dos lotes.

A esta altura, é preciso salientar que havia decidido incorporar os moradores dos condomínios residenciais na pesquisa. Parecia-me insuficiente uma análise que não levasse em conta as opiniões de um grupo diretamente envolvido nessas transformações. Afinal, são eles também que adquiriram propriedades que outrora foram locais de produção agropecuária. Além disso, são esses moradores que empregam os (as) caseiros(as). Em função da escassez de tempo, não empreendi junto a esse grupo as mesmas etapas descritas para os agricultores e caseiros. Decidi, operacionalmente, partir direto para as

entrevistas semi-diretivas, as quais foram realizadas junto a treze residentes dos condomínios Chácaras do Lago e Santa Fé.

Devo advertir o leitor de que não tive a intenção de realizar uma amostra estatisticamente representativa da população pesquisada. Apesar disso, julgo que as informações apresentadas neste trabalho serão úteis para compreendermos as transformações sociais ocorridas nessa localidade. Como bem salientou Eric Wolf:

"Em última análise, em um estudo de campo, é possível vir a conhecer muito bem cerca de quinze pessoas, razoavelmente bem outras vinte e cinco e, talvez, uma centena o suficiente para saber seus nomes, onde moram e suas ligações com outras pessoas por parentesco ou matrimônio. (...) Dizem-me que um jornalista precisa de seis contatos bem informados para montar um quadro razoável dos acontecimentos. Eu dobraria este número para o antropólogo de campo" (Wolf, 2003:248).

Por último, mas não menos importante, as entrevistas transcritas vêm acompanhadas pelo nome, grupo ao qual pertence e idade do entrevistado. Quando julguei que as informações poderiam prejudicar o informante, omiti propositadamente seu nome e idade. Os trechos transcritos, ademais, preservam a forma oral.

Figura 1: Mapa do Brasil: destaque São Paulo

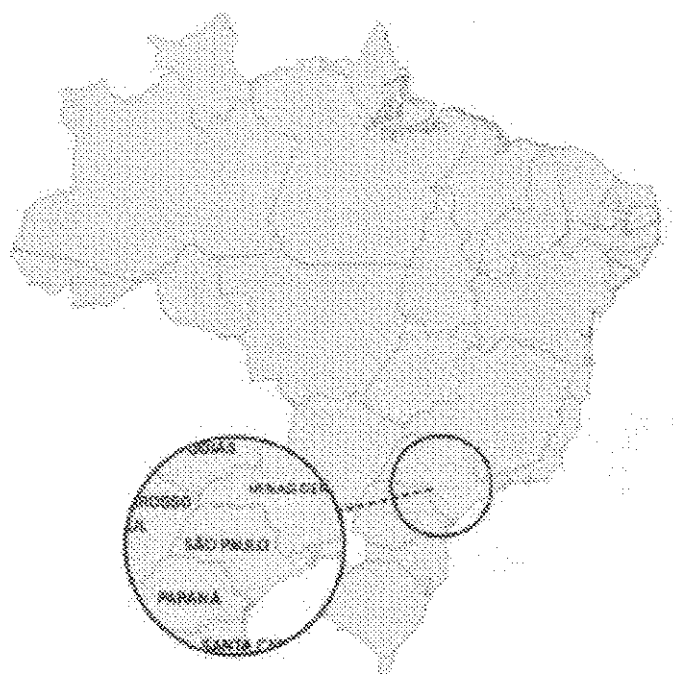


Figura2: Mapa de São Paulo: destaque Região Metropolitana de Campinas

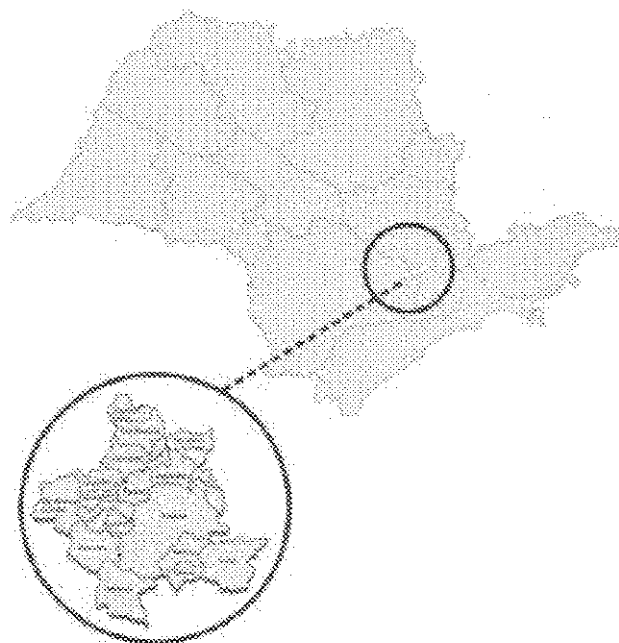
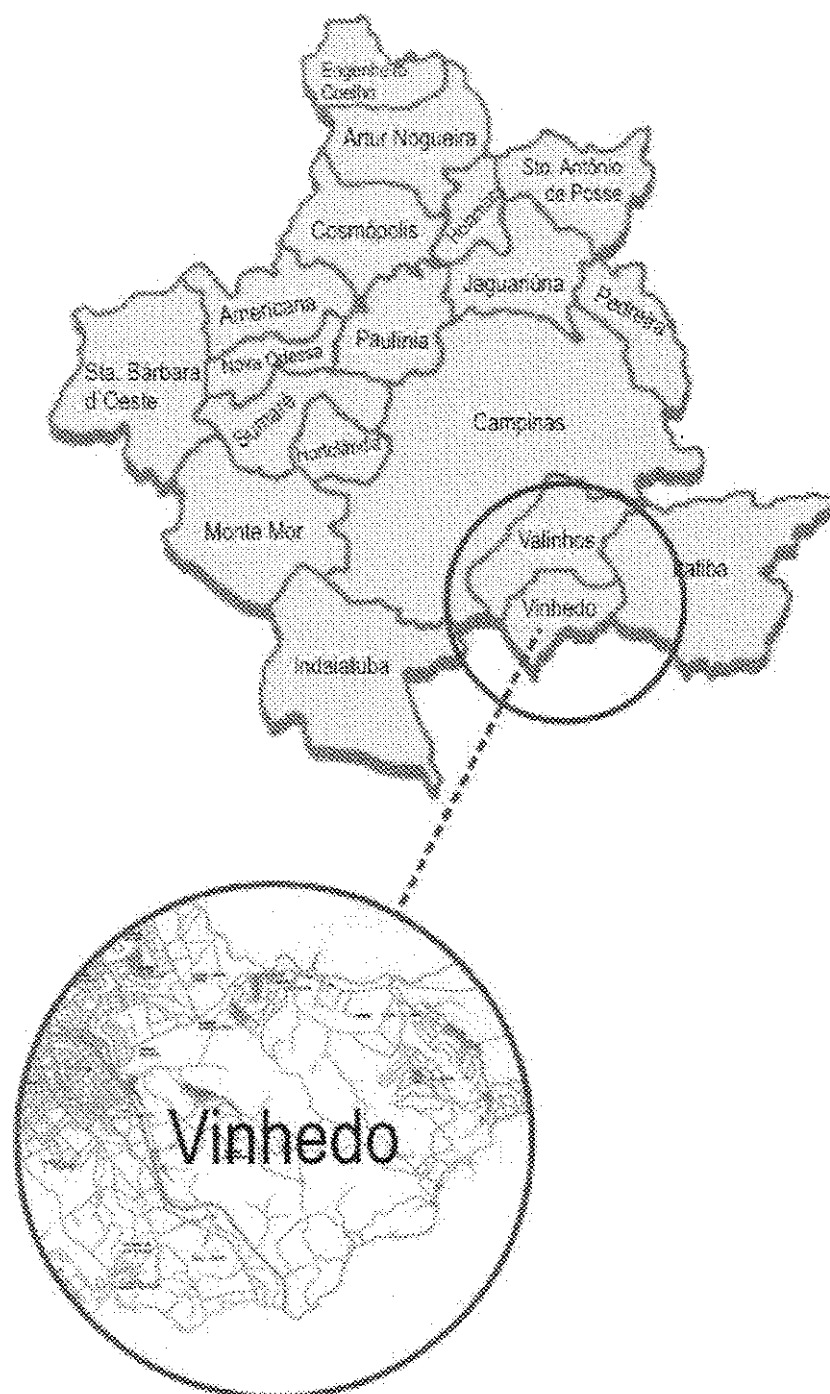


Figura 3: Mapa Região Metropolitana de Campinas: destaque Vinhedo¹



¹ De acordo com Lei Estadual, nº 870 de 19 de junho de 2000, são os seguintes municípios que compõem a Região Metropolitana de Campinas (RMC): Americana, Arthur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo. Em 2000, segundo dados do Censo, estes municípios tinham uma população de 2.338.148 habitantes.

Figura 4: Mapa do município de Vinhedo



Capítulo 1

Ruralidades e Identidades Sociais

Da produção ao consumo

"Foram nossas sociedades ocidentais que, muito recentemente, fizeram do homem um 'animal econômico'. Mas não somos todos seres desse gênero. (...) O homem foi durante muito tempo outra coisa, e não faz muito que ele é uma máquina complicada como uma máquina de calcular" (Mauss, 1974 [1923-24]:176-177).

A separação da vida social em esferas relativamente autônomas – tais como a economia, a política e a cultura – encontra-se tão profundamente arraigada no senso comum que muitas vezes nos esquecemos de que, longe de ser um atributo de todas as sociedades humanas, esta é uma construção ideológica específica e marcante das sociedades genericamente designadas como *ocidentais*.²

A pesquisa antropológica tem contribuído de forma marcante para mostrar – desde as primeiras décadas do século XX – que, longe de serem mais simples do que as sociedades que se desenvolveram no marco do modo de produção capitalista, as práticas sociais dos assim chamados “povos primitivos” são extremamente complexas. Um dos principais aspectos dessa “complexidade” decorre do entendimento de que as suas práticas e instituições apresentam de uma vez só, sentidos religiosos, políticos, morais e estéticos, entre outros. De fato, a pesquisa antropológica mostrou que, também no assim chamado

"mundo civilizado", a vida social se apresenta desse modo. Não existe, portanto, um fenômeno essencialmente econômico, político ou cultural; na realidade, eles se apresentam à experiência de forma multidimensional e cabe a nós, pesquisadores, estarmos atentos para este pressuposto quando desenvolvemos nosso ofício.

Considero importante iniciar este trabalho levando em conta este pressuposto, pois este será de grande valia à medida que avançarmos nosso argumento. Para sintetizar numa frase uma questão altamente complexa, diria que nossos objetos de estudo, isto é, as populações e as relações sociais que se desenvolvem num considerado espaço rural, são multidimensionais, complexas, multifacetadas, mas são, em regra, forçosamente reduzidas a totalidades coerentes regidas por motivações específicas – de ordem econômica, moral etc.

O objetivo deste capítulo é tratar sobre algumas significações que o termo rural adquiriu dentro de uma certa produção da Sociologia Rural. De forma bastante simplificada, diria que minha interpretação sinaliza para um movimento no sentido de levar em conta motivações não propriamente econômicas, especialmente aquelas relacionadas à cultura, nas formas de pensar e gerir o chamado espaço rural e suas populações. Esse movimento, ademais, fez com que se repensassem as categorias de entendimento, especialmente a rural, e se buscassem alternativas para dar conta da complexidade das práticas sociais observadas nesses ambientes. Na percuciente observação de Maria Isaura Pereira de Queiroz:

"O nível econômico, no entanto, é apenas um dos muitos critérios para classificar os indivíduos no espaço social, havendo inconveniente de o tomarmos como base exclusiva" (Queiroz, 1973:62–63).

² Sobre a questão das sociedades ocidentais como construção ideológica, ver também: ELIAS, 1994 [1939] e DUMONT, 1993 [1983].

Da produção à cultura: o rural para além da agricultura

Apesar de considerar um terreno bastante fértil, não tenho a pretensão de propor aqui, à maneira como já fizeram certos autores (Krippner, 2001, por exemplo), uma "*sociologia histórica da formação dos conceitos*" utilizados pela Sociologia Rural. Uma rápida incursão nesse terreno já seria suficiente para mostrar como termos, e conceitos a eles associados, tais como comunidade, camponês, rural e modernização, que há bem pouco tempo dominavam os estudos rurais, caíram em desuso e foram substituídos por outros como localidade, agricultor familiar, ruralidade e multifuncionalidade. Ao mesmo tempo, assistimos ao resgate de *antigos* termos tais como "*comunidade*" (Cf. Liepins, 2000) ou "*re-camponização*" (Cf. Van der Ploeg et al., 2000:403), no sentido de refletir sobre a realidade contemporânea.

De forma mais modesta, pretendo mostrar que o debate recente sobre aquilo que grosseiramente poderíamos qualificar de "novas significações do rural", e dos conceitos a ele associados, tais como multifuncionalidade ou ruralidades, pode ser historicamente delineado. Para traçar essa contextualização histórica, serão propostos alguns momentos que, *grosso modo*, podem ser postos numa sequência cronológica. É preciso advertir ao leitor que a contextualização doravante proposta está focalizada dentro de uma certa literatura (basicamente europeia e brasileira) e, portanto, qualquer tentativa de generalização para o terreno mais amplo da Sociologia Rural deve ser vista com bastante cautela. Não se trata, também, da única forma de pensar essas questões. Outras já foram propostas (Cf. Wanderley, 2000). Além disso, o debate intelectual, o qual pretendo apresentar, não transcorreu de forma tão linear tal como minha periodização sugere. Trata-

se, em suma, de uma separação para fins de exposição.

Origens: crise da agricultura

Convém retomar alguns aspectos da crise da agricultura dos anos 80 para mostrar que o debate sobre as transformações nas formas de gerir o espaço rural, dentro da literatura especializada, não surge num vazio. É plausível afirmar que esse debate nasce tendo como genitor as transformações pelas quais passaram as economias capitalistas a partir dos anos setenta e, de forma mais específica, seus efeitos dentro da agricultura. De acordo com a interpretação proposta por Terry Marsden e seus colaboradores (Marsden et al, 1993), o esgotamento do modelo econômico do pós-guerra, notadamente o declínio do modelo produtivista abriu as bases para pensar um espaço rural mais diversificado.³

Diversificação. Esta é a palavra de ordem quando estes autores procuram refletir sobre as transformações do espaço rural. É importante notar que essa diversificação é fundamentalmente percebida como o fim do monopólio dos agricultores sobre a gestão do espaço rural, já que outros atores, tais como novos moradores, incorporadores imobiliários, agentes ligados ao turismo, entre outros, passam a competir, em diferentes níveis, pelos destinos e pela gestão desse espaço. Antes, porém, de chegar a esse rural diversificado, vejamos como esses autores caracterizam essas transformações.

Do enfoque setorial ao territorial

Atualmente, parece-nos tão razoável tratar as áreas e as populações rurais tendo em vista a perspectiva territorial que muitas vezes esquecemos que nem sempre foi assim.⁴

³ O pós-guerra é entendido como o período após o final da II Guerra Mundial, isto é, depois de 1945.

⁴ Sobre os programas de desenvolvimento rural pautados pelo viés territorial, ver o projeto Leader (*Liasions entre actions de développement de l'économie rurale*), implantado na Europa a partir de 1991, o qual se tornou referência para os programas de desenvolvimento rural que optaram pela via territorial

Para que o enfoque territorial pudesse ser aceito como uma estratégia viável de desenvolvimento, foi preciso romper com o estreito vínculo entre meio rural e agricultura que, durante muito tempo, pautou as políticas públicas e as interpretações dos especialistas.

Sobre esse aspecto, muitos autores têm apontado momentos de desencontro entre as políticas públicas e as interpretações acadêmicas sobre o modo de vida das populações rurais (Martins, 2000; Veiga et al, 2001; Mormont, 1990; Saraceno, s/d; Marsden et al., 1993; Marsden & Murdoch, 1994, entre outros). Em linhas gerais, observa-se um esforço coletivo, impulsionado sobretudo nas últimas décadas, para mostrar que as populações que vivem nas chamadas áreas rurais são tão diversificadas – em termos de setores econômicos, composição social, acesso a bens e serviços, por exemplo – quanto a sua contraparte urbana. Dito de outro modo, foi preciso romper com a idéia de que o rural é setorial, isto é, sinônimo de atividades agrícolas, e de que os agricultores são os legítimos representantes e o alvo privilegiado das políticas e dos projetos de desenvolvimento rural.

O enfoque setorial, durante muito tempo marcou os programas de desenvolvimento para o meio rural. Em relação às políticas públicas, podemos dizer que o período que se estende do pós-guerra até meados da década de setenta é entendido como uma fase em que o rural era percebido quase que como um espaço de produção de alimentos e de fibras. Os agricultores, a partir de suas representações de classe tais como sindicatos, associações etc., eram tidos como os principais representantes e beneficiários dessas políticas. Tão arraigada era essa associação que, em muitos países, as políticas públicas para o meio rural eram pautadas quase que exclusivamente pelo viés agrícola.

A crise dos anos setenta não é somente uma crise específica da agricultura, mas uma crise que atinge a economia capitalista como um todo. O primeiro efeito importante para a agricultura foi o questionamento do chamado "*modelo de produção-consumo norte-americano*" como *modelo central de regulação nacional e internacional*" (Tubiana,

1985:106). Esse modelo produtivista, referência para grande parte dos programas de desenvolvimento rural, era baseado numa forte interferência do Estado, no sentido de garantir renda aos agricultores, seja via políticas de financiamento de preços, seja, externamente, através de políticas de subvenções às exportações. Tudo isso passou por uma espécie de revisão a partir dos anos setenta.⁵

A espécie de contrato tácito, descrito por José Eli da Veiga (1994) como forma de caracterizar o contexto norte-americano, no qual a sociedade como um todo, por intermédio de políticas públicas, arcava com os custos da produção e comercialização dos produtos agrícolas passou a ser questionada com a crise da agricultura. Embora estejamos tratando do contexto norte-americano, dada sua hegemonia no período do pós-guerra, não se trata de uma crise que atinge somente os Estados Unidos. Tanto a Europa como países do terceiro mundo foram afetados uma vez que já tinham absorvido os modos de produção e de consumo disseminados pelos Estados Unidos.

David Goodman e Michael Redclift chamaram atenção, acertadamente, para duas consequências importantes desta crise. Em primeiro lugar, vieram à tona vários problemas ambientais associados ao período de modernização agrícola. É preciso considerar que, nos anos 60, houve a difusão de parte dessas tecnologias para países do terceiro mundo – processo conhecido como Revolução Verde –, os quais assimilaram o modelo de produção agro-industrial dos países desenvolvidos. Dentre os vários problemas ambientais gerados por este tipo de modelo de produção, podemos citar a poluição dos recursos hídricos provocada pela utilização de pesticidas e herbicidas, a compactação de solos, a contaminação dos alimentos, entre outros.

⁵ De forma mais específica, a crise que atingiu a agricultura provocou uma fase de grande instabilidade dos preços dos produtos no mercado mundial, aumento das dificuldades em termos de promover acordos multilaterais e um período de intensificação da concorrência entre os mercados. Em termos dos preços agrícolas, a estabilidade observada entre os anos 50 até final dos 60 pode ser considerada muito mais uma exceção do que a regra (Cf. Tubiana, 1985 e Goodman e Redclift, 1989).

Em segundo lugar, os autores destacam uma espécie de crise de legitimação e de representação política entre as organizações de agricultores e o Estado. Até os anos setenta, as políticas públicas para o meio rural eram sinônimas de política setorial, isto é, os agricultores e suas respectivas associações eram os interlocutores privilegiados e os principais beneficiários das ações governamentais para o meio rural. A crise da agricultura fez com que essa maneira de conduzir as políticas públicas para o meio rural passasse a ser revista.

"A discussão está tomando uma outra dimensão. Não é simplesmente uma questão de quais os grupos de agricultores que representam os seus membros. A questão, agora, torna-se mais ampla e simples: o futuro da agricultura envolve escolhas para a sociedade como um todo. O debate não pode mais ser deixado somente nas mãos dos agricultores" (Goodman & Redclift, 1989:15).

Em grande parte como consequência dos problemas ambientais trazidos à tona por esse modelo de produção e consumo, caracterizado como "fordismo", os destinos e as políticas públicas para o espaço rural passaram a ser discutidos de forma mais ampla pela sociedade como um todo, não mais de forma exclusiva entre as associações de agricultores e o Estado. Novos atores entraram em cena. Organizações não governamentais, por exemplo, passaram a atuar como mediadores das políticas públicas, colocando outros interesses, como os ambientais, que passaram a competir com os produtivistas agrícolas. Da mesma maneira, novos moradores, incorporadores imobiliários e agentes interessados em promover o turismo, com demandas específicas, começaram também a disputar as formas de regulação desse espaço com os antigos agricultores. Como será visto na análise que se segue, a entrada de novos atores não significou, necessariamente, uma maior democratização nas tomadas de decisão em relação à gestão desse espaço. Incorporadores imobiliários, por exemplo, podem reproduzir as velhas práticas corporativistas em sua relação com o Estado tal como faziam parte dos agricultores. A esse respeito, veremos no capítulo três que as formas de regulamentação do solo, implementadas pela prefeitura, não

foram neutras, pois favoreceram determinados agentes interessados no desenvolvimento imobiliário de Vinhedo.

Com a crise do modelo produtivista, as áreas rurais passaram a ser vistas tanto como áreas de produção como também de consumo. Isso não significa que a diversificação das áreas rurais tenha surgido somente a partir da crise desse modelo, mas apenas que as atividades não agrícolas passaram a ter mais visibilidade e importância no terreno das políticas públicas.

Sobre esse aspecto, o fato das atividades primárias estarem mais presentes nas zonas rurais não significa que os outros dois setores – industrial e de serviço – estivessem ausentes desse espaço. Em sentido complementar, veremos no capítulo seis que José Eli da Veiga (Veiga et al, 2001) considera a associação entre espaço rural e um setor da economia uma ficção histórica.

No caso brasileiro, alguns municípios e regiões rurais há muito tempo desenvolvem-se tendo por base o setor terciário, especialmente aqueles cuja principal fonte de recursos é o turismo. Esse ramo pressupõe uma série de serviços, tais como hospedagem, restaurantes, passeios e outras atividades ligadas ao comércio que, em algumas cidades, são as principais fontes de renda para a administração e as populações locais.⁶

Uma outra função do espaço rural não propriamente conectada com as atividades agrícolas é a moradia. Não se trata aqui da moradia dos agricultores, pois esta é, em certo sentido, inerente a essas ocupações, mas da moradia temporária ou permanente de pessoas cujas atividades fazem parte de outros setores da economia. Refiro-me, especificamente, ao

⁶ Não podemos deixar de lembrar as influências do turismo na produção de certas manufaturas, tal como artesanato, e na produção de alimentos (geléias, compotas etc.) que são, em certas localidades, fontes de renda alternativas ao trabalho agrícola. Devemos considerar que as práticas relacionadas ao turismo, sobretudo aquelas observadas em Vinhedo, podem estar ou não relacionadas às atividades agrícolas. Neste município, desde o final da década de noventa, instalaram-se dois grandes parques temáticos – Hopi Hari e *Wet and Wild* – na cidade. Por outro lado, encontramos em alguns eventos, especialmente na Festa da Uva, iniciativas no sentido de promover o turismo rural, com visita às propriedades, colhe-e-pague de uva etc.

processo de conversão de terras agrícolas para áreas de residência em função da demanda de novos moradores, sobretudo os de origem urbana, que, aproveitando-se das facilidades do sistema de transporte, de serviços e da flexibilização do trabalho, passam a residir em áreas rurais em busca de uma certa qualidade de vida.

Nesse processo, características naturais de determinadas regiões – áreas de montanha, de mata, de águas etc. – e/ou proximidade de centros urbanos tornaram-se decisivos para que esses municípios atraíssem moradores. São, por exemplo, aposentados de origem urbana que decidem fugir das grandes cidades e instalam suas residências em áreas rurais, trabalhadores urbanos que têm casas ou chácaras de lazer, além dos migrantes pendulares – para utilizar uma expressão da demografia –, isto é, pessoas que residem em uma cidade e deslocam-se diariamente para trabalhar em outra. Veremos que o processo de conversão de áreas agrícolas para casas de moradia torna-se extremamente significativo na região de Vinhedo.

Se, por um lado, a presença de atividades ligadas aos setores secundário e terciário não é algo novo no meio rural – em alguns casos são atividades bastante antigas e profundamente atreladas à dinâmica local –, por outro, o esgotamento do modelo produtivista fez com que a pauta das políticas públicas para o rural fosse ampliada, incluindo atividades não agrícolas assim como a dimensão ambiental. O esgotamento desse modelo criou as bases para que se pensasse um espaço rural mais diversificado e promovesse, nas palavras de Elena Saraceno, *"políticas territoriais e não setoriais, dirigidas a toda população rural e não somente aos agricultores, diferenciadas segundo um conjunto de fatores e recursos disponíveis em cada área e, portanto, específicas para cada área"* (Saraceno, s/d:4). Propõe, portanto, esta autora que a heterogeneidade das áreas rurais deva ser reconhecida como um elemento positivo.

O rural como local de produção e consumo

"A era na qual as cidades esperavam somente que o seu entorno rural as suprisse com comida barata acabou. Hoje em dia, há novos desejos e expectativas" (Van der Ploeg et al., 2000:392).

Vimos que as transformações nas economias capitalistas a partir dos anos setenta *pari passu* a crise na agricultura foram fundamentais para entendermos as mudanças nas formas de gerir o espaço rural. A esse respeito, Marsden e seus colaboradores (Marsden et al, 1993) consideram que o desenvolvimento da economia capitalista (dirigindo-se para o modo de produção flexível) e as implicações que emergiram no período da crise da agricultura produziram transformações importantes no meio rural, seja no nível da produção seja no do consumo. No final da década de oitenta, Marsden, ao falar das alterações que afetaram a política agrária das principais sociedades contemporâneas, dizia que uma nova agenda de questões deveria ser considerada. Em primeiro lugar, dizia o autor, era preciso reconhecer a "*multi-dimensionalidade* das mudanças no rural" (Marsden, 1989:312).

Levar em conta a multi-dimensionalidade significa, por assim dizer, considerar que o rural não é mais o lugar privilegiado das atividades agrícolas. Embora elas ainda sejam importantes, a sociedade rural não pode mais ser considerada como sinônimo de uma sociedade setorial. A idéia da multi-dimensionalidade envolve a relação entre setores agrários e não agrários, o que implica uma mudança nas formas de análise e de políticas públicas que durante muito tempo foram desenvolvidas. Levar em conta, portanto, essa dupla função – produção/consumo – passa a ser fundamental para entender a dinâmica das áreas rurais contemporâneas.

O rural como produção

A associação do rural como local de produção, especialmente como produção de alimentos e fibras, não é algo novo. É importante frisar que esse tipo de atividade continua a desempenhar um papel primordial na dinâmica de muitas áreas e na geração de empregos para grande parte das populações rurais. Da mesma maneira, as políticas agrícolas ainda são, em muitos países, as principais formas de relação do Estado com essas populações.

No terreno da produção agrícola, as transformações sociais das últimas décadas, especialmente aquelas relacionadas a uma maior preocupação ambiental e aos cuidados com a saúde, juntamente com a propagação de novos estilos de vida e novas formas de consumo – muitas das quais permeadas por marcações de classe, gênero, idade e etnia –, fizeram com que o agrícola fosse muito além da comum associação que se faz entre ele e a produção de grãos e outras *commodities*. Dentre o conjunto de mudanças observadas, destacamos aquelas caracterizadas por alguns autores (Van der Ploeg et al, 2000) como a emergência de novas cadeias alimentares. Trata-se, *grosso modo*, da produção ou extração de certos produtos de alta qualidade e/ou da produção de produtos orgânicos destinados a nichos de mercado.

Mauro Del Grossi e José Graziano da Silva (Del Grossi & Graziano da Silva, 2002) chamam atenção para crescentes possibilidades de negócio abertas por essas novas cadeias alimentares. Para o caso brasileiro, os autores identificam alguns exemplos representativos dessas novas cadeias, tais como criação de aves nobres (avestruz, faisões, perdizes, codorna entre outros), de galinhas caipiras, produção de rãs, de outros animais para alimentação (camarão de água doce, capivaras, jacarés, javalis, escargots etc.). Fazem parte também dessas cadeias a produção orgânica de ervas aromáticas e medicinais assim como a produção de verduras e legumes, tanto orgânica como convencional, para um mercado consumidor disposto a pagar mais caro para adquirir um produto com essas

características.

Devemos notar que, em muitos casos, os produtores desses bens são pessoas de origem urbana que, com intuito de fugir das mazelas das cidades e/ou explorar as potencialidades desses nichos de mercados, dirigem-se às zonas rurais e iniciam novos negócios. Giuliani (1990) os caracterizou como neo-rurais e identificou no que define como neo-ruralismo, uma série de valores típicos do meio rural, tais como relações mais diretas com a natureza, relação menos rígida com a esfera do trabalho, auto-determinação do tempo etc., que passam a ser apropriados por esses novos moradores.

Em relação à produção industrial, vimos que a presença de indústrias em áreas rurais não pode ser vista como algo novo *per se*. Mas o progressivo desenvolvimento dos meios de comunicação e de flexibilização do trabalho, observado nos últimos tempos, tornou possível o deslocamento de muitas indústrias das cidades para ambientes rurais. A associação da indústria com a cidade, com efeito, não se deve a nenhum poder sobrenatural de atração desta última, mas ao fato de que as cidades, em geral, reúnem um maior agregado de mão de obra, meios de comunicação e outros serviços. Todavia, esse padrão passa por algumas transformações.

Elena Saraceno considera que as diferenciações espaciais em termos do binômio urbano-rural foram significativas até o momento em que os processos de urbanização e industrialização funcionaram de modo "clássico", isto é, enquanto os centros urbanos concentravam os principais recursos – mão-de-obra, comunicações, serviços entre outros – e mercados. A partir da segunda metade dos anos 60, entretanto, observa-se que esse tipo de polarização baseado em critérios de diferenciação espacial já não dava mais conta de explicar as dinâmicas em curso. Nas palavras da autora:

"No curso dos anos 80, verificou-se em muitas regiões, não apenas européias, uma inversão ou desaceleração dos fluxos migratórios tradicionais entre as zonas rurais e urbanas de um lado e uma difusão das atividades econômicas que privilegiava não mais apenas as zonas urbanas, mas também os centros

menores e as zonas rurais. Na Itália, esse fenômeno foi particularmente significativo e foi a origem da individualização da "Terceira Itália" e dos fenômenos de industrialização difusa" (Saraceno, 1996:5).

O importante a destacar nos processos de industrialização difusa ou descentralização industrial, que tem na chamada *"Terceira Itália"* o exemplo mais repetido, é o ambiente social e institucional que se forma em torno dessas regiões, agregando diferentes setores ou grupos, tais como o agrícola, industrial e o de serviços. Para Graziano da Silva (2001), este é o segredo do sucesso da chamada industrialização difusa, isto é, a capacidade de conectar a produção agropecuária com as pequenas e médias indústrias de uma determinada região e inserir essa produção num mercado local. No caso brasileiro, há quem considere o Vale do Itajaí em Santa Catarina como nosso exemplo de industrialização difusa (Veiga et al, 2001:70–71).

Convém observar que essas interpretações sobre o processo de descentralização industrial acabam sugerindo uma certa vantagem das áreas rurais, a bem dizer, *a vantagem do atraso* dentro da nova dinâmica capitalista flexível. A presença de uma força de trabalho barata, que tradicionalmente se organiza em pequena escala, no trabalho familiar e acostumada à flexibilização (dada pelo ciclo agrícola) pode se constituir numa vantagem dentro da nova dinâmica industrial contemporânea. Essa vantagem deve ser entendida como uma vantagem especialmente dos empregadores que passam, em muitos casos, a contar com uma mão de obra disponível e significativamente mais barata do que aquela encontrada em outros locais.

Em função das possibilidades que passam a estar presentes nas áreas rurais, seja no âmbito da produção agrícola ou industrial, elas passam a ser consideradas tão dinâmicas quanto as áreas urbanas. Esse otimismo fez Howard Newby dizer, em 1989, que *"pela primeira vez desde a revolução industrial, a mudança tecnológica está permitindo que as áreas rurais compitam em pé de igualdade com as cidades em termos de emprego"* (Apud

Marsden et al., 1993:2). Certamente essa possibilidade, advogada pelo sociólogo inglês, deve ser relativizada se considerarmos o meio rural brasileiro. De fato, observamos que em muitas localidades brasileiras a associação entre agricultura e rural ainda é extremamente importante.

A esta altura, torna-se importante considerar que o exemplo de Vinhedo não deve ser entendido como representativo do meio rural brasileiro em geral, mas como algo ainda restrito a localidades próximas a grandes centros urbanos que sofreram processo marcante de urbanização, expansão e valorização imobiliária. O otimismo ao qual se refere Newby, portanto, deve ser visto com cautela para o caso brasileiro. De qualquer maneira, devemos levar em conta que o entendimento das transformações socioeconômicas das últimas décadas aproximou os padrões de desenvolvimento das áreas consideradas urbanas e rurais e, nesse sentido, apagou as fronteiras rígidas entre funções próprias da cidade e aquelas tidas como próprias do rural. É preciso ter em mente que essa possibilidade de pensar num desenvolvimento único não era assim considerada em estudos anteriores sobre este tema. Lembremos, por exemplo, o trabalho escrito há mais de trinta anos por Maria Isaura Pereira de Queiroz sobre bairros rurais paulistas. Neste estudo, a autora vislumbra diferenças marcantes entre o meio rural e o urbano, as quais, como veremos a seguir, têm uma relação funcional. Devemos salientar que Queiroz, de forma pioneira, procurou rever o argumento de que as cidades e os bairros rurais seriam segmentos sociais separados. Seu esforço foi mostrar que o isolamento, supostamente atribuído aos bairros rurais, não se sustentava uma vez que os bairros rurais estudados mantinham contatos sistemáticos com as cidades e, mesmo assim, permaneciam rurais. Queiroz enxerga as diferenças entre rural e urbano pelo prisma das funções que, no limite, reproduzem a imagem do rural como local de produção agrícola e as cidades como de produção industrial ou de serviços. Isso se torna mais claro se apreciarmos esta passagem.

"A cidade necessitava do sitiante, que lhe fornecia os viveres; o sitiante comprava na cidade tudo quanto não produzia. Havia

um paralelismo complementar entre as duas economias"
(Queiroz, 1973:112).

Num trecho escrito alguns anos depois, a idéia de especialização de funções fica ainda mais clara.

"(...) não é apenas o fato de a população habitar em concentrações urbanas que dá ao país caráter de urbanizado. Esta depende da amplitude das funções desempenhadas pelas cidades e, mais ainda, da independência desta em relação ao meio rural, que decorre da importância de suas atividades produtivas, isto é, de seu grau de industrialização" (Queiroz, 1978:53).

Compreendemos, portanto, que o apagamento das fronteiras rurais e urbanas, no que diz respeito às suas funções, não encontra aconchego na interpretação de Queiroz. É preciso, todavia, salientar que Queiroz escreve essas páginas na década de setenta, momento em que os processos de flexibilização da economia e do trabalho, descritos anteriormente, ainda não eram percebidos com a clareza das análises mais recentes.

Entre os autores que defendem o apagamento das fronteiras funcionais entre meio rural e urbano encontramos uma proposta assaz ambiciosa. Não se trata de mostrar como as áreas rurais estão florescendo e competindo em pé de igualdade com as áreas urbanas, mas de propor que o entendimento das novas dinâmicas socioeconômicas que se desenvolvem nas áreas rurais são um recurso importante para entendermos a dinâmica da sociedade capitalista como um todo. Estamos diante de algo parecido com o emprego de uma metonímia. Na medida em que as áreas rurais passam a ser o *locus* de encontro e contestações de diferentes grupos sociais, entender a sua dinâmica nos permite entender a sociedade como um todo.

Em função disso, proclamava Marsden, no começo dos anos noventa, era preciso desenvolver um novo arcabouço teórico para a Sociologia Rural. Este tornava-se necessário não apenas porque a compreensão do espaço rural estava mudando, mas, sobretudo, para retirar a Sociologia Rural de sua tradicional posição de franja das Ciências Sociais e colocá-

la numa posição central. Aliás, isto nos remete a uma importante idéia, desenvolvida por Lygia Sigaud (1992), no sentido de pensar a produção, reprodução e legitimação das idéias e dos praticantes dentro das ciências.⁷

De acordo com a autora, para que o rural pudesse se constituir como um campo legítimo de conhecimento dentro das ciências sociais brasileiras, foi preciso analisar o lado de sua produção, vale dizer, as condições materiais e sociais que possibilitaram o seu nascimento, a sua expansão, a sua consolidação e a sua reprodução. Entende Sigaud que foi a partir do final dos anos 60 e início da década de 70, com a formação dos programas de pós-graduação em diferentes áreas das ciências sociais dentro das universidades públicas brasileiras, que as condições materiais e sociais para a existência de especialistas nessa área foram criadas. Inseridos nas universidades e em seus respectivos programas de pós-graduação, os produtores do rural dedicaram-se em construir seus "nomes" dentro do espaço acadêmico, isto é, passaram a se comportar de acordo com padrões estabelecidos, visando ao reconhecimento de sua atividade. Produziram produtos sobre o rural (dissertações, teses, artigos, livros etc.) o que lhes possibilitou tanto ascender na carreira acadêmica (baseada em critérios como titulação) como obter reconhecimento de seus pares; formaram novos produtores (alunos que se tornaram posteriormente seus colegas de departamento e iniciaram novos ciclos); constituíram grupos de trabalho em reuniões de associações científicas (como Anpocs, Aba, por exemplo) que passaram a ser espaços de divulgação e de encontros. A instituição do tema rural como possibilidade nas classificações

⁷ Devemos considerar, no decorrer da argumentação de Ligia Sigaud, o conceito de paradigma no sentido proposto por Thomas Kuhn (1975) especialmente na conexão que esse autor estabelece entre idéias e práticas sociais. Kuhn vai nos mostrar que, ao contrário do que se poderia imaginar, a comunidade científica e seus praticantes não são assim tão abertos às inovações científicas. Ela estabelece um conjunto de métodos e de teorias que são considerados válidos ao longo de um determinado tempo e outros que são considerados transgressão. O conjunto de crenças sobre aquilo que é considerado válido ou transgressão, num certo período de tempo, é definido por Kuhn como paradigma. Levando em conta o que nos diz Kuhn, a liberdade de debate dentro da ciência não significa que a comunidade científica autorize a pesquisa sobre qualquer coisa, com qualquer método e qualquer teoria. Ao contrário, ela possui instituições (universidades, departamentos, conselhos de pesquisa e seus pareceristas, entre outros) que julgam a pertinência de cada pesquisa com base em um conjunto de crenças que são partilhadas a respeito do que, como e para que pesquisar. Os paradigmas, portanto, não são apenas idéias dissociadas de

das sub-áreas do conhecimento pelo CNPq – e também em outras agências financiadoras – representa, no entendimento de Sigaud, o marco da consolidação desse espaço.

Se, por um lado, o estabelecimento de um campo de especialistas é uma condição importante para a manutenção e reprodução desse espaço, por outro, a autora aponta para algumas consequências perversas relacionadas a esse processo. Em suas palavras, os produtores passam a ser *"vistos não como aqueles que fazem sociologia, antropologia e economia a partir do campo, mas como sociólogos, antropólogos e economistas do campo (...) Reconhecidos como especialistas neste 'mundo', são respeitados e prestigiados, desde que se limitem a falar deste 'mundo'".* (Sigaud, 1992:34). Vimos que é contra isso que Marsden e seus colaboradores bradam. Há, nesse sentido, uma tentativa de superação desse entendimento e de uma anunciada emancipação da Sociologia Rural.

O rural como local de consumo

O trabalho do grupo de Marsden notabiliza-se quando o consumo nas áreas rurais é considerado. Sobre esse aspecto, é preciso estar atento ao fato de que não se trata aqui de um consumo que surge voltado para a própria população rural. De uma maneira geral, trata-se de um aumento do consumo de bens e serviços – materiais e imateriais – praticado por determinados estratos sociais, especialmente as classes média e alta de origem urbana, que passam a valorizar o meio rural e lhe atribuem qualidades positivas – recreação, lazer, moradia e proteção ambiental, por exemplo. No próximo capítulo, será visto como a função de moradia passa a ser significativamente importante em Vinhedo ao longo de sua história.

Sabemos que, sob um determinado ponto de vista, sempre existiu a função de consumo nas áreas rurais até porque nelas vivem seres humanos. No entanto, o que parece ser novo é, de um lado, o aumento dessas práticas motivado pelo conjunto de

práticas, mas estão presentes nas instituições; são, em suma, constantemente vividos e transformados pelos praticantes da ciência.

transformações que atingiram as áreas rurais e, de outro, a representação desse espaço dada por estratos médios de origem urbana. No momento em que esses novos estratos passam a ocupar esse espaço, quando se começa a produzir bens e serviços para essa população, eles passam também a disputar a representação do rural com a população preexistente. A esse respeito, convém salientar que a chegada de novos moradores implica também numa disputa material e simbólica sobre a representação e gestão desse espaço.

Uma vez identificadas as principais transformações pelas quais passou o rural e que, sumariamente, indicam uma maior diversidade, seja no número de atores, interesses, disputas ou fabulações, Marsden construirá uma arena onde essas disputas serão travadas. Apoiado no entendimento de Marc Mormont sobre o rural como construção social, que será apresentado a seguir, vejamos como o entendimento das localidades rurais como lugar de encontro é proposto.

"De forma sumária, nós caracterizamos as localidades rurais como 'lugares de encontro' onde se entrecruzam determinadas relações sociais. Nós caracterizamos essas relações sociais ou associações entre os atores (atores coletivos) como 'redes' e sustentamos que o papel da análise é mostrar como essas redes se entrelaçam e como elas operam numa determinada escala temporal e espacial. Dentro dessas redes, os atores são aglutinados de maneira que lhes permite formular seus interesses e atuar para alcançá-los. (...) Nós sugerimos que o processo de uso da terra pode ser estudado desta maneira e que as localidades rurais podem ser consideradas como o resultado de interesses perseguidos pelos atores dentro dessas redes. Lugar é, portanto, o ponto de encontro em que essas redes se cruzam e onde alguns atores podem impor seus interesses sobre outros"(Marsden & Murdoch, 1994:x-xi).

O entendimento da localidade rural como lugar de encontro permite aos autores sugerir a compreensão de que nesse lugar "encontram" atores em situação ora de confronto ora de integração – muito embora as situações do primeiro tipo sejam as mais identificadas no decorrer de sua análise. Além disso, permite que as disputas sejam enquadradas numa dimensão espacial e temporal, a qual forja uma arena de conflito e contestações. Analisar o uso da terra (*land development* no original) torna-se uma ferramenta importante para o

estabelecimento dessa arena de conflito e na definição dos atores. Basicamente, trata-se de examinar como o uso da terra se altera num determinado tempo e como isso corresponde a transformações nas relações econômicas, sociais e políticas. Dito de outro modo, o uso da terra pode ser visto como o reflexo das relações sociais presentes num certo tempo.

De acordo com essa perspectiva, observando-se o uso da terra de uma determinada formação socioespacial, é possível perceber como diferentes interesses a ela relacionados, a saber, agrícola, florestal, industrial, de mineração, moradia e turismo, se manifestam, bem como quais atores coletivos emergem nessas situações para defender seus interesses. Permite ao estudioso do tema, ademais, observar como o relacionamento entre estes grupos se transforma ao longo do tempo, ou seja, quais os atores, e seus respectivos interesses, que perdem espaço nesse processo e quais são os que ganham. Veremos que o exemplo de Vinhedo torna-se instigante exatamente porque possibilita refletir sobre esse entendimento e pensar situações concretas em que certos atores podem simultaneamente ganhar e perder, tal como será sugerido em relação aos agricultores.

"A virada cultural"

Apoiado no entendimento aberto pelo grupo de Marsden, surge, em meados dos anos noventa, na Inglaterra, um grupo de pesquisadores que propõe ir além da concepção do rural como lugar de encontro e pensá-lo a partir de uma concepção dissociada do espaço físico. Esse movimento ficou conhecido como *cultural turn*. Apesar de ter sido um movimento que influenciou decisivamente os estudos rurais ingleses, o *cultural turn* não se traduziu na formação de um grupo coeso que se identificasse sob esse rótulo. De forma parecida com a crítica pós-moderna em Antropologia, desenvolvida nos anos oitenta, George Marcus (1994) observou que embora tenha influenciado profundamente a forma de fazer antropologia, é raro encontrar algum antropólogo que se identifique como pós-

moderno.

Ao tratar sobre as influências do *cultural turn* no ambiente intelectual inglês, pretendo expandir o trajeto iniciado anteriormente. De forma resumida, considero que a crítica às explicações predominantemente econômicas sobre as formas de pensar e gerir o espaço rural não ocorreu de forma abrupta. O debate, que procurei mapear, inicia-se quando se propõe tratar o lado do consumo no espaço rural e segue sua trajetória, sob influências do chamado *cultural turn*, em direção ao entendimento do rural como construção social.

Pode-se dizer que uma característica marcante do chamado *cultural turn* é a crítica às chamadas meta-narrativas sociais. No prefácio do livro que contém trabalhos variados de alguns estudiosos influenciados por esse movimento, os autores, ao defenderem a necessidade de levar em conta a diversidade social existente sob o rótulo da categoria "rural", dizem o seguinte:

"Tornou-se evidente que o 'rural', sob qualquer forma camaleônica que tenha sido considerado, foi originalmente e profundamente determinado pelas ações das inúmeras pessoas investigadas. Além disso, tornou-se bastante claro que nós não possuímos uma única abordagem teórica que nos permita negociar o 'rural' e articular sua natureza diversa sob uma única categoria. Com efeito, descobrimos importantes diferenças em nossas pré-concepções e atitudes em sua direção; a ruralidade e a mudança rural não podem ser facilmente encobertas por uma única e elevada narrativa que nos diga o que está acontecendo nos locais onde estamos estudando" (Clocke et al, 1994:v).

Estes autores deixam claro o seu descontentamento com a capacidade das grandes narrativas de darem conta da diversidade encontrada em suas pesquisas e advogam narrativas múltiplas.

"(...) um, dos muitos legados da mudança para as práticas filosóficas pós-estruturalistas e pós-modernas nas Ciências Sociais, é o aceite generalizado das narrativas múltiplas. De fato, se aceitamos que as pessoas que vivem nas localidades onde nós estudamos lêem o rural numa miríade de vezes, por que causar surpresa se nós, nestas pesquisas aparentemente

desconectadas, lermos o rural de forma diferente? É contra esta tradição que cada um dos artigos que compõem este livro deve ser compreendido. Cada artigo representa a intenção de cada autor em captar o rural através de diferentes tradições teóricas, sociais e culturais" (Clocke et al, 1994:v-vi).

Vale a pena notar que Mauro Almeida (1998) observou que essa crise das grandes narrativas pode ser ampliada para outros objetos de pesquisa dentro dos estudos rurais. É o caso, por exemplo, dos estudos sobre campesinato. Diz-nos este autor:

"Quem diz 'morte do campesinato' está usando um conceito que unificava nas várias antropologias rurais uma multidão de objetos e de características. A meu ver, esses objetos e suas características não foram eliminados pela modernização e pela globalização – mas o conceito de 'campesinato' perdeu sua capacidade de iluminar como antes esses objetos. (...) Os conceitos de campesinato e de sociedade agrária foram atores de grandes narrativas, filosofias da história ou histórias universais. É uma das razões por que deixaram de ser pertinentes para muitos debates contemporâneos: as grandes narrativas perderam o poder de convicção." (Almeida, 1998:6).

Vê-se que, para Almeida, a grande narrativa, como gênero literário importante dentro das ciências humanas, perdeu significativa parte de seu poder de convicção. Abdica-se, portanto, de uma solução universal e homogênea que seja capaz de costurar e dar coerência a diversos grupos sociais e de inseri-los numa sequência histórica/estrutural predeterminada. Todavia, como bem assinala Almeida, a *débâcle* da grande narrativa é o fim de um código. Deve-se considerar que as peças que organizavam esse código no passado ainda estão vivas. Nesse sentido, o autor nos mostra que o fim da grande narrativa ocorre simultaneamente ao fortalecimento de soluções locais, descompromissadas com certezas ditadas por leis históricas ou estruturais. Assistimos, desse modo, a um ressurgimento do nominalismo antropológico ancorado nas pesquisas recentes. Em sua importante observação:

"O paradoxo é que o fim da 'antropologia das sociedades agrárias' anda junto com uma enorme vitalidade de fragmentos que se aninhavam nas categorias antigas de campesinato – barrancos e florestas, ilhas e praias, chapadas e brejos, babaquais e açaizais, canaviais e cafezais; ribeirinhos e seringueiros, quilombolas e caiçaras, sertanejos e montanheseis,

coletores e plantadores; saberes, tradições, memórias; fazeres. A solução do paradoxo está então, talvez, em que o fim anunciado é o dos universais sociológicos” (Almeida, 1998:9).

Voltemos ao *cultural turn*. No início da década de noventa, Chris Philo, ao resenhar um livro escrito alguns anos antes por Colin Ward intitulado *The Child in the Country*, inicia um debate no *Journal of Rural Studies* sobre este assunto que parece importante considerar. De forma geral, Philo sugeriu que as conexões entre cultura e ruralidade, dentro dos estudos rurais ingleses, estava marcada pela lente do típico homem branco de classe média. De acordo com o autor, *“os estudos rurais, em geral, e a geografia rural, em particular, raramente consideraram como ponto de partida a variedade humana presente nas áreas rurais – as diferentes pessoas que se encontram lá, identificadas a partir de vários critérios, sejam auto-atribuídos ou impostos, muitos dos quais bem diferentes daquele ‘Sr. Mediano’–” (Philo, 1992:2001).* Esse “Sr. Mediano”, caricatura do objeto dos estudos rurais ingleses, seria um *“homem empregado, ganhando o suficiente para viver, heterossexual, branco e provavelmente inglês (...). Isto é reduzir a real complexidade da população rural para uma mesmice e não enxergar a presença de uma série de ‘outros’ grupos humanos dentro desta população” (Philo, 1992:2001).*

Vemos, portanto, que esse movimento advoga a necessidade de levar em conta esses “outros”, supostamente negligenciados dentro dos estudos rurais. Deixar de lado o “Sr. Mediano” significa, por assim dizer, dar voz aos outros grupos sociais presentes no rural, tais como mulheres, idosos, crianças, pobres, negros etc. A incorporação de questões de gênero, raça e idade, por exemplo, seria fundamental na tentativa de desestabilizar as narrativas sobre o rural pautadas exclusivamente pelo viés do “Sr. Mediano”.

Não se pode afirmar, peremptoriamente, que as observações de Philo dirigiam-se especificamente ao trabalho do grupo de Marsden, até porque, no momento em que Philo escreveu seu artigo os livros de Marsden, que foram aqui tratados, não haviam sido

publicados. Além disso, Philo não cita Marsden nem seus colaboradores no artigo.⁸ Entretanto, no mesmo ano em que Marsden lançou o livro *Constructing the countryside*, em co-autoria com Jonathan Murdoch, este último e Andy Pratt publicam um comentário ao artigo de Philo. Basicamente, Murdoch e Pratt dizem que, apesar de louvável a idéia de trazer à tona a questão dos "outros" no meio rural, dar voz aos outros não garante necessariamente que elas serão ouvidas. Para os autores, o importante a considerar são as relações de poder que permeiam os diferentes grupos sociais, ou seja, em que condições determinados grupos conseguem se impor sobre outros e afirmar suas identidades e suas definições de lugar. Em suas palavras: *"devemos levar em conta como identidades particulares, culturas e comunidades são formadas e como algumas são capazes de impor-se sobre as outras. Simplesmente 'dando voz aos outros' de forma nenhuma garante que nós possamos descobrir as relações que conduzem a essas marginalizações"* (Murdoch & Pratt, 1993:422).⁹ Corroborando esse entendimento, Eric Wolf faz uma colocação bastante pertinente. Relembrando um dos velhos ensinamentos da tradição malinowskiana, o autor diz-nos o seguinte:

"Pode-se e deve-se levar em consideração o que as pessoas dizem com suas próprias palavras a respeito de suas esperanças e dificuldades. Porém, não concordo que 'dar voz às pessoas' deva ser o objetivo central da antropologia, como alguns sugeriram. (...) Acho esta concepção não apenas arrogante como autolimitadora. Continua a ser importante distinguir entre o que as pessoas dizem e o que elas fazem, mesmo porque o mundo não é moldado somente de palavras. Ademais, o que se sabe e o que se diz jamais são da mesma espécie, mas são produzidos e distribuídos de modo diferenciado numa sociedade por meio de canais que controlam o discurso" (Wolf, 2003:350).

De qualquer forma, o debate entre Philo, Murdoch e Pratt sobre a incorporação dos "outros" dentro dos estudos rurais exerceu influências significativas no grupo de autores que

⁸ Não podemos esquecer, todavia, que Marsden já havia publicado artigos sobre esse tema, ainda sem a unidade e o desenvolvimento das idéias encontrados nos livros.

⁹ O debate não para por aí. Ainda há uma réplica de Philo (1993) e uma tréplica de Murdoch & Pratt (1994). Ver também Gilg (1994).

gravitam em torno do chamado *cultural turn*. Alguns anos depois, Paul Cloke e Jo Little organizam um livro que reúne artigos de vários autores (Philo, Murdoch, Pratt, Halfacree entre outros) exatamente sobre as possibilidades de incorporar os "outros" dentro dos estudos rurais. Ao fazer uma espécie de balanço sobre as influências do *cultural turn* nos estudos rurais ingleses, Paul Cloke considera que, apesar da influência desse movimento ser bastante positiva – *"acredito que estejamos experimentando o período mais fértil dos estudos rurais, pelo menos nos últimos vinte anos desde meu ingresso nesse campo de investigação"* (Cloke, 1997:371) –, há ainda alguns desafios e questões que precisam ser enfrentados¹⁰. Para o autor, o impacto do *cultural turn* nos estudos rurais representou a possibilidade de pensar o rural e as ruralidades libertas de sua conexão com um espaço geográfico determinado. O rural pensado como uma construção social possibilitou o desenvolvimento de pesquisas que foram além da simples dicotomia espacial entre rural/urbano e da possibilidade de pensar múltiplos espaços relacionados a múltiplas identidades sociais. Além disso, o *cultural turn* passou a considerar os "outros" dentro dos estudos rurais, seja em termos das marcações de gênero, idade, raça ou classe. Tudo isso possibilitou a formação de novas agendas de pesquisa.

Repensando a categoria "rural"

Repensar a categoria rural significou discutir seus limites e possibilidades como uma categoria de entendimento e, ao mesmo tempo, fez com que parte da Sociologia Rural repensasse a sua própria tradição. De uma forma bastante geral, pode-se dizer que a

¹⁰ De uma forma geral, Cloke (1997) e Cloke e Little (1997) questionam quais são as políticas públicas que estão sendo sugeridas por esses estudos. Um tipo de política pautada apenas pela diferença? Ao se chamar atenção para as especificidades e diferenças no meio rural, isso não estaria contribuindo para dificultar a formulação de políticas públicas para esta população como um todo? Em relação ao plano metodológico, os autores questionam, por exemplo, quais são os critérios para se escolher os "outros" dentre tantos "outros" possíveis. Dito de outro modo, ao se escolher um "outro" não está se deixando de fora outros "outros"? Nesse sentido, alguns autores consideram que apesar do *cultural turn* ter sido um movimento importante, pois promoveu um alargamento do debate ao trazer à baila questões relacionadas à cultura, ele foi longe demais. Longe demais significa dizer que, para estes

principal consequência desse debate foi a des-especialização da categoria "rural" e o seu entendimento como uma construção social, múltipla, aberta a diferentes percepções e contestações.

Devemos considerar que o trabalho de Marc Mormont é tido como uma referência importante no entendimento do rural como construção social. Com engenhosidade, Mormont sugere que o rural, mais do que um espaço geográfico determinado, é algo que foi sendo progressivamente construído por determinadas instituições, dentre as quais a própria Sociologia Rural. Propondo algo parecido com a "*sociologia histórica da formação dos conceitos*", a que nos referimos no começo deste capítulo, Mormont nos convida a refletir sobre como a categoria rural foi sendo construída dentro da Sociologia Rural, tendo como referência as especificidades do caso belga.

Pode-se dizer que este autor, de forma provocativa, indaga-se como foi possível manter durante tanto tempo um entendimento de que a categoria rural pudesse ser capaz de explicar e dar coerência a determinados grupos sociais, os quais por habitarem certos espaços seriam diferentes em relação ao seu oposto urbano. Segundo o autor, a ênfase na modernização agrícola e nos ideais de desenvolvimento a ela atrelados fez com que, durante muito tempo, a sociologia rural – especialmente a americana – fosse mais uma sociologia da ocupação agrícola do que uma sociologia propriamente rural (Cf. Martins, 2000:6). A tese de Mormont é de que esse tipo de explicação só foi viável durante um certo período. Enquanto as áreas rurais eram interpretadas como relativamente similares entre si (período da modernização agrícola) foi possível sustentar essa divisão rígida. No momento em que começam a emergir diferenças profundas dentro dessas "sociedades rurais", em termos de sua estruturação econômica, história e cultura, não é mais possível manter essa divisão e o rural, como categoria de análise, passa a ser problematizado por esses autores.

autores, é preciso retomar questões da economia política e rearticulá-las com a questão da cultura. A esse respeito, ver Gregson et al. (2001); Jackson (2002) e Sayer (2001).

Mormont argumenta que uma revisão da categoria rural deve separar os dois sentidos básicos que envolvem o seu uso. O primeiro é o entendimento do rural como um espaço físico e o segundo como um local de relações sociais.¹¹ Na proposta do autor, o espaço deve ser considerado menos por suas propriedades físicas, *stricto sensu*, e mais como uma forma de classificação social. Indivíduos, grupos e instituições continuamente utilizam-se de referenciais espaciais para afirmarem suas identidades sociais. Mas é preciso considerar que a relação entre espaço e identidade social não envolve apenas o pertencimento a um único espaço, mas múltiplas identidades e múltiplos espaços que se combinam e se distanciam de acordo com situações específicas. O rural, nesse entendimento, deixa de ser considerado um atributo substancial de determinados grupos sociais, residentes em certas localidades, por exemplo, e passa a ser examinado como construção social, produzido por diferentes grupos – sejam eles habitantes de locais considerados urbanos ou rurais –.

De fato, Mormont enfatiza que não se trata de uma ruralidade no singular mas daquilo que ele considera como uma *batalha simbólica de ruralidades* (Mormont, 1990:35). Diferentes atores, grupos sociais, instituições (administradores locais, agricultores, novos moradores, por exemplo), e seus respectivos interesses, disputam suas representações sobre o rural. Essa batalha simbólica, como bem demonstrou este autor, tem efeitos práticos, políticos e econômicos. Veremos, no capítulo cinco, como essas consequências atingem os grupos considerados nessa pesquisa, especialmente formas de segregação socioespacial praticadas contra os caseiros. Assim, pensar o rural como construção social, ou como disputa entre ruralidades, não significa que estamos no terreno das abstrações simbólicas e como se, por ser simbólico, não houvesse relação com a vida social. Aliás, é

¹¹ De forma semelhante, Keith Halfacree (1993), ao analisar a literatura sociológica sobre definições do rural, considera que grande parte do debate sobre este tema acaba relacionando o rural com um tipo de localidade geográfica específica. Nesses casos, o rural é um espaço que pode ser observado de vários ângulos: por seus atributos topográficos, composição social das pessoas que vivem e trabalham nele, formas de sociabilidade etc.

esta a idéia que procurarei demonstrar, isto é, que essas disputas têm também consequências práticas e concretas para os grupos considerados.

Devemos, contudo, salientar que, na literatura brasileira especializada, essa dissociação do rural em relação a um espaço físico é algo que esteve mais próximo de nossa tradição. Maria Isaura Pereira de Queiroz, por exemplo, já havia demonstrado para o caso brasileiro como foram produzidas historicamente diferentes significações entre rural e urbano a ponto de serem pensados como realidades distintas. Queiroz enxerga, nos romances do século XIX, fragmentos de distinções sociais que passam a ser praticadas no sentido de diferenciar moradores urbanos e rurais. Trata-se, em suma, de um processo de transformação cultural, isto é, de significações distintas atribuídas por diferentes grupos sociais a partir de suas referências de localização, as quais, com efeito, são assimétricas. Dentre os textos literários, Queiroz destaca uma passagem do romance *Rosa de Manoel Joaquim de Macedo*, publicado por volta de 1830, no qual o personagem Juca, namorado de Rosa, sente-se profundamente inferior e envergonhado por ser 'roceiro' quando participa, pela primeira vez, de uma reunião com cidadãos (Cf. Queiroz, 1978:59). Nesse caso, Queiroz admite a possibilidade de um gênero de vida urbano que se instala antes mesmo da preponderância das cidades em relação ao campo no Brasil. Esse gênero de vida, como salienta a autora, é um produto cultural, uma 'civilização citadina' influenciada pelas maneiras de ser européias e diferentes da 'civilização rústica'. Mais tarde, com o processo de industrialização, essa fenda existente entre os gêneros de vida rural e urbano acabou aumentando.

É importante notar que Maria Isaura releva uma dimensão de poder presente nas significações produzidas sobre o rural e o urbano. Isto é bastante importante para entendermos a valorização, que é feita em Vinhedo e em outros lugares, do chamado rural

Entretanto, argumenta a autora, há outras formas de definir o rural que podem ser alternativas à dominante tendência de pensá-lo como uma localidade: o rural como construção social.

idílico. Nessas situações, observamos que certas significações do rural, produzidas por estratos médios urbanos, acabam muitas vezes sendo as dominantes. Ademais, é preciso levar em conta que Queiroz já pensava as diferenças entre rural e urbano não a partir de um espaço determinado, mas em termos das representações desses grupos sociais. A autora, portanto, rompe com a idéia de que rural e urbano são espaços isolados e procura pensar suas relações. Com efeito, essas relações entre rural e urbano trazem consequências para a própria disciplina que tradicionalmente encarregou-se de estudar esses processos, a Sociologia Rural, tal como a autora demonstra nesta passagem:

"Desta maneira, o problema da Sociologia Rural adquire nova dimensão; o meio rural não pode nunca ser estudado em si mesmo, mas deve ser encarado como parte de um conjunto social mais amplo, do qual faz parte juntamente com a cidade. Do mesmo modo, toda Sociologia Urbana não pode deixar de englobar também o aspecto rural ao formular seus problemas, pois a cidade está sempre implantada no campo, tendo para com este relações de variada forma, desempenhando funções diferentes em relação a ele, conforme o caso. Se damos a uma disciplina o qualitativo de 'rural' e a outra de 'urbana', é somente para fins didáticos e de pesquisa. Significa que, ao estudar processos e equilíbrios de regiões e de sociedades globais, a perspectiva será a dos grupos agrários ou a dos grupos urbanos, predominantemente mas não exclusivamente" (Queiroz, 1978:51).

Desta faina empreendida por Queiroz, José Vicente dos Santos, em conhecido artigo em que faz um balanço da produção do Projeto de Intercâmbio em Pesquisa Social em Agricultura (PIPSA), vai além e problematiza a capacidade epistemológica da categoria rural dentro da Sociologia Rural.

"O 'rural' constitui apenas objetos reais, imediatamente empíricos ou históricos, mas não é uma categoria suficiente para constituir objetos científicos. Para formar tais objetos, que prefiro denominar de 'processos sociais agrários', temos que recorrer, do ponto de vista epistemológico, ao conjunto de conceitos e noções disponíveis no conhecimento sociológico, dos clássicos aos contemporâneos. De uma perspectiva teórica, trata-se de reconhecer que tais processos sociais agrários constituem expressões do processo histórico da divisão social trabalho, como, por exemplo, a distinção entre cidades e campo, não podendo de modo algum perder de vista a historicidade de

tais objetos científicos" (Santos, 1991:15).

Santos chama atenção para a insuficiência, em termos analíticos, de designar práticas sociais como rurais. Dizer que algo é rural não é suficiente para constituí-lo como objeto de estudo, afirmou José Vicente dos Santos. Os objetos de estudo do cientista social são as relações sociais presentes em uma determinada formação socioespacial e não atributos essenciais expressos empiricamente numa determinada localidade. Para evitar essas ambigüidades, concernentes ao termo rural, propõe Santos que ele seja substituído por processos sociais agrários.

Ao tratarmos da dissociação do rural de um determinado espaço físico e pensá-lo como *constructo* social, isto é, como forma de grupos representarem-se socialmente em certas situações e criarem demandas específicas, estamos, de certa forma, resgatando a proposta de Santos acerca dos processos sociais agrários. Nesse sentido, o termo ruralidades parece-me mais apropriado para pensar essas distinções. Focalizado mais na relação social do que no objeto propriamente dito, tal como o adjetivo rural sugere, o termo ruralidade, ou ruralidades no plural, veio marcar o entendimento do rural como um *constructo* social e pensá-lo não mais através de suas propriedades físicas, mas como forma de classificação social. Denota, portanto, não somente o espaço físico mas também relações sociais. Maria José Carneiro, dez anos após a publicação do texto de Santos, recoloca o problema de forma exemplar.

*" (...) as distinções entre a « cidade » e o « campo » ou entre o « urbano » e o « rural » tornam-se inúteis como categorias analíticas porque cada espaço contém em si contradições, ambigüidades e conflitos que são o resultado da relação entre sistemas de valores e de interesses diferentes. Sugerimos, então, orientar o olhar na direção dos atores sociais desse processo e não mais para um espaço reificado ou para um conjunto de atividades econômicas. **Nesse contexto, as categorias rural e urbano não designam espaços ou propriedades empiricamente observadas mas representações sociais. Assim chegamos à desnaturalização das referências empíricas que as sustentam, tornando possível reconhecer experiências e relações sociais tidas como rurais mas que se manifestam***

em espaços tidos como urbanos. *Nesses termos, o rural pode, em alguns contextos, ser expressão da tradição, da autenticidade das relações interpessoais, do simples, do atraso, como também pode, através de uma reelaboração simbólica por parte dos atores sociais, conter ícones da modernidade e ser expressão de uma modernização que se realiza em espaços tipicamente urbanos". (Carneiro, 2001:6, grifos meus)*

Nas pesquisas realizadas por Maria José Carneiro encontramos exemplos vigorosos sobre a relação entre identidades sociais e ruralidades. Dada a importância de suas reflexões sobre esse tema, iniciadas há mais de uma década em sua pesquisa na França (Carneiro, 1998), diria que suas influências nesse trabalho ultrapassam o que doravante será tratado. De forma apropriada, Carneiro considera que o debate sobre as transformações nas significações do rural, dentro da literatura especializada brasileira, tem sido marcado por duas grandes vertentes. De um lado, aqueles (Graziano da Silva, 1997, por exemplo) que se dedicam a analisar a expansão das ocupações não-agrícolas em locais definidos como rurais e, de outro, dos interessados em práticas culturais, tanto em ambientes urbanos como rurais, que se conectam com a formação de identidades sociais. É necessário afirmar que grande parte do trabalho de Carneiro pode ser classificado na segunda vertente; entretanto, isso não significa que não haja espaços de encontros e de matizes. O projeto de pesquisa Rurbano, por exemplo, coordenado por José Graziano da Silva reúne pesquisadores dos dois grupos identificados pela autora.

Carneiro dedicou boa parte de suas reflexões no sentido de problematizar a categoria rural para que se evite a correlação mecânica entre práticas sociais e espaço físico. Considera essa autora mais profícuo que, ao invés de buscar o estabelecimento de fronteiras rígidas entre espaços urbanos e rurais – com os perigos de reificação e essencializações de comportamentos sociais –, orientem-se os esforços para a visão dos atores sociais, isto é, das formas variadas como eles representam esse espaço e suas práticas sociais para afirmarem suas identidades e demandas. A análise deve ser orientada para os agentes desse processo e não para um espaço reificado (Carneiro, 2001:14). Nesse sentido, Carneiro

retoma considerações feitas por José Vicente Tavares dos Santos de que o objeto primordial dos estudos rurais não é o espaço rural em si, mas relações sociais que lhe dão sentido.

O fundamental, portanto, é analisar como os atores sociais constroem marcações rurais e urbanas em situações específicas e como estas passam a ser recursos identitários importantes na definição de grupos e demandas sociais. Partindo dessa premissa, irei analisar como determinados grupos de Vinhedo, notadamente os agricultores, moradores de condomínio e caseiros representam, estas marcações e percebem as transformações na cidade. Veremos, no capítulo seis, como estas podem ser variadas. Em certas situações, perceberemos que o vínculo com o espaço físico torna-se fundamental para os entrevistados afirmarem suas identidades. Em outras situações, essas referências espaciais podem ser deixadas de lado em detrimento das formas de consumo e dos estilos de vida.

Identities e lugares

Já foi apontada a necessidade de relacionar ruralidades com identidades sociais. Nesta parte, tratarei brevemente sobre este último conceito, mapeando rapidamente seu desenvolvimento histórico, para, posteriormente, problematizar as relações estabelecidas entre identidades e referências espaciais.

Os desenvolvimentos mais recentes da Antropologia no âmbito das questões relacionadas à identidade social têm se caracterizado por um conjunto de esforços no sentido mostrar que esta não é naturalmente herdada, mas socialmente construída, e que, não correspondendo a verdades essenciais e absolutas – como querem fazer crer os fundamentalistas –, ela é dinâmica e mutável. Os grupos sociais não são inexoravelmente constituídos por determinações, sejam elas cronológicas, de localização, étnicas ou de sexo.

A crítica a concepções deterministas de base ecológica, demográfica e biológica (idade, sexo e raça) marcou profundamente a Antropologia desde meados do século XX

(Lévi-Strauss, 1987 [1952]; Boas, s/d [1896]). É tão importante a ênfase no princípio de que as diferenças sociais são culturalmente construídas que se tornou de uso corrente o termo *gênero* (construção social) em contraposição a *sexo* (base biológica). No caso do conceito de *raça* o uso politizou o conceito, associando-o imediatamente a *racismo*, ou seja, falar acerca de *raça* não é especular acerca de hipotéticas diferenças de aptidão de indivíduos relacionados geneticamente a determinadas origens, mas referir-se à desigualdade de oportunidades e às situações de discriminação associadas a marcas fenotípicas em contextos históricos particulares.

Tomemos como exemplo a terminologia racial para mostrar que as identidades sociais não são absolutas, mas múltiplas, contrastivas e acionadas situacionalmente em relação a outras identidades. Livio Sansone (1995), numa pesquisa realizada na cidade de Salvador, mostrou como a terminologia racial depende de uma complexa rede de situações em que são levadas em conta diversas esferas da vida social. Em primeiro lugar, diferentes gerações de negros tendem a se auto-identificar de forma diversa. Enquanto a geração mais velha, que viveu a maior parte de sua vida em uma sociedade altamente hierarquizada em termos de cor e classe, utiliza o termo *preto* para se auto-identificar, a geração mais nova prefere o uso do termo *negro*. Além disso, Sansone exemplifica como a terminologia racial é altamente situacional. A utilização de termos como *preto*, *negro*, *mulato*, *negão* e *pardo* depende da situação em que são acionados e revela como o racismo pode ser mais percebido em determinados contextos. Ninguém é simplesmente *negro* ou *preto* em todas as situações, observa esse autor, "*em Salvador poderá ser negro durante o carnaval ou quando está dançando samba; escuro, para seus colegas de trabalho; moreno ou negão, para os companheiros de bebida; neguinho, para sua namorada; preto, para as estatísticas oficiais; e pardo, em sua certidão de nascimento*"(Sansone, 1995:73).

Num trecho que se tornou referência quase que obrigatória para os estudos sobre identidade social, Manuela Carneiro da Cunha diz o seguinte:

"O que se ganhou com os estudos de identidade foi a noção clara de que a identidade é construída de forma situacional e contrastiva, ou seja, que ela constitui resposta política a uma conjuntura, resposta articulada com outras identidades em jogo, com as quais forma um sistema. É uma estratégia de diferenças" (Cunha, 1985:206).

Refletindo sobre as mudanças pelas quais vêm passando as sociedades ocidentais, Stuart Hall (1995) argumenta que para o sujeito contemporâneo, tende a não haver identidades fixas, permanentes ou essenciais, que sejam ademais articuladas de modo necessariamente coerente em torno de um *si-mesmo* unificado. A um só indivíduo podem corresponder identificações múltiplas e mesmo identidades contraditórias e mutáveis, que vão sendo articuladas narrativamente como elos de uma cadeia que se desenvolve ao longo das biografias e trajetórias.

O entendimento das identidades como construção social teve um papel importante no sentido de combater formas de exclusão e de racismo. A suposta superioridade de um grupo sobre o outro não pode mais ser sustentada exclusivamente por atributos naturais ou essenciais, mas deve ser entendida como socialmente construída e, portanto, passível de transformação. A Antropologia teve um papel importante no sentido de combater formas de exclusão baseadas em critérios raciais ou biológicos e de mostrar que as diferenças são produzidas pelas culturas e que não há, em princípio, uma cultura superior a outra.

Esse entendimento, embora fundamental, traz consigo alguns riscos que, utilizando a fecunda expressão de Antonio Peirucci (1999), podem ser entendidos como as *"ciladas da diferença"*. Nas sociedades ocidentais contemporâneas, a defesa da diferença – observada em certas práticas do movimento feminista, negro, entre outros –, mesmo que culturalmente produzida, pode se traduzir em direitos diferenciados que, no limite, tendem a reproduzir velhas formas de exclusão típica do racismo de base biológica. O caso Sears, exemplificado pelo autor, mostrou que são reais e não simplesmente teóricos os riscos de

um feminismo de concepção diferencialista.¹² Os "perigos" da diferença não se limitam somente às manifestações nacionalistas, racistas ou a outras formas de intolerância (religiosa, política, etc.) tendo por base as diferenças culturais. Segundo Pierucci, os perigos da diferença põem em risco a própria democracia na medida em que questionam a possibilidade de estabelecer valores éticos universais.¹³

Nossa incursão no terreno das identidades sociais procurou oferecer um panorama geral desse debate dentro das ciências sociais. Agora, vejamos algumas implicações nas relações entre identidades e lugares, que nos interessam de forma particular neste trabalho.

Território, lugar e mercado

Se o estudo das identidades sociais pressupõe o entendimento de que elas são socialmente construídas, múltiplas e situacionais, é também importante lembrar que raramente elas se dão a observar em seu estado "puro", como se estivessem dissociadas umas das outras, e referenciadas alternativamente a gênero, etnia e classe social, apenas para ficar nos aspectos mais conhecidos do problema. Os atores sociais classificam-se – e são reconhecidos – simultaneamente por suas identificações etárias, de sexo, etnia e orientação sexual, entre outras, por assim dizer filtradas por sua condição de classe, frequentemente por sua orientação sexual. O mesmo se aplica às identidades referenciadas ao espaço, que se poderia denominar *identidade de origem ou localização*. Nas situações que permeiam a vida social, o que se observa de fato são complexas fusões de estereótipos

¹² O caso Sears refere-se a um processo criminal que o governo dos Estados Unidos, através da *Equal Employment Opportunities Commission*, moveu contra a Sears, acusando-a de discriminação sexual em sua política de contratação de mão-de-obra para as seções mais bem remuneradas da empresa. O processo foi a julgamento entre 1984 e 1985 e teve como testemunhas duas historiadoras feministas, Alice Harris (acusação) e Rosalind Rosenberg (defesa). Através de uma estratégia bem sucedida da defesa, a empresa foi isentada de culpa tendo por base os próprios escritos de Rosenberg (como historiadora) que enfatizava as diferenças culturais entre homens e mulheres. Uma vez que homens e mulheres são diferentes, as estratégias de promoções também podem ser diferentes sem que isso se configure, do ponto de vista da empresa e do entendimento do júri, como discriminação (Cf. Pierucci, 1999: 35-43).

¹³ Tendo por base outras referências e contextos, autores como Stolcke, 1995 e Gilroy, 2000, também tratam dessas assim chamadas "ciladas da diferença".

e expectativas, em que questões de gênero, de classe e étnicas se entrecruzam, participando da formação de vínculos entre as pessoas e de referências compartilhadas de memória e territorialidade.

Embora não seja uma definição consensual, muitos autores, quando se referem à noção de território, enfatizam o conteúdo político-administrativo que perpassa esse conceito, vale dizer, a idéia de um domínio pessoal ou coletivo sob uma determinada formação socioespacial. Essas formações socioespaciais, denominadas *territórios*, são realidades de natureza político-jurídica associadas ao exercício de controle social e reguladas por princípios explícitos de inclusão/exclusão social.¹⁴

O território, nesse sentido, não é apenas uma dimensão material ou concreta, mas algo construído historicamente, permeado por relações políticas, econômicas e culturais. A criação de vilas, povoados, cidades, municípios, regiões, nações e blocos regionais, por exemplo, é claramente um produto da ação humana e não algo natural. Territórios pressupõem definição de fronteiras, limites (sejam eles físicos ou simbólicos) que, a despeito de variarem ao longo do tempo, demarcam o pertencimento de um grupo a uma formação socioespacial. Mas, ao mesmo tempo, excluem outros grupos. O estabelecimento de territórios, em diferentes escalas (localidade, região, país), é também um processo que se relaciona a formação de identidades sociais.

Mapeando algumas palavras-chaves que passaram a fazer parte do jargão antropológico e dos estudos culturais no período mais recente, naquilo que genericamente é tratado como globalização, Ulf Hannerz (1997) considera que os novos sentidos atribuídos aos termos como fluxos, fronteiras e culturas híbridas retomam uma velha preocupação da antropologia: a questão da mudança cultural. Num momento em que meios de comunicação e de transporte possibilitam o intercâmbio – com rapidez e intensidade jamais vistas – de

pessoas e bens, torna-se fundamental compreender o papel da cultura dentro desses processos.

Se, por um lado, fluxos culturais sugerem continuidade e passagem, por outro lado, fronteiras e limites culturais denotam demarcações e posicionamentos – estar dentro ou estar fora –. Hannerz observa que há dois sentidos básicos no entendimento sobre o "*conjunto de metáforas geográficas*" (Hannerz, 1997:20) expressos nos conceitos de limite, fronteira ou zona fronteira. Primeiro, da cultura como definidora de grupos sociais, isto é, como aquela que determina os limites do conhecido e do não conhecido, do nós e dos outros. Esse sentido tende a exprimir as configurações territoriais como expressão de identidades fortemente enraizadas em determinados lugares, claramente contrastadas e bem definidas.

Mas – e já estamos no segundo sentido – essas fronteiras e limites não são assim tão fixas e intransponíveis como poderia parecer à primeira vista. Dito de outro modo, não é apenas estar dentro ou estar fora. Há interstícios, espaços intermediários, áreas de liminaridade, zonas simbólicas de transição em que a passagem de um lado para o outro envolve conhecimento, manipulação, interpretações criativas e sentidos políticos. A caminhada virtual pelo centro de São Paulo, proposta por Antonio Arantes, exemplifica bem esse sentido liminar das fronteiras territoriais. De acordo com este autor, caminhar pela cidade é cruzar constantemente fronteiras e atravessar territórios interpenetrados. Tomemos como exemplo sua interpretação sobre a Praça da República:

"Na Praça da República, à luz do dia, estão os vendedores de alimentos. À tarde, os michês pouco a pouco vão ocupando os locais mais discretos e se instalam, à espera de clientes. De madrugada, os caminhões e varredores da Prefeitura. Ao amanhecer, os idosos, que caminham ou sentam-se ao sol. Um pouco mais tarde, retornam os vendedores. O tempo todo, encontram-se meninos e meninas em suas práticas cotidianas.

¹⁴ Para uma melhor compreensão de como a construção de territórios relaciona-se também com um conjunto de direitos sobre a terra, ver Godoi, 1998.

Intersticialmente à atividade dessas personagens mais visíveis, formam-se os territórios efêmeros dos trombadinhas e dos traficantes, não tão evidentes mas bem conhecidos dos demais freqüentadores da Praça da Sé, da República ou da Avenida Ipiranga" (Arantes, 2000:121).

Essa pluralidade de atores, usos e representações de um lugar, como, por exemplo, da Praça, rompe com a noção de que há um significado único desse local e revela toda uma trama de tensões, conflitos e projetos que adquirem territorialidades mesmo que efêmeras. Talvez por tratar de uma realidade em que a violência passa a ser uma característica marcante, Arantes enfatiza em seu trabalho a questão do conflito. Certamente, essas fronteiras, territorialidades e os grupos a ela associados não são marcados apenas por relações de tensão e conflito, mas envolvem também situações de aproximação, alianças e interpretações comuns.

Os lugares, portanto, devem ser vistos como espaços vividos e compartilhados por pessoas diferentes, em termos de raça, gênero, classe, idade, localização e orientação política ou religiosa. São constelações de interesses e relações sociais que se encontram e entrelaçam num *locus* particular, seja ele físico ou virtual (Cf. Massey, 2000:184). Uma praça ou um bairro, por exemplo, abriga pessoas de diferentes posições que se apropriam deste espaço e estabelecem fronteiras de formas diferenciadas. Mas, se há diferentes sentidos atribuídos ao lugar pelos diferentes grupos sociais que vivem ou praticam um determinado *locus*, cabe-nos indagar qual é aquele que se torna dominante?

De acordo com Doreen Massey (1994), a questão de qual identidade será dominante numa determinada formação socioespacial dependerá de negociações e conflitos entre os diferentes grupos sociais e suas interpretações. Dizer que há uma identidade dominante associada a um lugar não significa dizer que exista apenas um grupo social ou apenas uma interpretação possível desse lugar. Isto dependerá da correlação de forças que envolvem os vários grupos.

Vimos, no início deste capítulo, que uma transformação importante no nível das políticas públicas para as áreas rurais deu-se no sentido de considerar a chamada multi-dimensionalidade desse espaço. Entretanto, como veremos a seguir, em muitas situações a dimensão econômica parece eclipsar as demais. Este parece ser o caso, por exemplo, da proposta de José Eli da Veiga e seus colaboradores, que, como se sabe, acabou servindo de texto-base para o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Pndrs) brasileiro.

Na avaliação dos autores, um grande modelo a ser seguido na tentativa de estimular o empreendedorismo e o desenvolvimento de regiões menos favorecidas é dado pelo exemplo dos *clusters* ou Sistemas Produtivos Locais (SPL) (Cf. Veiga et al., 2001:109). *"Pode-se entender os cluster como concentrações espaciais de negócios independentes que se comunicam, dialogam e transacionam para partilhar coletivamente tanto oportunidades quanto ameaças, gerando novos conhecimentos, concorrência inovadora e chances de cooperação. Quando chegam a se consolidar, esses clusters também podem dar origem a um complexo de instituições, costumes e relações de confiança que tendem a estimular uma outra trindade fundamental para o dinamismo econômico: a combinação de concorrência com cooperação, a combinação de conflito com participação e a combinação do conhecimento local e prático com conhecimento científico"* (Veiga et al., 2001:70).

Na visão do território a partir dos *clusters*, os atores sociais são basicamente as empresas de orientação econômica voltadas ao mercado capitalista que partilham uma formação socioespacial. Não se trata apenas de empresas agrícolas, mas daquelas provenientes de todos os setores da economia que formam redes de interação promovendo círculos virtuosos fundamentais para o dinamismo econômico.¹⁵ O desafio é analisar exemplos bem sucedidos de formação de *clusters* para tentar induzi-los em regiões menos favorecidas.

Esta ênfase no aspecto econômico nas formulações do território também pode ser vista nas definições de uso corrente adotadas pelo Sebrae, especialmente, na caracterização dos chamados Arranjos Produtivos Locais (APL).

"Arranjos Produtivos Locais são aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação/interação/cooperação/aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa"(Sebrae, 2002:1).

Para que haja um arranjo produtivo local, é necessário que exista aglomeração de empresas, isto é, um *"número significativo de micro e pequenos negócios que atuam em torno de uma atividade produtiva principal, em comparação com a dinâmica do território considerado, levando-se em conta, por exemplo, o número de postos de trabalho, faturamento, mercado, potencial de crescimento, diversificação etc."* (Sebrae, 2002:2). Nessa perspectiva, as empresas voltadas para a produção de mercadorias são os atores sociais fundamentais de um determinado território, assemelhando-se em muito com a definição de *clusters* descrita acima.

O problema é que outras motivações e constrangimentos – próprios de esferas como o parentesco, a família, a religião, o gênero e a etnias, por exemplo – também estão presentes na vida social, podendo oferecer ora resistências ora facilidades na implementação de novos projetos de desenvolvimento. Além disso, não se deve partir do pressuposto de que todas as regiões e todos os grupos sociais desejem se organizar de acordo com um único padrão, ou seja, de formar empresas, inserirem-se nos mercados e promover a acumulação do capital.

¹⁵ Na visão dos autores, os círculos virtuosos são momentos que conjugam concorrência com cooperação, conflito com participação e a combinação do conhecimento local e prático com conhecimento científico (Cf. Veiga et al., 2001:70).

Já foi observado que o estabelecimento de territórios pressupõe a definição de fronteiras que demarcam o pertencimento de um ou mais grupos a determinadas formações socioespaciais, mas ao mesmo tempo, excluem outros grupos. Considerar, portanto, as empresas voltadas ao mercado capitalista como atores privilegiados deixa de lado essa heterogeneidade social. Além disso, esse argumento traz consigo o risco de tomarmos a identidade dominante de um território como sendo a única. Podemos dizer que, quando se define a "vocação" de determinada região, para o turismo, para a agricultura, para a pecuária, para artesanato, entre outras, estamos no terreno das identidades dominantes. Isso não significa, todavia, que outros grupos sociais não estejam presentes, por exemplo, agricultores em regiões de artesanato, artesãos em região de pecuária e assim por diante. O problema de pautar o desenvolvimento exclusivamente a partir das identidades dominantes    que, de maneira simultânea, contribui-se para o arrefecimento de outras práticas e identidades e, conseqüentemente, da diversidade cultural que tanto se quer preservar.

Considerar que há múltiplos grupos sociais numa determinada forma  o socioespacial e que esses grupos disputam e propõem interpreta  es diversas sobre esse espaço será algo muito importante em nossa pesquisa em Vinhedo. Veremos, nos capítulos que se seguem, como essas interpreta  es são formuladas pelos atores considerados e quais as rela  es que estabelecem entre si.

Resumo

No decorrer deste capítulo, procurei identificar algumas reflexões no plano teórico que serão importantes para o desenvolvimento das proposi  es dos capítulos que se seguem à luz da evidência empírica do exemplo de Vinhedo. Comecei-o com o pressuposto de se levar em conta outras dimensões, além da propriamente econômica, nas formas de pensar e gerir o espaço rural. Caracterizei este esforço como um procedimento metodológico de

natureza multidimensional. Retomei alguns aspectos da crise da agricultura dos anos 80 para mostrar que o debate sobre as formas de gerir o espaço rural, dentro da literatura especializada, foi profundamente influenciado pelas transformações pelas quais passaram as economias capitalistas a partir dos anos setenta. A principal transformação descrita foi o aceite de que o espaço rural não pode mais ser compreendido somente como um local de produção de alimentos e de fibras. Novas funções, relacionadas à esfera do consumo, tal como a moradia e o turismo, foram incorporadas na agenda dos projetos de desenvolvimento. Foi importante considerar que o movimento de gerir o espaço rural pelo prisma tanto da produção como do consumo fez com que a literatura dos estudos agrários, sobretudo europeia, repensasse sua tradição. Como vimos, a revisão da categoria rural separou dois sentidos básicos que envolvem o seu uso. O primeiro é o entendimento do rural como um espaço físico e, o segundo, o rural como um local de relações sociais. O rural, nessa segunda aceção, possibilitou o desenvolvimento de pesquisas que foram além da dicotomia espacial entre rural e urbano e da possibilidade de pensar múltiplos espaços relacionados a múltiplas identidades sociais. Como consequência, observamos em alguns autores a proposta considerar a categoria "rural" como uma construção social, múltipla, aberta a diferentes percepções e contestações. O fundamental, nesse sentido, é analisar como os atores sociais constroem marcações rurais e urbanas em situações específicas e como estas passam a ser recursos identitários importantes na definição de grupos e demandas sociais. Relacionar ruralidades com identidades sociais possibilitou-nos romper com a noção de que há um significado único de um local e de que há disputas entre grupos sociais no sentido de afirmarem suas representações sobre esses lugares. Estas, como vimos, têm consequências práticas e não estão ausentes das relações de poder que permeiam os contatos entre esses grupos. Ao final, vimos que, se existe uma identidade dominante associada a um lugar, não se pode dizer que esta seja a única.

Capítulo 2

De Rocinha a Vinhedo

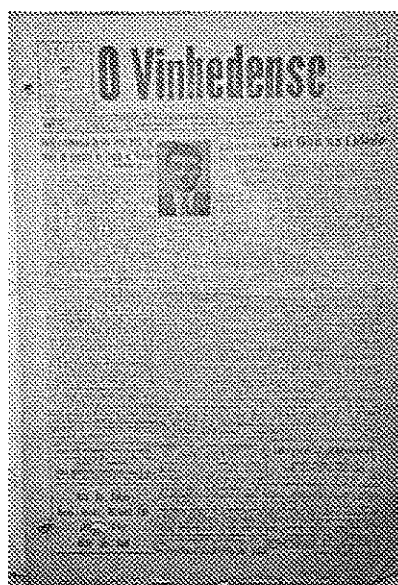
Importância da história

No capítulo anterior, vimos que uma das transformações importantes nas significações da categoria rural deu-se no sentido de considerá-la não apenas como um espaço de produção – sobretudo de alimentos e de fibras – mas também como um espaço de consumo. O rural deixou de estar imediatamente associado a um setor da economia, o primário, e passou a ser visto – seja pela literatura especializada seja pelos os gestores públicos – como um espaço diversificado cuja função pode estar relacionada também a outras atividades, especialmente, a moradia e o turismo. Essa transformação, como procurei mostrar, relacionou-se com mudanças mais amplas pelas quais as sociedades genericamente designadas como ocidentais passaram nas últimas décadas.

O município de Vinhedo, no estado de São Paulo, pareceu-me um bom estudo de caso para pensar sobre essas transformações porque o seu desenvolvimento segue, em linhas gerais, a passagem de um rural percebido como espaço de produção para um mais diversificado. De um município essencialmente agrícola no momento de sua formação – mas que já possuía um pequeno parque industrial –, Vinhedo passou a ser, desde meados dos setenta, um local de atração de moradores, sobretudo das classes média e alta de origem

urbana. Além disso, observa-se mais recentemente esforços no sentido de promover o turismo na região, tanto o ligado às atividades agrícolas como o de mero entretenimento.

Neste capítulo, intenciono mostrar que essas transformações no perfil econômico do município, da chegada de novos moradores e do incremento das atividades relacionadas ao consumo, observados contemporaneamente, não ocorreram de forma abrupta. Se olharmos a história de Vinhedo desde a sua emancipação, no final dos anos quarenta, podemos encontrar pistas que nos ajudam a entender o momento atual. Meus argumentos baseiam-se, sobretudo, no material coletado junto a exemplares de dois jornais do município publicados nos anos cinquenta, *Folha de Vinhedo* e *O Vinhedense*.¹⁶



Exemplo de capa do *Vinhedense*, 1958

¹⁶ Foram lidos e classificados 73 exemplares dos jornais do município nos anos 50, a saber, 67 exemplares do jornal *Folha de Vinhedo* (período entre 12 de janeiro de 1951 e 12 de dezembro de 1954) e 6 exemplares do *Vinhedense* (de 11 de maio de 1958 e 3 de agosto de 1958), o que corresponde a todo material a que tive acesso. A periodicidade dos jornais era quinzenal (a relação completa dos exemplares encontra-se nas referências bibliográficas). Ambas as publicações foram encabeçadas por Antonio Medeiros Júnior, figura de grande influência no momento, após a emancipação de Vinhedo, inclusive participando das primeiras administrações municipais. Os jornais que foram lidos fazem parte do arquivo pessoal de Antonio Medeiros Júnior, sob tutela de Amauri Von Zuben, ao qual agradeço por permitir que a pesquisa fosse realizada. Agradeço, também, à pesquisadora Verena Sevá Nogueira por ter participado ativamente na leitura e classificação dos primeiros exemplares dos jornais.

"O município de Vinhedo, com 300 km² de superfície está situado a 84 kms de São Paulo, servido pelas estradas Anhangüera e Paulista de Estrada de Ferro. Está a 730 metros de altitude, possuindo excelente clima, água em abundância, rede de esgoto em todo perímetro urbano, ruas sarjetadas sendo a principal calçada. Moderno grupo escolar abriga mais de 800 crianças, sendo que para o ensino secundário cogita-se na criação de um ginásio. Dois estabelecimentos bancários, Caixa Econômica Estadual, Coletoria Estadual, quatro clubes de esporte, duas associações beneficentes, três grandes indústrias e vinte pequenas. Existe na prefeitura municipal lei que isenta de impostos outras indústrias que se instalem no município. Sua principal atração turística condiciona-se a grande Festa da Uva, realizada anualmente no mês Janeiro ou Fevereiro, quando inúmeras pessoas de todos os recantos do estado para aqui vêm para apreciar as exposições de frutas e outras atrações que a festa oferece. Vinhedo possui 6 milhões de pés de uva. A população de Vinhedo eleva-se a 9 mil almas, sendo seis na zona rural e três na zona urbana. Dentre os seus inúmeros bairros, destaca-se o de Louveira, situado a 7 kilometros da sede, possuindo grande número de residências modernas, comércio intenso, cerâmicas, olarias, oferecendo toda área uma visão magnífica de seus extensos parreirais de uvas finas" (Folha de Vinhedo, 12 de janeiro de 1951, p. 2).¹⁷

Na apresentação da cidade do primeiro número do jornal *Folha de Vinhedo*, reproduzida acima, pode-se notar um certo fascínio pelos contornos urbanos que a cidade começa a adquirir, assim como pela sua nascente indústria. Foi preciso enfatizar que as ruas eram sarjetadas e a principal, calçada. Apesar de grande parte da economia do município girar em torno das atividades agrícolas, tudo leva a crer que havia um projeto político de transformação desse perfil. Apenas dois anos após a emancipação, já havia uma lei que isentava de impostos municipais as indústrias que quisessem se juntar às três grandes existentes (Cerâmica Jatobá, Tecelagem Storani e Atlas) além de outras vinte pequenas indústrias que por lá já haviam se instalado. Nesta apresentação, valiosa por ser a primeira, a agricultura aparece após a menção à principal atração turística da cidade: a Festa da Uva. É importante considerar que o turismo já era relacionado com a festa. Esse grande acontecimento, como veremos no capítulo quatro, é algo que movimenta a cidade e oferece

¹⁷ Gostaria de advertir o leitor de que esta transcrição e as demais preservam as expressões e a grafia da época.

oportunidade única do município se firmar tanto no cenário político regional como internamente para seus moradores. Não podemos deixar de lembrar a referência a uma certa qualidade de vida de Vinhedo, representada por seu excelente clima, água em abundância e redes de esgoto. A cidade, entretanto, já enfrentava sérios problemas em termos do abastecimento de água. Mas a valorização dessa qualidade de vida, observada nos anos cinquenta, será um elemento importante para entendermos o processo ulterior de desenvolvimento imobiliário. Vejamos alguns dados preliminares que nos permitem pensar sobre as transformações pelas quais a cidade passou.

Tabela 1: Evolução da População em Vinhedo.

	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2004 *
Número de Habitantes	8.525	9.332	12.338	21.647	33.612	47.215	54.134

Fontes: Fundação IBGE: Censos Demográficos; * Fundação SEADE: Perfil Municipal.

Vemos que, no começo dos anos cinquenta, a cidade possuía cerca de oito mil e quinhentos habitantes. Após cinquenta anos, a população da cidade eleva-se para cerca de cinquenta mil, isto é, aumentou cerca de seis vezes e meia. De acordo com o jornal *Folha de Vinhedo*, na década de cinquenta, 2/3 da população vivia na zona urbana e 1/3 na zona rural. Meio século depois, temos uma situação bastante diversa, com 97,8% dos habitantes vivendo em áreas consideradas urbanas, como podemos verificar na tabela abaixo.

Tabela 2: Distribuição da população de Vinhedo em 2000 por setor de residência

Situação do Setor	Habitantes	%
Área urbanizada de cidade ou vila	30,394	64.4
Área não urbanizada de cidade ou vila	15,780	33.4
Rural – exclusive os aglomerados rurais	1,041	2.2
Total	47,215	100

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico 2000

A agricultura, principal atividade econômica da cidade nos anos cinquenta, abrigava

cerca de 300 famílias que viviam essencialmente da plantação de uvas. Sobre o número de pés de uva, as fontes indicam uma certa imprecisão, podendo variar de seis a sete milhões de pés na década de cinquenta. Atualmente, de acordo com estimativas do agrônomo da Casa da Agricultura do município, Nelson Pupo, há cerca de seiscentos e cinquenta mil pés de uva em Vinhedo. Em 2002, de acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), base de dados produzida pelo Ministério do Trabalho e do Emprego, 15.012 trabalhadores formais estavam empregados na cidade, divididos nos seguintes setores:

Tabela 3: Empregados formais (%) por setor de atividade, 2002

	Indústria	Serviços	Comércio	Construção Civil	Agropecuária
RMC*	32,2	43,1	19,8	3,1	1,9
Vinhedo	46,4	33,9	16,7	3,1	0,7

* Região Metropolitana de Campinas

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, 2002.

A indústria é o setor que mais emprega trabalhadores formais na cidade (46,4%), seguida pelo setor de serviços e comércio. Levando-se em conta a Região Metropolitana de Campinas, da qual Vinhedo faz parte, o setor de serviços é o que mais emprega, seguido pela indústria e pelo comércio. Muito embora os dados refiram-se ao emprego formal, devemos notar que o setor agropecuário é aquele que menos emprega no município e também na região.

Vê-se, portanto, que nos últimos cinquenta anos a cidade foi palco de transformações expressivas no que diz respeito ao tamanho de sua população, ao local onde esta vive e à sua base econômica. Vejamos, nas páginas que se seguem, a sociogênese desse processo.

A vida simples de Rocinha

Antes da emancipação político-administrativa de Jundiá, ocorrida em 1949, Vinhedo era conhecida como Rocinha. Numa interessante matéria, extraída de um jornal do município dos anos cinquenta, o autor conta um pouco sobre a história da cidade. O leitor pode observar que a antiga Rocinha sempre foi lugar de passagem, primeiro de boiadeiros e depois de passageiros, com a instalação da estação de trem.

"Já sabemos por exemplo, que o distrito de Rocinha foi criado em 31 de outubro de 1908. Sabemos igualmente que a estação de Rocinha foi inaugurada em abril de 1872. Contam os velhos moradores do lugar que a fundação de Rocinha data de antes dessa época, pois muito antes da inauguração da estação da estrada de Ferro da Paulista, já existiam casas na localidade, que, por sinal, situavam-se onde hoje chamamos muito acertadamente de Rocinha Velha. O próprio nome de Rocinha tem uma explicação. Dizem que boiadeiros que transitavam para São Paulo transportando grandes boiadas paravam aqui e usavam a expressão rocinha para se referir ao lugar onde costumavam descansar" (Folha de Vinhedo, 13 de agosto de 1952, p.1).

Em 2003, um agricultor da cidade, cuja família reside há muito tempo em Vinhedo, contou que o nome Rocinha foi dado pela companhia de trem de forma um tanto quanto unilateral. Talvez seja por isso que, logo após a emancipação do município, tenha se escolhido um novo nome para a localidade.

"A cidade era o seguinte. Começou com a estação da linha do trem. Ai quando fizeram a estação, a própria companhia botou um nome lá na estação. Não perguntaram nada para ninguém. Vamo fazer uma estação aqui, eles olharam em volta. Dizem que tinha uma roça de milho ali e botaram a estação de Rocinha. E ficou. Mas na rua principal de hoje, era a estrada municipal que comunicava São Paulo com o interior. E a cidade começou a crescer em torno daquela estrada. Então hoje é 9 de Julho a rua principal. Tudo foi começando a crescer ali, tinha armazém, enfim, tudo o que era comércio foi crescendo ali naquela rua" (Carlos Ferragut, agricultor, 73 anos).

Em 1958, quando se comemoraram 50 anos da elevação de Rocinha a distrito de paz,

Medeiros Júnior assinou algumas reportagens especiais sobre a história da cidade nas quais entrevistava alguns moradores antigos. De acordo com esses informantes, a história do município confunde-se com a história da Fazenda Cachoeira, propriedade dos Barões de Arari, da família Monteiro de Barros. No trecho que se segue, pode-se notar imagens de um passado agrícola do município, das frutas que se produziam antes e que não se vêem mais.

"Estamos aqui diante da própria história de Vinhedo. Estamos abrindo um velho baú de madeira, que pertenceu ao velho Manoel Matheus. A surpresa do que surge para os nossos olhos, quase nos encanta. E, vamos tendo a certeza cada vez maior de que a velha rocinha desmembrara-se da Fazenda Cachoeira e que os verdadeiros fundadores da cidade são mesmo os Barões de Arari, da Família Monteiros de Barros. O Dr. Manoel está ao nosso lado. (...) E Dona Bibi nos vai contando que a nossa terra produziu frutos gostosos, de uma gostosura incalculável. As laranjas baianas tinham um tamanho descomunal e eram doces como açúcar. Os abacaxis produzidos eram qualquer coisa de belos e doces. Contávamos então com numerosos pés de laranjas, vastas plantações de abacaxis, melancias, etc. O Dr. Matheus ainda lembra que no seu tempo de menino, chegou a ver os frutos magníficos que a nossa terra produziu" (O Vinhedense, 20 de Julho de 1958, p.1).

Vera Lúcia Rodrigues considera que a história da fazenda Cachoeira pode ser um bom começo para entendermos as transformações do município. Segundo seu entendimento, *"a história da Fazenda Cachoeira exemplifica o que aconteceu com o mundo rural de Vinhedo. A Fazenda Cachoeira pertence a Dona Leontina Monteiro de Barros Swelles, que a herdou da avó aos treze anos. A fazenda tinha então cerca de 240 alqueires. Ressalte-se que a venda de terras faz parte da história de vida de Dona Leontina, que completou em setembro de 2001 cem anos. De família aristocrata – é filha do Barão de Arari e da baronesa de Arari –, viveu grande parte da vida passando longas temporadas na Europa para fugir do escaldante verão brasileiro. Sua prioridade tem sido garantir seu conforto e sua tranquilidade. O que tem sido feito através da venda de parcelas da Fazenda (...). A dificuldade de se continuar*

produzindo , aliada à especulação imobiliária, fez com que a opção no que se refere à Fazenda Cachoeira fosse a venda constante de glebas" (Rodrigues, 2001:64–66).¹⁸

Retomando as reportagens sobre a antiga Rocinha, vale a pena reproduzir o longo relato do Velho Corazzari.

"Cheguei aqui em 1888, um mês após a libertação dos escravos. Lembro-me de que, na minha chegada, avistei dois troles que levavam passageiros para Itatiba pela mesma estrada que passa hoje pela caixa D'água, de Campinas. Atrás, um preto montado em um cavalo transportava para aquela cidade um volume de correspondência. Era a vida simples de então. As casas existentes eram poucas. (...) As mesmas casas que existem até hoje em frente à estação existiam naquele tempo. Uma delas era uma venda do Joaquim Magalhães, vulgo Dito Figurão. (...) Mais acima, uma única casa da Vila Santa Cecília, a mesma por onde morou por muito tempo o Joaquim Rocha Campos e que agora foi demolida. Onde está o Biancalana de hoje existia um botequim com o romântico nome de Príncipe de Nápoles. Outra casa que existia, era a atual morada dos Magalhães ali na esquina da Rua Humberto Pescarini com Benedito Storani. Instalava-se nesta casa uma loja de Fazendas.(...) José Corazzari desfila agora os nomes de seus amigos daquele tempo. E, nesse desfile, nós vamos também ficando convencidos de que, ao contrário do que se pensa, não foram somente italianos que aportaram em Vinhedo e cooperaram para sua grandeza, se bem que tenhamos que dar à laboriosa colônia itálica um quinhão maior na construção da nossa cidade. Senão vejamos os nomes, todos alemães ou suíços, principalmente. Gutti, Carlos Mattenhauer; Wonrath; Jacob Hoffman; Walter Blumer; Jacob Eichemberger; Luiz Brisqui; Major Coqui; todos nomes alemães ou suíços. O velho Corazzari não lembra alguns prenomes. Mas lembra outros nomes, mais ligados à colônia italiana, citando seu próprio pai, Luiz Corazzari. Depois cita, João Lobato; Manoel da Fonte; Antonio Maria Torres; Augusto Mayer (outro nome suíço); Justino Frignani; Luiz Mingarelli; João Roder; Pedro Tome; João Viel; Biagio Felipe; Egisto e Guido Cinci; João Bampa; José Zacarias; Zacarias Moraes; Ricieri e Vitor Mazzali; José Matheus; Angelo Andreta; Jorge Canela; Francisco Canela; Guerino Pescarini; Ormeneze; Casteluber (outro nome suíço ou alemão); Madame Casa; Barsoti; Antonio Mateus; Ernesto Galo e outros que chegaram mais tarde e que nem por isso deixaram de prestar sua colaboração ao engrandecimento da Vila de Cachoeira, depois Rocinha e hoje Vinhedo"(O Vinhedense, 3 de agosto de 1958, p. 4).

¹⁸ Dos 240 alqueires iniciais, a fazenda possui atualmente 89, incluindo a sede. Grande parte do que é hoje a área central do município foi, tempos atrás, parte da Fazenda Cachoeira.

O relato de Corazarri é rico em imagens da Rocinha da virada do século: os troles, a venda do Dito Figurão, a estação de trem e as poucas casas da cidade. Acrescentando-se as imagens de Matheus, mais agrícolas, de laranjas – de tamanho descomunal – e abacaxis belos e doces, temos um panorama daquela vida *"simples de então"*.

Devemos notar que a lista de amigos de Corazarri indica que os italianos, apesar de serem muito importantes, não foram os únicos que estiveram presentes na história do município. Alemães, suíços, portugueses – como o próprio Matheus – e os italianos foram os principais grupos de imigrantes presentes nos momentos iniciais de Rocinha.¹⁹ A marcação italiana de Corazarri não é tida como fundamental em seu relato sobre o município. De certo modo, deixa de lado o passado italiano e privilegia a sua história e de sua família após a sua chegada em 1888. Sua referência a amigos alemães e suíços dá-nos a impressão de uma grande convivência com a diversidade étnica, em que pessoas de diferentes regiões e culturas deixavam de lado suas particularidades e assumiam a sua segunda pátria, o Brasil, onde construíam um novo município.

A referência ao botequim Príncipe de Nápoles, contudo, indica que esse passado italiano não foi assim tão esquecido. O *"preto montado em um cavalo"*, possivelmente a serviço da empresa de Correios, sinaliza para uma maior complexidade nas relações raciais do que simplesmente aquela imagem de convivência pacífica entre os imigrantes e os moradores de Rocinha. Ao escolher determinadas figuras ilustres para narrar o passado da cidade, o jornal ofereceu uma versão de sua história na qual os imigrantes, brancos de

¹⁹ Podemos aqui incluir também os espanhóis: "Aos 87 anos de idade, faleceu no dia 12 do corrente, nesta cidade, o Sr. Antonio Ferragut, chefe de numerosa família. De origem espanhola, veio para o Brasil ainda bem moço, fixando-se na antiga Rocinha há quarenta e sete anos, onde iniciou suas atividades como agricultor na fazenda Monte Alegre." (Folha de Vinhedo, 22 de outubro de 1952, p. 4.). Assim como os austríacos: "Em janeiro de 1891 chegava em Rocinha o jovem austríaco Germano Mayr, apenas com dezoito anos, onde passou a trabalhar na fazenda Boa Vista, de que era proprietário José Lascasas e administrador Luís Carlos Teixeira Pinto. Dali passou a trabalhar no sítio que hoje pertence ao Sr. Manoelito Junqueira. Residiu mais tarde no bairro da Capela, empregando seu trabalho como meeiro de culturas de uvas. Em 1907, adquiriu o sítio, onde se estabeleceu e permanece até hoje. (...) Foi o introdutor das uvas branca e rosada, para o que obteve os "cavalos" em Jacareí, sendo que os da niágara vieram da fazenda do saudoso Dr. Luís Pereira Barreto, de Pirituba" (Folha de Vinhedo, 12 de novembro de 1952, p. 4.).

origem européia, são tidos como os grandes heróis em detrimento de outros grupos sociais, tais como os negros. A esse respeito, veremos no capítulo cinco como essas histórias familiares passam a ser importantes no estabelecimento da identidade das famílias dos agricultores da região.

Os imigrantes na região

De acordo com Elizabeth Filipini, entre o final do século XVIII até a primeira metade do século XIX, a economia de Jundiaí – que até então abrigava Rocinha – girava em torno de algumas fazendas de cana-de-açúcar e, principalmente, em torno do comércio de muares, sendo a cidade um importante centro de preparação de equipamentos e de tropas de animais. Segundo o relato do viajante J. J. Von Tschudi, coletado por Filipini, Jundiaí *"fora uma vila importante e rica, quando nas fazendas e nos arredores se plantava muita cana-de-açúcar. Seus habitantes entretinham um animado comércio de mulas, que compravam ainda selvagens em Sorocaba e as domavam para depois revendê-las, como bestas ou animais de sela. Este comércio proporcionava-lhes bons lucros e além disso fabricavam ótimas selas e arreios"* (Filipini, 1988:74).

Inglez de Souza nos oferece um valioso relato sobre a importância da cana-de-açúcar na primeira metade do século XIX na região de Jundiaí.

"O advento do século XIX encontra a paisagem rural de Jundiaí forrada de canaviais, roças de arroz, de feijão, de milho e de trigo, os campos povoados de gado e eqüinos, nos quintais a fartura de porcos e galinhas. Flagrante autorizado desse quadro de fartura campesina, dá-nos, em tintas sugestivas, Luiz D'Alincourt em sua 'Memória'. Visitando Jundiaí em 6 de setembro de 1818, assim se exprime o solerte engenheiro lusitano: 'o açúcar, a aguardente, o toucinho, são os principais gêneros de exportação. Colhe-se milho em quantidades, arroz, legumes de várias qualidades e especialmente feijão, fazem farinha de mandioca, plantam algum trigo e criam gado vacum e cavalos. Há no termo perto de quarenta engenhos, entrando neste número os de aguardente...', ressaltando a notável atividade tropeira que caracterizava Jundiaí, donde anualmente

saíam de oitocentas a mil bestas" (Inglez de Souza, 1959:124).

De acordo com fontes coletadas por Elisabeth Filipini, esse cenário se transforma em 1860, momento em que *"as terras se achavam depauperadas, o comércio de muires diminui sensivelmente e a indústria de selaria se extinguiu..., a localidade perdeu todo o brilho dos tempos passados."* *Metade das casas não eram habitadas, seus donos as visitavam apenas aos domingos, quando vinham de seus sítios à vila para assistir à missa"* (Filipini, 1988:74). A região iria reencontrar sua pujança no último quartel do dezenove graças à expansão da cultura cafeeira, concomitantemente, à construção de novas ferrovias.

Na interpretação do historiador Sérgio Buarque de Holanda, o avanço da cultura cafeeira, nos moldes que se observou a partir do final do século XIX no estado de São Paulo, só foi possível se levarmos em conta dois fatores: a construção das ferrovias e o trabalho imigrante. Em relação ao primeiro, seria impraticável, na avaliação do historiador, o estabelecimento de novas lavouras enquanto só se pudesse contar com as tropas de animais para o produto. *"No entanto, é justamente em 1860 que principia a construção da Estrada de Ferro de Santos a Jundiaí, que, abreviando o tempo de percurso e tornando menos oneroso o transporte, facilitaria o desbravamento de áreas excepcionalmente férteis. Concluída a linha em 1879, e tendo a São Paulo Railway renunciado ao propósito de prolongá-la para além de Jundiaí, uma vez que sua própria zona privilegiada já lhe proporcionaria, sem esforço e dispêndio maior, uma parcela apreciável dos lucros resultante do transporte de todo o café produzido no Oeste paulista, deliberou o governo provincial recorrer a fazendeiros e homens de negócio para levar avante uma empresa de que seriam eles os maiores beneficiários"* (Holanda, 1972:5–6). A empreita, isto é, o prolongamento da ferrovia, inicialmente até Campinas e depois para o interior do estado, afetou diretamente a vila de Rocinha. Em 1872, foi inaugurada a estação de trem da Companhia Paulista de Estrada de Ferro na vila.



Estação de Trem de Vinhedo (2002)

Vale a pena observar, no relato do historiador, como a produção e o comércio do café foram beneficiados pelo prolongamento da ferrovia. *"A vantagem resultante só do trecho entre Jundiaí e Campinas patenteava-se ante a consideração de que o custo de transporte por arroba era então orçado, no mínimo, em 440 réis, ao passo que, feita a via férrea, o preço ficaria reduzido a um máximo de 140 réis, e isso significaria para o produtor uma economia de 300 réis por arroba, e não foi difícil reunir-se um grupo de capitalistas dispostos a tomar a seu cargo o empreendimento. Iniciada a construção em 1870, com bitola igual à de Santos a Jundiaí – 1m60 – já em 1872 os trilhos da Companhia Paulista chegavam até Campinas. Tão altos e promissores se revelaram os proveitos que a estrada não parou nesse ponto: em 1875 alcança Limeira, em 1876 Rio Claro, em 1877 Araras, em 1878 Pirassununga. Em 1885, finalmente, vai atingir as beiras do rio Mogi-Guaçu em Porto Ferreira"* (Holanda, 1972:6).

A iniciativa de particulares da terra em assumirem a empreita de prolongar a ferrovia, dado o desinteresse da companhia *São Paulo Railway*, foi saudada com entusiasmo na época. O bom resultado alcançado pela Companhia Paulista influenciou a formação de outras empresas, com objetivos e composição semelhantes, tais como a Mogiana. Para os nossos objetivos, interessa-nos frisar que a construção da estação de trem de Rocinha

insere-se dentro desse processo mais amplo de fortalecimento da cultura cafeeira, lado a lado com a expansão da rede ferroviária estadual.

Dado o impulso que a cultura cafeeira recebeu a partir da construção das ferrovias, juntamente com os crescentes lucros que o casamento entre essas duas atividades gerou, não demorou a faltar braços para trabalharem nas lavouras de café. Não podemos esquecer que uma tradicional fonte de suprimento de mão-de-obra, o mercado de escravos, já estava em declínio desde a segunda metade do dezenove e foi, pelo menos do ponto de vista formal, extinto em 1888. Aos olhos de hoje, chegam a ser hilariantes algumas proposições da época para resolver a escassez de mão-de-obra: *"Entre as propostas mais curiosas para a solução do problema da penúria de braços pode citar-se a de um político e escritor que chegou a sugerir com toda a seriedade a domesticação de macacos. Os quais, depois de devidamente adestrados, poderiam eficazmente auxiliar o plantio e a colheita do café. A própria extravagância da idéia serve para mostrar, entretanto, a que extremos podia chegar a aflição dos interessados"* (Holanda, 1972:7).

O recurso ao trabalho de imigrantes, nesse sentido, passa a ser uma alternativa viável dentro desse cenário de falta de mão de obra que assombrava a cafeicultura paulista do último quartel do dezenove. É preciso considerar que o aporte de imigrantes para o oeste de São Paulo teve algumas características que o distinguiram se levarmos em conta a entrada de imigrantes em outros estados, sobretudo Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Diferentemente do que ocorreu nestes estados, a maior parte dos imigrantes que veio para o oeste de São Paulo não se dirigiu aos núcleos coloniais, onde o imigrante recebia uma propriedade. Embora houvesse algumas importantes exceções, tais como veremos em Jundiaí, a maior parte dos imigrantes que chegou a São Paulo veio trabalhar como assalariado nas fazendas de café. Na avaliação de Sérgio Buarque de Holanda, *"o rápido desenvolvimento da viação férrea, estimulando a formação do cultivo do café em grandes propriedades, só permitia, no momento, o apelo ao trabalhador assalariado, mesmo porque*

as terras apropriadas para o cultivo e situadas ao alcance, ou a pouca distância, das ferrovias já tinham donos e, quando os não tivessem, a importação de trabalhadores, condicionada à doação ou à distribuição de lotes de terras em grande escala, se tornaria ao cabo impraticável, por exceder aos recursos disponíveis não já pelos particulares como pelos próprios cofres públicos. Nem haveria tempo para uma reforma nos sistemas tradicionais que associaram a cafeicultura à grande propriedade"(Holanda, 1972:8). Essa peculiaridade da imigração para o oeste paulista fez o historiador observar que esse processo se aproximava, em muitos pontos, ao de uma empresa capitalista de estilo mais moderno.

Seguindo a linha de relacionar a expansão do café, a expansão das ferrovias e a imigração, em 1886 foi fundada por um grupo de fazendeiros paulistas – alguns, como Martinho Prado Júnior, já tinham sido fundadores da Companhia Paulista de Estrada de Ferro – a Sociedade Promotora de Imigração de São Paulo. Esta Sociedade acabou tendo um papel decisivo no processo de expansão da imigração no estado de São Paulo. Se levarmos em conta apenas os imigrantes italianos, Lucy Hutter demonstrou que, entre 1882 e 1886, o número de imigrantes italianos que deram entrada na hospedaria de imigrantes em São Paulo cresceu de 2.015 para 5.723. Em 1887, já sob a influência da Sociedade Promotora de Imigração, este número passou para 29.413, atingindo 79.751 em 1887 e 20.154 em 1889 (Cf. Hutter, 1972:159). Durante o período de sua duração, pouco mais de 5 anos, a Sociedade foi diretamente responsável pelo ingresso de cerca de 118.000 italianos, de acordo com Inglez de Sousa (1959:102).

Descreve Hutter que os imigrantes italianos, quando chegavam ao porto de Santos, eram encaminhados para a hospedaria de imigrantes em São Paulo e posteriormente levados para as fazendas de café, onde eram contratados, ou para os núcleos coloniais onde adquiriam um lote de terra. Vimos que a maioria dos imigrantes italianos da época dirigia-se para a lavoura cafeeira e não para os núcleos coloniais. Como bem observa esta autora, apesar de ter recebido uma menor quantidade de imigrantes, os núcleos coloniais oferecem

uma documentação disponível para o historiador interessado nos processos imigratórios, o que muitas vezes não ocorre nos registros particulares das fazendas.

Na região de nosso interesse, um importante Núcleo Colonial foi estabelecido em 1887. Trata-se do Núcleo Colonial Barão de Jundiá. Apenas três anos após a instalação do Núcleo, em 12 de outubro de 1890, o jornal *Cidade de Jundiá* publica uma matéria elogiosa a seu respeito. Há, também, a referência à cultura da uva, que começa a despontar na região.

"É fora de dúvida que um dos principais focos d'onde emana notável progresso para este município é o núcleo colonial Barão de Jundiá (...). A cultura da uva tem alli merecido especial atenção dos colonos, e a safra deste ano promete ser abundantíssima, o que certamente se repetirá nos anos subsequentes, em vista do alargamento das plantações. O plantio de cereaes é da mesma maneira trabalhado com meticoloso zelo, esperando-se enorme colheita para o próximo anno"(Fillipini, 1988:75).

Um depoimento colhido por Fillipini, o de D. Maria Chiaramonte Bianchini, neta de um irmão de um dos primeiros colonos do Núcleo, torna-se interessante exatamente porque ilustra como foi a vida dos primeiros imigrantes que vieram para a região. Os moradores do Núcleo Colonial eram, em muitos casos, os primeiros de uma série de outros, os quais, aproveitando-se do contato e das facilidades junto aos primeiros residentes, para lá dirigiam-se a fim de, posteriormente, estabelecerem-se em outros locais. O avô de D. Maria, por exemplo, chegou ao Brasil em 1894 mas, quatro anos antes, seu irmão já havia se instalado no Núcleo. No começo, todos residiram no Núcleo, mas depois compraram seu próprio sítio.

"A família resolveu vir para cá. Depois, os imigrantes que vieram junto fizeram o mesmo sacrificio que eles faziam. Aqui, meu pai trabalhou com o engenheiro para dividir as terras naquela época... Fizeram [os imigrantes] um esforço, compraram uma 'colônia' (um lote) que era de quatro alqueires. Era tudo sítio! Meu avô comprou de segunda mão aqui. Naquela época, pagaram quatro contos de réis... Eles trabalhavam muito. Depois, porque a vida era difícil e, para, pagar os dois contos..., então, meu pai, com um compadre, precisou sair daqui para

trabalhar numa fazenda perto de Campinas, na Fazenda Santa Gertudres. Saíam daqui às segundas-feiras! Coitada da minha avó, fazia pão pra eles pra passar a semana. O meu pai ficava fora a semana toda..., levava comida e fazia comida lá. Lá ele e outros companheiros da Colônia mesmo! Em Campinas, trabalhavam em tudo... O meu pai ia trabalhar fora pra poder pagar o terreno. Depois, ele trabalhou com a carroça na praça, em Jundiaí mesmo. Eles sofreram! Mas devagarinho trabalhando, venceram!"(Fillipini, 1988:75–78).

Compreende-se, através deste relato, que a imigração não pode ser considerada como simplesmente o deslocamento de pessoas e suas respectivas famílias de, digamos, um ponto A para um ponto B previamente determinados. São processos complexos e criativos que envolvem uma série de fatores, tais como rearranjos familiares, vínculos estabelecidos no local de destino, condições econômicas e sociais entre outros. A esse respeito, Ellen Woortmann (1995), comentando sobre a imigração alemã no sul do país, descreve com extrema clareza as diferentes estratégias que permeiam os deslocamentos migratórios. De acordo com esta autora, *"a emigração nem sempre conduzia ao local de destino definitivo"*. Muitas vezes, grupos de parentesco se dividiam por diferentes países para depois se reagruparem no lugar mais favorável. Em outras situações, quando as condições da primeira instalação eram consideradas insatisfatórias ou insuficientes para abrigar todos os familiares, o deslocamento original era o primeiro de outros até que se achasse o local definitivo. Veremos, no capítulo seis, como esses rearranjos familiares também foram observados nos deslocamentos que envolveram os caseiros da região.

A cultura da uva na região

Em seu *Origens do Vinhedo Paulista*, Inglês de Souza considera que, embora a viticultura paulista tenha se iniciado no século XVI, quando Martim Afonso de Sousa trouxe *"para as terras pátrias o bacelo da parra"*, ela se torna comercialmente importante somente no século XIX. Segundo este autor, um fator responsável para o impulso da viticultura em São Paulo foi a introdução da variedade *Isabel*, que chega ao estado no começo do dezenove

e passa a ser cultivada nos arredores da capital. No decorrer do século XIX, a maior parte da viticultura paulista concentrava-se em torno da capital. O interior somente tornou-se importante, em termos comerciais, a partir do século XX.

Na região de Jundiaí, a primeira referência à cultura da uva como sendo algo significativo pode ser vista no relatório apresentado, em 31 de dezembro de 1887, pela Comissão Central de Estatística ao Presidente da província. Nele, podemos notar que, embora o café dominasse o cenário agrícola do município, a cultura da uva já era incipiente: *"a principal lavoura do município é a do café, de que faz uma exploração média anualmente de 2 milhões de quilos. A cultura da vinha vae-se desenvolvendo no município, contando-se já algumas pequenas propriedades agrícolas dedicadas exclusivamente a esse gênero de lavoura. Já tem ensaiado com optimo resultado a fabricação de vinho"* (Inglez de Souza, 1959:125).

Embora possamos encontrar essa referência, Inglez de Sousa afirma que *"a viticultura, em proporções dignas de menção, só surge em Jundiaí após a fundação, em 24 de setembro de 1887, do Núcleo Colonial Barão de Jundiaí"* (Inglez de Souza, 1959:127). A chegada dos imigrantes, portanto, foi um fator decisivo para impulsionar a cultura da uva. No relato, reproduzido abaixo, pode-se notar a importância dos italianos na implantação da uva em Vinhedo.

"Aqui [em volta de sua propriedade] era tudo lavoura. Quando eu comecei a ir na escola, já começou a plantação de uva na região. O mercado era pequeno, tinha pouco mercado, mas como tinha muita italianada por aqui, se tinha muita plantação de uva de vinho. Quase todos os proprietários faziam vinho. E tinha muita gente que até conseguia vender um pouco de vinho, porque tinha outras regiões, como, por exemplo, na região de Itu, que tinha muito italiano, e se vendia muito vinho para região de Itu. Porque eles vinham comprar, né? Naquele tempo, só se usava barril de 100, 200 litros. Era uva preta, a maior parte era essa uva que tem no sul hoje, Santa Isabel. Mas tinha uva corvina também. A uva corvina tinha diversas variedades, era uva azeda. Os italianos gostavam muito de fazer o vinho da uva corvina porque ela é uma uva mais forte, produz um vinho mais seco. Por sinal, um vinho muito bom, né?" (Carlos Ferragut,

agricultor, 73 anos)

No decorrer do século XX, a cultura da uva tornou-se a atividade mais importante da região. Dois fatores contribuíram para essa transformação. Em primeiro lugar, a introdução de novas variedades da uva, tais como a Seibel 2, a Niagara Branca e posteriormente a Niagara Rosada que substituíram em importância a variedade Isabel.

"Com o decorrer dos anos, foi aumentando a produção da uva de mesa. No começo era só uva branca. Depois surgiu a uva rosada, na época de 40, por aí, eu não me lembro certo a data. Foi uma dificuldade para entrar no mercado. Porque o povo tava acostumado com a uva branca. E conhecia a uva. Mas aos poucos, como a uva rosada você conhecia melhor na hora de colher, tendo rosada ela tava doce, e a uva branca, chamada niagara branca, às vezes você cortava o cacho azedo. Então ela foi pegando o mercado, mais pela cor. Se está rosada já sabe que tá doce. E o povo foi devagarinho aceitando. Levou uns quatro, cinco anos para aceitar bem" (Carlos Ferragut, agricultor, 73 anos).

Em segundo lugar, o enfraquecimento da cultura do café na região.

"Primeiro, as terras declivosas do município, que rapidamente caminharam para o empobrecimento, forçando o abandono dos cafezais, que encontravam nas terras roxas da oeste e arenosas da Araraquarense melhores elementos de prosperidade. O segundo fator foi a geada de 1918, que liquidou a maior parte dos cafezais. Os golpes de misericórdia se seguiram: a broca em 1923 e a dura crise econômica de 1929. Os homens do café tornaram-se viticultores" (Inglez de Souza, 1959:139).²⁰

Somente na década de 30, com o aparecimento da variedade Niagara Rosada, até hoje a principal produzida na região, é que a cultura da uva experimentou uma expansão notável em sua produção e comercialização. Ademais, por ser uma variedade formada na região, a *Niagara Rosada* é motivo de orgulho dos produtores e histórias sobre o seu aparecimento povoam o imaginário de suas conversas.

²⁰ A afirmação peremptória de que os homens do café tornaram-se viticultores talvez mereça algum cuidado, sobretudo em relação ao sentido da palavra homens nesta frase. São aqueles que trabalhavam no café os ou proprietários das fazendas de café? Vimos que antes de 1929, a região já contava com imigrantes que, em suas pequenas propriedades, já desenvolviam o cultivo da uva. Portanto, os homens que trabalhavam no café (como assalariados) já eram, em grande parte, viticultores. Quanto à transformação do proprietário, ou seja, do cafeicultor em viticultor, isso talvez mereça um estudo mais detalhado. A crise do café possivelmente favoreceu a

De acordo com Inglez de Souza, "em 1933 apareceu, em Louveira, na vinha de Antonio Carbonari, uma cepa de Niagara Branca, ostentando em alguns pâmpanos maravilhosos cachos de bagas vermelhas e que foram descobertas pelo viticultor Aurélio Franzini. Nascera, assim, por mutação somática, a Niagara Rosada, que se tornaria a uva de mesa mais cultivada do estado" (Inglez de Souza, 1959:139). No relato de alguns viticultores a que tive acesso, é dito que seus pais lhes contaram que o primeiro cacho de Niagara Rosada apareceu nas vinhas de Aurélio Franzini, mas o velho Carbonari, sorrateiramente, as furtou e disse que tinha sido produto de suas terras. Mas esta versão é também contestada por alguns agricultores.

"O Carbonari tinha muita plantação de uva e a própria natureza se incumbiu de, no pé de uva branca, soltar um ramo de uma uva que ficou rosada. Isso é genética da própria natureza, sei lá, pulverização de algum inseto, sei lá como apareceu. Ele foi muito ativo, porque o que ele fez? Ele marcou aquele galho e, quando chegou a época da enxertia, ele pegou aquele galho e enxertou um pé. E aquele pé passou a produzir uva rosada. E daí ele foi expandindo. Então nasceu na mão dele. Hoje o Carbonari tá na quinta geração de uva. (...) Seja do modo que for contado, é verdadeiro, apareceu. Mas não é só com a uva rosada que aconteceu isso. Na uva Itália, tem hoje a uva Itália que é a branca, tem a uva Rubi, tem a uva Benetac, tem a uva Brasil, todas foram descendentes da uva Itália. Nasceu no meio. (...) É tudo obra da natureza" (Carlos Ferragut, agricultor, 73 anos).

Controvérsias a parte, o fato é que "a Niagara Rosada conquistou o mercado paulistano e, em 1939, invade o carioca com grande sucesso. (...) Hoje [1959] a Niagara Rosada domina amplamente os vinhedos locais. A Isabel é restritamente cultivada. A Seibel 2 é o sustentáculo da nossa indústria enológica. Possui talvez só o município de Jundiaí, agora desfalcado de Vinhedo, 16.000.000 de parreiras, sendo que, deste total 10.000.000 devem ser de Niagara Rosada, 3.500.000 de Seibel 2 e o restante de Niagara Branca, Isabel e outras castas" (Inglez de Souza, 1959:141).

compra e o conseqüente desmembramento das grandes fazendas em propriedades menores. O cafeicultor, quem sabe, não tenha se tornado viticultor, mas foi substituído por ele.

Na década de cinquenta, a cultura da uva já era o principal produto de Vinhedo.

"Vinhedo, cujo nome é representado pela sua principal cultura, 'uva de mesa', com seus 7 milhões de pés divididos na maioria entre pequenos agricultores, é um fator decisivo na economia do município. O produto que de ano para ano vem aumentando e é exportado para alguns estados do país. Este ano a produção foi das maiores, devendo atingir 1.700.000 caixas, num total aproximadamente de noventa e cinco milhões de cruzeiros, pois o preço obtido foi bom. Ouvindo alguns produtores, soube-se que no próximo ano é intenção (sic) modificar o sistema de venda, ampliando para o interior do estado, onde alcançará melhor preço. Amanhã por ocasião da 'Festa da Uva' os expositores brindarão o público, apresentando seus magníficos produtos" (Folha de Vinhedo, 16 de janeiro de 1952, p. 4).

Tão importante era o cultivo da uva que, no momento da emancipação política de Jundiá, em 1949, dos quatro nomes selecionados para a denominação da nova cidade, três se referiam especificamente a tal cultivo: Vinhalândia, Videral e Vinhedo. O quarto nome, Arariúna, referia-se ao processo de ocupação do município cuja origem remonta à Fazenda Cachoeira de propriedade do Barão de Arari (Cf. Histórico do Município de Vinhedo, 1999:2).

"Mas o que puxou mais [o desenvolvimento da cidade] foi a plantação de uva, porque todo o proprietário vivia da uva. A economia do município era só uva. E só uva de mesa. A uva de vinho acabou. Ninguém mais fazia vinho. Só fazia 100, 200 litros para o gasto da família. Transformou tudo em uva de mesa. Com exceção dos fazendeiros, que tinham muita terra, eles ainda tinha lavoura. Mas mesmo os fazendeiros plantavam uva. Foi aí quando se desligou o distrito de Rocinha de Jundiá. Houve um plebiscito e arrumaram três nomes. Não estou lembrando o nome que era. Mas pelo nome de plantação de uva, escolheram Vinhedo. E ficou Vinhedo" (Carlos Ferragut, agricultor, 73 anos).

Em relação ao tamanho das propriedades, podemos dizer que a cultura da uva era desenvolvida em pequenas e médias propriedades, tal como pode-se depreender no trecho abaixo.

"Um matutino paulistano, alinhando considerações de ordem estatística em torno da produção vitícola do Estado, referiu-se ao produtor de uvas como sendo um homem feliz. Feliz, porque vive sem grandes preocupações de ordem financeira, dado que a produção de uvas, anualmente, satisfaz e proporciona meios para o viticultor viver relativamente feliz. De modo geral, não sabemos se esta afirmação corresponde à verdade, de vez que,

não conhecendo todos os municípios produtores de uvas, não podemos afirmar até onde vai esta felicidade que é tanta no município de Vinhedo. Dizemos isso porque, possuindo Vinhedo para mais de 300 pequenos agricultores, são tantas as famílias que usufruem os benefícios proporcionados pela produção dos vinhedos. Aqui, não existe praticamente o latifúndio, a terra está distribuída eqüitativamente, ou não, entre um número considerável de lavradores" (Folha de Vinhedo, 11 de março de 1953, p. 3).

Note-se, ademais, a menção ao viticultor da época como sendo aquele que não tem muito do que reclamar. Os preços obtidos com a venda da uva proporcionavam uma vida tranqüila para as 300 famílias que dependiam do produto. A uva, além disso, representava o município e ver o nome de Vinhedo estampado nas caixas de uvas que percorriam São Paulo e outros estados era motivo de orgulho. Quando a origem do produto era disfarçada, isso provocava protestos veementes por parte do jornal.

"Esta "Folha" que age em defesa e desenvolvimento do município, mais uma vez denuncia ao chacareiro e sitiante o que vem passando na capital. Os carrinheiros que adquirem no mercado municipal uvas do nosso município – Vinhedo e Louveira – recebem ordens para apregoar o produto como procedente do Marengo. Ora, se os Srs. Chacareiros e sítiantes todos do município se dispuserem a reagir contra o embuste, usando o carimbo a fogo nas caixas de tal forma que impeça a colocação de rótulos sobre-postos [sic] aos de origem, os espertalhões serão forçados a recuar. De que servem, pois, o capricho, o trabalho dos nossos viticultores durante um ano com objetivo de apresentar na praça um excelente produto que afinal vai ser vendido como de outra procedência? É preciso reagir em homenagem ao município de Vinhedo!" (Folha de Vinhedo, 28 de janeiro de 1953, p.1).

Essa postura de revolta servia também em relação às uvas produzidas em Louveira. Ainda um bairro de Vinhedo, não se admitia que as uvas procedentes dessa localidade pudessem ter uma denominação própria, tal como esta matéria indica:

"Há dias, estive no mercado municipal de São Paulo, onde, com grande estranheza, verifiquei que a rotulação das caixas de uva procedentes de Louveira não se referem ao "Município de Vinhedo". A fim de dissipar dúvidas, perguntei – muito de propósito – ao proprietário da banca: "essas uvas não são de Vinhedo?" Ao que ele respondeu-me: "Não. Louveira nada tem a ver com Vinhedo!..." Francamente, não sei a que atribuir semelhante resposta, se ao produtor ou ao intermediário. O que

é fato é que o poder municipal está no dever de tomar conhecimento do caso, para as devidas providências. Eu, pelo menos, não creio que um produtor de uvas do Bairro de Louveira oculte a existência de Vinhedo!" (Folha de Vinhedo, 23 de dezembro de 1953, p. 4).

Se a imagem do viticultor dos anos cinquenta apresentada pelo jornal é de quem não tinha muito do que reclamar, isso não significa, todavia, que não houvesse problemas nesse tipo de atividade. O próprio periódico apresenta diversas dificuldades, tais como as relacionadas aos atravessadores (Cf. *Folha de Vinhedo*, 20 de abril de 1952, p. 1), aos agricultores mais gananciosos que põem frutas verdes em suas caixas de uva denegrindo o nome da cidade (Cf. *Folha de Vinhedo*, 20 de dezembro de 1953, p. 1), aos problemas concernentes às intempéries climáticas, à falta de crédito, à escassez de mão-de-obra dada pelo êxodo rural (Cf. *Folha de Vinhedo*, 11 de março de 1953, p. 4), problemas nas relações de trabalho (Cf. *Folha de Vinhedo*, 11 de novembro de 1953, p. 1) – notadamente as condições de trabalho dos colonos – e aos riscos advindos de uma economia baseada na monocultura (Cf. *Folha de Vinhedo*, 11 de abril de 1954, p. 1).

Em síntese, o jornal, ao retratar matérias que apresentam as virtudes e os problemas da agricultura de Vinhedo dos anos cinquenta, indica a complexidade que esta atividade apresentava naquele momento. De um lado, uma sofisticada rede de produção, seguro, distribuição e aferição da qualidade do seu principal produto, a uva. A qual, além disso, estava profundamente associada à imagem do município a ponto de vermos protestos quando a origem do produto era negligenciada ou se um produtor, mais ganancioso, tentasse vendê-la verde. De outro lado, problemas preocupantes: êxodo rural, escassez de mão de obra, dependência da monocultura e exploração do trabalho.

A emancipação de Jundiaí

Vejamos como foi o processo de emancipação administrativa de Vinhedo de acordo esta matéria extraída da *Folha de Vinhedo* de 1951, quando se comemorou o terceiro aniversário da cidade.

"Todos estão lembrados do plebiscito que deu a Vinhedo a tão desejada emancipação. Foi a 24 de outubro de 1948, e a vitória dos que queriam a autonomia da outrora Rocinha foi tão esmagadora que os poucos votos dados com a cédula "não" nem sequer [sic] foram tomados em consideração pelo povo. Realizado o plebiscito esperamos pelo dia da instalação do município, que afinal veio a 1 de janeiro de 1949. A sede do Rocinhence serviu como local da solenidade, que foi presidida pelo secretário da prefeitura de Jundiaí, Snr. Plínio Luiz Martins Bonilha, devido à impossibilidade da presença do Snr. Dr. Vasco Antonio Venchiarutti, então prefeito municipal." (Folha de Vinhedo, 12 de janeiro 1951, p.1).

É plausível supor que a emancipação política de Rocinha não tenha sido tão amigável, uma vez que o novo dirigente da cidade foi empossado pelo secretário da prefeitura de Jundiaí e não, como seria de se esperar, pelo próprio prefeito. Devemos ter em mente que a emancipação de Vinhedo representou algumas perdas para Jundiaí, tanto em termos da arrecadação municipal como da dimensão territorial e política.

Embora tenha sido formalmente constituído em 1 de janeiro de 1949, o município ficou sob a administração de Jundiaí até o dia da posse dos novos prefeitos e vereadores, 2 de abril de 1949, data esta considerada oficialmente como sendo o aniversário da cidade. Vinhedo, é preciso ressaltar, surge a partir de um grande acordo entre as suas lideranças políticas. As duas primeiras administrações, por exemplo, foram exercidas pelo mesmo grupo liderado por Abrahão Aun, o primeiro prefeito. Na impossibilidade de reeleger-se, Aun tornou-se o presidente da Câmara dos Vereadores na segunda legislatura. O prefeito que o sucedeu, Mário Pescarini, foi também candidato de chapa única e recebeu grande influência do grupo ligado a Abrahão Aun. Medeiros Júnior, fundador do jornal, elegeu-se vereador na

primeira eleição mas renunciou para ocupar uma secretaria na prefeitura e ali permaneceu durante as duas administrações exercendo grande influência.

"Seu Medeiros era o secretário da cidade. Ele era o prefeito. Ele ficava na prefeitura e o Mário Pescarini ficava na Carborumdum. Você imagina, alguma coisa vai para frente se o prefeito não vai?" (José Gasparini, ex-prefeito de Vinhedo, 60 anos)

O acordo entre as lideranças foi tido como fundamental para a cidade progredir. Deixar as divergências de lado e trabalhar em prol do progresso era a palavra de ordem no momento seguinte à emancipação. Esta deve ser vista dentro de um cenário mais amplo de redivisão territorial e administrativa do Estado de São Paulo. Na década de cinquenta, havia um dispositivo constitucional que previa a revisão da divisão territorial e administrativa do estado de cinco em cinco anos, e isso, sem dúvida, facilitou o processo de emancipação política de Vinhedo (Cf. *Folha de Vinhedo*, 20 de maio de 1952, p. 4). No bojo desse processo, veio junto a consolidação de uma elite local, a qual passa a encarregar-se de dar a Vinhedo edificações e um modo de vida mais urbano – construção da Santa Casa, da Matriz, de postos de assistência à criança, etc. –. É uma elite que doa, mas ao mesmo tempo quer ver o seu nome escrito na história da cidade.

"Em nosso meio, encontram-se vários cidadãos ou famílias aqui radicadas que poderiam, num gesto de grande nobreza, doar o Posto ao qual seria dado o nome do doador ou de algum ente querido da família. (...) Dentro de três meses, será inaugurado o Posto de Puericultura "Benedito Storani", doado pela distinta família deste grande e saudoso industrial. O velho amigo Aurélio Frediani e Ex.ma. Esposa fizeram, recentemente, valiosa doação à nova matriz que está sendo construída (Cr\$ 30.000,00). Estamos certos que outras dignas famílias possuidoras de recursos financeiros, imitem o gesto nobre da família Storani e Frediani, contribuindo, assim, para o progresso do município" (Folha de Vinhedo, 3 de outubro de 1954, p. 1)

O progresso: destruição criativa

Hoje em dia, se analisarmos o material publicitário dos condomínios da cidade, podemos notar que, além da segurança que um tipo de residencial nesses moldes oferece, a atração para morar em Vinhedo também passa pela definição de uma certa qualidade de vida oferecida pela cidade. Seu clima, sua infra-estrutura, seu povo e sua localização – perto dos grandes centros – são características utilizadas para valorizar os empreendimentos imobiliários em Vinhedo.

Se analisarmos os jornais dos anos cinquenta, perceberemos que a exaltação de uma certa qualidade de vida não é algo tão novo como poderia parecer à primeira vista.

"No outro dia que aqui estive de passagem distinto cidadão proprietário de um sítio para repouso, localizado entre Itatiba e Campinas. Viera atraído pelas notícias da realização da magnífica festa da uva. Desejava conhecer a sede de nosso município, os seus homens, as suas indústrias e os detalhes sobre o cultivo de frutas. Percorreu alguns sítios e fazendas ficando satisfeitíssimo (...) Após visitar as pequenas indústrias, tivemos o prazer de levá-lo a conhecer a grande fábrica de tecidos Sant'ana. (...)`A saída, no pátio fronteiro, o nosso visitante declarou-nos: – Tenho viajado inúmeras vezes pela Paulista, de Campinas ou de Valinhos para São Paulo e, francamente, não fazia uma idéia de que Vinhedo fosse a cidade magnífica que acabo de visitar; pensei tratar-se de um povoado subordinado a esta grande indústria. Mas, diante do que me foi dado ver, ou seja um cidade limpa, com água e esgoto, ruas e avenidas espaçosas, clima excelente e habitada por gente hospitaleira, levo daqui a melhor das impressões. E, antes de se despedir dos circunstantes, o nosso amigo, fixando o eucaliptal fronteiro, exclamou: Ah! É por isso que, das vezes que por aqui tenho passado, de trem, com destino a São Paulo, não divisava a bela sede do município de Vinhedo! E é lamentável – E por quê? Caro amigo – interrogou um dos nossos companheiros – Porque como na Rússia Soviética, que não pode ser vista por estar detrás de uma "cortina de ferro", a sua formosa Vinhedo não é conhecida porque está encoberta por uma "cortina verde"" (Folha de Vinhedo, 20 de março de 1952, p. 1).

Considero importante a impressão do "distinto cidadão" porque esta revela algumas características do município que, malgrado os cinquenta anos que a separam do presente,

parecem bastante atuais. Começamos pela atração do município via turismo e sua relação com a agricultura. Nosso ilustre cidadão, não podemos esquecer, veio conhecer Vinhedo atraído, primeiramente, pela Festa da Uva. Mas Vinhedo não é apenas agricultura. Foram mostradas também pequenas e grandes indústrias ao visitante. Por fim, a cidade o seduziu pelo seu clima, por ser limpa, urbanizada e por ter um povo hospitaleiro. O que, então, estaria faltando à "Jóia da Anhangüera"?

É esse ponto que parece digno de nota. O visitante – não podemos esquecer que foi um forasteiro que apresentou todas as características positivas da cidade – sugeriu que fosse retirada a "cortina verde" de eucaliptos que impedia a visão plena do município para os de fora. A "Jóia da Anhangüera" estava lá, mas ninguém a estava vendo! Era preciso revelá-la aos visitantes. Destruir a cortina verde, como sugere o forasteiro, era o preço que a cidade teria que pagar para poder ser vista, para, em suma, poder progredir.

Ao propor a derrubada da "cortina verde", como não lembrar da sugestiva imagem de "destruição criativa" proposta por David Harvey como forma de melhor compreender a modernidade e as conotações de progresso a ela atribuída. Para este autor, a modernidade não somente representou uma ruptura com as condições históricas precedentes, como também pode ser caracterizada por processos interruptos de rupturas e fragmentações internas. Dentro desses processos internos, aqueles caracterizados como "destruição criativa", presentes em muitos projetos de reformulação urbana, são exemplos em ação dessa tensão que a distingue. Diz-nos esse autor:

*"A imagem da 'destruição criativa' é muito importante para a compreensão da modernidade, precisamente porque derivou dos dilemas práticos enfrentados pela implementação do projeto modernista. **Afinal, como poderia um novo mundo ser criado sem se destruir boa parte do que viera antes? Simplesmente não se pode fazer um omelete sem se quebrar os ovos**, como o observou toda uma linhagem de pensadores modernistas de Goethe a Mao" (Harvey, 1994:26, grifos meus).*

Tomemos, como exemplo, a reformulação urbana da cidade de Paris ocorrida na segunda metade do século XIX. Para que os bulevares de Haussmann pudessem ser construídos, foi necessário pôr abaixo as velhas e miseráveis habitações medievais, ou, utilizando a metáfora de Harvey, foi necessário "quebrar os ovos" para que o novo pudesse ser construído. Caetano Veloso também notou isso quando, na conhecida canção *Sampa*, fala-nos da *"força da grana que ergue e destrói coisas belas"*. Tão forte seria esse impulso, ao mesmo tempo destrutivo e criador, que Marshall Berman o sintetiza da seguinte forma: *"Considerando-se a rapidez e a brutalidade do desenvolvimento capitalista, o que realmente surpreende não é que uma parte tão grande de nossa herança arquitetônica e urbana tenha sido destruída, mas sim que ainda reste alguma coisa a preservar"* (Berman, 2001:131).

Entretanto, é o próprio Berman quem observa que aquilo que foi destruído, num primeiro momento, pode reaparecer posteriormente. Se, inicialmente, os bulevares de Haussmann expulsaram os pobres e miseráveis de suas tradicionais habitações, as calçadas largas que cortavam a cidade também permitiram aos pobres caminhar sobre elas. Haussmann, de maneira involuntária, quebrou a crosta do mundo que dividia hermeticamente os ricos e os pobres e permitiu para estes últimos uma maior visibilidade, tanto física como social (Cf. Berman, 1990:148–149).

É importante considerar que a derrubada da "cortina verde", proposta pelo visitante de Vinhedo, não é a única que pode ser interpretada dentro desse impulso de destruição criativa presente no município. É o caso deste poema, sem autoria, publicado nos anos cinquenta.

*"Vinhedo, terra bendita!
Vinhedo, terra da uva!
Terra de embira de sápo,
Terra de mato sapúva.*

*Vinhedo está crescendo,
Mas já foi bem pequenina,
Hoje, é cidade média,
E já foi cidade menina.*

*Vinhedo é cidade minha,
Vinhedo é cidade tua,
Não tinha um calçamento,
E tinha valeta na rua.*

*Conheci Vinhedo á tempo,
Ainda era bem moço,
Tempo das "fossas fundas"
E sua água era de poço*

*Calçaram a rua do centro,
Ficou que valeu a pena;
Sumiram as valetas grandes,
Para ficar valetas pequenas.*

*Suas ruas eram de terra,
Havia muita poeira,
Dentro de pouco tempo,
Calçaram a cidade inteira.*

*Como tudo se acaba...
Como tudo tem fim...
Arrancaram aquele cercado.
E fizeram um novo jardim.*

*Quem vê Vinhedo agora,
Chega a torcer o nariz,
Vai sair a Igreja Velha,
Mas já tem nova Matriz.*

*Ajudar as obras úteis,
Nunca, a ninguém aleja,
Vejam só a nova Igreja,
Dá para fazer inveja.*

*O grupo estava caindo,
Não se tinha onde estudar,
Mas uma forcinha foi feita,
E saiu o grupo Escolar*

*Veja só prezado amigo:
Facilmente se arruma pae
Vinhedo sempre tem ido,
Porque que só "agora é que vae"
(O Vinhedense, 25 de maio de 1958, p. 4)*

As imagens de desenvolvimento da cidade, propagadas pelo jornal, tinham na indústria um sustentáculo importante. Não podemos esquecer que estamos nos anos cinquenta e, portanto, em pleno processo de formação do nosso parque industrial.

A cidade—menina, para poder se desenvolver deveria deixar de lado seu passado e presente agrícola e investir em seu promissor futuro industrial. Para atrair indústrias, o município contava desde os anos cinquenta com leis de incentivo, tais como a lei municipal nº 115, que isentava de pagamento de impostos prédios pertencentes às indústrias que se instalassem no município (Cf. *Folha de Vinhedo*, 5 de março de 1952, p. 2).

"Industriais de outras cidades e até mesmo do exterior, percebendo as vantagens que esta próspera cidade lhes oferece, além da favorável posição topográfica, os meios de comunicações pela Companhia de Estradas de Ferro Paulista e Via Anhangüera, não hesitaram em adquirir terrenos para instalar suas indústrias, sendo uma de tecelagem de ramí e outra de tapetes. Dezenas de casa serão construídas ainda este ano. A prefeitura presta o máximo apoio às novas indústrias, e a Câmara local em recente lei as isenta dos impostos por tempo determinado. Com este promissor futuro, na certa, convergirão para cá, mais e mais forasteiros e a nossa querida Vinhedo os abraçará fraternalmente" (*Folha de Vinhedo*, 16 de janeiro de 1952, p. 1).

A participação dos administradores municipais não se restringia somente em apresentar propostas e aprovar de leis de isenção para as indústrias. Os dirigentes, como foi o caso do episódio da instalação da fábrica Carborumdum, faziam gestões junto às autoridades estaduais no sentido de trazê-las para o município.²¹

Numa matéria, de autoria de Durval Medeiros Soares, encontramos um outro exemplo da ideia de "destruição criativa" presente nos discursos da época. Além disso, ela pode ser lida como uma premonição do que iria ocorrer no município, sobretudo, em termos de seu desenvolvimento imobiliário.

"Verifica-se com satisfação nesta cidade uma onda febril de progresso. Áreas extensas de terrenos, até ontem esquecidos e abandonados, hoje loteados e arruados, incorporam-se ao

²¹ "O prefeito Guerino Mário Pescarini, juntamente com o presidente da Câmara, Dr. Abrahão Aun, viajou [sic] para São Paulo na última semana, a fim de entrar em entendimentos com o departamento de Águas e Energia Elétrica, a fim de conseguir quota necessária de energia para o funcionamento em nossa cidade da CARBORUMDUM DO BRASIL S. A. Indústria de Abrasivos, que deverá ocupar o prédio da Argos S/A. Segundo conseguimos saber, a nova indústria empregará um capital de CR\$ 34.000.000,00, ocupando mais ou menos 400 operários. As demarques encetadas pelo Prefeito continuam satisfatoriamente" (*Folha de Vinhedo*, 13 de maio de 1953, p. 4). Aliás, Mario Pescarini foi contratado durante sua administração para trabalhar na Carborumdum.

perímetro urbano, numa palpitação viva de crescimento. Novas construções de prédios têm aqui surgido, dado ao atrativo que o lugar oferece, como terra da promessa. Rincão de clima ameno, a poucos passos da metrópole e de centros importantes como Campinas e Jundiaí, esta localidade simboliza [sic] qual diamante que necessita apenas do devido polimento, para com seus revêrberos, cintilar na constelação brilhante das prósperas cidades paulistas. (...). Contudo, a terra das videiras que reçuma (sic) poesia e doçura ante a magnificência de suas saborosas uvas e de seu vinho generoso, ressent-se de um melhor entrosamento com a rodovia Anhangüera. Insuficientemente servida pela ferrovia, com reduzidas paradas de trens, Vinhedo carece de meios fáceis e econômicos de comunidade, a fim de não ficar tolhida em seu desenvolvimento. O ideal mesmo seria a existência de trens subúrbios, entre Campinas e São Paulo e vice e versa, o que traria indubitavelmente notável impulso à cidade menina, visto como inúmeras famílias residentes nesses centros aqui viriam morar, atraídas pela excelência do lugar. Mas, enquanto não se opera tão suspirado milagre, os elementos da terra bem que poderiam organizar uma linha de ônibus, fazendo tráfego mútuo com as empresas "Expresso Brasileiro" e "Cometa" (Folha de Vinhedo, 11 de fevereiro de 1953, p. 3).

Vinhedo, a "Jóia da Anhangüera", era um diamante que necessitava polimento, ou utilizando a fecunda metáfora de Harvey, um ovo prestes a virar omelete. O polimento seria aplicado através do loteamento de terrenos, do fortalecimento da indústria e da melhoria das vias de comunicação da cidade. Era preciso trazer mais gente para o município, seja por intermédio das indústrias ou pela sua localização: *'terra da promessa, rincão de clima ameno, a poucos passos da metrópole'*, dizia o autor da matéria.

Se analisarmos sua argumentação, é interessante observar que Vinhedo já reunia características que a credenciavam para um projeto de desenvolvimento: seu clima, sua população, seu nascente parque industrial e, em menor grau, suas videiras que resumavam poesia. Quando o suspirado milagre ocorresse, isto é, quando Vinhedo tivesse bons canais de comunicação, seria o momento em que *"inúmeras famílias residentes nesses centros aqui viriam morar, atraídas pela excelência do lugar"*. Lembremos, nesse sentido, a matéria anterior que afirmava: *"com este promissor futuro, na certa, convergirão para cá, mais e mais forasteiros e a nossa querida Vinhedo os abraçará fraternalmente"*.

Assim, atrair mais gente já era um projeto que fazia parte dos discursos em torno do desenvolvimento da cidade nos anos cinquenta.

"Muita gente virá trabalhar em Vinhedo e é o caso de perguntar-mos: 'cadê casa'? Nossos capitalistas já podem ir se movimentando, construindo casas para a massa operária" (Folha de Vinhedo, 23 de setembro de 1953, p. 1).

É preciso considerar que este projeto de modernização da cidade encontrou resistências por parte de alguns moradores. Anésio Brunelli, por exemplo, fala um pouco das referências espaciais que a cidade perde em seu impulso desenvolvimentista.

O progresso de Vinhedo, elevando a cidade e tornando-a conhecida por todo nosso Estado, vai na sua ascensão devastadora, destruindo o muito de poético e romântico que nós, que sempre vivemos por aqui, sentimos em outros tempos. Afora as muitas destruições de sonhos passados, que o progresso já se incumbiu de derrubar, vai ele acabar, também, com o famoso "Pasto de Jacob". Qual o filho de Vinhedo que não brincou, que não participou das peladas no pasto do Jacob? (...) Rasgando ruas, erguendo prédios, os homens atuais buscam, em ânsia quase incontida, atingir um nível de progresso jamais sonhado em outras eras. E são eles, os mesmos homens, que hoje acertadamente querem fazer da nossa velha Rocinha uma cidade bonita, que brincaram ontem, que ontem correram atrás das doces avezinhas para a sua inocência infantil estirpá-las ou prendê-las, que vão acabar com o pasto do Jacob. Adeus ao Pasto do Jacob" (Folha de Vinhedo, 11 de março de 1953, p. 1).

Apesar de lamentar a derrubada do Pasto de Jacob, Brunelli não deixa de se curvar frente à "acertada" intenção de destruir para tornar a cidade bonita. A tônica da matéria é mais lamentar sobre o inevitável do que tentar modificá-lo.

Jonas Ferragut, que depois seria prefeito municipal, escreve, em meados de 1958 uma matéria contra a destruição da primeira capela do município. No momento da emancipação da cidade, uma nova matriz começa a ser construída e sua inauguração pressupunha o fechamento e a destruição da antiga.

"Vivemos numa época em que a humanidade não possui tempo para conservar em seu espírito as coisas do passado. Quanto mais o homem se apegue à realidade, ao dinheiro, menos valor ele dá aos sentimentos. A própria alma hoje em dia, segundo alguns, é objeto do passado. Mas o homem, embora querendo abster-se do pretérito, tem que necessariamente recorrer a ele

para o seu aperfeiçoamento, guardando sempre uma parcela de sentimentos. O povo de Vinhedo é dono de muitos. Caso típico é o da Capela da Santa Cruz.(...) Conservemos a Capela e as festas e no porvir nossos filhos se lembrarão de nós" (O Vinhedense, 8 de junho de 1958, p. 4).

Medeiros Júnior, em artigo datado de 1953, escreve também contra a idéia de uma indústria que acabe com a agricultura.

"Considerando-se essa situação, ficamos pensando até onde poderá atingir a industrialização precipitada do município. Os grandes centros industriais do Estado estão praticamente faltos de produção agrícola, porque o êxodo dos centros de produção foi consideravelmente grande, prejudicando as lavouras. Um município essencialmente agrícola poderá progredir mais lentamente, é óbvio, porém este progresso se fará de maneira acentuada, alicerçado numa riqueza que nada tem de fictícia. (...) Enquanto a lavoura de uvas enriquece um número considerável de pessoas, a indústria tem feito enriquecer apenas os grandes magnatas, numa distribuição desequilibrada da riqueza. Não somos contra a industrialização, porém achamos que ela deve vir depois de um estudo acurado dos benefícios que possa proporcionar. (...) Não precipitemos a industrialização em nosso município. Vamos fazer isso gradativamente, sem pressa, estudando essa industrialização em todos os seus itens, e veremos que, de futuro, teremos a indústria e lavoura, trilhando juntas num caminho pleno de felicidades para todos os seus integrantes" (Folha de Vinhedo, 11 de março de 1953, p. 3).

Os artigos de jornal sobre os projetos de desenvolvimento e as suas resistências nos mostram que havia uma multiplicidade de discursos sobre o tema. Há os que defendem o progresso e a substituição da agricultura pela indústria e aqueles que se opõem a este projeto. Entretanto, com exceção do depoimento de Ferragut, aqueles que se opõem ao mesmo tempo se conformam com o inevitável preço a se pagar. Essa frágil posição de defesa talvez nos ajude a entender os motivos que levaram o desenvolvimento da cidade na direção da instalação de indústrias e da chegada de novos moradores. Os anos cinquenta, nesse sentido, são importantes, pois constituem o momento de gestação desse debate e quando se imaginava o futuro da recém-emancipada Vinhedo.

Resumo

Propus, ao longo deste capítulo, uma sociogênese do processo de transformação socioespacial que a cidade vem enfrentando a partir das últimas décadas e que será tratada, com maiores detalhes, nos capítulos seguintes. As mudanças pelas quais o município passou, sobretudo em termos da oferta de moradia, não foram acidentais. Procurei mostrar um projeto de desenvolvimento da cidade que visava à transformação do perfil econômico do município, o qual deveria deixar de ser dependente da agricultura a partir do fortalecimento do setor industrial. A consequência inevitável disso tudo seria o acréscimo de novos moradores e a transformação da configuração socioespacial do município. Entendo, portanto, que o desenvolvimento imobiliário não chegou de uma hora para outra, mas fez parte de um projeto de desenvolvimento cujas raízes podem ser encontradas nos jornais dos anos cinquenta. O desenvolvimento imobiliário ulterior mostrou que as empresas imobiliárias, de fato, movimentaram-se para construir casas. As quais, entretanto, não serviram apenas como moradia para a massa operária, mas para estratos oriundos das classes média e alta de origem urbana. Pode-se dizer que essas pessoas não foram atraídas para Vinhedo em função de seu parque industrial ou de outros ícones do progresso desenvolvimentista. Certamente, a proximidade de grandes centros urbanos, a presença de um bom sistema de transporte e infra-estrutura são fatores essenciais na escolha de lugares para se morar. Mas, conjugado a tudo isso, Vinhedo é oferecida como um espaço de amenidades, onde há possibilidades de uma vida tranqüila, de um maior contato com a natureza, em síntese, características genericamente atribuídas a uma vida rural que passam a ser consumidas por esses estratos. A derrubada da "cortina verde", nesse contexto, representando as origens rurais do município, deveria ser realizada em nome de um tipo de progresso que privilegiava o setor industrial e um estilo de vida mais urbano. Entretanto, foram justamente as possibilidades de "mercantilizar" características de um rural idílico que

incrementaram o desenvolvimento imobiliário da cidade e possibilitaram a chegada de novos moradores no período mais recente.

Capítulo 3

Enfim, o desenvolvimento:

conversão de terras agrícolas para áreas de moradia

Para quem já esteve em Vinhedo, fica difícil imaginar que dois dos principais condomínios residenciais do município, localizados na entrada da cidade, Marambaia e São Joaquim, foram, há menos de cinquenta anos, fazendas agrícolas.



"Ligada ao perímetro urbano, a FAZENDA MARAMBAIA situa-se ao lado do morro do sapê, dominante sobre a cidade e a via Anhangüera. É mista, tendo ao seu serviço inúmeras famílias, todas muito bem alojadas. O seu proprietário, Dr. Luciano Vasconcelos Carvalho, há quatro anos que trabalha incessantemente para torna-la um verdadeiro padrão. Organização perfeita, onde a técnica e os métodos científicos são adotados com grande sucesso, a FAZENDA MARAMBAIA é orgulho de seu digno e ilustre proprietário e, também, do nosso município." (Folha de Vinhedo, 13 de janeiro de 1954, p. 5)

Atualmente:

"O condomínio Marambaia é um canto da cidade de Vinhedo, com 2,7 milhões de metros quadrados (cerca de 3% do território). É um recanto aprazível e belo. Possui 1.815 unidades de condomínio e cerca de mil moradias. Perto de 60% de sua área já está construída ou em construção. Estimo que seja uma população de 2 mil habitantes para os 44 mil da cidade" (Zechin, 2003:139).

Exemplo de anúncio de uma casa à venda no condomínio Marambaia.

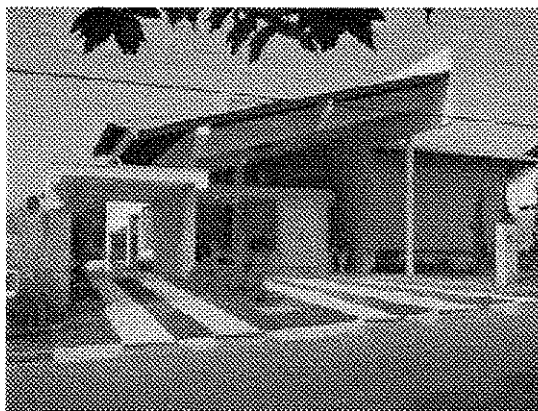
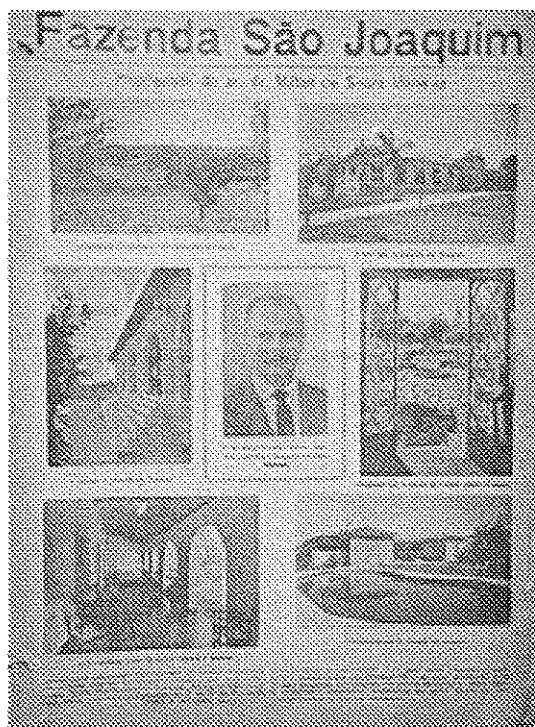


Foto: Trevo Imóveis

"Área Total: Sobrado localizado em terreno de 860m²; Dependências: Nível da Rua: salas de estar, jantar, lareira, lavabo, sacadas p/ a área de lazer, copa – cozinha c/ armários planejados, dependência de empregada e lavanderia. Nível Superior: Suíte máster com sacada, 2 dormitórios c/ sacada, banheiro social, escritório. Inferior – dependência de nós, pede completa. Piscina, churrasqueira, sala de ginástica, 3 garagens, fundos para área verde. Valor para venda: R\$ 750.000,00. Aceita imóvel como parte do pagamento até 50%. Valor para locação: R\$ 4.000,00, mais encargos" (www.trevoimoveis.com.br/marambaia.htm).²²

²² Acesso em 28 de junho de 2004.



"Propriedade do Sr. Milton de Souza Meireles. Localizada em ponto privilegiado de nosso município, a FAZENDA S. JOAQUIM, com sua sede [sic] magnífica, dista da cidade apenas cinco quilômetros e um quilômetro da via Anhangüera (quilômetro 75). A sua produção é de uvas, figos, maçãs, pêras, cereais, inclusive laticínios. O seu pessoal, constituído de cerca de vinte e duas famílias, está alojado condignamente. A sede da Fazenda S. Joaquim é magnífica, reveladora do bom gosto de seu ilustre e estimado proprietário" (Folha de Vinhedo, 13 de janeiro de 1954, p. 6).

O sítio da imobiliária Trevo apresenta o condomínio São Joaquim da seguinte maneira:

"Área total: 1.331.724 m²; Área reservada e preservada: 89.787 m²; Quantidade de Lotes: 707 unidades; Ocupação efetiva: 286 unidades; Obras: 53 unidades, Fundação: 1.977" (www.trevoimoveis.com.br/SaoJoaq.htm)

Exemplo de anúncio de casa do condomínio São Joaquim:

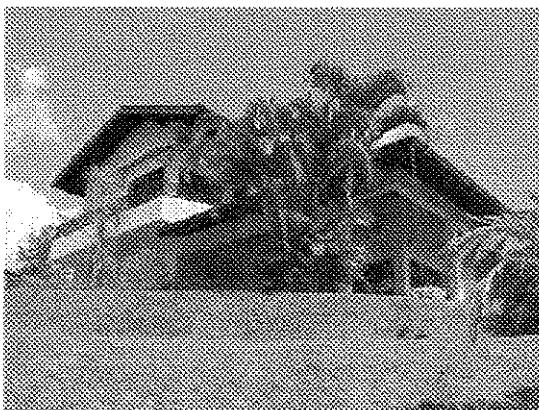


Foto: Trevo Imóveis

"Área do terreno: 1.500m²; Área Construída: Belíssimo sobrado novo com 420m² de área construída. Dependências: acabamento de primeira, situado em um lote alto de 1.000m², contendo no pavimento superior 1 suíte master com sacada, vista panorâmica, 2 dormitórios, banheiro social, sala íntima. No inferior salas de estar, jantar, lareira, copa-cozinha, lavanderia, dependência de empregada, escritório, piscina, churrasqueira. Preço para venda: R\$ 680.000,00. Condição: Aceita-se apto. ao redor do clube Pinheiros, São Paulo" (www.trevoimoveis.com.br/SaoJoaq.htm) .

No primeiro capítulo, vimos como a função de moradia passa a ser uma característica marcante no entendimento do rural considerado também a partir de sua função de consumo. Vimos, também, que, à primeira vista, parece bastante estranho argumentar que a moradia seja algo recente dentro das áreas rurais. Mesmo levando-se em conta a migração de moradores urbanos para áreas rurais, esse processo, como já salientaram outros autores (Pahl, 1970, por exemplo), está longe de ser novo. Mas afinal, o que parece ser "novo" dentro dessa função de moradia?

De acordo com Marsden e seus colaboradores, a novidade desse movimento, de moradores urbanos buscando moradia em áreas rurais, é a amplitude que ele adquire nos últimos tempos. Não se trata apenas de uma dinâmica presente no entorno de determinados centros urbanos, mas algo que se expande, tanto nacionalmente como internacionalmente,

a ponto de ser um fator distintivo dentro das áreas rurais como um todo. Nos últimos vinte anos, *"o processo parece ter se tornado ubíquo, não mais confinado ao redor das grandes cidades, mas reconhecido como uma característica que adquire um caráter nacional e internacional"*(Marsden et al., 1993:25).

Se isso parece ocorrer em países como Inglaterra, devemos ter em mente que, para o caso brasileiro, essa amplitude deve ser vista com certa cautela. Sobre esse aspecto, não parece adequado sustentar que a função de moradia, da forma como propõe Marsden e seus colaboradores, seja algo distintivo do meio rural brasileiro como um todo, mas, como bem demonstra o exemplo de Vinhedo, algo que ainda está restrito ao redor das grandes cidades brasileiras.

Neste capítulo, veremos como alguns processos de conversão de áreas agrícolas para áreas residenciais ocorreram em Vinhedo, a fim de, em seguida, examinarmos o perfil socioeconômico dos moradores que vieram residir na cidade mais recentemente. Ao final, apresento diferentes percepções sobre essas transformações a partir do ponto de vista dos grupos entrevistados.

Conversão de terras



Condomínio residencial sendo construído próximo à fazenda Cachoeira (2002)

Começamos com um relato de um agricultor de Vinhedo cuja propriedade situa-se próxima ao condomínio Marambaia. Vale a pena reproduzi-lo, pois este encadeia uma constelação de fatores que parece ser decisiva nos processos de conversão de terras agrícolas para áreas de moradia na cidade, quais sejam: a crise dos preços dos produtos agrícolas, as formas de transmissão do patrimônio e a atuação do poder público municipal. Embora estes três fatores sejam importantes, nesta parte analisaremos apenas os dois últimos, pois considero que estes dizem respeito diretamente à localidade da pesquisa. Ademais, vimos, no primeiro capítulo, algumas questões gerais concernentes à crise da agricultura.

"Esse proprietário do Marambaia aí, ele era político, ele era da Secretaria do Estado, não sei bem o que. Ele comprou esta fazenda e ele se meteu com tudo o quanto é maquinário, ele formou pasto e comprou vacas caras. Mas o negócio dele não podia dar certo, porque ele não entendia nada. Era um terreno montanhoso, e vaca de leite não pode pôr em montanha. Porque

só o exercício físico dela já consome um tanto do leite, né? Mas não deu outra. Daí ele ficou devendo na prefeitura, não pagava imposto, sei lá. A verdade é que o banco apoderou da fazenda. Não sei como. Se ele fez acordo, o que ele fez. E essa parte onde é o parque municipal aí, como ficou da parte de cá da estrada, a prefeitura se apoderou, não sei como. Porque política tem tanta coisa pelo meio, eu não entendo nada de política. Contaram que a prefeitura pegou a troco de imposto. A parte de lá ficou para o banco do Estado [Banespa] e foi onde que o Estado fez o loteamento. Porque eles já tinham posto o nome do banco. Depois voltaram para Marambaia de novo. Com esse loteamento aí, cresceu bastante. Todo esse pessoal do Estado vindo para o loteamento, começou a se perceber que era lugar bom. E viram que era mais fácil ir daqui para São Paulo para trabalhar. Em seguida, outras fazendas começaram a fazer loteamento também. Lá no Santa Fé. Era um dos herdeiros da família dos Storani. Mas não tinha outra alternativa, se plantava não dava retorno. Trabalhar com gado era pouca coisa também naquele tempo. O proprietário, o jeito que teve foi se unir com o prefeito e fizeram o loteamento. Aí o que vai acontecendo? O vizinho faz também. O outro vizinho faz também. E além disso, o que acontece? Vem aquela coisa natural. As pessoas vão falecendo, né? Ai vai falecendo e vem as partilhas. O que tem que fazer? Tem que partir, tem que legalizar as coisas. O que foi acontecendo? Foi virando tudo loteamento. É o que acontece com Vinhedo (Carlos Ferragut, agricultor, 73 anos).

Consideremos, inicialmente, que os tais "métodos científicos adotados com grande sucesso" na fazenda Marambaia, tal como a matéria publicada nos jornais dos anos cinquenta alardeava, não foram assim tão bem avaliados por este agricultor, sendo a razão, segundo sua análise, para a derrocada financeira deste estabelecimento. Mas é importante notar que, para além da má administração da fazenda, o agricultor aponta uma causa mais geral, que é a falta de alternativa para os agricultores da região em função do baixo retorno financeiro proveniente das atividades agrícolas. O que "se plantava não dava retorno", "trabalhar com gado era pouca coisa também naquele tempo", afirmou.

Devemos, ademais, notar que o entrevistado confere à prefeitura um papel importante no sentido de viabilizar o empreendimento. Para que o mesmo pudesse ser implementado, a prefeitura entrou em acordo com os credores e resolveu o problema do imposto devido apoderando-se de um pedaço da fazenda, o qual se tornou, posteriormente,

o parque municipal, onde se realiza anualmente a Festa da Uva.²³ Em relação ao acordo com o Banespa, o cronista José Antonio Zechin apresenta uma outra versão.²⁴

Finalmente, Ferragut descreve um efeito "natural" que é exatamente aquele que advém das consequências geradas por processos sucessórios nas propriedades. As "partilhas" das terras após a morte do patriarca são apontadas como causas que corroboram os processos de conversão. *"Ai vai falecendo e vêm as partilhas. (...) O que foi acontecendo? Foi virando tudo loteamento"*. Sobre esse aspecto, pode-se depreender neste depoimento um instigante "efeito dominó" em relação à conversão de terras agrícolas para áreas de moradia: *"o vizinho faz também. O outro vizinho faz também"* e *"foi virando tudo loteamento"*.

Estratégias de herança

Vejamos, primeiramente, três exemplos de partilhas ocorridas nas propriedades dos entrevistados.

"Depois que faleceu a minha avó, o meu avô no inventário da minha avó, de resolveu passar direto para os filhos. A parte dele e da avó também. Então ele fez uma união com a família e fizeram um acordo. Na divisão do inventário, a propriedade aqui da terra acabou ficando para três filhos, meu pai, Antonio, Miguel e o João. Ficou a propriedade, que era de 33 alqueires. Meu pai ficou com 11, os irmãos cada um com 11. Então daí ficou que a nossa propriedade ficou separada deles. E os outros irmãos pegaram outras coisas. Meu avô acertou com eles, tudo certinho. De acordo, tudo certinho, passado em cartório. Tudo legalizado, tudo certinho no inventário, né? Acho que foi em 1936, quando minha avó morreu. Na parte, ele ficou com a filha, que era solteira. A parte da filha ele ficou morando com a filha. E cada filho se comprometeu de dar um tanto por mês para ele."

²³ Parque Municipal Jayme Ferragut, ex-prefeito de Vinhedo, primo do entrevistado.

²⁴ "As duas versões sobre a origem do condomínio – uma, menos verdadeira (pelo que consta), de que seria a entrega das terras ao Banespa em troca de dívidas do fazendeiro; e outra, mais corrente, simplesmente a venda de 120 alqueires de terra à Crediveñ, em 1973. Essa empresa teria se juntado ao Banespa pelas circunstâncias e pelo interesse em vender lotes aos funcionários do banco, havendo posteriormente a doação de 150 mil metros quadrados para a construção do clube Banespa" (Zechin, 2003:139)

A filha pegou casas que ele já tinha construído na cidade, todas alugadas. Então ela e ele viviam juntos. Mas a família vivia sempre unida, juntos. Sempre o que tinha no sítio levava, e ajudava com alguma coisa, nunca deixou faltar nada, nem para um nem para outro. Tanto é que a minha tia, quando morreu, numa certa idade ela arrumou uma empregada e, quando ela morreu, ela deixou a casa que ela tinha, no testamento, para a empregada. A empregada era uma moça solteira, e ela ficou com a coisa [casa], e ninguém da família achou que ela tava errada. Ficou com ela até o fim da vida, e coisa. Todo mundo achou que tava certo, ninguém contrastou nada sobre isso. E assim acabou" (Carlos Ferragut, agricultor, 73 anos).

"Pessoal descendente de italiano. Meu bisavô comprou esse terreno aqui e depois ficou de herança, né? A área que meu avô comprou era maior. Era todo o terreno que você passa aqui até a estrada. Da Anhangüera até a estrada lá. Mas depois, conforme morreram os avôs, os filhos foram dividindo. Meu bisavô tinha 4 homens, de mulher eu não me lembro. A área total aqui era 22 alqueires. Meu avô, antes de comprar, trabalhou numas fazendas por aqui. Tocantins, Prata, não me lembro direito. Tudo perto. Aí eles compraram aqui. Aí os irmãos dos meus avôs desistiram daqui, não sei bem como foi o negócio, mas foram para a cidade. Foram para outras regiões. Inclusive tem um pessoal que mora em Atibaia. Aí aqui ficou para o meu avô e para o irmão dele os 22 alqueires. Aí eles foram morrendo e dividindo em partes. Essa área toda que você tá vendo aqui é minha e de meus irmãos. Uma de 56 e outra de 48 [mil metros] é minha e de meus irmãos. E aqui é dividido assim, porque, na época que foi dividido, foi dividido em 4 gleba. (...) A região de lá era moradia e campo. Pro lado de cá era só lavoura" (Jair Soldeira, agricultor, 48 anos).

"A área hoje é 22 hectares. Era maior. A cidade foi apertando, foi desapropriando para casa popular, desapropriando para rodovia, repartido para irmandade, então praticamente sobra 22 hectares. A área original do meu avô era 13 alqueires. Era toda a região aqui, desde a rodovia até o córrego. Depois teve a irmandade do meu pai, dividiram. Ficaram, três irmãos aqui e depois mais 2 no bairro Capivari, que eles compraram outro sítio e deram para eles lá. Praticamente o meu avô casou duas vezes. Então ele teve 7 filhos com a primeira esposa e depois mais 7 com a segunda esposa. 14 filhos. Inclusive era 5 homens e 2 mulheres, tanto no primeiro como no segundo casamento. No segundo casamento, eles compraram uma outra propriedade no bairro da Abadia e deram para os filhos da segunda mulher. Então os filhos da primeira esposa ficaram no bairro de Capivari e os da segunda esposa no bairro da Abadia" (Adilson Steck,

agricultor, 48 anos).

Como se pôde observar, estes entrevistados fazem parte da terceira ou quarta geração da família proprietária de terra. São, portanto, netos ou bisnetos de um patriarca que, através de muito esforço pessoal e após passar por inúmeras dificuldades, comprou uma área na região, a qual era muito superior, em termos de tamanho à atual. Veremos, no capítulo cinco, como a história dos patriarcas passa a ser fundamental para a identidade da família. É preciso, com efeito, considerar que a primeira transmissão do patrimônio, isto é, aquela feita da primeira para a segunda geração, guarda algumas semelhanças que merecem ser melhor analisadas.

Maria José Carneiro observa que *"a passagem dos direitos sobre a propriedade familiar de uma geração a outra é objeto de múltiplas estratégias que variam de acordo com as condições específicas de cada família, ou seja, com os instrumentos de negociação ou de compensação disponíveis"* (Carneiro, s/d:1). Seria aqui desnecessário evocar a farta literatura sobre estratégias de herança (Moura, 1978, Woortman, 1995, por exemplo) no sentido de mostrar que o patrimônio familiar, nesse caso a terra, não deve ser visto apenas a partir da dimensão econômica mas envolve também um valor simbólico importante. Em sua pesquisa com posseiros do Vale do Ribeira, no estado de São Paulo, Renata Paoliello demonstrou que a terra, antes de ser um objeto material, é também um *"símbolo organizador"* (Paoliello, 1998:17) da vida dos moradores daquela localidade. A terra é um meio através do qual as pessoas se relacionam, constroem suas visões de mundo, suas crenças e seus mitos. A propriedade familiar, representada com frequência pela figura de um patriarca, é muitas vezes o símbolo da unidade familiar e a sua reprodução, ao longo do tempo, significa a reprodução social da família e de seus valores, os quais, muitas vezes, impõem-se sobre projetos individuais. Na arguta observação de Eric Wolf.

"A propriedade não é uma categoria ecológica, mas uma relação culturalmente criada que ocasiona não somente conexões entre pessoas e coisas, mas também conexões sociais entre as

peças" (Wolf, 2003:355).

Desse modo, os processos de transmissão do patrimônio oferecem pistas para analisarmos a importância da família – e das lógicas familiares – em relação aos projetos individuais. Salvar o patrimônio familiar, ao longo de várias gerações, tem sido o objetivo de muitas famílias proprietárias de terras para garantir a sua reprodução social. A herança, nesse sentido, não é somente um inventário de bens patrimoniais ou um conjunto de regras em abstrato, mas uma ponte privilegiada para traçarmos significados sociais a partir dessas práticas. A esse respeito, a integridade do patrimônio familiar pode ser, por exemplo, uma condição importante para a reprodução de uma identidade social sustentada na terra, no trabalho agrícola e na autoridade paterna (Cf. Carneiro, s/d:2)

Dentre as possíveis formas de transmissão do patrimônio, aquelas que envolvem as chamadas partilhas "desiguais" são tidas, pela literatura especializada, como um dos principais mecanismos a que recorrem famílias camponesas no sentido de garantir a indivisibilidade da propriedade familiar. Tomemos como exemplo uma família com um grande número de filhos/herdeiros. A partilha igualitária, isto é, a divisão do patrimônio em frações iguais ou equivalentes do ponto de vista mercantil ou de área para todos os herdeiros traz como consequência a segmentação da propriedade em unidades menores. Isto, a longo prazo, pode inviabilizar a própria reprodução camponesa, seja porque a terra pode não ser mais suficiente para garantir a subsistência familiar ou porque corre-se o risco de afrouxarem-se os laços familiares em função do estabelecimento de unidades menores. Nesse sentido, a permanência da unidade familiar indivisível pode ser vista, em muitos casos, como um mecanismo importante para assegurar a autoridade paterna como chefe da família por mais tempo.

Nessas situações, tem-se notado com certa frequência o recurso às partilhas desiguais como forma de garantir a indivisibilidade do patrimônio familiar. É o caso, por exemplo, do célebre estudo de Bourdieu (1962) acerca do celibato masculino. Partilhas

desiguais são, portanto, estratégias de herança que visam afastar herdeiros – legítimos do ponto de vista do ordenamento jurídico – através de mecanismos de compensação cujo objetivo é garantir a manutenção da propriedade familiar e evitar seu fracionamento.

Voltando aos exemplos de Vinhedo, compreendemos que a primeira transmissão do patrimônio familiar, aquela realizada pela primeira geração de proprietários, foi desigual exatamente porque privilegiou um dos gêneros. Embora tenha-se observado algumas variações, nos três casos analisados, foram os filhos do sexo masculino que herdaram a propriedade deixada por seus avôs/bisavôs. No primeiro caso, a propriedade de 33 alqueires foi dividida igualmente entre os três irmãos. A irmã, solteira, ficou com a casa na cidade e também com a incumbência de cuidar do pai durante a velhice. Certamente, as estratégias de herança, representadas aqui pela prática da partilha desigual, trazem consigo frustrações e dramas individuais que merecem ser melhor analisados – a questão do celibato, por exemplo. Embora um tanto quanto conjectural, não deixa de ser significativo que a irmã solteira tenha deixado a parte que lhe coube no inventário para uma empregada. Tal fato, apesar de não ter sido "*contrastado*" por ninguém da família, porque "*todo mundo achava que tava certo*", mereceu destaque no relato do primeiro agricultor.

Tão arraigada era a prática da partilha que privilegiava os filhos do sexo masculino que o segundo agricultor nem se lembra das filhas mulheres que seu bisavô, primeiro proprietário de terras na região, tinha. No seu depoimento, entretanto, percebemos que nem sempre todos os homens tinham direito de ficar com o pedaço de terra. No caso da família de Soldeira, dos quatro homens que, em princípio, poderiam herdar a propriedade, ao final somente dois a receberam. Os outros dois "*desistiram daqui, não sei bem como foi o negócio, mas foram para a cidade*", numa boa alusão às estratégias de preservação do patrimônio que envolvem partilhas desiguais. O princípio da linha de descendência masculina continuou a ser mantido, no entanto, cada vez mais as gerações futuras foram ficando com áreas menores. Neste caso, dos 22 alqueires adquiridos por seu bisavô, o

agricultor agora divide 104 mil metros quadrados – pouco mais de 4 alqueires – com seus irmãos.

Igualmente significativo é o terceiro relato. Notemos que os 13 alqueires originais pertencentes ao avô do entrevistado foram sendo divididos para a "irmandade", isto é, para os herdeiros do sexo masculino. O primeiro casamento de seu avô gerou sete filhos, cinco homens e duas mulheres. Esses 13 alqueires foram divididos entre os três irmãos mais velhos, ficando cerca de 4,5 alqueires para cada um. Para os 2 irmãos mais novos, foi comprada uma outra propriedade no bairro de Capivari, de 12 alqueires e dividida entre eles. As mulheres, segundo nosso informante, *"pagaram em dinheiro,"* sem especificar o montante recebido.²⁵

A esta altura, devemos salientar algumas características das estratégias de herança observadas na primeira geração dos entrevistados. Em primeiro lugar, trata-se de uma estratégia que visa preservar o patrimônio familiar, já que retira possíveis herdeiros, nesse caso, pessoas do sexo feminino, da partilha. Mas é importante salientar que essa preservação mostrou-se incompleta. Levando-se em conta os relatos apresentados, observamos já após a primeira sucessão uma fragmentação da propriedade original. Decerto, essa fragmentação poderia ter sido maior caso tivesse havido a partilha igualitária. Neste sentido, é plausível supor que ainda estava presente um sentido de preservação do patrimônio conectado à reprodução social da família, assim como lógicas familiares operando sobre projetos individuais – caso das herdeiras do sexo feminino que ficam de fora da partilha da terra. É importante salientar que o sentido atribuído à terra não era apenas de mercadoria, mas englobava um significado de representar a unidade familiar e o seu modo de vida.

²⁵ Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973) considera que esse tipo de divisão, na qual o herdeiro masculino fica com a terra e a herdeira com um dote ou bens móveis, tem origem na tradição italiana (Cf. Queiroz, 1973:39)

Analisando, contudo, a segunda transmissão do patrimônio, isto é, aquela da geração dos pais para a geração dos entrevistados, podemos perceber algumas diferenças que serão úteis para entendermos o processo de conversão de terras agrícolas para áreas residenciais no município. Para isso, vejamos o caso de Ferragut. Os 11 alqueires que ficaram com o seu pai foram divididos da seguinte maneira:

"Esta área aqui, da parte de meu pai é o seguinte. A gente ficou com um pedaço pequeno para cada um porque eram dez irmãos. Então 11 alqueires, na hora de fazer a partilha, sempre tem um pedaço que vale mais. Então foi feito de comum acordo. Foi feito um mapa da área, numerado, e foi feito um sorteio. Então, por que esse pedaço maior? Porque se acha que ele tem vale um pouco menos. Todo mundo ficou de acordo. Fizeram um sorteio, cada um ficou com o seu" (Carlos Ferragut, agricultor, 73 anos)".

Observamos, portanto, a partilha igualitária da propriedade para todos os filhos, sejam eles homens ou mulheres. De fato, a opção pela via do sorteio pode ser vista como aquela que mais se assemelha a um padrão *sine ira et studio* na forma de transmissão do patrimônio. Aliás, essa forma, impessoal e igualitária, é apontada pelo entrevistado como uma das razões para o posterior desmembramento da propriedade familiar, tal como se pode depreender pelo relato reproduzido abaixo.

"Agora, é o mesmo processo. Morre um, morre outro. E outra coisa. O indivíduo não dá para viver, porque pedaço pequeno não dá para viver. Vai trabalhar para fora. Daí morre o pai, morre a mãe e eles vendem o pedaço. Teve casos também, teve herdeiro que já era casado, tinha saído, recebeu a parte e já vendeu para pessoas de fora e foi saindo" (Carlos Ferragut, agricultor, 73 anos)".

Dar terra para todos de forma impessoal e igualitária pode ser um caminho curto para a dissolução do patrimônio familiar. Isto porque, como observou o entrevistado, obriga as pessoas a trabalharem para fora e conseqüentemente enfraquece os vínculos do indivíduo com a propriedade familiar. Quando a terra apresenta-se somente como mercadoria, a possibilidade de "vender o pedaço" torna-se maior. Como expressão máxima desse processo, o entrevistado cita o caso de um herdeiro que "tinha saído", isto é, já não

trabalhava mais na propriedade, e que a vendeu assim que a recebeu de herança. Já o caso do próprio entrevistado é diferente. Faz questão de enfatizar o seu vínculo familiar e a transmissão desse valor para seus filhos.

"Eu fiquei com meu pedaço. Me pus a trabalhar no meu pedaço. Pus meus filhos na escola. Procurei ensinar da melhor maneira. A vida na terra aqui é difícil. Tudo o que você faz quase que não tem retorno, entendeu, é muita dificuldade. (...) O que resultou? Eu, ao invés de vender, eu acabei ainda, com a ajuda deles, comprar mais um pedaço de um irmão que faleceu e a minha propriedade de 25.000 metros passou para 40.000 metros. Eu não parei de trabalhar até hoje. Eu levanto de manhã, trabalho, faço todo tipo de serviço. (...) Agora a uva, ela não está dando praticamente mais retorno nenhum. Ai o que eu fiz? As crianças já tavam tudo formadas, eles fizeram faculdade, já estão tudo se virando, (...) tão trazendo o dinheiro de fora, me ajudando a manter o capital, porque amanhã ou depois é deles, né?" (Carlos Ferragut, agricultor, 73 anos)

O resultado desse afeto à terra, para utilizar uma expressão cunhada por Carlos Rodrigues Brandão (Cf. Brandão, 1999), teve uma consequência prática importante. Ao invés de vender terra, o entrevistado, com a ajuda dos filhos, comprou mais terra dos seus irmãos e aumentou o seu patrimônio. A estratégia de educar os filhos, três filhos homens todos com curso superior completo, foi importante para a manutenção da propriedade. Apesar dos filhos desenvolverem atividades não relacionadas ao sítio – "terem saído", para usar a expressão nativa–, todos residem na propriedade em casas separadas e ajudam financeiramente o entrevistado. É um caso interessante em que as atividades não agrícolas ajudaram a manter a indivisibilidade da propriedade. Mas, *"amanhã ou depois"* o patrimônio de Ferragut será fracionado igualmente para os três filhos.

Em seu estudo na aldeia de Theys, alpes franceses, Maria José Carneiro (1998) também já havia observado a tensão que se estabelece entre a partilha igualitária, respaldada pelo ordenamento jurídico, e a prática da partilha desigual, como forma de garantir a reprodução familiar camponesa. Referindo-se à sua situação de campo, a autora observa: *"o grande desafio do sistema de transmissão patrimonial consistia em sustentar*

uma distinção entre herdeiros legais, realizando uma distribuição diferenciada dos bens familiares" (Carneiro, 1998:97). De qualquer maneira, as práticas de partilha observadas em Vinhedo resultaram, a longo prazo, num progressivo desmembramento do patrimônio familiar original, ocasionando a retirada de indivíduos das atividades agrícolas e favorecendo a venda da terra a terceiros. Torna-se útil observar semelhanças entre a fragmentação da propriedade observada em Vinhedo e aquela observada no estudo que Maria Isaura Pereira de Queiroz realizou num bairro rural da cidade paulista de Leme. Nesse bairro, onde predominavam descendentes de italianos, verificou-se, num primeiro momento, que a filha recebia ao se casar um dote em dinheiro ou bens móveis e a terra era herdada pelos filhos. Mas, observa Queiroz, *"a desvalorização do dinheiro começou a causar frequentes desinteligências no meio familiar, e as noivas passaram a reclamar também dote em terras. Desse modo, cada vez mais está se implantando o sistema de igualdade de herança entre filhos e filhas, que recebem terras e outros bens, o que forçosamente contribui para uma maior fragmentação da propriedade"* (Queiroz, 1973:39, grifos meus). Neste caso, como o observado em Vinhedo, a partilha igualitária acabou contribuindo para o desmembramento da propriedade familiar.

Atuação do poder público: "atrair o pessoal com muita grana!"

Embora as estratégias de transmissão do patrimônio familiar sejam importantes para entendermos o processo de conversão de terras agrícolas para casas de moradia em Vinhedo, não podemos deixar de levar em conta também a atuação do poder público, no

caso, a prefeitura municipal, como um agente importante nesse processo. Isto nos remete à ideia, desenvolvida no capítulo anterior, de que as transformações das últimas décadas em Vinhedo não foram ocasionais, mas fruto de um longo projeto de desenvolvimento cujas raízes remontam ao período da emancipação. A esse respeito, convém salientar que as mudanças socioespaciais foram percebidas de forma diversa pelos moradores da cidade, tal como veremos em seguida. Neste momento, entretanto, interessa-me observar como alguns antigos moradores identificam um momento bastante preciso em termos da transformação no perfil de ocupação do espaço rural no município.

"Começou a mudar na época do Zé Gasparini. Era tudo quieto, passeio, família. Ai o Zé entrou como prefeito. Isso foi mais ou menos em 85, 86. Ai ele revolucionou tudo, já fez uma viagem para os Estados Unidos. Já fez, virou e desmontou. Dai ele fez uma lei e uma norma que Vinhedo tinha que ser condomínio fechado. Então o próprio Banespa, que ganhou a fazenda Marambaia, porque o dono fez empréstimo por causa do gado, já fizeram condomínio. E acharam uma coisa boa. (...) E aqui, o Zé Gasparini, só loteamento, só condomínio fechado. Tanto que saiu muito e continua ainda saindo" (Mariângela Storani, agricultora, 53 anos)".

O prefeito ao qual se refere a entrevistada é José Gasparini, que administrou o município de Vinhedo em duas ocasiões, entre 1976 e 1983 e entre 1988 e 1993. Durante os dois mandatos, Gasparini era filiado ao PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Vejamos como outro entrevistado identifica o momento de inflexão.

"Aqui no Pinheirinho, era mais ou menos como é hoje. Hoje, quer dizer, já diminuiu bem o tamanho. Mas era tudo propriedade pequena, quatro alqueires, sete alqueires, abaixo de quinze alqueires. Apesar que, em volta de Vinhedo, até hoje, tem umas fazendas um pouco grande. Mas isso ficou parado no tempo dali. E agora, o que a gente tem notado de uns anos para cá, que o valor tão alto do terreno, pelo valor tão alto do terreno, os velhos foram morrendo e os herdeiros foram vendendo, loteando, entendeu. Ai começou a invasão do pessoal de São Paulo. (...) na época mais ou menos de 75 a 80 começou a mudar. Já começaram a lotear. O primeiro loteamento, o primeiro condomínio. Ai já começou, na década de oitenta, por ai." (Laurival Von Zuben, agricultor, 73 anos)

Outro agricultor indica também um momento bastante próximo àquele descrito

acima.

"Começou a revolucionar mesmo há uns 26 anos atrás. Vinhedo era uma cidade agrícola. Só tinha a Indústria do Storani, que fazia tecido, a Carborumbum e a cerâmica Jatobá. Em volta era tudo propriedade agrícola. Depois foi criado o distrito industrial e a primeira indústria a se instalar lá foi a Gessy Lever. Foi aí que começou. O José Gasparini quem abriu a avenida Independência, o distrito industrial e revolucionou Vinhedo nessa parte. Levou casa própria para Capela. Depois deram prosseguimento ao seu trabalho. O Jonas (Ferragut) continuou, depois o Gasparini voltou e agora o Milton nos últimos 8 anos" (Zé da Pinta, agricultor, 57 anos).

Com algumas variações, todos identificaram um momento importante em relação ao processo de conversão de terras agrícolas para casas de moradia durante a gestão do prefeito Gasparini. Não podemos afirmar, contudo, que o processo de transformação socioespacial da cidade tenha sido fruto somente da atuação deste administrador, embora, como veremos no capítulo seis, esta tenha sido muito importante.²⁶ Considero que a atuação do referido prefeito mostrou-se eficaz, em termos de seus objetivos, porque esta passou a ser aceita e tida como importante pela população local. Isto, ademais, foi possível porque o projeto de desenvolvimento da cidade nesses moldes já estava, por assim dizer, incorporado no discurso local a partir de um processo lento e gradual, cuja sociogênese procurei mostrar no capítulo anterior. Vejamos, agora, como o próprio Gasparini apresenta sua versão.

"Logo que eu entrei na prefeitura, chegou um convite da associação paulista dos municípios(...). Daí eu fui fazer esse curso. Chegando lá [em Miami, Estados Unidos], nós ficamos três dias em cada departamento da prefeitura. Todos eles [departamentos]. Você imagina quantos departamentos tinha lá. Saúde, educação, segurança, transporte, aeroporto, água, esgoto, e foi uma maravilha isso. E olhando para aquilo tudo, depois de ficar abismado de ver tudo aquilo, e numa parte do país que tem muito menos recursos naturais que o nosso. O que eles tinham lá melhor do que Vinhedo era o mar. Mas nós temos aqui tantas coisas boas que a natureza nos deu. Então, quando eu cheguei de volta, com aqueles relatórios, aquelas coisas que eu trouxe, eu fiquei abismado com aquilo. (...) Eu olhei para tudo

²⁶ De 1956 até 1997, das 24 leis e/ou alterações no zoneamento espacial da cidade, 11 foram aprovadas durante as duas gestões do ex-prefeito.

aquilo, nós fomos também até Orlando, aquilo era um brejo, rapaz. Até as pedras tiveram que ser feitas de concreto porque não tinha, sabe, tudo artificial. Eles usaram a cabeça e convidam povo do mundo inteiro para visitar Miami. Eu trouxe até o projeto de marketing deles para o mundo inteiro ver: Veja Miami como ela é. Aquele pessoal vende Miami para o mundo inteiro. (...) Quando eu olhei para aquilo tudo, eu falei: barbaridade. Aí vindo para cá o que eu pensei: Vinhedo está localizada a 70km de São Paulo, uma cidade de 10 milhões de habitantes. As duas melhores estradas do país passam por Vinhedo, a Anhangüerra e a Bandeirantes. Uma ferrovia passa dentro da cidade. O aeroporto de Viracopos está a 18km daqui. Um clima maravilhoso, um lugar turístico muito bom. Potencial tinha, só faltava fazer a infra-estrutura para trazer aquele pessoal de São Paulo para cá" (José Gasparini, ex-prefeito de Vinhedo, 60 anos).

A "Jóia da Anhangüera", para lembrar a expressão utilizada nos jornais dos anos cinquenta para caracterizar Vinhedo, encontrou, finalmente, seu lapidador. Gasparini, nesse sentido, retoma um argumento desenvolvido nas matérias dos jornais de que a cidade já reunia características que a credenciavam para o projeto de desenvolvimento, faltando apenas, em seu entendimento, desenvolver a infra-estrutura necessária para "trazer o pessoal de São Paulo para cá". Para que esse projeto pudesse ser posto em prática, isto é, para trazer de fato o pessoal de São Paulo para Vinhedo, foi preciso que Gasparini tomasse contato com outros projetos desenvolvidos nos Estados Unidos. Esse contato com a experiência norte-americana exerceu bastante influência, tal como se pode observar neste relato.

"Quando eu vi aquilo lá em Miami, eu disse: não é possível. Nós estamos dormindo. Por isso que tem no hino nacional. Um gigante deitado em berço esplêndido. Com um potencial desse, não é possível. Só precisava convidar as pessoas: olha, nós estamos aqui. Pode vir (...) E outra coisa que eu vi, quando eu fui visitar Nova Iorque, o centro de Nova Iorque estava um lixo. Saíram os moradores bom de dinheiro, e foram morar num raio de 80 km. Então aquilo eu percebi muito, que o tempo de Nova Iorque ficou uma desgraça, aquela bagunça de noite, os assaltantes. Quando eu vi lá, eu fui lá para conhecer, eu fiquei apavorado. É muito mais feio que a avenida paulista. Então, o que eles fizeram? O pessoal foi morar num raio de 80 km. Então, há vinte anos atrás eu falei: mas vai acontecer com certeza a mesma coisa aqui. Porque o ser humano é igual em qualquer lugar no mundo inteiro. E ele vai querer sair do centro

de São Paulo para vir nesse raio de 80 km. Porque, para ele ir trabalhar em São Paulo, com uma estrada boa dessa, vai ser um passeio para ele. E é o que está acontecendo hoje" (José Gasparini, ex-prefeito de Vinhedo, 60 anos).

Na avaliação do ex-prefeito, dois modelos de desenvolvimento da cidade norteavam sua gestão.

"Então eu tinha dois pensamentos. Trazer bastante indústria, bastante operário, ou pegar o pessoal de São Paulo que tinha muita grana, vamos dizer. Em 10 milhões de habitantes, se 2% tiver grana, são 200.000 pessoas na mão. Eu tinha 200.000 clientes para oferecer Vinhedo para eles. E o que eu precisava: eu precisava de água, de pronto socorro, de hospital, eu precisava de saneamento, esgoto, eu precisava de segurança e educação. Ai eu optei realmente ao invés de trazer indústrias, que não dão tanto recurso, porque, vamos ser sinceros, nesse país se sonega muito.(...) Vinhedo tinha potencial, faltava só atrair clientes" (José Gasparini, ex-prefeito de Vinhedo, 60 anos)

A opção adotada por Gasparini foi atrair o "pessoal de São Paulo que tinha muita grana" através do desenvolvimento da cidade pela via da conversão de áreas agrícolas para áreas de moradia. É interessante observar que, na visão do administrador municipal, estes habitantes que vêm de fora são tratados como clientes, isto é, como consumidores desse espaço, tal como havia sugerido Marsden e seus colaboradores em relação ao contexto inglês.

Seria errôneo, entretanto, afirmar que a opção pelo "pessoal de São Paulo com muita grana" prescindia do fortalecimento industrial, o qual, como vimos nas páginas do jornal dos anos cinquenta, era tido como um futuro possível da cidade. Gasparini, como pode-se depreender abaixo, imaginava as duas coisas caminhando juntas.

"Tem um ditado que diz assim: o que o olho não vê o coração não sente. Se o cara da indústria vem, vê uma cidade boa, em franco progresso, com toda a infra-estrutura, o gerente também quer morar aqui. Quer instalar a sua empresa num lugar que tem uma rodovia boa, aqui dá para ir em todo lugar. Quer exportar, Viracopos está aí. Quer trem, o trem está aqui. Então nós preparamos para isso, eu fui visitar todas as indústrias e nós começamos a trazer mais indústrias para cá e começamos com o loteamento. Os loteamentos fechados" (José Gasparini,

ex-prefeito de Vinhedo, 60 anos).

Para pôr seu projeto em prática, o prefeito convenceu os proprietários de terra e os investidores dispostos a arcar com os custos dos empreendimentos imobiliários.

"A gente autorizou os investidores, e nós fomos muito felizes, porque veio uma pessoa de São Paulo aqui, o seu Checon, e convenceu dois fazendeiros aqui, o dono da fazenda São Joaquim e a fazenda Marambaia estava no banco e o dono dela tinha quebrado. Seu Luciano de Carvalho, que foi Secretário de Educação uma vez, ele quebrou e o pessoal fez o loteamento. E apareceu um outro de mais cabeça ainda e deu 12 alqueires para o Banespa dentro do condomínio para usar o nome do banco para vender os terrenos. Porque naquele tempo ninguém sabia onde era Vinhedo. E o pessoal do banco, os funcionários, os gerentes, quando iam emprestar o dinheiro, apertavam um pouco: eu empresto, mas compra um lotinho lá em Vinhedo. Mas onde é Vinhedo? É em tal lugar, pertinho aqui, é baratinho. Era tão barato naquele tempo, e o pessoal começou a comprar. Primeiro o Marambaia, depois o São Joaquim e depois o Vista Alegre. Só para você ter uma idéia, hoje, o maior gerador de empregos na cidade são os condomínios. Começa desde o corretor, e vai até o caseiro, jardineiro, eletricista, rapaz que vende pisos, grama" (José Gasparini, ex-prefeito de Vinhedo, 60 anos).

Para entendermos a dinâmica da moradia nas áreas rurais, torna-se útil retomar aquilo que Marsden e seus colaboradores consideram como processo de mercantilização das áreas rurais²⁷. Segundo os autores, *"o termo 'mercantilização' descreve a extensão do mercado para novas esferas de atividade ou, como é mais comum nas economias mais avançadas, a imposição de novos tipos de relação de mercado"* (Marsden & Murdoch, 1994:27). Para se reproduzir, o capital tende constantemente a transformar valores de uso em troca ou a resignificar o valor de troca de certas mercadorias a fim de desenvolver novas necessidades e novos mercados. Esse processo tem na moradia das zonas rurais exemplos importantes.

No processo de "mercantilização", um dos principais atores é o Estado e suas políticas públicas, seja quando atua no sentido de regular ou quando se omite e abre caminho para a

disputa entre setores privados. A abertura do rural para além da produção de alimentos trouxe consigo, simultaneamente, a criação de novas mercadorias, mercados e valores de troca. A terra, que outrora era avaliada sobretudo por características que levavam em conta a produção, passa a ter como parâmetro de avaliação critérios totalmente diferentes nesse novo cenário. Em muitos casos, áreas que eram desdenhadas dentro do processo de modernização agrícola (em função de suas características que não se adaptavam ao modelo da produção de alimentos – topografia acidentada, áreas de preservação permanente etc.) passam a ser valorizadas quando se trata da moradia. Nesse processo, bens intangíveis, tais como ar puro, contato com a natureza, passam a ser "mercantilizados", trazendo à tona, por exemplo, disputas em torno da autenticidade de determinadas áreas.



Placa de propaganda de condomínio, localizada na entrada da cidade, onde se lê: "A natureza você leva de brinde" (2003)

Marsden e Murdoch consideram a legislação sobre o espaço rural uma arena privilegiada para investigar as suas transformações, assim como para mostrar como os interesses da classe média emergem nesse processo. Na análise que fizeram sobre a legislação da regulação do espaço rural inglês, que envolve não somente a legislação, mas

^{2/} No original: "*commodification*"

as discussões que a antecederam, os burocratas que a fizeram e as suas interpretações, os autores demonstram que essa arena de regulação não é neutra. Determinados grupos, sobretudo os mais pobres, foram sendo paulatinamente excluídos das discussões em detrimento de outros. Ao legislar sobre o espaço rural, o Estado acaba privilegiando a classe média e os incorporadores imobiliários, tal como demonstra a pesquisa que os autores realizaram em Aylesbury.²⁸

O processo de conversão de terras agrícolas para residências em Vinhedo é um bom exemplo para entendermos o papel do Estado e que sua atuação não é neutra. A prefeitura, para se fortalecer – seja em termos de melhor poder exercer seu papel de regulação, seja no sentido de aumentar seus recursos via impostos municipais –, inicia, logo após a emancipação da cidade, propostas no sentido de expansão do perímetro urbano. Essa expansão começa nos anos cinquenta e vai paulatinamente agregando áreas ao município até atingir seu auge, no momento atual, em que a quase totalidade dos habitantes do município residem em áreas consideradas urbanas. A matéria abaixo nos mostra que o alargamento do então “*acanhadíssimo*” perímetro urbano tornou-se ordem do dia, a ponto de ser uma das primeiras medidas tomadas pelos administradores do município recém-emancipado.

“A delimitação do perímetro urbano é uma medida que vem se impondo de há muito e parece que agora vai sair. Uma comissão já foi organizada pela mesa da Câmara para tratar do assunto, e, segundo estamos informados, ela está interessada em que o trabalho fique pronto tão logo seja possível. Trata-se inegavelmente de uma medida das mais acertadas, pois o acanhadíssimo perímetro que temos não pode continuar. Os bairros residenciais estão começando a se impulsionar, justamente nas zonas consideradas suburbanas” (Folha de Vinhedo, 23 de julho de 1952, p. 1).

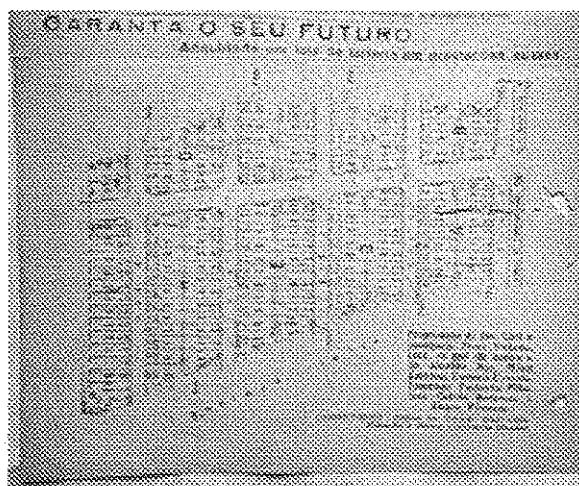
Alguns meses mais tarde, já estava em andamento na Câmara Municipal o projeto de lei que aumentava o perímetro urbano de Vinhedo.

²⁸ Ver, especialmente, o capítulo 2 de Marsden e Murdoch (1994).

"Elaborado por uma comissão especial, composta dos vereadores (...), deverá dar entrada na próxima sessão legislativa um projeto de lei, acompanhado de planta respectiva, que delimita o perímetro urbano do município (...) O novo perímetro urbano deverá ter início no pontilhão da Companhia Paulista, lado de Louveira, acompanhará a cerca da via férrea até a cerâmica Jatobá, defletindo à esquerda para acompanhar a linha de força da Companhia Paulista, atingindo daí a divisa do Sítio Galo, defletindo à esquerda, acompanhando a linha divisória daquele sítio, incluindo o loteamento da Fazenda Cachoeira para terminar no mesmo pontilhão onde foi iniciado. Deverá ficar incluído no novo perímetro a Av. Brasil até o loteamento da fazenda Marambaia. Pela estrada que conduz à Vila Garcez deverá o perímetro atingir o sítio Biagioli, incluindo o cemitério" (Folha de Vinhedo, 10 de setembro de 1952, p. 4).²⁹

A prefeitura, ao ampliar a área urbana do município, passa a exercer plenamente seu papel de regulação desse espaço, muitas vezes beneficiando diretamente seus administradores. Um espaço urbano ampliado, além do inevitável aumento na arrecadação, significa a possibilidade dos administradores decidirem sobre projetos de desmembramentos de áreas e/ou loteamentos residenciais. Dentre os vários exemplos de registros de desmembramentos de áreas rurais para fins de habitação encontrados nos jornais dos anos cinquenta, destaco um cujo incorporador era o então presidente da Câmara Municipal e antigo prefeito da cidade, o Dr. Abrahão Aun.

²⁹ Apesar de estar em discussão desde 1952, o perímetro urbano do município somente foi aprovado pela Lei nº 173 de 24 de abril de 1956 durante a gestão de Mário Pescarini. No capítulo seis, será feito um detalhamento das leis que alteraram o zoneamento da cidade entre 1956 a 1997.



"Garanta o seu futuro. Adquirindo um lote de terreno em prestações suaves. Proprietários da Soc. Civil e Imobiliária Nova Vinhedo LTDA., Dr. Abrahão Aun, Miled Kalil Aun, Carmelo Consolo, Francisco Penteado Filho, João Galvão Anderson e Álvaro Penteado. Corretores: Odilon de Souza, Alaor Leite Pimentel e Pedro Constante Donato" (Folha de Vinhedo, 26 de agosto de 1953, p. 4.).

O fato do presidente da Câmara – e ex-prefeito – legislar em causa própria, isto é, aprovar um loteamento no qual era beneficiário, não foi motivo de comentário no jornal. Ao contrário, o seu nome parece fornecer uma credibilidade adicional ao empreendimento. O caso da Sociedade Civil e Imobiliária Nova Vinhedo, embora exemplar, não foi o único na história do município.³⁰

³⁰ Embora não relacionado com a construção de moradias, pouco mais de um ano depois, o prefeito Mário Pescarini não hesitou em adquirir um terreno de propriedade da própria família para a construção de uma caixa d'água, de pavilhões para a Festa da Uva e para a futura casa da Lavoura de Vinhedo. O Prefeito Municipal de Vinhedo, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal em sessão de 9 de novembro de 1953, promulga a seguinte lei: "LEI N. 132 DE 11 DE NOVEMBRO DE 1953. Dispõe sobre a aquisição de terreno para a construção de Caixa D'Água e Pavilhão para a Festa da Uva. Art 1: Fica a prefeitura municipal autorizada a adquirir dos Srs. Irmãos Pescarini uma área de terras, medindo 10.000 metros quadrados, situados ao longo da Rua Fernando Costa à margem da Estrada Estadual. (...) Art. 3: A área de terreno, objeto da presente lei, é destinada à construção de uma Caixa D'Água e de um pavimento para a Festa da Uva e Casa da Lavoura. Art 4: A fim de ocorrer às despesas com a presente lei, a prefeitura fara constar do orçamento para o próximo exercício uma dotação de CR\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros)" (Folha de Vinhedo, 25 de novembro de 1953, p. 1).

Devemos ter em mente que o processo de fortalecimento do poder municipal frente ao seu território administrativo, que, como foi visto, implicou no progressivo alargamento do seu perímetro urbano, resultou em ações que favoreceram determinados grupos. Tal como observaram Marsden e Murdoch, a arena de regulação do uso da terra não é neutra. O Estado, em seus diferentes níveis, atua ou se omite no sentido de privilegiar determinados atores e seus respectivos interesses. No trecho, transcrito abaixo, o ex-prefeito Gasparini oferece um sugestivo exemplo do que foi dito nos parágrafos anteriores.

"Eu tive que fazer um plano diretor. Porque eu vi o que tinha lá nos Estados Unidos, sobre plano diretor, sobre estação de tratamento de esgoto, estação de tratamento de água. (...) E indo para esse lado, não deu outro resultado, porque aí começaram a comprar os lotes. Pessoal veio para cá, daí um trazia um outro amigo e foi vendendo. Hoje nós temos mais de 50 condomínios. Então, o que nós fizemos na prefeitura? Nós autorizamos eles a fecharem o perímetro do loteamento. Como loteamento fechado, se ele for fechado no duro, os proprietários teriam que pagar o IPTU de todas as ruas e toda a área verde. Aí seria um absurdo de tão grande que é. Então nós abrimos mão disso [deste imposto] e, em troca disso, eles fizeram o serviço lá dentro. A segurança é deles, a limpeza é deles. E eles pagam o IPTU para nós. E isso traz muito lucro para a cidade. Eles limpam, cuidam e trouxe a valorização e com isso um IPTU alto para nós. Então, com esse dinheiro que entrou, nós pudemos fazer toda essa infra-estrutura que foi feita: melhorar as escolas, fazer pronto socorro, escola profissionalizante" (José Gasparini, ex-prefeito de Vinhedo, 60 anos).

O referido plano diretor foi aprovado em 1984 pelo prefeito que sucedeu Gasparini, Jonas Ferragut. Mas, como pode-se verificar na passagem acima, Gasparini considera que o mesmo, por ter sido gestado e discutido durante sua administração, foi fruto de seu mandato. Ademais, conforme atesta o ex-prefeito, o plano diretor veio beneficiar grupos interessados no desenvolvimento imobiliário da cidade, os quais puderam fechar o perímetro dos seus loteamentos. Ofereceu-se, assim, um produto em sintonia com aquilo que o "cliente", isto é, o morador de São Paulo, gostaria de adquirir. É importante salientar que a prefeitura pôde contar com um expressivo apoio desses agentes do desenvolvimento imobiliário.

"Eu pedi terreno para os proprietários dos loteamentos, e eles deram 8.000 metros onde é a oficina hoje, a fábrica de blocos, fábrica de tubos, a usina de asfalto. Um outro proprietário de um outro loteamento, o Vista Alegre, deu 2 alqueires e eu fiz 101 casas lá. Tinha 80 barracos lá, eu fui lá com o Maluf [Paulo Salim Maluf, ex-governador do Estado de São Paulo], no plano Nosso Teto, fiz 101 casas. Tirei o pessoal da favela e botei lá dentro. Então Vinhedo não tinha mais barraco. Lá no Bairro três irmãos. Então, eu falei para o proprietário: Você vai fazer um loteamento, eu faço as casa, elimino as favelas, que é ruim para a cidade, e quando eles tiverem dentro das casa vai valorizar o seu loteamento. Então é isso que aconteceu, Vinhedo não tem mais favela por causa disso naquele tempo [1º mandato](...). Então esse que foi a chave também. Então pusemos casas populares no bairro da Capela, porque estava próxima do distrito industrial. Fui eu quem criou o distrito industrial. O plano diretor nós fizemos nessa época. Foi o Dr. Matheus junto comigo. Porque ele instalou a Gessy naquele local e eu fiz o decreto, fizemos o distrito industrial lá. Casa popular na Capela. E o lado de cima da linha de trem deixamos para os condomínios. Que é a zona leste da cidade, ficou para os condomínios. A zona oeste para as casas populares e distrito industrial, a zona sul ficou para a agricultura (indo para Louveira), e Valinhos, que é a zona norte nossa, nós estávamos já quase encostado na divisa" (José Gasparini, ex-prefeito de Vinhedo, 60 anos).

Observemos, na fala do ex-prefeito, que a relação de favorecimento entre os incorporadores imobiliários e a prefeitura não se restringia somente aos limites do empreendimento *stricto sensu*. A transformação da cidade, para que esta pudesse atrair moradores das classes altas e médias de São Paulo, implicava em processos mais amplos que envolviam também padrões de segregação espacial. É digno de nota que os proprietários de loteamentos tenham doado terrenos à prefeitura para que esta pudesse "tirar o pessoal da favela" de perto. É fácil compreender os benefícios gerados por essa ação para os interessados no desenvolvimento imobiliário. Retirados os moradores de favelas de suas áreas de origem e confinados em locais específicos, abre-se a possibilidade de eliminar essas habitações, "que são ruim para a cidade", e assim valorizar os loteamentos. Em suma, cada um em seu lugar, tal como a precisa descrição do administrador acerca das divisões socioespaciais da cidade indica.

Assim, os mais pobres têm seu lugar na zona oeste da cidade, no bairro da Capela, ao lado do distrito industrial. A zona leste da cidade, "o lado de cima da linha do trem", ficou reservado aos condomínios e a zona sul, à agricultura. A consolidação desse padrão, em parte a partir das mudanças na legislação – vide plano diretor – certamente facilitou a implantação dos condomínios.

"Porque o investidor quer ver se tem alguma coisa estabelecida para o futuro. Porque ele vai construir uma casa boa aqui e depois do lado faz um prédio de 10 andares. Na minha época, eu limitei prédio aqui em 4 andares. A cidade tinha que crescer na horizontal. Naquela época, tínhamos 5 mil lotes abertos. Para que fazer prédio na cidade? A pessoa já vem de São Paulo, saindo daquele poleiro, daquela vida desgraçada, então ele quer vir para cá para ter uma casinha, para poder plantar um pé de laranja, quer ficar com os pés no chão. Ele quer vir para cá para isso. Então vamos fazer apartamento? Não adianta. Vamos fazer uma chácara de 1.000 metros, 50x20. E foi isso que aconteceu. Então a pessoa vem para Vinhedo por causa disso, desse clima gostoso. Se bem que hoje já está um pouco mais poluído" (José Gasparini, ex-prefeito de Vinhedo, 60 anos).

Naturalmente, devemos imaginar que um projeto de desenvolvimento da cidade dessa magnitude e que envolveu transformações socioespaciais importantes tenha encontrado algumas resistências. Vamos a elas.

"Quando eu tive que desapropriar avenidas, para abrir aqui, para abrir lá, então tive muitos problemas. Qualquer ser humano, ele fica apreensivo com mudanças. Ele fica preocupado. Ele vai mudar, o cara vai abrir uma rua aqui, vai mexer na minha propriedade. Ele não tinha noção, os nossos pais, nossos avós, do que tudo isso poderia mudar. Não faziam nem idéia, nem imaginavam. Eles tinham uma idéia de que aquilo fosse ficar uma Rocinha, Vinhedo melhorada, não é. Hoje imagina. Quantos deles morreram. Se pudessem ver o que aconteceu" (José Gasparini, ex-prefeito de Vinhedo, 60 anos).

Vejamos como Gasparini caracteriza as famílias italianas que, em muitos casos, impuseram resistências às transformações.

"Aqui tinha a família Pescarini. A família Trevisan que eram aqueles italianos que vieram para cá todos analfabetos e que carpavam café no lugar dos escravos. Depois eles compraram as

propriedades quando as fazendas de café quebraram. Eles foram comprando pequenos sítios. Então esse pessoal que conseguiu tudo na raça, imagina, analfabetos com grande trabalho, eles têm um medo da mudança incrível. Sabe que eu conheço a Itália, eu fui ver aquilo, se você ver o zoneamento de Roma há 2.000 anos atrás você fica abismado. Aquilo tudo dividido, a parte de esporte, de serviço de lazer. Daí eu perguntava. Como é que os nossos avós não viram isso na Itália? Vieram para cá, faziam as casas encostadas no rio. (...) Imagina se eles tivessem visto Roma! Mas não viram. Moraram na parte sul da Itália, ou na parte Norte. (...) Se eles tivessem conhecido Roma, eles teriam feito uma Vinhedo muito melhor. Coitados. Com a ignorância deles, com analfabetismo, eles fizeram até demais. Vieram para esse mato aqui, lutaram como um cão, se defenderam como puderam. Mas eu só sinto que alguém tivesse dito para eles: olha, gente, deixa aí uma marginal na beirada de cada rio, porque isso aqui vai dar enchente. Isso aqui vai crescer, a capital está ali” (José Gasparini, ex-prefeito de Vinhedo, 60 anos).

Os imigrantes que para cá vieram eram italianos que não conheciam Roma. Essa sugestiva imagem, utilizada pelo ex-prefeito para caracterizar os primeiros imigrantes de Rocinha, demonstra uma certa ambigüidade em relação aos italianos. De um lado, analfabetos e substitutos de escravos nas plantações de café, portanto, sem nenhum tipo de instrução, o que lhes gerou problemas na ocupação do local. De outro, não podem ser responsabilizados por esses problemas, já que não tiveram oportunidade de conhecer Roma. Foi preciso que um de seus descendente fosse à Itália, Gasparini, conhecesse Roma, implementasse uma certa substituição nas mentalidades e vencesse as oposições.

“Se você abrir uma rua no terreno do vizinho, você imagina quanto isso não vai valorizar. Porque naquele tempo a terra não valia nada, o que valia para eles era uma caixa de uva, uma caixa de maçã. A terra não valia nada. E fora que eles tinham uma noção de posse, de domínio, que era uma coisa medonha. Os nossos pais, eles brigavam por causa de 20 cm de divisa (...) Não deixa abrir a rua. Eu passava com a motoniveladora, ia abrindo as ruas e o mourão dos terrenos deles iam caindo e eles vinham aqui xingar. Depois eu ia abrindo mais um pouquinho. A estrada era de 4, 5 metros. Eu ia passando a motoniveladora e ia arrancando as cercas, caindo, eles vinham aqui gritar, xingavam. Então, com o sítio daquele tamanho, com as propriedades, com os sítios grandes que eles tinham naquela época, eles se incomodavam por causa de 2 metros de largura da estrada. Davam trombada na estrada, porque não passava dois carros. Teve um aí que a mão ficou até atrofiada por causa

de acidente na estrada. E eu usava sempre esse cara: vocês não estão vendo que o sujeito ficou aleijado por causa disso? Eu quero abrir estrada para vocês, para melhorar, para valorizar. Você não está vendo as consequências da mudança que você não quer?" (José Gasparini, ex-prefeito de Vinhedo, 60 anos).

Vencidas as resistências, a cidade estava pronta para receber os novos moradores.

Os que chegaram

A atual situação que descrevemos neste trabalho pressupõe que o município de Vinhedo recebeu, nos últimos anos, um contingente populacional oriundo de outros municípios que veio atraído pelas novas possibilidades abertas pela conversão de áreas agrícolas para áreas de moradia. Convém, agora, apresentar alguns dados que nos ajudam a entender esse processo.

Tabela 4: Evolução da População em 1970, 1980, 1991 e 2000.

	1970	1980	1991	2000
Vinhedo	12.338	21.647	33.612	47.215
Região Metropolitana de Campinas (RMC)	680.826	1.276.755	1.866.025	2.345.322
Estado de São Paulo	17.771.948	25.040.712	31.588.925	36.969.476

Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos de 1970 a 2000.

Em primeiro lugar, observemos a evolução da população de Vinhedo nos últimos 30 anos. Recorrendo a números redondos, veremos que a população da cidade passou de cerca de 12.000 habitantes, em 1970, para pouco mais de 47.000 habitantes em 2000, isto é, quadruplicou num intervalo de 30 anos. Para termos idéia da dimensão desse crescimento, a população de Campinas, considerando-se o mesmo período, aumentou duas vezes e meia, a da Região Metropolitana de Campinas 3,4 vezes e do Estado de São Paulo cerca de duas vezes.

Tabela 5: Taxa de Crescimento anual (%) da população.

	1970–1980	1980–1991	1991–2000
Vinhedo	5,78	4,08	3,82
Região Metropolitana de Campinas	6,49	3,51	2,10
Estado de São Paulo	3,49	2,13	1,76

Fonte: Faria, 2002:230.

Em relação às taxas de crescimento anual, notemos que, excetuando-se o período entre 1970 e 1980, as taxas de crescimento populacional de Vinhedo sempre foram superiores às médias da RMC e do Estado. Na década de oitenta, as taxas de crescimento anual de Vinhedo foram cerca de meio ponto percentual acima das taxas da RMC e dois pontos acima das do Estado. É nos anos 90, entretanto, que percebemos um aumento significativo em relação à RMC. Enquanto a diferença entre as taxas de crescimento anual de Vinhedo e do Estado permaneceu estável – cerca de dois pontos percentuais –, a mesma elevou-se de meio para 1,72 pontos quando se considera a RMC. Em suma, os dados apresentados permitem-nos afirmar que houve um crescimento populacional expressivo na cidade se levarmos em conta as duas últimas décadas.

Só compreenderemos este significativo aumento populacional se levarmos em conta a parcela dos migrantes. Da população de Vinhedo em 2000, 17.536 (37,1%) nunca moraram em outro município. Portanto, temos 29.679 pessoas (62,9%) que residiam em Vinhedo em 2000 mas que vieram de outras cidades em algum momento determinado.³¹ É interessante observar que a hipótese formulada anteriormente, de que a atuação do poder público municipal deve ser vista como um fator, dentre outros assinalados, para a atração de moradores, mostrou-se profícua quando confrontada com a chegada dos moradores na cidade. A tabela abaixo mostra o tempo de moradia em Vinhedo dos 29.679 moradores que

³¹ A título de informação, desses 29.679 moradores que residiram em outro município além de Vinhedo, apenas 770 (2,6%) disseram ter nascido nesta cidade.

já residiram em outro município e está classificada de acordo com as últimas gestões administrativas municipais.

Tabela 6: Distribuição dos moradores de Vinhedo, os quais já residiram em outro município, segundo tempo de moradia na cidade sem interrupção.

	Habitantes	%
1996–2000 (Gestão Milton Serafim)	9.317	31,4
1992–1995 (Gestão Jonas Ferragut)	4.634	15,6
1988–1991 (Gestão José Gasparini)	4.066	13,7
1983–1987 (Gestão Jonas Ferragut)	3.146	10,6
1978–1982 (Gestão José Gasparini)	3.506	11,8
Antes de 1977	501	16,8
Total	29.679	100

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico 2000

Vemos, inicialmente, que 83,2% dos moradores que já residiram em outros municípios chegaram à cidade após 1977, isto é, após a primeira gestão do prefeito José Gasparini. As observações do ex-prefeito e outras, coletadas por moradores entrevistados, mostram que de fato sua primeira gestão inaugurou um processo crescente de chegada de residentes na cidade. Mais um dado sugestivo, nesse sentido, é que ele intensifica-se na última década, conforme podemos observar na tabela abaixo.

Tabela 6: Tempo de moradia no município em %

	% RMC	% Vinhedo
Menos de 1 ano	3.5	5.5
1 ano	6.6	7.8
2 anos	5.4	6.7
3 anos	5.1	5.6
4 anos	4.8	5.7
5 anos	3.5	4.7
6 anos	3.6	4.5
7 anos	3.1	3.3
8 anos	3.5	3
9 anos	2.6	2.4
10 anos ou mais	58.1	50.5
Total %	100	100
Total	1.354.524	29.679

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico 2000

Vemos que dos moradores de Vinhedo que residiam em outra localidade, 49,5% chegaram na década de noventa. Na RMC, este número cai para 41,9%. Apenas entre 1996 e 2000, gestão do prefeito Milton Serafim, observamos a chegada de 31,4% destes moradores, número maior do que os 25,5% quando se considera a RMC para o mesmo período. Mas, como procurei demonstrar nas páginas anteriores, seria errôneo considerar somente um determinado período específico e tomá-lo como expressão de um processo mais amplo. Tal como sugiro, a chegada de novos moradores deve ser lida como um processo lento, cuja sociogênese remonta ao período da emancipação e foi incentivada por uma amálgama de fatores, dentre os quais, a atuação do poder municipal. Nesse sentido, José Gasparini parece inaugurar um período de atração de novos moradores, em consonância com seu projeto de administração, que atinge seu auge nos últimos anos.

Os dados apresentados, portanto, indicam que a partir de 1978 e sobretudo na última década, observou-se um contínuo e progressivo aporte de moradores provenientes de outras localidades. Esse contingente torna-se mais significativo quando comparado com municípios da região da qual Vinhedo faz parte, isto é, a RMC. Por outro lado, estes dados

não nos permitem afirmar se este contingente populacional dirigiu-se necessariamente para residir nos condomínios ou para executar serviços relacionados à moradia, tal como o trabalho de caseiro, por exemplo. Trata-se, portanto, de um bom indicativo do processo de chegada desses novos moradores.

O que é possível estabelecer, a partir dos dados do Censo, é uma caracterização socioeconômica mais precisa dos moradores que chegaram a partir de 1995, momento que, como já foi visto, é significativo em termos do número dos que passaram a residir no município provenientes de outros locais.

Tabela 7: Local de Residência em 31 de julho de 1995

	Habitantes	%	% Valida
Neste município, na zona urbana.	19.586	41.5	66.0
Neste município, na zona rural.	1.391	2.9	4.7
Em outro município, na zona urbana.	6.987	14.8	23.5
Em outro município, na zona rural.	885	1.9	3.0
Em outro país	180	0.4	0.6
Não era nascido	650	1.4	2.2
Total	29.679	62.9	100
Sempre morou em Vinhedo	17.536	37.1	
Total Geral	47.215	100	

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico 2000.

Em primeiro lugar, é preciso assinalar que cerca de 17% dos moradores de Vinhedo em 2000 não residiam neste município cinco anos antes. Este número é 4,5 pontos percentuais maior do que o da RMC. São, portanto, 7.872 habitantes vindos de outras localidades num intervalo de meia década. Destes 7.872 moradores, 88% vieram da zona urbana de outros municípios. Vejamos, agora, de quais lugares.

Tabela 8: Estado dos que residiam, em 31 de julho de 1995, em outro município.

	Habitantes	%	% Válida
São Paulo	6010	12.7	76.3
Minas Gerais	436	0.9	5.5
Paraná	331	0.7	4.2
Estados do Nordeste	766	1.6	9.7
Outros	329	0.7	4.2
Total	7872	16.7	100
Não se aplica	39343	83.3	
Total	47215	100	

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico 2000.

Como se pode observar pela tabela acima, os moradores provenientes do estado de São Paulo representam o grupo mais significativo do conjunto de moradores que veio residir em Vinhedo após 1995. Em termos percentuais, 76,3% dos 7.872 moradores deste grupo – para a RMC, este número decai para 67,5%. É digna de nota a presença de migrantes oriundos dos estados do Nordeste, que, agrupados, representam 9,7%, seguidos por Minas Gerais e Paraná, com 5,5% e 4,2%, respectivamente.

Vejamos, agora, a composição dos que residiam em municípios do Estado de São Paulo em 1995. Desse grupo, os que residiram no município de São Paulo em 1995 compõem a parcela mais importante. Na metade da década passada, 2.691 habitantes de Vinhedo moravam na capital do Estado, o que representa 44,8% do grupo que residia em outros municípios do Estado ou 34,2% do total de moradores que chegaram a Vinhedo após 1995. Esse número, ademais, é mais de três vezes superior ao da segunda cidade de onde mais vieram moradores, a saber, Campinas, com 9,1% do total, seguido por Valinhos, com 5,5%.

Compreendemos, portanto, que a cidade de São Paulo é um importante local em termos da origem dos que migraram para Vinhedo. Mas, por outro lado, devemos levar em conta o deslocamento populacional observado entre as cidades da região nos últimos cinco

anos. Assim, se considerarmos os municípios contíguos ou próximos à Vinhedo, isto é, Campinas, Valinhos, Jundiaí, Louveira e Indaiatuba, estes são responsáveis por 20% dos que chegaram à cidade entre 1995 e 2000.

Em resumo, estamos assistindo em Vinhedo à coexistência, por assim dizer, de dois padrões significativos de deslocamento populacional. A capital, outros Estados e regiões ainda são responsáveis pela origem de um grande contingente de moradores. Mas, ao mesmo tempo, a própria região ganha também uma dinâmica própria em termos de deslocamento populacional. Fatores como oferta de mão de obra, custo de moradia, certamente, são variáveis importantes que devem ser melhor investigadas.

Paulistanos, nordestinos e paranaenses.

Veremos, no capítulo cinco, que a classificação processada por alguns agricultores acerca dos novos moradores de Vinhedo possui algumas clivagens que por vezes beiram um determinismo geográfico. Encontra-se, por assim dizer, presente no discurso local a imagem de que os novos habitantes de Vinhedo, sobretudo aqueles que foram residir nos condomínios residenciais, vieram da cidade de São Paulo. Por outro lado, os que vieram trabalhar nesses condomínios são tidos como provenientes de estados próximos, sobretudo Paraná, ou do Nordeste. A seguir, veremos se esse discurso local guarda similitudes com o perfil traçado a partir dos dados do Censo.

Constatemos, de início, algumas diferenças significativas em termos da composição etária dos migrantes destes grupos uma vez que não se observaram variações significativas em termos de sexo.

Tabela 9: Local onde residia o migrante em 1995 por classes de idade

	SP (Município)	%	Nordeste	%	Paraná	%
5 a 9 anos	306	11.4	64	8.3	30	9.2
10 a 14 anos	287	10.7	98	12.8	48	14.6
15 a 19 anos	240	8.9	121	15.8	39	11.8
20 a 24 anos	144	5.3	147	19.2	71	21.6
25 a 29 anos	221	8.2	61	8	28	8.5
30 a 34 anos	220	8.2	75	9.8	60	18.2
35 a 39 anos	334	12.4	79	10.3	10	3
40 a 44 anos	208	7.7	74	9.7	43	13.1
45 a 49 anos	170	6.3	35	4.5		
50 a 54 anos	59	2.2	13	1.6		
55 a 59 anos	93	3.4				
60 a 64 anos	68	2.5				
65 a 69 anos	143	5.3				
70 a 74 anos	128	4.7				
75 a 79 anos	23	0.9				
80 anos ou mais	46	1.7				
Total	2691	100	766	100	331	100

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico 2000.

Notemos, em primeiro lugar, que os moradores provenientes dos estados do Nordeste e do Paraná situam-se nas classes de idade intermediárias ou mais jovens. 64,1% dos que vieram do Nordeste e 65,7% do Paraná tinham menos de 30 anos em 2000. Para o município de São Paulo, esta porcentagem cai para 44,5%. Além disso, cerca de 20% dos migrantes do município de São Paulo tinham mais de 50 anos em 2000 e somente deste município chegaram pessoas que em 2000 tinham mais de 55 anos. A composição etária mais jovem dos moradores provenientes do Nordeste e Paraná pode ser um indicativo importante do tipo de ocupação que estes vieram realizar. Noutra parte, veremos que atividades como as dos caseiros são muitas vezes exercidas por pessoas mais jovens, dado que se considera que estas atividades podem ser entendidas como uma fase de acumulação na vida dessas pessoas.

Os dados relativos à atribuição de cor/raça mostram-se igualmente significativos.

Tabela 10: Local onde residiam em 1995 por cor/raça

	SP (Município)	%	Nordeste	%	Paraná	%
Branca	2251	83.6	414	54	263	79.6
Preta	80	3	34	4.4	30	9
Amarela	59	2.2				
Parda	302	11.2	319	41.6	38	11.4
Total	2691	100	766	100	331	100

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico 2000.

Levando-se em conta os migrantes provenientes dos estados do Nordeste, temos uma composição cor/raça bastante diversa da observada entre o grupo dos provenientes do Paraná e da cidade de São Paulo. 46% dos nordestinos foram classificados como pretos/pardos, ao passo que, nos outros locais, essa porcentagem não ultrapassa a casa dos 20%. Aliás, no município de São Paulo, encontramos a maior proporção de brancos, 83,6% contra 79,6% no Paraná e 54% no Nordeste. A título de informação, o município de Vinhedo tinha, em 2000, 79,5% da sua população classificada como branca, 4,3% como negra e 15,6% como parda.

Embora a pesquisa realizada junto aos moradores de condomínio e caseiros não tivesse a pretensão de traçar uma amostra representativa do ponto de vista estatístico da composição desses grupos no município, é preciso notar que, somente entre os caseiros, observei entrevistados da cor preta/parda. Naturalmente, trata-se de uma atribuição feita por mim durante o momento da entrevista, mas, em todo caso, ela torna-se significativa quando comparada com dados mais gerais sobre o município.

Tabela 11: Local de moradia em 1995 por tempo de moradia em Vinhedo

	SP (Município)		Nordeste		Paraná	
		%		%		%
Menos de 1 ano	265	9.9	105	13.7	44	13.3
1 ano	578	21.5	251	32.7	100	30.4
2 anos	920	34.2	163	21.3	22	6.7
3 anos	394	14.7	172	22.4	83	25.1
4 anos	533	19.8	75	9.8	81	24.6
Total	2691	100	766	100	331	100

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico 2000.

Se levarmos em conta o tempo de moradia em Vinhedo por parte dos migrantes, veremos que os originários do município de São Paulo chegaram àquela cidade antes dos provenientes do Paraná e do Nordeste. Verificamos que 46,5% dos migrantes do Nordeste e 43,7% do Paraná estavam, em 2000, há apenas 1 ano no município. Entre os paulistanos, este número cai para 31,3%. Dito de outro modo, 68,7% dos que vieram de São Paulo a partir de 1995 residiam em Vinhedo há pelo menos 2 anos, 56,3% do Paraná e 53,5% do Nordeste. Esta diferença no tempo de chegada entre os dois grupos sugere algumas implicações. Se estou correto em minha suposição, qual seja, de que boa parte dos paulistanos veio para residir nos condomínios residenciais ao passo que parte dos que vieram do Paraná e do Nordeste o fizeram para trabalhar em serviços relacionados à moradia, é plausível explicar essa diferença de maneira simples: primeiro, é preciso residir na casa para depois contratar quem nela irá trabalhar.

Nesse sentido, vejamos, finalmente, a posição no trabalho dessas pessoas.

Tabela 12: Local de moradia em 1995 por posição no trabalho na semana de atividade (2000)

	SP (Município)		% Nordeste		% Paraná	
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	51	4.7	9	2.1	17	8.3
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	28	2.6	65	15.6	27	13.2
Empregado com carteira de trabalho assinada	416	38.3	231	55.4	108	52.4
Empregado sem carteira de trabalho assinada	114	10.5	46	11.1	35	16.9
Empregador	151	13.9	8	1.9		
Conta-própria	302	27.8	58	13.9	19	9.2
Não remunerado em ajuda a membro do domicílio	25	2.3				
Total	1087	100	416	100	207	100
Não se aplica	1604		350		124	
Total Geral	2691		766		331	

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico 2000.

O trabalho doméstico, que em princípio engloba grande parte das atividades designadas como de caseiro, é bastante significativo no grupo dos migrantes do Paraná e do Nordeste. Nesses grupos, cerca de 20% das pessoas que trabalharam na semana de referência considerada pelo Censo exerciam atividades relacionadas ao serviço doméstico. Por outro lado, dentre os que migraram de São Paulo, o trabalho doméstico (formal e informal) está presente em apenas 7,3% das pessoas que trabalharam nesse grupo. Convém, ademais, salientar o alto índice de informalidade do trabalho doméstico entre os migrantes do Nordeste e do Paraná. Em ambos os casos, as porcentagens são próximas a 15% contra apenas 2,6% dos migrantes paulistanos. Levando-se em conta a situação do município e da RMC, a comparação torna-se ainda mais dramática. Em Vinhedo, 3% e na RMC, 1,8% trabalharam no serviço doméstico sem carteira assinada na semana de referência do Censo em 2000. Isto nos leva a concluir que o índice de trabalhadores domésticos sem carteira assinada dentre os migrantes do Nordeste e do Paraná é cerca de cinco vezes superior ao observado em Vinhedo (e ao dos migrantes paulistanos) e quase oito vezes maior que o verificado na RMC. Esse tipo de vínculo informal de emprego, ademais, foi bastante observado durante as situações de entrevista com os caseiros, tal

como será analisado em seguida.³²

Se deixarmos o trabalho doméstico de lado, podemos então verificar que a principal posição no trabalho exercida pelos migrantes do Paraná e Nordeste era de empregado (com ou sem carteira de trabalho assinada), com 69,3% e 66,5% respectivamente. Números, aliás, próximos aos observados em Vinhedo (64,8%) e na RMC (69,3%). Porém, entre os migrantes paulistanos, essa porcentagem atinge apenas 48,8%. Além disso, encontramos entre os migrantes paulistanos o maior número de empregadores (13,9%), contra apenas 1,9% dos nordestinos e zero dos paranaenses. Situação semelhante ocorre entre os trabalhadores conta-própria dos quais 27,8% vieram do município de São Paulo, 13,9%, do Nordeste e 9,2% do Paraná.

³² Mesmo se levarmos em conta apenas os que trabalharam no serviço doméstico em Vinhedo, independentemente de sua origem, verificamos uma alta proporção na relação entre vínculo formal e informal dos migrantes nordestinos. De todos os 2.385 trabalhadores classificados como domésticos em 2000, 40% tinham carteira assinada e 60% não (proporção semelhante à verificada entre os migrantes paranaenses). Entre os migrantes nordestinos, contudo, esta relação apresenta-se como 12% formal e 88% informal.

Tabela 13: Local de moradia em 1995 por total de rendimentos em todos os trabalhos em Salários Mínimos

	SP (Município)	%	Nordeste	%	Paraná	%
Até 1/4 SM	25	2.3				
De 1/4 a 1/5 SM			19	4.7		
De 1/5 a 1 SM	32	2.9	13	3.2		
De 1 a 2 SM	90	8.3	140	33.6	37	18
De 2 a 3 SM	81	7.5	108	25.9	61	29.6
De 3 a 5 SM	176	16.2	65	15.6	88	42.8
De 5 a 10 SM	222	20.5	5	1.3	7	3.4
De 10 a 15 SM	122	11.2				
De 15 a 20 SM	57	5.3				
De 20 a 30 SM	82	7.5	19	4.5		
Acima de 30 SM	200	18.4	46	11.1	13	6.2
Total	1087	100	416	100	207	100
Não se aplica	1604		350		124	
Total Geral	2691		766		331	

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico 2000.

Com efeito, as diferenças observadas traduzem-se em rendimentos diversos. Considerando-se o rendimento até 3 salários mínimos, vemos que a maior parte do grupo dos migrantes do Nordeste e grande parte dos do Paraná situam-se nessa faixa, 67,4% e 47,6%, respectivamente. Levando-se em conta a mesma faixa de rendimento, isto é, até 3 salários mínimos, temos 43,6% para o município de Vinhedo e os mesmos 47,6% para a RMC. Entre os migrantes paulistanos, contudo, essa porcentagem decai para 20,9%.

Por outro lado, se atentarmos para os que recebem mais de 5 salários mínimos por mês, 42,4% dos que vieram do município de São Paulo estão situados nessa faixa de rendimento, contra 15,6% do Nordeste e apenas 9,6% do Paraná. Esta grande diferença em relação aos rendimentos dos migrantes paulistanos fica mais significativa quando consideramos o total para o município de Vinhedo e a RMC, 15,5% e 12,4% respectivamente. Na faixa de rendimento mais rica, isto é, acima de 30 salários mínimos, novamente encontramos uma maior proporção de migrantes paulistanos que perfazem

18,4%, contra 11,1% do Nordeste e 6,2% do Paraná.

Resumindo, podemos dizer que nossa breve caracterização dos migrantes selecionados apresentou dois padrões. Em primeiro lugar, os que vieram do Nordeste e do Paraná. Eles são mais jovens, chegaram há menos tempo na cidade, trabalham como empregados (com destaque para o serviço doméstico) e ganham até 5 salários mínimos. Por outro lado, vimos que os paulistanos ganham mais, chegaram há mais tempo e muitos trabalham por conta própria ou são empregadores.

Percepções sobre as transformações

É preciso ter em mente que as transformações sociais das últimas décadas foram percebidas e avaliadas de formas diferentes pelos moradores da cidade. Nesta parte, mostrarei como essas mudanças foram percebidas a partir do ponto de vista dos grupos de entrevistados nesta pesquisa, a saber, os agricultores, os moradores de condomínios e os caseiros.

Começemos pelos agricultores. Em primeiro lugar, chama atenção a referência às diferenças espaciais, sobretudo aquelas conectadas às atividades agrícolas, como representativas das transformações pelas quais o município passou.

"De onde eu morava, eram 12 km de charrete até Louveira e 12 km até Vinhedo. Não eram as estradas que existem hoje... A Anhangüera era uma faixa só, passava de vez em quando um carro. A gente jogava futebol na Anhangüera naquele tempo! Quando eu era pequeno e morei uns 9 meses na cidade, que meu pai tentou na cidade, Vinhedo não era nem 10% do que é hoje. Onde é o hospital era tudo lavoura! Uva, abacaxi. O bairro Aquário era tudo calipi, era o calipal da Cerâmica Storani que utilizava na fábrica. João XXIII, em frente ao Jardim Paulista [um condomínio na cidade], era tudo Fazenda Cachoeira. Tudo café, uva e gado. Onde é o supermercado Russo em Vinhedo, eu catava rã. A linha da força, onde é a avenida Independência hoje, para vir da Nova Vinhedo até o cemitério, minha mãe trazia um balde de água na cabeça no trilho embaixo da linha da força e não tinha uma casa. A avenida Independência de Valinhos até Vinhedo não tinha nada, não tinha Carborundum.

Era tudo pasto, calipi e lavoura. Onde é o hospital hoje era tudo lavoura de maçã. Para cima, não tinha uma casa. Do hospital vindo para cá [direção do bairro Pinheirinho até Louveira], era já tudo sítio de uva" (Zé da Pinta, agricultor, 57 anos).

A paisagem, composta predominantemente por "calipi [eucalipto] e lavoura", cedeu lugar a edificações mais urbanas, tais como avenidas, supermercados, indústrias e condomínios residenciais. Em outro relato, nota-se uma grande diversificação de atividades agrícolas no município, as quais também já foram referidas no capítulo 2.

"Aí formamos uva [em sua propriedade a partir de 1939]. Fazia um pouco de vinho, tinha uva, maçã. Porque o município era todo em propriedades pequenas mas todo coberto por maçã, uva, uma parte abacaxi. Outra parte do município era banana. Produzia muita banana. Então a produção em 50, por aí, era uva, maçã, abacaxi e banana. E plantava uma variedade, como por exemplo, quiabo que ajudava também. E era todo município. A vila era pequena e tudo em volta dela era sítio, sítio, sítio... (...) Em 1940, mais ou menos, na época da guerra, a cidade tinha uns 8 mil habitantes" (Laurival Von Zuben, agricultor, 73 anos).

Plantações de uva, maçãs, abacaxis e quiabos eram referências espaciais importantes que foram sendo transformadas ao longo do tempo de acordo com a percepção deste entrevistado. Cabe notar a expressão utilizada para caracterizar a Vinhedo nos anos cinquentas: uma vila rodeada de "sítio, sítio, sítio...". Em outro relato, observa-se, que além da menção às áreas de plantação, há referência também à fábrica e à vila operária na cidade.

"Começou a mudar a cidade, acho que foram três fazendeiros que se uniram, porque eles plantavam muito algodão. Era o Storani, os Matheus e os Riccis. Eles eram fazendeiros, se uniram e montaram uma fábrica de fazer sacos, porque tinha que comprar muito saco. Porque hoje o algodão é fardo, mas naquele tempo era tudo ensacado. Então eles se uniram para fazer uma fábrica de sacos. (...) Depois, com o decorrer do tempo, o Storani acabou comprando a parte dos outros. E aí ele começou a fabricar algodãozinho, peça de algodão. (...) De saco, ele aproveitou a fábrica e transformou em produção de algodão. Com isso, ele foi fazendo a vila para botar empregado. Não sei quantas casas. Eram 300 casas. Eu sei que se chamava vila Storani e ele fez umas casas muito boas. E o Matheus, ele se pôs a fazer tijolos. Então, o que acontecia? O Matheus fazia tijolo e vendia para o Storani que construía as casas. E aí foi

crescendo a coisa. Quando o Storani fechou a fábrica, a cidade já tinha crescido bastante. Uma coisa foi puxando a outra. Mas o que puxou mais foi a plantação de uva, porque todo o proprietário vivia da uva. A economia do município era só uva. E só uva de mesa. A uva de vinho acabou" (Carlos Ferragut, agricultor, 73 anos).

Em todos esses depoimentos, vemos que as alterações espaciais, notadamente as que se referem às atividades agrícolas, são tidas como mais significativas para caracterizar as transformações da cidade. É preciso, contudo, considerar que o grupo dos agricultores – assim como outros considerados na pesquisa – apresentam variações internas importantes em termos de gênero e geração, por exemplo. No trecho reproduzido abaixo, pode-se observar que marido e mulher têm visões diferentes sobre as transformações. Cida, esposa de Adilson, não era da região e teve seu primeiro contato com a propriedade do marido quando se casaram.

Cida: *"Quando eu cheguei aqui [depois de casar] era só mato, né!.*

Adilson: *Em parte [em tom repreensor]*

Cida: *Não era só mato, porque...*

Adilson: *A plantação de uva já era bastante. [interrompendo sua fala]*

Cida: *Então, era produtor de uva, mas as casas popular, essas coisas não tinha.*

Adilson: *O Município era mais pequeno, Louveira naquela época tava com 8 mil, 10 mil habitantes. Apesar de que naquela época, em 1972, era melhor. Dava gosto de morar para cá e você trabalhava tinha mais renda. (...) Era tudo rural. Praticamente uns 300 metros em torno do centro é que era a cidade. (...) Dava gosto. Eu acho que Louveira piorou, não melhorou" (Adilson e Cida Steck, agricultores)*

Adilson não aprovou que sua mulher julgasse como lugar só de mato a propriedade de seus familiares. Fez questão de salientar que já havia bastante plantação de uva. Cida, por outro lado, tinha uma percepção diferente. De fato, as interrupções proferidas por Adilson revelam assimetrias nas relações de gênero que devem ser levadas em conta

quando estamos falando da percepção dos agricultores frente às transformações. Naturalmente, o significado das transformações acompanha até certo ponto as características e diferenças concernentes às marcações de gênero e idade. Nesse sentido, embora sejam utilizadas expressões como agricultores, caseiros e moradores de condomínio como forma de caracterizar genericamente esses grupos, devemos considerar que há diferenças internas marcantes.³³

Isto posto, recapitulemos a última parte da fala de Adilson. Nela, pode-se notar a referência a um passado glorioso na região em função da pujança das atividades agrícolas. Essa espécie de "época de ouro da uva" encontra-se presente também na fala deste outro entrevistado.

"Há uns trinta ano mais ou menos, mais até. Porque começou a aumentar a produção, com meeiro e veio gente de fora, né? Começou a mudar de abrir campo, né? Foi derrubar os matos, foi limpo os campos. As famílias foram crescendo também. E foi um meio para ver se tornava mais viável financeiramente. Numa época que era a época de ouro da uva, né? A uva teve uma época muito boa de uns trinta até uns dez anos atrás. Foi daí para cá que começou o declínio, né? Ai a produção começou a aumentar demais no estado. Para você ter uma idéia, eu tinha aqui 16.000 pés de uva. E era bom. Hoje se tem 35.000 pés não paga o custo" (Jair Soldeira, agricultor, 48 anos).

Notemos que uma parcela de responsabilidade sobre o declínio da "época de ouro da uva" foi atribuída à chegada de novos moradores. Nesse caso, essa "gente de fora" são meeiros que se dirigiram para a região e incentivaram a abertura de novos campos para o cultivo da uva. Esta foi uma primeira alteração significativa em termos da paisagem. A maior produção advinda desse acréscimo de área cultivada gerou, ao longo do tempo, uma queda no preço da uva e, conseqüentemente, uma piora na situação geral do agricultor.

Tomados em conjunto, a percepção dos agricultores sobre as transformações apresenta duas características gerais. A primeira, mencionada anteriormente, diz respeito à

³³ Verena Nogueira (2001), por exemplo, discute a percepção dos jovens em relação à dos pais.

importância das mudanças espaciais ocasionadas nos últimos anos: lavouras que foram sendo substituídas, campos que foram abertos, casas construídas, avenidas criadas etc. Conectada à primeira e em consonância com o tempo de moradia destes moradores na região, temos a recorrência a um passado mais distante como parâmetro para mapear as mudanças. Foi possível observar, nestes depoimentos, referências a datas mais distantes no tempo, como década de 40, de 70, por exemplo, que pautam as percepções sobre as transformações.

Já entre os moradores de condomínio, observamos uma percepção das transformações relacionada à esfera dos serviços. As referências temporais, além disso, passam a compreender um período de tempo menor do que aqueles acionados pelos agricultores, uma vez que muitos destes moradores chegaram há pouco tempo em Vinhedo.

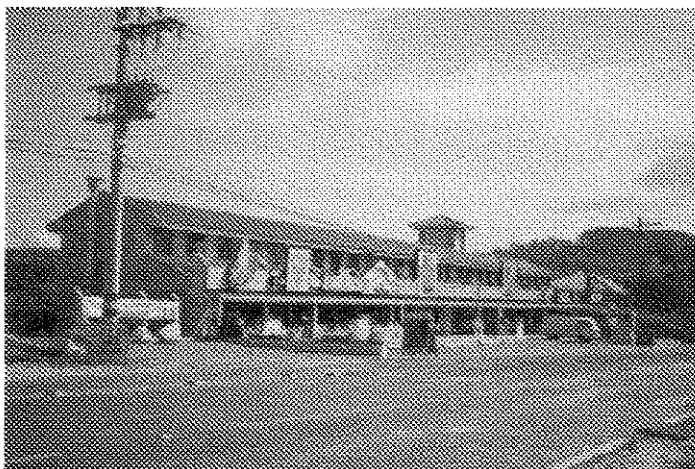
"Na cidade, só para você ter uma noção, e eu não vou muito longe. Há 7, 5 anos atrás, você saía para ir ao centro da cidade no sábado, depois do almoço, você não achava nada aberto. Você não via ninguém na rua quase. Domingo então, nem pensar. Hoje não. Você vai de sábado à tarde, as lojas estão quase todas abertas. Supermercado girando 24 horas aberto. Banco, postos bancários, para você tirar um dinheiro a hora que quiser. Uma vez furou um pneu aqui, eu não consegui achar um borracheiro. Precisei acordar o borracheiro no posto da entrada de Vinhedo. Então essas coisas que mudaram" (José Dellaqua Filho, morador de condomínio, 60 anos).

Opinião semelhante tem este outro morador:

"Era completamente diferente. Calmo, sem movimento nenhum. Até mesmo quando a gente mudou, a turma parava carro no meio da rua. A gente vinha de São Paulo e ficava preocupado, querendo passar, e os caras cumprimentando, ficando tudo à vontade. Aquilo até me enraivava, né? O pessoal parava para conversar, largava a chave no contato, era uma liberdade danada. Ai depois isso aqui foi progredindo. Quando nós chegamos parece que tinha 40 e poucos mil, hoje parece que tem o dobro.(...) A gente tinha aqui dois supermercados. E fechava na hora do almoço. Então meio-dia o supermercado fechava, a padaria fechava, tudo fechava. Então agora a gente tem supermercado até 24 horas. Então mudou muito. Antes tinha um banco, agora parece que tem cinco. Aqui quando nós chegou, acho que o dono do restaurante fechava para almoçar [risos]. É verdade. Você andava por aí e tava tudo fechado. Eu

digo que eu acho que o dono do restaurante tá tudo almoçando. Se você quisesse comprar alguma coisa, não ia na hora do almoço não" (Jamiro de Arruda, morador de condomínio, 73)

O município adaptou-se aos novos padrões de serviço exigidos pelos novos moradores da cidade. Aqui as mudanças não enfatizam a dimensão espacial, mas envolvem novos horários de funcionamento do comércio, bancos etc. com intuito de favorecer esses novos habitantes. A chegada desses moradores implicou em mudanças no sentido de atender as exigências das novas formas de consumo e dos estilos de vida dos chamados "newcomers". A título de exemplo, nas cercanias de alguns condomínios, é notável a proliferação de verdadeiras estações de conveniência com a presença de padarias, videolocadoras, bancas de jornal e diversos serviços de entrega de alimentos – pizzas e sanduíches, por exemplo.



Lojas de conveniência localizadas na estrada que dá acesso a vários condomínios (2001)

"Teve um dia, o que aconteceu, das coisas da cidade. Essa minha vizinha ligou, e era meu dia de buscar as crianças na cidade. E eu falei para ela: 'Penha, eu tenho que ir ai banco, tenho que dar um pulinho no mercado também, tenho que ir no correio.' Então eu falei para ela. 'Eu vou ter que ir agora e voltar à tarde'. Eram 10 horas e eu pegava as crianças às 11:30. Ela

falou para mim: 'imagina, dá tempo'. Eu falei: 'imagina, Penha, que vai dar tempo'. Porque você sabe lá. 'Claro que vai dar tempo'. Eu falei: 'imagina que vai dar tempo'. (...) Eu levei no máximo uns vinte minutos para fazer tudo. Eu falei: 'eu não acredito'. Eu cheguei em casa e falei assim: 'mãe, você não acredita, eu fiz tanta coisa'. Tudo isso em meia hora. Você fica abismada" (Ednéia, moradora de condomínio)

Fazer tanta coisa em meia hora seria algo inadmissível "lá", isto é, na sua cidade de origem, Santo André. Mas foi algo possível durante os primeiros anos em Vinhedo. Além da oferta dos serviços, como, por exemplo, disponibilidade, horários, etc., a entrevistada refere-se também a uma espécie de modo de vida diferente na cidade, o qual envolve contatos face a face, confiança mútua ou, utilizando suas próprias palavras, uma "individualidade", tal como ela mesma argumenta nesta passagem.

"O carro quebrou, me indicaram um mecânico. O mecânico veio buscar o carro, ficou lá o dia inteiro. O mecânico me trouxe o carro. Eu perguntei: 'quanto ficou?' 'Ah, dona. Depois a gente vê. Depois eu preciso fechar a conta'. Eu liguei para ele no outro dia, ele não tinha fechado a conta. Eu liguei umas três vezes. 'Ah, não se preocupe. Uma hora que a Sra. estiver passando por aqui, a Sra. acerta'. Eu falei. 'Eu não quero assim. Você tem que me falar quanto é porque eu vou aí para te pagar'. 'Não, não se preocupa não. Não precisa vir aqui'. Não existe. Aí eu falei. 'Eu vou lá'. Cheguei lá, o cara não tinha fechado a conta, ainda. Aí consegui que ele fizesse a conta e paguei. Daí eu perguntei: 'o Sr. não precisa de dinheiro?'. 'A gente precisa sim dona'. 'Mas você não tem pressa em receber?' Ele deu risada. 'A Sra. não vai fugir da cidade.' Então, são características que fazem a gente pensar o que? As pessoas que moram no interior, elas têm uma individualidade, elas vão se formando essa individualidade" (Ednéia, moradora de condomínio).

Essa "individualidade do interior" traduz-se em formas mais pessoais de relacionamento que estão presentes na esfera das relações comerciais. Por isso, causou-lhe muita surpresa o fato de o mecânico não exigir o pagamento do serviço imediatamente após a entrega do carro – o que seria normal em se tratando de uma prestação de serviço em São Paulo –. Mais do que isso, causou-lhe um profundo desconforto saber que estava devendo ao mecânico por um serviço já prestado. A justificativa do mecânico, nesse sentido, foi exemplar. Não é que ele não quisesse receber o que lhe competia na transação, mas o

pagamento não precisaria ser feito de imediato. Deixar a moradora na situação de devedora significa a possibilidade de tornar mais duradoura essa relação ao longo do tempo.

Numa outra situação, chega a ser hilariante a forma como esta mesma moradora foi retratada por um funcionário de uma livraria da cidade.

"Cheguei outro dia na Cultura [livraria] para comprar um negócio. Não tinha ninguém. Eu cheguei para o rapaz do caixa e falei: 'você vê isso para mim?'. Porque eu sou agitada mesmo, né? Eu falei: 'enquanto você está vendo, eu vou lá pagando'. Dai ele olhou para mim e disse: 'você é de São Paulo, né?' Eu falei: 'sou, por quê?' Ele falou: 'calma, fica tranqüila porque não tem ninguém'. Dai eu olhei a minha volta, não vi ninguém e falei: 'é verdade, né'. Agora hoje já não é mais assim não. Hoje você já tem movimento" (Ednéia, moradora de condomínio)

A sua impaciência, tão bem percebida pelo vendedor, foi algo fundamental para que fosse caracterizada como uma moradora de São Paulo. Categoria igualmente genérica utilizada para referir-se aos moradores novos, mesmo que alguns deles, como é o caso desta entrevistada, tenham vindo de outros locais – como Santo André, por exemplo –. Assim, compreendemos, a partir desses exemplos, que as classificações sociais que associam moradores dos condomínios como provenientes de São Paulo encontram-se presentes no dia-a-dia desta localidade. Devemos também notar a baliza temporal acionada por esta moradora no sentido de pautar as transformações. Lembremos que a mesma disse que quando chegou havia uma maior "individualidade" no interior, isto é, relações mais pessoais e sem tanto movimento. Ocorre que a entrevistada veio residir na cidade em 1999, portanto, as mudanças às quais ela se refere deram-se nos últimos 5 anos, tempo bem menor em relação àqueles considerados pelos agricultores.

Em relação à cidade, a percepção em termos das transformações relaciona-se com a questão das mudanças no padrão dos serviços oferecidos. Entretanto, quando perguntados sobre as transformações no local onde moram, isto é, no próprio condomínio, podemos notar a retomada de algumas referências espaciais. É o que se pode observar nestes

depoimentos.

"De quando eu comprei o terreno para hoje, dá para sentir já uma diferença. O número de casas de alto padrão está lançando bastante. Muitas dessas casas foram construídas para morar lá mesmo. Porque o condomínio surgiu como chácara de veraneio, né? E pouquíssima gente que efetivamente morava. O pessoal tinha chácara mas eles mesmos não moravam. Eles tinham caseiro que cuidava da chácara. E agora têm aumentado as pessoas na minha situação, proprietários que residem lá. Eu inclusive nem fiz casa de caseiro porque eu não tenho essa intenção, eu fiz casa para morar mesmo. Não foi para passar férias" (Roberto Romani, morador de condomínio, 32 anos).

"Na realidade, quando eu mudei para cá, a única diferença que teve foi o número de residências. Eu fiquei espantado com o volume de obras que ocorreram nesses últimos dez anos. Uma coisa estúpida. Eu poderia te dizer que quando eu mudei para a cá, tinha aproximadamente 200 imóveis no condomínio, e hoje deve estar por volta de 2000. Uma coisa estúpida, que cresceu, cresceu demais. E felizmente cresceu com moradores de bom poder aquisitivo. São casas ótimas, residências excelentes que de certa forma é bom, né? (...) O pessoal vem buscar segurança e tem essa proteção do prefeito que você regulamenta como se fosse um condomínio qualquer área que você fechar. Porque é conveniente para o prefeito. Essa é minha ótica. Aqui, o forte dos serviços que esta associação presta é segurança. Você viu, não sei se o segurança te acompanhou até aqui, mas às vezes eles acompanham" (Celso Garcia, morador de condomínio, 59 anos).

O crescimento "estúpido" das casas dentro dos condomínios é apontado por esses moradores como uma diferença significativa no local onde moram. Ambos fazem questão de afirmar que cresceu numa boa direção, isto é, com casa de melhor padrão em termos das características construtivas, o que já é um indicativo das diferenças internas ao condomínio, que serão exploradas na análise que se segue.

Já para os caseiros, a primeira reação, quando indagados sobre as transformações da cidade, diz respeito às mudanças em termos do padrão dos serviços públicos oferecidos.

"Ah, mudou muito. Tem muitas coisas que mudou para melhor. Parte de esgoto, canalização, essas coisas. Isso mudou muito. Ficou bem melhor. Tá um pouquinho ruim a parte de saúde, né? A parte da saúde tá meio precária. Para você conseguir uma

consulta, você vai hoje e marca para não sei quantos dias você ir para confirmar se vai ter a vaga ou não. Tá muito ruim. Para você conseguir uma vaga, você tem que ficar uns seis meses na fila" (Fábio Marciano, caseiro, 28 anos)

André *"Você acha que a cidade mudou de uns tempos prá cá?*

Ronaldo: *É, vai crescendo a cidade, vai crescendo tudo.*

Ivonete: *Eu acho que ficou melhor. Pelo menos das escolinhas, né? aqui tem uma escolinha na caixa d'água, tem uma escolinha muito boa. A escola é, a educação é boa."* (Ronaldo, 26 anos e Ivonete, 46 anos, caseiros)

Falar das transformações da cidade é falar um pouco sobre aquilo que os afeta mais, isto é, a qualidade de serviços como saúde, educação e saneamento básico. É o que se nota em relação aos filhos de Dona Ivonete e de sua satisfação em afirmar que todos estudam.

"Eles não se formaram [filhos], mas todos eles estudaram. A Rosinete está completando o segundo grau. Por causa do casamento, atrapalhou tudinho, mas esse ano ela termina. Ela faz em Vinhedo, na integração. O Risonaldo fez até a oitava, ele não quis estudar. Porque ele não quis. O Ricardo terminou também. A Renata também termina este ano o segundo grau também." (Ivonete, caseira, 46 anos).

Vera Lúcia Rodrigues também notou essa característica quando pesquisou caseiros na região de Vinhedo. Considerando as motivações que ajudam a entender a escolha da atividade de caseiro e da cidade de Vinhedo para trabalhar, Rodrigues observou a possibilidade de usufruir serviços públicos presentes na cidade, tal como demonstra nesta passagem:

"Além de muitas vezes o fato de ter algum parente e/ou amigo já trabalhando em Vinhedo facilitar a vinda, a melhoria da qualidade de vida daqueles que migraram é um estímulo para outros virem. Esta melhor qualidade de vida é percebida não só nas condições de moradia e trabalho, como nos serviços, principalmente naqueles relativos à saúde e educação. Vinhedo apresenta, em comparação à região de origem, a possibilidade de viver melhor, educar os filhos e ainda conseguir acumular algum dinheiro. Como disse um dos entrevistados em seu depoimento, o próprio fato de ele ter condições financeiras para ir visitar os parentes com seu carrinho nas férias já se constitui

num estímulo para que outros venham. Não é sequer necessário convidar diretamente" (Rodrigues, 2003:83).³⁴

De qualquer modo, percebemos, pelos relatos apresentados, que cada grupo constrói percepções diferentes sobre as transformações socioespaciais das últimas décadas. Os agricultores balizam as transformações a partir de uma referência temporal mais distante e as avaliam sob a perspectiva das referências espaciais. Os moradores de condomínio as percebem pela ótica das mudanças nos padrões de consumo. Já os caseiros as distinguem pela oferta dos serviços públicos.

Resumo

Neste capítulo analisei alguns processos de conversão de áreas agrícolas para locais de moradia que ocorreram na cidade. Sugeri que para se entender essas conversões devemos levar em conta três fatores, a saber, a crise dos preços dos produtos agrícolas, as formas de transmissão do patrimônio e a atuação do poder público municipal.

Em relação aos processos de transmissão do patrimônio, vimos que estes apresentaram algumas diferenças importantes ao longo do período considerado. As primeiras transmissões, de caráter desigual, visavam preservar o patrimônio familiar na medida em que retiravam possíveis herdeiros da partilha e, portanto, mantinham um sentido de preservação do patrimônio conectado à reprodução social da família. A terra, nesse momento, não se apresentava somente como mercadoria mas englobava um significado de representar a unidade familiar e o seu modo de vida. Com o passar do tempo, houve um arrefecimento dessas lógicas familiares e, conseqüentemente, de sua capacidade de operar sobre projetos individuais. As partilhas passam a ser igualitárias e as áreas fracionadas adquirem dimensões menores. Em meu entendimento, isso representa um

³⁴ Detalharemos, no capítulo cinco, as motivações que levam os caseiros a escolher Vinhedo especialmente as

enfraquecimento dos vínculos do indivíduo com a propriedade familiar. Quando a terra apresenta-se somente como mercadoria, a possibilidade de *"vender o pedaço"* torna-se maior.

Embora considere as estratégias de transmissão do patrimônio familiar importantes para se entender o processo de conversão de terras agrícolas, não se pode deixar de levar em conta também a atuação do poder público, no caso, a prefeitura municipal, como um agente importante desse processo. A esse respeito, demonstrei como a atuação da prefeitura nos processos de conversão de terras agrícolas para residências não foi neutra, uma vez que favoreceu determinados grupos interessados no desenvolvimento imobiliário da cidade. Para que a cidade pudesse atrair moradores das classes altas e médias de São Paulo, foi necessário reorganizar espacialmente os grupos sociais, isto é, retirar os mais pobres das cercanias dos locais onde seriam instalados os condomínios e colocá-los "em seu devido lugar". Em relação ao papel da prefeitura, destaquei a figura do ex-prefeito Gasparini. Sugeri que suas ações mostraram-se eficazes, em termos de seus objetivos, porque estas passaram a ser aceitas e tidas como importante pela população local. Isto, com efeito, só foi possível porque o projeto de desenvolvimento da cidade nesses termos já fazia parte do repertório cultural local, tal como vimos no capítulo anterior.

Após ter discorrido sobre os processos de conversão de áreas rurais para casas de moradia, apresentei alguns dados que permitiram traçar um perfil socioeconômico dos moradores que chegaram a Vinhedo nos últimos anos. Nesse sentido, foi importante notar diferenças significativas na comparação feita entre os moradores que vieram da cidade de São Paulo, do estado do Paraná e do Nordeste.

Ao final, mostrei como as transformações socioespaciais, descritas ao longo do capítulo, foram interpretadas de formas diversas pelos grupos considerados na pesquisa.

Para os agricultores, as alterações espaciais, notadamente as que se referem às atividades agrícolas, são tidas como mais significativas para caracterizar as transformações da cidade. Entre os moradores de condomínio, sugiro que a percepção das transformações não enfatiza a dimensão espacial, mas mudanças na esfera dos padrões de serviços oferecidos, tais como horários de funcionamento do comércio, bancos etc. Neste aspecto, é preciso enfatizar que a chegada desses moradores implicou em mudanças no funcionamento do comércio para atender as exigências de consumo desses residentes. Em relação aos caseiros, a percepção das transformações diz respeito às transformações relacionadas ao padrão dos serviços públicos oferecidos na cidade, sobretudo a educação e a assistência médica.

Capítulo 4

A Festa da Uva de Vinhedo

"Copiar a realidade pode ser uma boa coisa; mas inventar a realidade é melhor, muito melhor." (Giuseppe Verdi, Apud SOUZA, 1993:153)

O acontecimento máximo de Vinhedo

A Festa da Uva de Vinhedo é uma festa do período pós-emancipação. A primeira festa ocorreu em 1950 apenas um ano após a cidade ter adquirido sua autonomia político-administrativa. Antes de ter a sua própria festa, os produtores locais e sua população celebravam a Festa da Uva em Jundiá. Mais do que uma curiosidade, isso tem um sentido importante: a festa é criada dentro de um processo de afirmação da cidade nos níveis político, econômico e cultural. A emancipação de Vinhedo, além de ser um processo formal administrativo, envolve também um conjunto de práticas através das quais os administradores e seus habitantes se afirmam como uma coletividade em relação ao seu entorno. Essa afirmação passa em grande parte pelo fortalecimento e pela criação de atividades de sociabilidade – festas e celebrações tanto religiosas como seculares – que adquirem funções importantes.

Notemos, inicialmente, que a Festa da Uva começou a partir de uma iniciativa da corporação musical de Vinhedo.

"Na cidade tinha uma corporação musical, e o meu irmão mais velho fazia parte, ele tocava clarinete. E a diretoria da corporação. A diretoria era os próprios músicos que faziam parte. O maestro, Ferdinando Canella, os irmão, tinha também os Gasparini, tinha também uma família grande que se chamava Capucci. Eles se reuniam na casa de um deles, tinha uma sala na frente. Eles tavam precisando arrumar uma sala, uma coisa, e também precisavam de dinheiro. Porque tem partitura, tem alguns instrumentos, uma coisa e outra. E esse meu irmão, Antonio Ranetti Ferragut, propôs para a turma da banda fazer uma quermesse. Ao invés de fazer uma quermesse, eles inventaram de fazer uma festa da uva, porque naquele tempo já tinha bastante uva no município (...) No ano seguinte é que veio o padre, que o outro padre saiu e no ano seguinte veio esse padre aí [Padre Favorino Marrone]. Aí o que aconteceu. Fizeram a outra festa na frente do salão do Rocinhence [clube localizado no centro da cidade], fizeram ali na praça mesmo, porque era pequena e começou um movimento para construir uma igreja nova. Então começaram a fazer a festa em benefício da igreja. Daí formou uma comissão da igreja que fazia a festa. E todos os proprietários doavam uma quantia que quisessem de frutas. Era quase só uva, né" (Carlos Ferragut, agricultor, 73 anos).

Em 1953, Medeiros Júnior, fundador do primeiro jornal do município e também secretário da primeira administração municipal, já salientava a importância da Festa no sentido de representar o município. Segundo ele, a Festa da Uva era importante não apenas por ser um evento para comemorar a satisfação do lavrador pela colheita, *"mas também, o cartão de visitas com que o município se faz representar, abrindo aos olhos dos nossos visitantes toda [sic] uma riqueza sólida e inabalável. Quantos municípios do Estado podem fazer uma festa agrícola? Bem poucos. Felizes daqueles que o podem"* (Folha de Vinhedo, 22 de abril de 1953, p. 3.). Devemos ter em mente, portanto, que a importância da Festa da Uva supera os benefícios pecuniários da venda de produtos agrícolas. É também o que sugerem os exemplos reproduzidos abaixo.

"Para a cidade de Vinhedo, como falava aquele prefeito daquela novela, é o melhor marketing que Vinhedo faz. Porque Vinhedo não visa lucro na Festa, ela investe, toma prejuízo na festa em si, mas o que atrai de gente na festa. Muita gente que vem na festa acaba vindo se estabelecer em Vinhedo. Eu te garanto que

uns 30% dos que veio morar de fora veio para cá por causa da Festa da Uva" (Zé da Pinta, agricultor, 57 anos).

"Eu acho que a cidade depende da Festa da Uva. Porque quem levantou a cidade foi a Festa da Uva (...) O comércio em si, a movimentação imobiliária, a valorização do terreno se deu mais pela propaganda da festa da uva. Porque a Festa da Uva é conhecida até fora do país, né" (Carlos Ferragut, agricultor, 73 anos).

"Quando a gente tem visitas de fora do Brasil, que no geral é uma época que a gente tem visita, entre janeiro e maio a gente recebe muita gente. Porque é frio na Europa, passou o natal o pessoal vem para cá. E a gente aproveita e vai na festa" (Sílvia Montenegro, moradora de condomínio, 50 anos).

Baseado nestes depoimentos, vê-se que a importância da Festa extrapola o nível da produção agrícola e incorpora dimensões políticas e culturais. Tal como a arguta manchete do jornal dos anos cinquenta indica, a Festa da Uva era o acontecimento máximo de Vinhedo.

"Amanhã, a Festa da Uva acontecimento máximo de Vinhedo. Tudo o que produzimos estará representado dentro da exposição de frutas, ao lado da exposição industrial (...) Seis milhões de pés de uva constituem os magníficos parreirais vinhedenses, com uma produção anual acima de um milhão de caixas, que proporciona um valor em cruzeiros de mais de sessenta milhões (...) Haverá desfiles de bicicletas, haverá rodeios, haverá música, haverá coroação da Rainha da Uva (...). Haverá a exposição das frutas com prêmios aos melhores classificados. Haverá ainda exposição industrial, mostrando ao forasteiro e visitante amigo, um pouco do nosso parque industrial" (Folha de Vinhedo, 16 de janeiro de 1952, p. 1).

Devemos considerar que a Festa da Uva passou por algumas dificuldades durante a sua história. Entre 1950 e 1982, a festa não foi realizada durante seis anos, mas, a partir de 1982 até o presente momento, ela vem sendo realizada sem interrupções (Cf. Ruschmann, 1998:78). Em 1997, a atual administração municipal – eleita em 1996 e reeleita em 2000 – inicia um processo de associação da Festa com a cultura italiana. No ano de 1997, o slogan da Festa foi "Vinhedo é só alegria. Capisci?" e, desde então, a programação do evento, seu material publicitário e a atuação de seus organizadores têm se pautado por essa associação.



Cartaz da Festa da Uva (1999)

O presente capítulo tem por objetivo refletir sobre o caráter dessa associação e do tipo de ruralidade que é construída a partir da vinculação com a cultura italiana. Ele será feito tendo por base minha participação em quatro edições da festa, a saber, em 2000, 2001, 2002 e 2003.

O Local



Entrada do Parque (2002)

O visitante, ao se aproximar do Parque Municipal Jaime Ferragut (nome dado em homenagem a um antigo prefeito da cidade cuja família é de origem espanhola), local onde se realiza a Festa da Uva de Vinhedo, pode ficar surpreso com a quantidade de carros e de ônibus estacionados. Apesar de a entrada ser franca, as ruas em volta do parque foram transformadas em estacionamentos a céu aberto (ao custo de R\$ 5,00), o que deve render um bom dinheiro para a prefeitura, administradora desse espaço.

Os ônibus ficam estacionados ao lado da entrada principal do parque e pode-se notar que eles vêm de vários lugares: São Paulo (a maioria), Jundiaí, Campinas, Itatiba, Mogi Mirim, Piracicaba, Ribeirão Preto entre outras. Soube que há excursões que vêm de outros estados para a festa, tais como de cidades do sul de Minas e até do Rio de Janeiro.

"Você vê quanta gente vem de São Paulo para a Festa da Uva? Vem ônibus fretado para a Festa da Uva. O povo deve adorar, né" (Maria Ângela, moradora de condomínio, 48 anos).

Logo na entrada do parque, há uma placa de boas-vindas da prefeitura. A placa se

localiza no início da rua principal da festa, rua que, além de dar acesso a outras localidades, é também a rua da alimentação.



Placa localizada na entrada do Parque (2003)

"E o prefeito não é bobo, pois põe todas as estatísticas do município lá. Parte de segurança, parte de educação, tem faculdade, tem tanto restaurante, esgoto tratado. A melhor merenda do Estado acho que é de Vinhedo. Trânsito, transporte. Tem tudo em Vinhedo, né? Vinhedo tem uma estrutura acho do porte de uma Ribeirão Preto " (Zé da Pinta, agricultor, 57 anos).

A rua da alimentação oferece um leque bastante variado de produtos para o visitante da festa. Trafegar nessa rua faz o visitante se sentir numa espécie de festa das nações: barraca de krep's suíço ao lado da barraca de doces portugueses, de acarajé baiano, locais vendendo frango com polenta. Encontramos também a "Embaixada da Alemanha", um conjunto de duas barracas, uma vendendo Joelho de porco assado, salsichas, chucrutes e demais iguarias da cozinha alemã e outra o chopp Germânia – produzido na região.

"Acho legal. Todo ano a gente vai. A gente vai para comer" (Gláucio Roberto Carmo, morador de condomínio, 33 anos).

"Todo ano eu vou dar uma voltinha lá. Eu vou lá, dou uma volta, vejo as barraquinhas, depois volto. Tem bastante coisa lá. A gente vai comer frango com polenta. Acho que é importante para a cidade. Eu vou quando dá. Não tenho aquela coisa de passar o dia inteiro fazendo as atividades. Não, eu vou, dou uma volta, fico lá uma hora, duas e vejo alguma coisa. Mas eu acho legal para a cidade" (Maria Ângela, moradora de condomínio, 48 anos).



Exemplo de barraca de comida (2002)

Na rua acima à da alimentação, localizam-se as barracas de artesanato, de roupas e de calçados. Passear por estas ruas dá-nos a sensação de estar numa grande feira livre.

"Eu trabalhei na festa. Eu tinha um estande lá. Eu vendia perfumaria. Eu trabalhei em três edições da festa. Nas duas últimas eu não trabalhei, eu trabalhei nas três anteriores [1999–2001] (...)

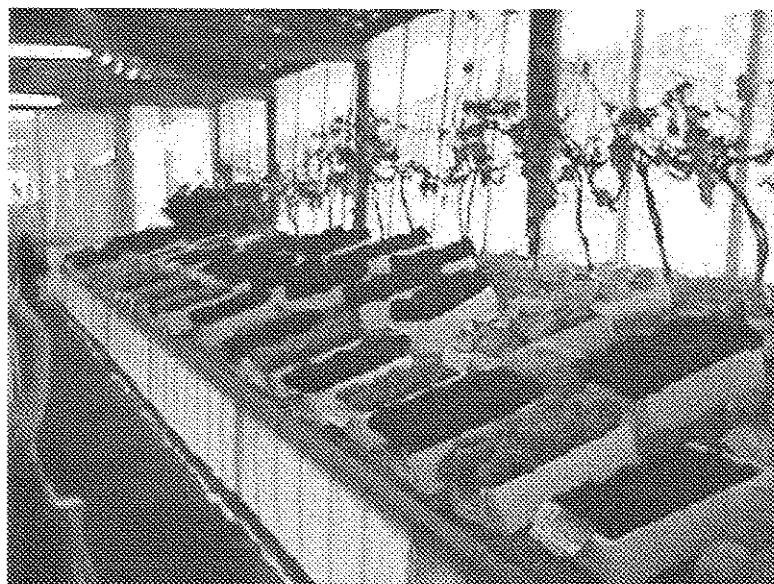
Como foi a sua experiência em termos de venda?

No meu ramo foi péssimo. Praticamente não paga, não ganha, não cobre o custo. Porque tem o aluguel do estande, tem a montagem essas coisas" (Marcos Ribeiro, morador de condomínio, 66 anos).

No final da rua de alimentação encontramos o pavilhão das frutas. Trata-se de uma grande área acobertada montada especialmente para a festa. Em 2000 e em 2002, era lá que se encontravam as frutas vencedoras do concurso, que será tratado em seguida. Esse espaço era administrado pela Associação dos produtores rurais da região, a qual concedeu

aos seus associados o direito de venderem produtos durante a festa. Nem todos os associados, entretanto, se interessaram em ter uma barraca na festa. Assim, a associação e a organização da festa concederam também o direito de utilização desse espaço para terceiros.

"De uma forma ou de outra, ela traz benefício. Não tanto você vendendo o seu produto lá, mas algum esclarecimento de alguma coisa. No fim, nós tivemos pessoas que esclareceu melhor como investir. Como trabalhar com o banco" (Afonso Strabello, agricultor, 51 anos).



Pavilhão das Frutas (2003)

Um pouco mais à frente, fica o Parque de Diversão. Uma série de brinquedos, como montanha russa e outros de "causar emoção", estão à disposição dos visitantes que se dispuserem a pagar pelas suas entradas. Saindo do Parque de Diversão, chega-se ao complexo das piscinas. Durante a festa, as piscinas ficam fechadas para o público, mas há um grande espaço coberto, localizado abaixo destas, que serve como local de exposições de fotos antigas da cidade, de pinturas de artistas locais e também de apresentações de teatro. Em 2002, logo após a cerimônia de inauguração, houve um coquetel neste local para certos

convidados e "autoridades" políticas presentes neste evento, os chamados VIPs.³⁵

Próximo das piscinas, às margens de um pequeno lago, é montado um palco que serve como local para apresentações de shows de música e de dança. Até 2000, este era o principal palco da festa onde as principais atrações musicais ocorriam. A partir de 2001, mais quatro outros palcos foram montados em diversos locais do parque.

Saindo do complexo das piscinas e subindo alguns lances de escada, encontramos o ginásio municipal. O espaço interno do ginásio teve uma utilização bastante variada ao longo dos anos observados. Abrigou a exposição de flores em 2000. Foi o local da inauguração da festa, da exposição e do leilão de frutas em 2001. E, finalmente, em 2002 e 2003 foi palco de uma peça de teatro.

Esta tratava da história de um amor quase impossível – uma espécie de Romeu e Julieta ambientado na região no começo do século – protagonizado por dois jovens camponeses, Francesca e Giusepe, filhos de duas famílias rivais, os Mancini e os Bertino. Cada família já havia escolhido os cônjuges de seus filhos, para o desespero de Francesca e Giusepe, que teriam que submeter suas vontades individuais aos rígidos padrões de comportamento ditados por seus familiares. O desfecho da situação ocorre somente quando é feita uma grande encomenda de vinho, o que obriga as duas famílias a trabalharem juntas. A partir disso, aprovam o casamento. O dinheiro arrecadado com a venda do vinho deveria servir para a compra de terras que abrigariam o novo casal. A peça termina com a cerimônia de pisar uvas, com todos os integrantes da peça cantando o seguinte refrão, baseado na melodia da canção italiana Funiculi, Funiculá:

"Vem pra Vinhedo, vamos festejar,

Vem pra Vinhedo, vem comemorar,

Porque aqui é sempre festa,

³⁵ Pessoas muito importantes (*very important person*).

*Porque aqui é meu lugar,
Quem conhece não se esquece,
Pra Vinhedo vai voltar."*



Encenação da cerimônia de pisar uvas em 2003

O concurso das frutas

Durante a Festa da Uva, são realizados concursos semanais de frutas organizados da seguinte maneira. Na sexta-feira, reúnem-se os produtores inscritos e os juizes, normalmente 4 agrônomos. Além da uva, várias outras frutas produzidas na região concorrem, a saber, goiaba, figo, caqui, maracujá entre outras.

Em relação às uvas, os produtores podem inscrever suas caixas em duas categorias: a apresentação e a embalagem. De uma maneira geral, os jurados avaliam as uvas a partir de critérios como cor, forma e ponto de maturação dos cachos. Para a categoria apresentação, privilegia-se também a uniformidade dos cachos de uva, os quais devem ser muito parecidos entre si, conformando uma caixa simétrica. A categoria embalagem, por outro lado, privilegia a exuberância dos cachos, isto é, seu tamanho em detrimento da

uniformidade.

Todos os jurados e agricultores com quem conversei consideram a categoria apresentação como a mais difícil de se concorrer. Isto porque os produtores devem selecionar cachos de uva bastante parecidos entre si para satisfazer as exigências do concurso. Tal tarefa não é tão fácil como pode parecer à primeira vista, pois essa empreita, conforme veremos a seguir, pode demorar muitas horas. É preciso considerar que em relação à uva Niagara Rosada, uma dificuldade a mais se impõe. As bagas de uva desta espécie desenvolvem uma resina natural que deixa marcas ao serem tocadas pela mão humana. A presença de marcas de mão nos cachos é algo mal avaliado pelos jurados.

Há, portanto, toda uma técnica em relação à seleção das uvas e montagem das caixas que farão parte do concurso. Esse conhecimento, ademais, é bastante valorizado pelos agricultores com quem conversei durante o concurso. Sobre esse aspecto, vejamos como um produtor de uva e vencedor de inúmeros concursos na região fala sobre a participação dele e de sua família.

"O professor na família era o Francisco Paggoto. (...) não adianta colher a uva se você não preparou ela no ano. Então alguém trabalhou naquele pé de uva e fez ele durante o ano. Porque a uva, agora com as duas podas, leva uns seis meses que precisa de um trabalho em cima dela para chegar na colheita. Durante esses seis meses precisa fazer tudo bem feito para chegar na mercadoria. Se você não tem mercadoria boa, outro vem e leva. Agora a chance de ganhar sem ser de nós, Pagotto, tem mais é pouco. (...) entre nós tudo, se rodar, deve ter uns 3.000 prêmios" (Rubens Pagotto, agricultor).

Compreendemos que a preparação das caixas de uva para a exposição é uma atividade que exige tempo, trabalho e destreza do produtor.

"Você pega na sexta [colher a uva]. Outro dia nos pegamos umas uvas que dá quase uns 500 metros de distância, porque ela vem na mão devagarinho. (...) é de quatro a cinco cachos por cesto. No normal, é em torno de 20 a 25 cachos por sexto. (...) Daí recolhe, traz para o barracão e tem que selecionar. Daí se tem que tá meio concentrado, porque é a visão sua, né? Porque vai fazer cinco caixas. Tem que tirar a primeira que tem que ser a mais bonita de tudo. Tem que igualar tudo, em cacho,

em grão. Ele está apanhando muito na cor. De repente, ele tá fazendo quatro caixas, e tem até uma boa, mas tem dois cachos lá estragando. Naquelas outras duas, três que ele fez depois ele tira os três cachos e coloca naquela boa. Tem que ter cuidado com a mão da gente para não aparecer, mas mesmo assim às vezes ainda aparece um pouco. (...) Tem bastante detalhinho que parece que não é nada mas aparece na hora, né? A habilidade que tem que ter na mão da gente, porque aparece tudo. Porque se você tem uma mão pesada, na hora de colher já estraga o cacho. Tem que ser habilidoso nas mãos. (...) Às vezes você acha que o cacho tá bonito. Mas não, tem que olhar os grãos, se tá igualado, tem que fazer a caixa igualada. (...) Para eu fazer umas quatro cinco caixas, que nem na semana passada, eu terminei umas quatro, cinco horas da tarde e comecei 6 horas da manhã "(Rubens Pagotto, agricultor).

A menção aos cuidados que o produtor tem que tomar para poder chegar a produzir uma caixa demonstra que nem todas estão aptas para participar do concurso. O zelo, demonstrado há várias gerações, faz com que o saber acumulado pela família Pagotto seja muito valorizado entre os agricultores.

"Tem agricultor que produz uma grande quantidade de uva por semana, mas não traz pra exposição. O cara tem que ter orgulho de trazer a uva pra cá" (Zé da Pinta, agricultor, 57 anos).

O exemplo sugere que há uma divisão importante dentro do grupo dos produtores. Não basta apenas produzir uva, pois o seu reconhecimento pleno somente ocorrerá quando esse agricultor participar da exposição das frutas. Devo, aliás, notar que, durante o julgamento, percebi um grande orgulho por parte dos produtores pelo fato de estarem expondo suas frutas num ambiente em que esse conhecimento torna-se bastante valorizado.

O julgamento é feito da seguinte maneira. Primeiro, as caixas de frutas ficam expostas no chão, sem qualquer identificação do seu produtor. Os jurados chegam e começam a avaliar. Disse-me um deles que o correto seria não haver produtores na hora do julgamento *"para garantir maior isenção"*. Das 13 caixas que participaram da categoria apresentação da Niagara Rosada, no dia em que participei do julgamento, os jurados selecionaram cinco finalistas. No momento em que os jurados apartaram as caixas, um agricultor que estava

presente dirigiu-se a mim e disse: "eu já sei qual é que vai ganhar!". Mostrou-me que as caixas pré-selecionadas eram na verdade de um só produtor. De fato, percebia-se que estas eram diferentes das outras por causa do tamanho da madeira e do papel utilizado no revestimento. Nesse sentido, para os olhos bem treinados, o fato de não haver nome do produtor na caixa não parece ser obstáculo para a sua identificação. Além disso, o agricultor demonstrou visível satisfação em me informar quem havia ganhado antes do resultado oficial.

O resultado desta semana na categoria apresentação da Niagara Rosada foi o seguinte: 1º lugar: Palmira Pagotto; 2º lugar: Moisés Pagotto; 3º lugar: Nelson Pagotto; 4º lugar: Guilherme Pagotto e, finalmente, 5º lugar: Laércio Pagotto. Todas foram feitas pelos irmãos Rubens e Moisés Pagotto que, como de costume, colocam nas caixas o nome de seus familiares – filhos, filhas, esposas – como forma de homenageá-los. Vejamos sua opinião sobre este julgamento.

"Na maioria das vezes eles [jurados] acertam. Na minha opinião, eles erraram neste fim de semana. Eu ganhei primeiro, segundo e terceiro. Eu fiz a uva eu sei. Eu fiz primeiro essa, depois essa e depois essa. A terceira [caixa] já não era a mesma uva e foi escolhida a mais bonita. Quem ganhou o primeiro prêmio foi a terceira" (Rubens Pagotto, agricultor).

As caixas premiadas são colocadas no local onde permanecem expostas durante todo o fim de semana. A exposição somente se encerra no domingo à tarde, quando ocorre o leilão das frutas vencedoras. É muito freqüente, durante o leilão, haver lances e disputas entre os agricultores pelas próprias caixas de uvas que fizeram. Dentre as contendas mais comentadas, está a do leilão de frutas de Louveira em 2001, o qual Rubens Pagotto ofereceu um lance de R\$ 2.500,00 por uma caixa de uva que havia produzido. O prefeito da cidade acabou a arrematando por R\$ 2.600,00. Os valores arrecadados durante o leilão foram doados para instituições beneficentes.

"Que nem agora, na Festa da Uva de Louveira, eu até que enchouricei essa brincadeira. Saiu uma caixa de uva premiada no primeiro prêmio, saiu por R\$ 2.600. Isso foi uma brincadeira com a gente, que tava o próprio prefeito com a gente. E o aniversário lá também fazia parte do prefeito, isso para poder elevar um pouco o nome da festa. Porque em Louveira era uma

festa boa assim, mas meio sem divulgação" (Rubens Pagotto, agricultor).

A atitude de Pagotto acabou tendo uma grande repercussão entre os agricultores com quem conversei durante a exposição. Para eles, o valor oferecido mostra, acima de tudo, um grande respeito pela sua atividade: *"além de ter todo trabalho de produzir as caixas, ele ainda foi lá e prestigiou com R\$ 2.500,00"*. Os leilões, além disso, servem para o estabelecimento de relações de solidariedade entre os agricultores e de afirmação de prestígio. *"Se eu tivesse a condição dele [dinheiro], faria o mesmo"*, disse-me um agricultor presente no leilão de Vinhedo.

Resta, finalmente, considerar que para além da motivação de ordem familiar ou concernente às redes de sociabilidade entre os agricultores, a premiação nos concursos traz também uma significativa propaganda para as frutas destes produtores. Sobre este aspecto, Rubens Pagotto disse o seguinte:

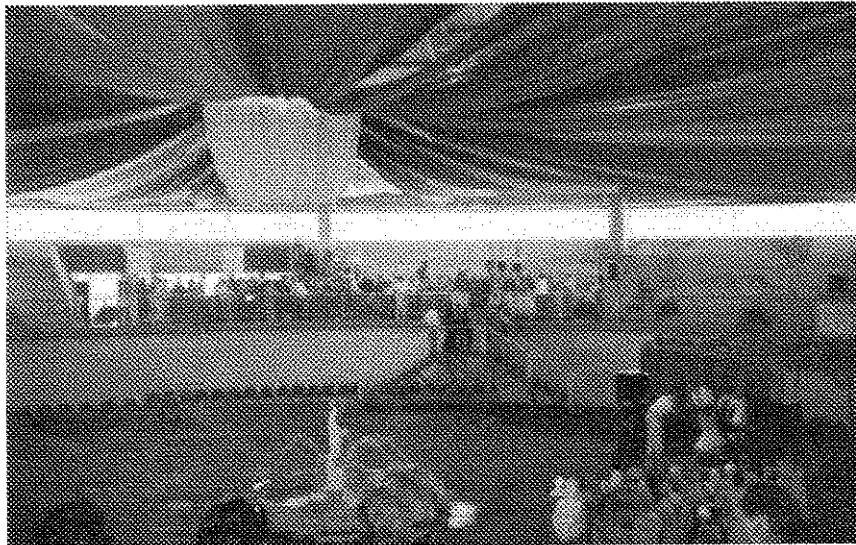
"Quer queira ou não queira é uma propaganda. A uva da gente é distribuída por todo lugar e leva o nome da gente. Não é uma brincadeira" (Rubens Pagotto, agricultor)

Nas caixas de uva produzidas pela família Pagotto encontram-se os seguintes dizeres: *"Uva Niagara Premiada em diversas exposições. Pagotto. Chácara Ana Paula. Rubens Pagotto e Outros. Santo Antonio. Louveira-SP"*.

A inauguração

Podemos afirmar que, antes de iniciada oficialmente, a cerimônia de inauguração começa com a concentração de políticos e demais "autoridades" nos bastidores. Uma vez que a composição político-partidária da prefeitura de Vinhedo é um tanto quanto peculiar, o prefeito é do PSDB e o vice é do PT – partidos adversários no plano federal e estadual –, podemos encontrar na concentração políticos de diferentes partidos e tendências. Essa alta concentração de políticos faz com que, muitas vezes, o número de "autoridades" na inauguração seja quase o mesmo do público que a assiste.

A cerimônia, propriamente dita, inicia-se quando o locutor oficial anuncia as "autoridades" de acordo com princípios hierárquicos: primeiro, os deputados federais, depois, os estaduais, os prefeitos das cidades da região, os secretários de administração municipal e os vereadores.



Ginásio decorado com as cores da bandeira italiana (2001)

O ginásio, palco da inauguração em 2001, foi decorado com as cores da bandeira italiana. Após o anúncio das autoridades, um saxofonista, posicionado em frente ao coral da terceira idade do município, executou o hino nacional. As mulheres, a maioria do coral, representavam as "nonas" e vestiam roupas que lembravam o passado italiano e rural. Várias nonas eram negras ou mulatas reforçando o caráter de encenação.



Detalhe de uma "nona" (2003)

Após a execução do hino, tem início a parte dos discursos. O primeiro a falar é o Secretário de Indústria, Comércio e Turismo, que também preside a Festa da Uva, Gilberto Lorenzon. Em 2000, o secretário disse que seu trabalho à frente da organização da Festa da Uva deu-se no sentido de resgatar a tradição italiana no município. Depois, destacou as principais obras da administração municipal e deu total apoio à reeleição do prefeito, que, segundo o secretário, *"precisará de mais quatro anos para continuar sua ótima administração"*. Em 2001, Lorenzon destacou em sua fala a cerimônia de pisar uvas, que estava sendo inaugurada naquele ano. Disse que era preciso reproduzir a cerimônia para lembrar o que os ancestrais faziam naquela terra e que, portanto, o fato mais importante da festa era a oportunidade do encontro de Vinhedo consigo mesma. "A finalidade sociológica

da Festa”, nas palavras do secretário, era preservar a cultura e a raiz do povo vinhedense. Ao final, Gilberto Lorenzon leu uma lista com os nomes de todas as pessoas que o ajudaram a organizar a festa, a fim de agradecer-lhes.

Depois da fala do secretário, é a vez do Presidente da Câmara de Vinhedo. Depois, falam os deputados federais e estaduais presentes. A fala do Prefeito, normalmente, antecede a fala do Governador. Nos anos em que presenciei a cerimônia, o Prefeito fez referência aos agricultores da região. Em 2000, ano eleitoral, o Prefeito disse que o Governador havia liberado verba para o asfaltamento dos arredores do córrego do Pinheirinho e que isso iria beneficiar os agricultores. Também destacou a importância do turismo ligado à agricultura. No final do seu discurso, entregou uma carta ao Governador na qual ele pediu duas ambulâncias para o município. Em 2001, o Prefeito agradeceu os agricultores da região, segundo ele, *"os maiores heróis entre nós, pois resistem e mostram que é possível sobreviver da agricultura"*. O Prefeito fez questão de lembrar que, embora a festa valorize a cultura italiana, a terra também tem espanhóis, alemães, suíços e portugueses. *"Mas, em nome dos italianos, homenageio todas as tradições"*, disse o administrador da cidade. Antes de encerrar, retomou a ideia de que o turismo e a agricultura devem andar juntos no desenvolvimento do município.³⁶

A presença de autoridades, na cerimônia de inauguração da festa, indica a importância política do município dentro do Estado. No caso de Vinhedo, as primeiras edições da festa contavam com a presença de secretários de Estado e, no máximo, de um vice-governador (Cf *Folha de Vinhedo*, 11 de fevereiro de 1953, p. 4). Mas, cerca de cinquenta anos depois, Vinhedo já adquire uma importância a ponto de contar com a presença do Governador em

³⁶ Tudo nos leva a crer que a cerimônia de inauguração é um momento privilegiado para os administradores municipais afirmarem seu poder político e uma oportunidade ímpar para a solicitação de pedidos. Em 1952, durante a cerimônia de inauguração, foi solicitada para o Secretário de Agricultura *"a criação da Casa da Lavoura, e a conseqüente nomeação de um agrônomo para a região (...)"* O Secretário da Agricultura, em resposta, prometeu estudar junto ao Governo do Estado a solução do problema, assegurando mesmo que não via grandes dificuldades

pessoa. Quando ele está presente, sua fala finaliza a etapa dos discursos.³⁷ Depois da fala do governador, a rainha da Festa entrega uma caixa de uva (a 1ª colocada na exposição) para ele, ou seu representante, e em seguida é cortada a fita de inauguração da festa.

Nesse momento, uma banda começa a tocar a música italiana Funiculi, Funiculá... e o coral da terceira idade, vestido com roupas típicas do colonato, começa a dançar. O Prefeito e o Governador, então, lideram o cortejo, em direção ao local de exposição das frutas vencedoras.

Ao som de Funiculi, Funiculá, as autoridades passam em revista as frutas vencedoras, tecendo comentários elogiosos em relação à sua qualidade. Recepcionando as autoridades, e do lado de dentro de um pequeno cercado que visa impedir o manuseio das frutas por parte dos visitantes, está um representante dos agricultores do município que, todo orgulhoso, recebe os cumprimentos das personalidades políticas locais. A festa está formalmente inaugurada.



Governador de São Paulo e o Prefeito de Vinhedo inauguram a Festa da Uva (2003)

para atender o pedido dos lavradores de Vinhedo, de vez que, além de justo, ele era pequeno e que poderia ser resolvido" (Folha de Vinhedo, 5 de fevereiro de 1952, p. 1).

³⁷ Em 2000, o então governador Mário Covas esteve presente na cerimônia de inauguração. Em 2001, a festa ocorreu na semana em que Mário Covas morreu e, devido ao luto oficial do Estado, seu substituto não compareceu. Em 2002, Geraldo Alckimim, Governador do Estado, esteve presente.

A cerimônia de Pisar Uvas

"A grande vedete dessa Festa será a cerimônia de pisar uvas. 'Antigamente, os imigrantes, para produzirem seus deliciosos vinhos, colocavam os cachos de uvas dentro de uma tina de madeira e pisavam, amassando as uvas, celebrando a farta colheita, e nessa edição da festa, quem não vivenciou esses encantos terá a oportunidade de voltar ao tempo e testemunhar como faziam os nonos e nonas, resgatando um pouco mais da tradição italiana', revela Gilberto Lorenzon, Presidente da Festa da Uva" (<http://www.festadauva.com.br/2001>).

A marcação italiana da Festa da Uva não se inaugura a partir da cerimônia de pisar uvas, mas tem nela o seu apogeu. A seguir, apresentarei as suas principais características baseado em observações feitas em 2001, uma vez que em 2002 e 2003, tal como já foi dito, essa cerimônia integrou-se a um espetáculo teatral mais amplo.

"Lá tem a cerimônia de pisar uva, mas eu nem vi. Porque não bateu com os horários que eu podia ir. Mas eu acho muito interessante, tanto que a cidade de Vinhedo, você já entrou pelo portal, tem aquele monumento do imigrante. Então a Festa da Uva é voltada mesmo. Porque Vinhedo é mesmo, veio com os italianos. Eu acho interessante porque mantém o respeito por uma certa cultura, do passado, então eu acho que isso é muito positivo. Para o jovem hoje ter um conhecimento, porque o jovem hoje, o conhecimento dele é de hoje, imediato. Mesmo que eu não vá, eu fui a todas, mesmo assim eu acho que é interessante" (Maria Ângela, moradora de condomínio, 48 anos).

Um pouco antes do horário previsto para o início da cerimônia, marcada para as 15h30 nos finais de semana da festa, várias pessoas já começam a ficar em volta do palco onde ela se realizará. Para evitar que elas invadam o local do evento, um cordão de isolamento é posto aproveitando os pilares que sustentam o coberto de madeira sob o qual se encontra o palco. Assim, garante-se um espaço razoável para abrigar os integrantes da banda de música e aqueles que irão pisar as uvas. O tempo de espera dos integrantes da cerimônia – banda e demais participantes – faz com que algumas pessoas comecem a cantarolar o Funiculi, Funiculá... Às vezes, a demora faz com que o próprio sistema de som do palco toque também Funiculi, Funiculá.

"Eu acho válido, porque não estão desprezando as outras culturas. Sabe a original daqui, a origem, foram os italianos e, se não fosse eles, você não teria a cidade de Vinhedo hoje"
(José Pereira, morador de condomínio, 58 anos).

Uma jardineira 1929, cuidadosamente preservada e pilotada pelo seu dono – um morador de Vinhedo –, dirige-se ao local da apresentação pela rua da alimentação. Nela estão as "nonas", isto é, as senhoras participantes do coral da terceira idade de Vinhedo, trajadas com as "vestes que os imigrantes usavam". Andando à sua frente, está a banda, Banda Nostra, composta por cerca de cinco músicos da cidade, junto com um grupo de dançarinos e dançarinas jovens da região. Todos vestem trajes italianos. É desnecessário dizer a música que a banda toca na chegada ao palco: Funiculi, Funiculá...



Jardineira trazendo as "nonas" (2001)

Os primeiros a chegar são, na ordem, os integrantes da banda, os dançarinos (homens e mulheres) e, em seguida, as "nonas". A banda se posiciona a mais ou menos meio metro da tina onde as uvas serão pisoteadas. Os dançarinos e as "nonas", depois de retirarem seus sapatos, dirigem-se ao pequeno patamar ao redor da tina. Deixam suas cestas de uva no chão.



"Nonas" posicionam-se ao lado da tina (2001)

O último dia da cerimônia de 2001 contou com as presenças "ilustres" do Secretário de Comércio, Indústria e Turismo – e presidente da Festa da Uva – e também do Prefeito Municipal de Vinhedo. Neste dia, um pouco depois de todos se posicionarem, a música parou por alguns instantes para o prefeito falar. Nessa ocasião, ele destacou a importância da cerimônia, pois seria uma forma de trazer de volta o passado e, assim, lembrar os momentos felizes das pessoas que fizeram aquela terra. O prefeito parabenizou os integrantes da Banda Nostra e também os dançarinos, destacando que são artistas locais, além dos integrantes do coral da terceira idade.

"Eu sou suspeito para falar porque eu sou descendente de italianos. Apesar de não ser de Vinhedo, mas a fundação de Vinhedo, o desenvolvimento de Vinhedo se deu a partir da imigração italiana. Então eu acho por que não valorizar a cultura local? Eu vejo com bons olhos. É válido. Porque brasileiro mesmo só os índios. Que a gente praticamente dizimou. Agora que se está há pouco tempo, que se está tentando preservar um pouco a cultura, as raízes" (Roberto Romani, morador de condomínio, 32 anos).

Em seguida, a Banda Nostra começou a tocar um outro sucesso da música italiana: Volare. Os dançarinos e as nonas chamaram o prefeito e o secretário para se juntar a eles ao redor da tina. Ao som de Volare, todos começaram a dançar em volta da tina. No

momento do refrão da música, todos abaixaram-se e pegaram os seus respectivos cestos de uvas e as despejaram dentro da tina. Esse movimento foi repetido cerca de três vezes até os cestos estarem completamente vazios. O fato de o município somente produzir uvas de chupar (variedade Niagara) não impediu que a cerimônia fosse realizada. As uvas utilizadas, de uma variedade própria para produzir vinho, vieram do sul do país e foram compradas em São Paulo.



Prefeito e "nonas" despejam uvas na tina (2001)

Depois que as uvas foram colocadas dentro da tina, alguns dançarinos, algumas "nonas", o prefeito e o secretário começaram a pisoteá-las, enquanto os demais participantes permaneciam dançando. Quando a música *Volare* acabou, um dançarino que estava no meio da tina retirou um poema do bolso e o recitou em italiano. O poema homenageava o vinho. Logo após a leitura do poema, a Banda Nostra tocou de novo o *Funiculi, Funiculá* e todos pisotearam as uvas mais um pouco.



Detalhe das uvas sendo pisoteadas (2001)

O final da cerimônia serviu como início da parada italiana. As "nonas" retornaram aos seus lugares na Jardineira, os dançarinos e dançarinas se posicionaram à frente do carro e a banda seguiu o cortejo, pelas ruas do parque, tocando pela enésima vez o Funiculi, Funiculá.

"Vinhedo gosta, tem orgulho desse lado italiano, né? Se você ver a entrada da cidade, você vai ver que é engraçado esse lado da cidade. Eu inclusive acho a entrada da cidade mais antiga muito mais natural, vamos dizer assim. A nova entrada da cidade ficou muito rococó para o meu gosto. Mas eu acho que é válido. De repente é um saudosismo de um sangue italiano, que quer associar com a região, né? Na verdade são italianos que vieram na colheita do café, acabaram ficando, compraram pedaços de fazenda que se desmancharam, se fixaram e começaram a plantar uva. Eu acho que é válido. Se a maioria é de origem italiana e tudo mais. E acaba ficando mesmo do gosto mesmo das origens. Com gosto de família, do enfeite da casa, das coisas da casa são coisas mais ou menos coisas que se faz e eu acho válido. Eu sou uma brasileira muito misturada, mas nesta cidade realmente tem gente ainda bem italiana. Acho interessante, não me agride, não me incomoda" (Silvia Montenegro, moradora de condomínio, 50 anos).

Depois de encerrada a cerimônia de pisar uvas, encontrei-me com o presidente da Associação dos Produtores Rurais da região, Luiz Roberto Omizollo, que estava observando

as uvas pisoteadas. Roberto aguardava todos saírem para poder recolher as uvas. Sua intenção era produzir vinho com as uvas pisoteadas durante a festa. Disse-me que sua família fazia vinho e que se lembra de todo o processo de produção. Logo depois chegou Gilberto Lorenzon, secretário municipal e presidente da Festa da Uva, e Roberto sugeriu que a tina utilizada naquele ano fosse substituída por uma mais apropriada, com canaletas ao lado para facilitar a separação da parte líquida da sólida. Disse que tinha esta tina apropriada em casa, mas a jogou fora: – Quem é que podia imaginar que um dia a gente iria usar isso! Disse Roberto. O secretário ficou de pensar no assunto.

Logo em seguida, uma assessora do secretário chegou e começou a comentar o sucesso da cerimônia de pisar uvas. Disse que a cerimônia tinha definitivamente "pegado", que representava um marco dentro da Festa da Uva e que as emissoras de televisão tinham a retratado como algo distintivo da festa. Para o próximo ano, segundo a assessora, era preciso fazer uma cerimônia desse tipo também na inauguração da festa: – Imagina que bacana, depois de pisar uvas daremos um copo de vinho, feito com as uvas desse ano, para o governador! O secretário fez cara de quem gostou da idéia.

Opiniões semelhantes têm estes agricultores sobre a associação da Festa com a cultura italiana. Muitos afirmam que essa iniciativa vai ao encontro das tradições estabelecidas no município.

"É bacana. É uma coisa que nossos pais, avós, viveram. É uma fase que seria importante cultivar para nossos filhos e netos que vêm aí. Uma tradição" (Afonso Strabello, agricultor, 50 anos).

"Eu acho que a política está certo. Eles fizeram certo isso aí. Porque a região aqui no começo era quase só a italianada que tinha. Durante muitos anos, sobrevivia aqui quase só a italianada, né? Depois do crescimento é que começou a vir tudo o quanto é raça aqui. Inclusive brasileiro do norte, do nordeste, de tudo o quanto é lado. Eu acho que o negócio dos italianos na Festa da Uva foi uma boa coisa porque em São Paulo, em muitos locais do país tem muito descendente de italianos. E essa italianada são tudo gente alegre, divertido, gente de boa intenção" (Carlos Ferragut, agricultor, 73 anos).

"É uma coisa de tradição, né, André? Bonito o teatro que fizeram em Vinhedo. É uma coisa nova. O ano passado teve, mas eu nem participei porque era lá em cima e nós trabalhava lá embaixo. Era no ginásio e a gente nem via como foi feito. Gostei. Muito bonito. O único problema era a poeira daquele capim, né? Que aquilo tava matando meio mundo lá [em 2003, o palco do ginásio foi decorado com feno e capim para dar um toque mais rural ao local da encenação]. Era bonito para caramba. Nossa, teve gente que teve que ir duas vezes no dia porque não cabia no ginásio" (Jair Soldeira, agricultor, 48 anos).

Além disso, uma segunda razão para o julgamento positivo dos agricultores refere-se a possibilidade dessa iniciativa trazer mais visitantes e, com isso, incrementar a venda de produtos agrícolas nos dias da festa.

"Impressão muito boa porque aqui foi formado pela imigração italiana. No começo do século quem começou foi a imigração italiana, né?. Como na Itália se toma muito vinho, se instalaram aqui com uva fruta, mas sempre com um pouco de uva para fazer vinho. Porque nós estamos entrando num negócio que nós não temos, vamos fazer uma propaganda que Vinhedo volta a setenta, oitenta anos atrás a produzir o vinho artesanal. Que serve de chamarisco" (Laurival Von Zube, agricultor, 73 anos).

"Porque o principal é que a gente trabalha unido, e a gente procura fazer uma organização e só pôr fruta boa. Então o visitante vem, ele só pega da boa pra a melhor. Ele tem opção para escolher, tudo né? Então tem frutas que eles nunca viram na cidade onde eles moram, chega aí ele fica abismado. Tem gente que chega aí e encosta na barraca e fica batendo papo com a gente. Fica até fora de si porque não sabe o que pegar. Teve uma senhora que chegou, depois de comprar uma coisa e outra e disse: 'Pô, mas com vinte reais eu não sou capaz de carregar o que eu comprei' . Com isso daí, no outro ano ela volta, conta para outro amigo, enfim. Por isso que acaba recebendo 200, 300 mil pessoas durante a festa. Eu tenho uma barraca de venda todo ano eu monto lá. Comecei a vender o vinho e cada ano tem melhorado. Tem anos que não dá muito certo com a plantação da gente, não corre bem, uma coisa e outra, mas o movimento da festa cada ano tem melhorado. Eu acho que isso aí é uma coisa que não vai poder parar nunca no município" (Carlos Ferragut, agricultor, 73 anos).

Considero, portanto, que a associação da festa com a cultura italiana foi positivamente interpretada pelos agricultores pelas duas razões apontadas acima. De um lado, essa marcação encontrou um respaldo na história do município que, como vimos, foi

marcado por processos migratórios nos quais os italianos tiveram um papel importante. De outro, isto veio a promover a festa, atrair mais turistas, e, ao fazê-lo, os agricultores puderam vender também mais produtos.

Sobre esse aspecto, Ekman (1999) considera muito difícil separar os eventos que digam respeito somente ao fortalecimento de identidades locais daqueles que busquem fortalecer a economia local: ambos andam juntos. Interessada no aumento de festas e na revitalização de tradições observada na Suécia nos últimos tempos, a autora mostra que esse fato se relaciona com a entrada da Suécia na Comunidade Econômica Européia. Em algumas situações, e de forma muito semelhante ao observado em Vinhedo, Ekman destaca a participação da administração municipal em promover imagens e a cultura local através das festas e celebrações. No que poderíamos caracterizar como campo da produção, a administração municipal promove eventos que constroem sentimentos de identidades locais (cuja ênfase está no pertencimento em termos espaciais), mas esses eventos, simultaneamente, fortalecem a economia local, via turismo ou venda de determinados produtos.

Em relação ao consumo, Ekman vai dizer que o resgate da história local (celebrada em festas e outras manifestações) tem um sentido diferente para as pessoas. Para os turistas, pode ser um momento de aprender coisas novas, passar o tempo ou se divertir. Para as pessoas locais, ela pode servir como forma de experienciar o contexto social local, sua continuidade e oferecer sentimentos de pertença ao grupo local mais amplo. A Festa da Uva de Vinhedo, nesse sentido, é consumida por pessoas de diferentes posições e origens. Os turistas que participam da festa e que vêm de vários lugares (lembramos a quantidade e a diversidade da procedência dos ônibus estacionados em frente ao parque) têm uma visão do evento diferente de uma pessoa que vive no local. A cerimônia de pisar uvas pode ser, para alguns, um divertimento para se passar o tempo e, para outros, tal como o presidente da associação de produtores, um momento de imaginar a história de sua família.

Cultura e consumo

Devemos observar, no entanto, que a cultura italiana não é a única capaz de satisfazer as exigências de "profundidade histórica" no município.³⁸ Embora mais numerosos, os italianos não foram os únicos a aportar em Vinhedo. A cidade recebeu também alemães, suíços, portugueses e, em menor número, espanhóis, que, ao longo desses anos, participaram ativamente da vida social e política do município. Sobre esse ponto, é interessante retomar a fala do prefeito na cerimônia de inauguração da festa, na qual, num gesto de habilidade política, fez questão de lembrar a composição multicultural da cidade e que os italianos estariam representando todas as tradições. O resgate da cultura italiana, nesse sentido, apresentou-se como uma alternativa possível dentro do repertório oferecido pela história da cidade.

A história, tal como a considera Richard Handler (1988), não serve apenas para construir um passado que possa servir como base para a formação de grupos, sentimentos de pertença, nação e nacionalismo. Ela tem também uma utilização pragmática muito bem observada pelo autor e que nos parece pertinente para entendermos as práticas que observamos em Vinhedo. Se, por um lado, há um conjunto de discursos que se utilizam do passado para construir sentimentos de pertença e identidades fortemente associadas a lugares, por outro, esses discursos normalmente vêm acompanhados por aquilo que Handler considera como objetivação da cultura, isto é, bens e serviços (artesanato, danças e festas, por exemplo) que passam a simbolizar essas identidades. É um momento em que a cultura é identificada, se materializa em bens e serviços e passa a ser consumida.

No caso da Festa da Uva de Vinhedo, a cultura italiana, se é que é possível falar nessa forma tão essencial, se materializa em encenações, tal como a cerimônia de pisar

uvas, e em outros produtos que são disponibilizados ao visitante. Não podemos, entretanto, esquecer do clima de Festa das Nações que procurei retratar num passeio hipotético pela rua da alimentação. A cultura italiana é um produto – talvez o mais importante – à disposição do visitante. Comer um crepe suíço, regado com chopp Alemanha, e depois finalizar com doces portugueses nos parece serem atos de consumo tais como o de assistir à milésima apresentação de Funiculi, Funiculá, de participar da cerimônia de pisar uvas ou comprar uma caixa de uva de um "verdadeiro" agricultor da região.

É preciso considerar que a vinculação com a cultura italiana trouxe vários benefícios para a administração municipal. Primeiro, fez com que a Festa da Uva de Vinhedo se diferenciasse das outras festas da região e assim pudesse, dentro de seu *marketing*, oferecer algo mais como atração – cultura italiana – diante de uma espécie de mesmice presente em outros eventos similares da região. Segundo, a vinculação com a cultura italiana serviu também para baratear os custos de produção da festa, pois as atrações musicais mais famosas (e também mais caras) foram deixadas de lado em detrimento de conjuntos, atores e corais locais. Não podemos deixar de lembrar a visibilidade política que este tipo de evento tem na vida do município. Uma festa bem sucedida e original pode dar ao secretário, que também preside a festa, visibilidade e prestígio necessários para incrementar suas pretensões políticas dentro do município. Lembremos, também, da placa que ressalta as atividades municipais.

"E é uma atração a mais na festa, né? Porque, se for só fazer esse negócio de convidar conjunto musical, e fazer show, fazer essas coisas, isso daí é normal. Tem em tudo quanto é lugar. Então tem que procurar fazer uma coisa meio diferente. Se fazia muito quando tinha show, quando começa a fazer show 10 hora da noite, 11 hora, e acabava ficando muito cara e tava difícil para fazer festa, porque dinheiro é sempre curto em tudo lugar. Porque, para fazer as coisas, precisa de dinheiro. E para esse dinheiro voltar tava difícil. Então, teve um organizador que

³⁸ Vimos, no capítulo dois, a presença marcante de outros grupos tais como os alemães, suíços, portugueses, espanhóis entre outros.

explicou essa situação, de fazer a festa porque sempre a prefeitura tinha que desembocar mais dinheiro para pagar despesas. E o prefeito tava achando que precisava dar um jeito de fazer a festa sem desembolsar tanto. Então disse que ia experimentar fazer uma festa sem esses show caro, esses conjunto de fama que cobra 60, 70 mil reais para vir aí e fazer uma hora de show. Então ele falou que tava pretendendo fazer isso e ele recebeu o apoio de toda a gente. Tudo nós produtor ele recebeu o apoio. Vamos experimentar, né?" (Carlos Ferragut, agricultor, 73 anos).

Mas levar em conta razões que considerem apenas fatores relacionados à produção da festa não nos parece convincente para explicar o sucesso e a repercussão da cerimônia junto ao público. Os quais puderam ser percebidos pela manifestação de alegria da assessora do secretário, pelos depoimentos dos agricultores e de alguns moradores de condomínios.

Ora, o que parece ser central no processo de associação da festa à cultura italiana é o recurso a identidades tradicionais como forma de resposta ao processo de transformação mais geral que a cidade vem sofrendo nas últimas décadas, exploradas nos capítulos anteriores. Nesse sentido, o historiador Eric Hobsbawm (1997) considera que a recorrência ao passado é uma característica comum nos processos descritos por ele como invenção de tradição. Entende o historiador inglês que não é no passado que se deve buscar a explicação para esses processos, mas na relação que esse passado mantém com o momento da criação da tradição. Assim, os processos de invenção de tradições podem ser lidos como reações frente a situações de transformações sociais, a partir de um uso do passado, e, nesse sentido, dizem respeito mais ao momento de sua criação do que ao tempo pretérito a que se referem.

Talvez seja por isso que Hobsbawm nos diga que o estudo de invenção de tradições seja um assunto tão interessante para os estudiosos da história contemporânea (Cf. Hobsbawm, 1997:10). No caso específico da Festa da Uva de Vinhedo, minha hipótese interpretativa é exatamente esta: num plano geral, o uso que é feito da cultura italiana e, de

forma especial, o ritual de pisar uvas podem ser entendidos como processos de invenção de tradições. Por serem processos dessa natureza, eles mantêm uma relação muito viva com o presente, momento em que são formulados, e constituem-se como reações às transformações as quais a cidade vem enfrentando nos últimos anos.

"Provavelmente, não há lugar nem tempo investigados pelos historiadores onde não haja ocorrido a 'invenção' de tradições neste sentido. Contudo, espera-se que ela ocorra com mais frequência: quando uma transformação rápida da sociedade debilita ou destrói os padrões para os quais as 'velhas' tradições foram feitas, produzindo novos padrões com os quais essas tradições são incompatíveis; quando as velhas tradições, juntamente com seus promotores e divulgadores institucionais, dão mostras de haver perdido grande parte da capacidade de adaptação e da flexibilidade; ou quando são eliminadas de outras formas. Em suma, inventam-se novas tradições quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas tanto do lado da demanda quanto da oferta" (Hobsbawm, 1997:12-13).

É interessante observar que a expressão "criar tradições" também é utilizada por agricultores do município.

Wilson: *"As tradições têm que existir. Senão vai virar o que? Um povo sem nada, não sei..."*

Adilson: *O Brasil misturou muito, né? Então, o que vai acontecer? Cada região vai ter que criar a tradição deles. Todo o político hoje que eles querem arrecadar nessa parte. Divulgar essa parte do turismo. Então pegou febre agora. Então talvez eles vão ser obrigados a criar tradições. Vai ser obrigado. Quem quer participar vai ser obrigado a criar" (Adilson e Wilson Steck, agricultores, 48 anos).*

Devemos considerar que a linha argumentativa utilizada por Hobsbawm parece ter origem no pensamento durkheimiano. Preocupado com o estabelecimento de solidariedades sociais, ou seja, mecanismos de coesão social que determinariam os traços essenciais da sociedade e de seu bom funcionamento, Durkheim (2000 [1897]), numa passagem do seu clássico estudo sobre o suicídio, desenvolve uma idéia que nos parece importante para entendermos os processos que descrevemos em Vinhedo. De acordo com o autor, à medida em que o homem se afasta de sua tradição – vista a partir do plano religioso –, em que há

um maior ordenamento do mundo e maiores vínculos estabelecidos entre o indivíduo e sociedade, maior passa a ser a taxa de suicídio. O autor chega a fazer uma correlação interessante entre o aumento da taxa de suicídio e o avanço da ciência, na medida em que o conhecimento científico – visto pela referência à instrução – tem o efeito de minar as certezas que outrora eram fornecidas pelo campo religioso.

Essa proposição durkheimiana, qual seja, de que as transformações sociais afetam os mecanismos de coesão social nos parece fundamental para entendermos as práticas que observamos em Vinhedo. Antonio Candido (Souza, 1987[1964]), com uma precocidade digna de nota dentro dos estudos rurais brasileiros, parece tratar dessas mesmas questões em seu clássico estudo sobre a cultura caipira em Bofete, Estado de São Paulo. Enxergando uma sociedade em rápida transformação, em que a vida e a cultura caipira estariam progressivamente se incorporando à esfera da cultura urbana, representada pela adoção de novas formas de consumo e pela perda de antigos laços de sociabilidade, o autor considera os parceiros um grupo privilegiado para pensar essas questões. Representam, para o caipira, uma etapa de transição, pois ao mesmo tempo em que conservam traços de uma autonomia camponesa, típica do proprietário de terra, os parceiros, dado o ritmo das transformações, vêem-se constantemente ameaçados pelo recurso ao trabalho assalariado, seja em sua forma agrícola, dada pelo colono ou camarada, ou pela proletarianização nos centros urbanos.

"Apegar-se à parceria significa, para quem não pode mais ser sitiante, preservar o próprio respeito, o conceito social e a possibilidade de manter a tradição da cultura – isto é, preservar os elementos que equilibram o grupo" (Souza, 1987:202).

O então professor da cadeira de Sociologia II da USP identifica várias atitudes de preservação da cultura caipira como formas de reação às situações de mudança reveladas em sua pesquisa de campo. Esse processo, em alguns casos, passa inclusive pela valorização e idealização de um passado caipira, uma verdadeira idade de ouro cuja função

parece ser bem clara: "**podemos ver fatores de preservação cultural**, que são ao mesmo tempo fatores de preservação grupal, na medida em que permitem aos grupos rurais de vizinhança – agrupamentos de sitiantes ou de parceiros – **resistirem, enquanto estrutura, ao impacto da mudança causada pela urbanização**" (Souza, 1987:211, grifos meus). A situação de crise, tão bem desenvolvida pelo autor, deriva do fato de não haver uma estabilização entre a conservação de traços da cultura tradicional caipira (fator de defesa grupal e cultural) e a incorporação de novos traços. Na verdade, para Antonio Cândido, há uma perda de traços, relativamente maior do que a aquisição compensadora de outros.

É preciso considerar, entretanto, alguns aspectos nos processos descritos aqui como invenção de tradições e de usos do passado observados por José Murilo de Carvalho. O autor de *A Formação das Almas* nos mostra que momentos de mudança política e social, tal como a proclamação da República no Brasil, normalmente vêm acompanhados da produção de símbolos e alegorias que passam a ser fundamentais como instrumentos de legitimação do novo regime. Se, num determinado plano, podemos pensar no caráter ficcional da produção de símbolos, alegorias e tradições, José Murilo nos ensina que esse processo está longe de ocorrer num vazio. Símbolos e alegorias tendem a ser mais eficazes à medida que tenham um respaldo na história. É a história que oferece aquilo que o autor considera como comunidade de imaginação (ou de sentido), sob a qual permite-se a boa comunicação entre o novo símbolo e o público que o receberá. Nesse sentido, sua análise sobre os heróis republicanos é exemplar. Depois de tentativas mal sucedidas de transformar Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto e Benjamin Constant em heróis do novo regime, "*a busca de um herói para a República acabou tendo êxito onde não o imaginavam muitos heróis da proclamação. Diante das dificuldades em promover os protagonistas do dia 15, quem aos poucos se revelou capaz de atender às exigências da mitificação foi Tiradentes*" (Carvalho, 2000[1990]:57). Dito de outro modo, não é qualquer herói ou, num plano mais amplo,

qualquer tradição que pode ser inventada. Como observa José Murilo, seu aceite dependerá, em última análise, da "profundidade histórica" do símbolo em questão.³⁹

Sobre esse aspecto, torna-se interessante observar a iniciativa da prefeitura de Louveira, cidade vizinha a Vinhedo, de tentar associar também a sua Festa da Uva com a cultura italiana. Em 2003, a Festa da Uva de Louveira teve como tema o romance de Cleópatra e Julio Cesar.

"Romance no Templo de Cleópatra atrai o Público da Festa da Uva de 2003. A encenação de Cleópatra está sendo uma das maiores atrações da 37ª Festa da Uva de Louveira. Muito visitado, o espetáculo relata a trajetória de Cleópatra, que alcança, ao lado de Júlio César, o trono de um dos maiores impérios da antiguidade: Roma e Egito. (...) Durante quatro meses, os integrantes estudaram a história de Roma e do Egito e realizaram ensaios na área do Lazer do trabalhador no Senac-SP" (Folha de Louveira, 10 de maio de 2003).

Relato de um agricultor sobre a Festa da Uva de Louveira:

"Você viu esse ano a parada italiana, a dança e tudo mais? Aquilo é muito bonito né? Então é uma coisa que ainda chama atenção. Eles estão investindo numa coisa certa ainda, da tradição. Louveira já investe errado. (...) Tão imitando mas fazendo a coisa errada. Esse ano eles fizeram Roma, o coliseu de Roma, puseram um pedaço do coliseu caído lá, e também o antigo Egito. Que Louveira tem a ver com Egito? (risos) (...) Não tem ninguém que veio do Egito aqui. Acho que o menor povo que tem aqui no Brasil acho que é os egípcios, que quase não tem, né? Foram fazer um negócio com o povo que menos tem aqui. Se fosse alemão, ainda tem bastantinho. O suíço, o português. Não. Foram apartar os egípcios. Mas eu não entendo, rapaz! Vou te falar proê: o cara que bolou isso daí eu não me conformo (...) Agora da italiana, tá fixando, né? Já virou uma tradição na festa. Que todo ano obrigatoriamente tem que ter isso aí em Vinhedo. Cada ano tão melhorando mais, investindo mais nessa parte e atrai bastante gente mesmo esse negócio aí" (Zé da Pinta, agricultor, 57 anos).

³⁹ Vários autores, cada um à sua maneira, vêm destacando o papel da história nos processos de invenção de tradições e, conseqüentemente, na formação de sentimentos de comunidade imaginada, nação e nacionalismos. Partindo de um exemplo extremo, Philip Kohl (1998) mostra o papel da arqueologia na elaboração de um passado remoto que, em muitos casos, serve como cimento para a construção de identidades nacionais. Mas, apesar desse uso político, Kohl considera que "as tradições culturais não podem ser fabricadas como se fossem roupas, há limites reais para a invenção de tradições" (Kohl, 1998:233). No caso da Arqueologia, esses limites reais seriam fornecidos pelo aspecto material dos dados arqueológicos, que permitem, segundo o autor, a possibilidade de apreensão, mesmo que parcial, de uma realidade objetiva.

No caso de Vinhedo, a cerimônia de pisar uvas parece satisfazer as condições apontadas por José Murilo. Em primeiro lugar, a cultura italiana não foi inventada a partir de um vazio. Os italianos e, conseqüentemente, sua cultura estiveram presentes na história do município desde o final do século XIX, tal como foi observado no capítulo anterior. De forma específica, a prática de pisar uvas para produzir vinho também fez parte do passado de determinadas famílias. Lembremos que o presidente da Associação dos Produtores Rurais da cidade disse que possuía a tina para fazer vinho mas que a jogou fora, pronunciando uma epítome que expressa o caráter dinâmico da cultura. Valendo-me da expressão de José Murilo, a cultura italiana, nesse caso, tem uma "profundidade histórica" suficiente para ser aceita. No caso de Louveira, a referência a Grécia e Roma foi longe demais, isto é, não encontrou respaldo no contexto local. A atitude do agricultor, até certo ponto jocosa, revela uma situação em que a prefeitura não soube trabalhar corretamente com as alegorias, demonstrando uma imposição cultural, ao sugerir símbolos, imagens caricatas e alheias ao contexto local.

Se olharmos para a atuação da administração municipal na Festa da Uva de Vinhedo, podemos concluir que estamos diante de um tipo de ruralidade, dentre outras possíveis, que vem sendo construída pela administração municipal a partir de uma vinculação étnica com a cultura italiana e um passado rural comum. Tal como vimos em relação aos processos de invenção de tradições, essas práticas têm implicações importantes para o presente. A oportunidade da cidade e de seus habitantes serem identificados a partir de um tipo específico de sociabilidade italiana, que valoriza a origem rural, a amizade, a integração frente ao diferente (via danças e cantos), parece ser muito pertinente. Trata-se de um tipo específico de identificação bastante ordenador. De um lado, mantém-se um vínculo estreito, a despeito das transformações recentes, com a origem rural do município. Além disso, domesticam-se os eventuais atritos e diferenças que existem entre os novos e os antigos moradores e que serão desenvolvidos no capítulo seguinte. Da mesma forma como

supostamente os italianos foram bem recebidos pelos antigos moradores, a cidade mantém a sua vocação de receber bem "os de fora" convidando-os a participar de suas danças e encenações. Esse esforço de integração pode ser claramente percebido na seguinte passagem escrita pelo cronista vinhedense José Antonio Zechin.

"Na verdade, o condomínio ficou com o estigma de abrigar gente rica e poderosa, a maioria 'gente de fora', como se diz na cidade. Mas isso não importa. O que importa é que os que vieram, ou vierem, seja de onde for e para onde for, se sintam verdadeiros cidadãos vinhedenses. Venham e sejam mais um. Que enriqueçam a cidade com suas qualidades e conhecimentos. Que preservem o que há de bom. Que preservem a quietude e as noites enluaradas. Que preservem o cheiro de mato e de interior. Que façam desta terra um lugar de alegre vivência e de moradia eterna quando as luzes se apagarem no céu de cada um. Que somem e multipliquem. Que não haja divisão" (Zechin, 2003:139).

Resumo

Nas páginas precedentes, discuti a progressiva associação, promovida pela administração municipal, entre a cultura italiana e a festa da uva. A partir das transformações sociais, econômicas e culturais pelas quais o município passou desde sua emancipação, tratadas nos capítulos anteriores, propus que a Festa da Uva, especialmente a cerimônia de pisar uvas, seja lida como um processo de invenção de tradições. Assim, o recurso a identidades tradicionais (como a dos imigrantes italianos) aparece como resposta ao processo de transformação mais geral que a cidade vem sofrendo nas últimas décadas. Salientei que, se há um plano ficcional na elaboração de símbolos e alegorias que sirvam a estes propósitos, a eficácia em sua comunicação dar-se-á na medida em que estes símbolos não forem alheios ao contexto local. A comparação com a festa de Louveira, nesse sentido, mostrou-se bastante eficaz. Ao final, sugeri que a ruralidade resultante desse processo, construída pela administração municipal, tem uma mensagem política importante: receber bem os recém-chegados.

Capítulo 5

Estabelecidos e outsiders?

Vimos, no capítulo três, que o processo de transformação socioespacial de Vinhedo nos últimos trinta anos trouxe consigo um aporte considerável de novos moradores para a cidade. Do grupo que chega, destacam-se, em primeiro lugar, moradores de centros urbanos, tais como São Paulo, que fixam residência definitiva ou secundária nos inúmeros condomínios residenciais construídos na cidade. Aos primeiros, juntaram-se também pessoas que foram trabalhar em empregos gerados por essa nova ocupação. Caracterizamos genericamente as atividades por elas desempenhadas como de caseiro, mas sabemos que englobam serviços de piscineiros, jardineiros, diaristas etc.

Uma vez que Vinhedo já possuía, como foi descrito no capítulo dois, uma vida social, política e econômica própria, esses novos moradores não encontraram uma arena social vazia, a qual pudessem simplesmente colonizar tendo por referência sua imagem e semelhança. Não é difícil imaginar, portanto, que esse novo contingente de residentes tenha tido que negociar a sua inserção social – em diferentes graus e situações – com os moradores da cidade. Por se tratar de uma primeira aproximação, deixarei de lado, por ora, a heterogeneidade social presente entre os novos e antigos moradores, para focalizar o que forçosamente pode ser considerado como uma situação de contato.

Se recorrermos ao admirável livro de Norbet Elias e John Scotson, *Os Estabelecidos e os Outsiders*, veremos que estes autores desenvolvem algumas considerações sobre configurações sociais que envolvem novos e antigos moradores, as quais podem ser úteis

para analisar o caso de Vinhedo. Na pesquisa que realizaram entre o final dos anos cinquenta e começo dos anos sessenta, numa pequena cidade cujo nome fictício era Winston Parva, consideraram três bairros: Zona 1, Zona 2 e Zona 3. Se fossem utilizadas variáveis como faixa de renda, ocupação profissional e classe social, por exemplo, o observador distanciado poderia presumir que poucas diferenças existiriam entre as zonas 2 e 3. Eram bairros habitados por trabalhadores suburbanos. Mas, de acordo com os autores, um rápido passeio pela localidade – desde logo a importância de entrar em contato com a realidade vivida por esses moradores – já seria suficiente para fazer cair por terra a homogeneidade social presumida a partir dos indicadores correntes. Havia uma diferença de fato, vivida e praticada pelas pessoas que moravam naquela localidade, entre um grupo que se julgava superior, os *estabelecidos*, e outro grupo, os *outsiders*.

O critério utilizado para a definição desses grupos sociais investigados por Elias e Scotson era o tempo de residência naquela localidade. Os primeiros, os estabelecidos, fundavam sua distinção social em termos do princípio da antiguidade, algo que exatamente faltava aos *outsiders*.

"A descrição de uma comunidade da periferia urbana apresentada neste livro mostra uma clara divisão, em seu interior, entre um grupo estabelecido desde longa data e um grupo mais novo de residentes, cujos moradores eram tratados pelo primeiro como outsiders. O grupo estabelecido cerrava fileiras contra eles e os estigmatizava, de maneira geral, como pessoas de menor valor humano. Considerava-se que lhes faltava a virtude humana superior – o carisma grupal distintivo – que o grupo dominante atribuía a si mesmo" (Elias e Scotson, 2000:19)

Veremos, no decorrer deste capítulo, como essas diferenças, definidas pelo tempo de residência, passam a ser utilizadas como geradoras de desigualdades sociais no contexto pesquisado pelos autores. Os moradores mais antigos empregavam o tempo de residência na localidade como o critério para lhes garantir certas prerrogativas sociais e produzir formas de segregação socioespacial. Tendo em vista a configuração observada por Elias e

Scotson, cabe-nos indagar se em nossa localidade de pesquisa observaremos configuração semelhante. Será que em Vinhedo os agricultores – moradores mais antigos – produziram imagens dos grupos que chegaram como forma de gerar e manter distâncias sociais? Essas e outras questões correlatas serão discutidas neste capítulo. Primeiramente, serão apresentadas justificativas utilizadas pelos grupos investigados para a sua chegada na região. Em seguida, serão tratadas as relações sociais estabelecidas entre esses grupos.

Agricultores: imigrantes e estabelecidos

Os agricultores, proprietários de terra e nascidos na região, apresentaram razões de ordem familiar para justificar a sua chegada na região. As referências a um antepassado pioneiro e a presença de várias gerações de residentes na região são atributos acionados para revelar um vínculo denso com a localidade, o qual, em alguns casos, é superior a um século. No sentido que lhe atribuem Elias e Scotson, o tempo de residência na região é uma característica importante na definição deste grupo. Vejamos, a título de exemplo, alguns dados coletados entre produtores rurais de Vinhedo.

Tabela 14: Distribuição dos produtores rurais por local de nascimento

	Produtores Rurais*	%
Vinhedo ou municípios próximos	26	74.29
Outros Municípios de São Paulo	7	20.00
Municípios do Paraná	2	5.71
Total	35	100.00

Fonte: * Pesquisa de Campo (2000)

Notemos, inicialmente, que cerca de 75% dos produtores rurais nasceram em Vinhedo ou em municípios próximos, o que, em princípio, indica uma ligação com a região

bastante expressiva. Veremos, adiante, que esta porcentagem decresce consideravelmente quando levamos em conta o grupo dos caseiros. A tabela seguinte nos fornece informações sobre o tempo de moradia na localidade onde foi feita a entrevista.

Tabela 15: Distribuição dos entrevistado por tempo de residência no local onde mora

	Produtores Rurais*	%	Caseiros**	%	Total
Desde o Nascimento	17	48.57	2	6.67	19
Desde o Nascimento, mas morou provisoriamente em outro município.	3	8.57			3
Reside há mais de 10 anos	11	31.43	9	30.00	20
Entre 6 e 10 anos	2	5.71	7	23.33	9
Entre 1 e 5 anos	1	2.86	10	33.33	11
Há menos de 1 ano	1	2.86	2	6.67	3
Total	35	100.00	30	100.00	65

Fontes: * Pesquisa de Campo (2000) e **Pesquisa de Campo (2001)

Se utilizarmos números redondos, vemos que 60% dos produtores rurais entrevistados em 2000 disseram residir em Vinhedo desde quando nasceram. Esta porcentagem para os caseiros é bem menor, 7%. Além disso, se agregarmos aqueles que residem há mais de 10 anos, temos um total de 90% dos produtores rurais. Lembremos, nesse sentido, que alguns produtores não nasceram em Vinhedo mas em municípios da região e depois mudaram-se para a cidade. Nesses casos, observa-se igualmente uma conexão grande com a região.

Devemos, todavia, considerar que o tempo de moradia não é o único critério acionado por este grupo de entrevistados. Observemos, na fala reproduzida abaixo, que a dimensão étnica aparece também como um critério de diferenciação.

"O meu avô veio da Espanha, não sei bem preciso, mas deve ser 1903. Todos vieram já de nacionalidade espanhola. Eles não vieram tudo de uma vez. Ficou minha avó, esperando o último filho que era a menina, mais dois filhos ficaram lá. Depois que a filha nasceu, ele voltou para lá para buscar o resto da família.

Acho que uns três anos depois. (...) Quando estourou o café, em 1929, 1930, depois até surgiu a revolução de 1932, aí esparramou tudo, porque naquela época acabou o café, acabou os fazendeiros. Porque quem sustentava os fazendeiros era o café (...) Foram trabalhando, fizeram uma economia, aí ele vendeu a parte dele lá na Espanha, e juntou com a economia que ele tinha e comprou essa propriedade aqui e botou toda a família para trabalhar. (...) Primeiro, plantava aquilo que se podia comer. Arroz, feijão, milho, mandioca, e fazer criação, criar porco, galinha para o sustento próprio. Todo mundo trabalhava para comer, naquele tempo era isso aí. (...) Então esse pessoal que veio da Europa já sabia o costume da vida, que tinha que trabalhar, que tinha que fazer economia, tinha que se virar, todas essas coisas, né? (...). A nossa família nunca mais teve aperto porque todo mundo levantava cedo para trabalhar, cada um fazia a obrigação dele, num tinha nenhum membro da família que desviasse para mal caminho" (Carlos Ferragut, agricultor, 73 anos).

Vê-se que o entrevistado privilegia características do "pessoal que veio da Europa". São pessoas, tal como seu avô espanhol, que vieram há mais de um século para a região e que souberam mostrar para seus descendentes como vencer na vida dentro de uma ética baseada na disciplina do trabalho e na restrição ao consumo. A história da família Ferragut guarda semelhanças com outras de famílias bem sucedidas de imigrantes europeus estabelecidos na região. Em todas, pode-se dizer, há um momento de acumulação em que a família passa por dificuldades e privações. Essa primeira fase, mais difícil, é caracterizada como um passado heróico, que marca a identidade da família, isto é, que a define como uma família trabalhadora e vencedora de dificuldades. As privações observadas na primeira fase são recompensadas com a aquisição da propriedade, que marca uma outra etapa na história familiar. No depoimento abaixo, percebemos como essas fases se sucedem.

"A nossa galeria apresenta hoje a respeitável figura do Sr. José Ormeneze, que atualmente conta a idade de 86 anos. Nascido na província de Veneza (Itália), para aqui veio como imigrante, tendo chegado em Santos em fevereiro de 1888 e logo a seguir em Rocinha a fim de trabalhar, como colono, na Fazenda Santa Cândida, de propriedade do Sr. José Egídio, na época o popular "Capitão". Depois de trabalhar cerca de 10 anos no cultivo de café, passou para a máquina de beneficiamento, como prático, recebendo a diária de um mil reis. Como católico fervoroso, o Sr. Ormeneze, aos domingos caminhava a pé cerca de 2 horas e meia, para assistir à missa na capela do Sítio Grande. Em 1898,

mudou-se para o bairro do Pinheirinho, onde adquirira um pequeno terreno. Aí plantou café e uvas. Quando chegou à Rocinha em 1888 – conta-nos o Sr. Ormeneze – existia apenas uma pequena estação, uma agência do correio e uma venda e bar” (Folha de Vinhedo, 8 de outubro de 1952, p.4).

Como o exemplo sugere, José Ormeneze passou por fases difíceis antes de se tornar proprietário de terra. Primeiro, foi colono, depois prático de máquina de café até, finalmente, adquirir sua propriedade no bairro Pinheirinho. Com trabalho e muita fé, Ormeneze venceu. De um descendente de suíços, cuja fala reproduzo abaixo, encontramos uma longa história que o conecta a Vinhedo. Da mesma forma como observado no depoimento de Ferragut, a crise do café em 1929 foi considerada ruim – fez com que seu pai se afastasse da família para trabalhar – mas compensadora – garantiu-lhes o acesso à terra.

“Moro aqui desde 1939. Meu pai nasceu na fazenda da Capela, que é para baixo da Anhangüera, na época antiga Rocinha. Ele era descendente de suíço. O pai dele era suíço e a mãe também. Ele trabalhou numa fazenda na cidade e depois ele foi trabalhar com uva, com o pai de mamãe, num sítio no Traviú, município de Jundiá. Trabalhou quatro anos lá. Meu pai nasceu aqui em Vinhedo. Quem veio da suíça foi o pai dele, com nove anos de idade. Ele veio da Suíça e se instalou na fazenda Sete Quedas em Campinas. Era imigrante. Trabalhou, ganhou dinheiro e comprou esta fazenda lá na Capela. Eles eram proprietários de fazenda de café lá onde meu pai nasceu, lá na Capela. Era fazenda Capela. Depois comprou outra fazenda em Itú. Depois veio a crise do café e eles perderam quase tudo. Aí meu pai saiu da família e ficou trabalhando para fora. Nós era pequeno, né? Veio para Vinhedo, depois foi para uma fazenda perto de Vinhedo. E depois que foi trabalhar com meu nono, pai de mamãe, lá no bairro do Traviú. Depois juntamos um dinherinho, naquele tempo era mil réis, aí ele comprou esta propriedade com oito alqueires de terra. E viemos para cá em 1939. Aqui eu tinha um outro tio que tinha propriedade aqui e era nosso vizinho. Isso atraiu um pouco também, né?”(Laurival Von Zuben, Agricultor, 73 anos).

No relato de uma neta de italiano, que reproduzo abaixo, é feita uma comparação entre a forma como as antigas famílias tradicionais do município cuidavam de seu patrimônio e a forma que seria implementada pelos italianos.

“Essa região toda que nós estamos era da fazenda Cachoeira.

Da dona Leontina Leite de Barros. Brasileira. Só que aí filha única. A própria situação, desde 1888, com a abolição da escravidão, todo mundo ficou sem empregado. Todo mundo não tinha condição de tocar, não tinha dinheiro para tocar. Então eles começaram a vender em pedaços. Tanto que o Monte Alegre era um pedaço da Cachoeira, Santo Antonio era um pedaço da Cachoeira. Outro sitio, de meu vizinho, era um pedaço da Cachoeira, que chama Granja Paulista. Foi feito retalho, não só dessa, como de muitas fazendas e não conseguiram mais tocar, porque não tinha mais dinheiro. Tanto que eles começaram a vender ou a arrendar em volta as fazendas. Então aqui foi isso. Meu avô comprou, e como é uma área de muita água, e ele para poder funcionar a fábrica ele construiu uma olaria para fazer tijolo e telha para fazer a fábrica. Dessa olaria, ele construiu junto da fábrica mais 50 casas, que hoje não existe mais, foi um grande pecado" (Mariângela Storani, agricultora, 53 anos)

Notemos, em primeiro lugar, a ênfase dada ao fato da proprietária da fazenda Cachoeira, Dona Leontina Leite de Barros, ser brasileira. Como brasileira e integrante de uma importante família proprietária de terras, Dona Leontina não conseguiu suportar o contratempo gerado pela abolição da escravatura. A entrevistada, nesse sentido, nos leva a considerar que os primeiros proprietários de terra na região, os chamados quatrocentões, herdaram terras mas não a vocação para o trabalho. Sem condições de manter a fazenda porque não tinham empregados, foram obrigados a vender suas terras após a abolição da escravatura. Por outro lado, os imigrantes não herdaram terras mas tinham uma enorme vontade para trabalhar. Seu avô, por exemplo, comprou um pedaço de terra da fazenda Cachoeira e logo se pôs a trabalhar nela e a diversificar também suas atividades. Mariângela, ademais, atribui um caráter mais politizado aos primeiros imigrantes europeus que aportaram na região.

"Aí, como todo europeu, eles eram politizados, né? A fábrica aqui de tecidos, ele inaugurou em 1925 (...) Naquela época, com a facilidade de maquinário, e ele como tinha visão pessoal, como era mais politizado, tinha mais coragem, né? Tanto que foi dele o primeiro automóvel de Jundiá, ele viajava muito." (Mariângela Storani, agricultora, 53 anos).

Encontramos nesses depoimentos sobre histórias familiares, uma combinação de

sagas de heróis fundadores, antiguidade na região e características positivas dos imigrantes europeus (politizados, trabalhadores, vencedores etc.). É preciso considerar que não tenho a intenção de afirmar que os países de origem dos primeiros imigrantes perdem a sua importância em nome de uma comunidade europeia *avant la lettre*. Certamente este não é o caso, sobretudo porque vimos como a origem italiana passa a ser algo importante no sentido de representar a cidade na Festa da Uva. Aqui, o que parece relevante é que esses relatos abrem a possibilidade de traçar uma história mais ou menos semelhante dos imigrantes, independente de sua origem. O tempo de moradia na região representa a possibilidade de estabelecer um passado comum vivido na localidade pelos descendentes de imigrantes, que, malgrado os diversos países de origem, compartilham histórias familiares que em muitos aspectos assemelham-se, seja pela coragem de um herói fundador, pela perseverança familiar ou pela solução das dificuldades.

Moradores de condomínio

Vejamos agora quais são os critérios determinantes na escolha de Vinhedo por parte dos moradores mais recentes. Começemos pelos que residem nos condomínios.

A primeira vista, a escolha do município de Vinhedo como local de moradia por parte dos moradores de centros urbanos parece depender somente de alguns critérios, tais como, facilidade de acesso – bom sistema de transporte –, disponibilidade e localização da terra a ser adquirida e fatores climáticos. Sabemos que Vinhedo, por razões históricas e naturais, apresenta grande parte dessas características.

Mas, à medida que investigamos os motivos que levaram os moradores de centros urbanos a escolher Vinhedo como local de residência, percebemos que a escolha da cidade não se deve somente aos motivos já mencionados. Devemos considerar também fatores de ordem pessoal, os quais são fundamentais para a construção de vínculos prévios com a

localidade e, conseqüentemente, decisivos para a escolha do município. É o caso do exemplo, apresentado abaixo, em que o entrevistado menciona a oportunidade de "retornar às origens" familiares.

José: *"Eu sou de Jundiaí. Nasci em Jundiaí. Meu pai e minha mãe, minha família, nós moramos em vários lugares por aqui. Itupeva, Campinas, mas eu fui para São Paulo quando tinha 7 anos. E retornei para as origens há 5 anos atrás. Meus pais eram agricultores, variava de fazenda para fazenda aqui era uva, depois algodão, plantação de eucalipto. Meu pai era colono. Depois fomos para São Paulo, eu tinha 7 anos, nós fomos lá, meus irmãos mais velhos. (...)*

André: O que é esta volta às origens?

José: *Eu vim para cá com emprego ainda. Eu vim trabalhando. Eu tava trabalhando em Barueri. Eu ia todo dia. Ia e voltava. As origens por quê? Porque eu cresci, por exemplo, com minha mãe mexendo com horta. Mexendo com terra, essas coisas. Então eu não sou um cara de cidade grande. Eu sou um cara do interior mesmo. Vim para cá, mas o íntimo meu já estava adaptado aqui mesmo, porque eu já mexia com pomar, horta, essas coisas. E eu me sinto bem. Por que Chácaras do Lago? É o seguinte. Quando você começa a ficar com uma certa idade, já chegando na aposentadoria, você começa a pensar em sossego. Sossego é interior, né? Não tem jeito. Ai chácaras do Lago por quê? Porque aqui em Vinhedo, eu tenho tios, primos e vários parentes. Moram aqui do lado. E duas irmãs e um irmão compraram lotes aqui. Quando lançou o loteamento. Era coisas simples. Não tinha essas frescuras que tem hoje, né? A portaria era o pessoal daqui mesmo, não tinha a infra-estrutura que tem agora. Então como eles estavam aqui, eu falei: 'pô. A gente sempre se deu bem, a minha família sempre foi uma família unida, nada mais justo do que ficar todo mundo velho juntos, né?'" (José Dellaqua Filho, Morador de condomínio, 60).*

Ao que parece, a expressão "retornar para as origens" tem aqui um duplo sentido. Em primeiro lugar, voltar às origens significa morar próximo à localidade onde seus pais e ele mesmo moraram quando pequenos. Há também a conotação de origens no sentido de um modo de vida do interior que, neste caso, relaciona-se com a retomada de atividades agrícolas, tal como cuidar de horta, do pomar, em suma, de uma vida mais sossegada em contraposição à da cidade grande. Devemos mencionar que o fato de duas irmãs e um irmão já terem adquirido lotes no condomínio foi igualmente decisivo para a escolha deste

morador, já que representou a oportunidade de reunir novamente grande parte da família num mesmo lugar. Veremos, adiante, que isto se torna importante também para o grupo dos caseiros.

Compreendemos, portanto, que a expressão "volta às origens" carrega esses dois significados. O primeiro, de retomada do local onde viveu a infância e o segundo da possibilidade de um modo de vida do interior. Se no depoimento de Dellaqua esses dois significados aparecem juntos, em outros, eles estão separados. Para Dona Leonora, ênfase é dada à retomada do local de nascimento.

"Nasci na redondeza aqui, nasci em Louveira. Perto do centro de Louveira ali, beirando a linha do trem. Fui para São Paulo com nove anos. Eu tenho parentes que moram por aqui, tenho tios, primos, que moram por aqui, têm filhos. Meu pai foi para São Paulo para trabalhar em Olaria. Eu, com nove anos, já trabalhava em Olaria. Eu e meus irmãos, todos nós trabalhávamos lá. Nós já trabalhávamos aqui em Louveira, e depois fomos para São Paulo para trabalhar em Olaria. (...) Me casei quando tava trabalhando em firma. Era na Gessy. Era Lever, lá em São Paulo (...). Ai nós vínhamos sempre passear aqui em Vinhedo, o meu cunhado comprou um terreno aqui dentro. O Valdemar, né? Então a gente vinha na casa dele. Até que um dia nós viemos com o Jamiro, que ele tava de férias, passar uns dias aí, e ele se interessou"(Leonora, moradora de condomínio, 69 anos).

Já para esta outra entrevistada, o passado genericamente ligado ao interior ou à vida rural foi determinante.

"Eu venho de uma família que gosta muito de terra. Meu avô tinha fazenda de café, meu pai tem fazenda na região de Jaú. Então eu fui criada muito já ligada com natureza, eu sempre morei em casa, nunca morei em apartamento. Então, de uns anos para cá, eu vinha pensando que, a hora que eu quisesse me aposentar, eu queria estar mexendo com flores. Eu gosto muito de flores (...) Eu nasci em São Paulo, sempre morei em São Paulo, passava as férias na fazenda e também estava acostumada com cidade do interior porque o meu outro avô também morava em São Carlos. Então era cidade do interior que a gente tinha contato. Eu sempre morei em casa, mesmo depois de casada, e sempre mexi com flores na minha própria casa. Então tinha horta na casa que eu morava, eu já cheguei a criar galinhas na casa que eu morava em São Paulo. Na casa que eu morava de criança com meus pais, meu avô tinha uma

granja muito grande e então a gente tinha um galinheiro no fundo de casa. Então esse contato com a gente era muito familiar. Então, quando eu comecei a procurar nessa região, eu quando caí no Santa Fé, eu achei que reunia um pouco das duas coisas. A idéia do condomínio, pela facilidade d'eu estar mais protegida, de ter vizinhos, etc. Mas ao mesmo tempo ainda com espírito mais rural, né?" (Sílvia Montenegro, moradora de condomínio, 50 anos).

Há casos, entretanto, em que essa retomada da origem familiar não se apresenta de forma tão intensa. Nessas situações, são os parentes que já compraram terreno em Vinhedo que passam a ser decisivos para a escolha desta localidade.

"Na verdade, um cunhado meu comprou primeiro aqui um terreno e de vez em quando, no final de semana, a gente vinha para um churrasquinho. Daí eu acabei gostando. Isso mais ou menos em 1985. Eu morava em São Paulo e eu sou da área de confecções. Logo em seguida, eu comprei o terreno e depois comecei esta construção mais para frente um pouquinho. Eu comprei o terreno em 87, por aí. Logo em seguida eu comecei a construir. Na realidade, a idéia era vir final de semana, não era para morar não. Mais para lazer. Depois eu comecei a construir. Depois de um tempo, foi necessário parar, né? E agora já faz seis anos mais ou menos que eu estou aqui" (Marcos Ribeiro, morador de condomínio, 66 anos).

Quando não são parentes, muitas vezes os amigos oferecem os vínculos prévios com a região.

"Eu vim parar aqui através de uma amiga. Eu morava num apartamento, e esta minha amiga comprou um terreno aqui, também através de uma outra colega que morava aqui. Daí nos viemos visitá-la, gostamos do lugar. Na época, a gente morava num apartamento pequeno, e a gente tava pensando em mudar de apartamento. A gente morava em São Bernardo (...). Meu apartamento era vizinho do dela. Eles vieram, alugaram uma casa e vieram morar aqui, de aluguel. Depois, com muita dificuldade, eles compraram um terreno. E construíram. Tanto é que a casa deles acho que nem terminou ainda. E a gente veio visitá-los. Na época, eu estava grávida do meu filho. E a gente gostou muito da cidade. Daí o Osmar, meu marido, ficou apaixonado por Vinhedo e começou com aquela idéia. E eu não queria vim, fui procurar apartamento. Depois eu comecei a pensar o que eu fazia de diferente lá que eu não podia fazer aqui" (Edneia, moradora de condomínio).

Aliás, torna-se importante sublinhar que a escolha do município não envolve um

único fator determinante. No depoimento reproduzido abaixo, percebemos como vínculos prévios com a localidade, avanço da idade e propaganda na imprensa misturam-se e passam a ser fatores decisivos para a escolha de Vinhedo.

"A idéia [de morar em Vinhedo] foi mais ou menos minha. Na verdade, toda a minha vida, eu nunca pensei em morar no interior. Eu nunca gostei. Eu nasci no interior, nasci em Amparo, tanto que eu conheci meu marido lá (...). Sempre morei minha vida toda em São Paulo. Casei em São Paulo, morei em São Paulo, estudei em São Paulo. Minha vida foi mesmo em São Paulo. Então eu sempre dizia: imagina que eu vou voltar para o interior. Que eu não iria jamais para o interior. Mas daí, eu comecei a freqüentar, eu tenho um tio que já morou aqui em Vinhedo há mais de 20 anos, 30 anos por aí. Ele veio naquela época quando Vinhedo não era quase nada (...) Eu acho que a cabeça da gente muda um pouquinho quando começa a procriar os horizontes, ver outras maneiras de viver. Comecei a trabalhar com florais, fiz cursos. Então tudo isso mexe muito, essa parte da gente emocional. Então eu comecei a falar em casa: o que você acha? Ai meu marido é uma pessoa assim. Ele nunca foi contra, por exemplo, morar no interior, qualquer coisa assim, para ele tudo bem. Então eu comecei a falar. Então ele começou a acreditar: 'você está falando sério?' 'Eu estou falando sério'. Engraçado que, quando eu falo sério, eu falo sério. Eu sou difícil de falar, mas quando eu falo. 'Vamos para aquela região, que é muito legal. É uma região próxima de Campinas, próxima de São Paulo'. A gente lê muito, tinha saído na época, uns dois anos atrás mais ou menos, uma reportagem na Veja sobre a mudança de vida das pessoas. Inclusive saiu sobre vários condomínios. Mas a minha intenção nunca foi realmente morar num condomínio" (Maria Ângela, moradora de condomínio, 48).

Através desses exemplos, compreendemos que a escolha da cidade não se deve somente a fatores econômicos, tais como infra-estrutura – transporte – e preço da terra. Certamente estes são importantes, mas vimos que os moradores dos condomínios pesquisados parecem ter escolhido a região porque se sentiam de alguma forma conectados a esse lugar, seja através de relações familiares ou de amizade. Cada um à sua maneira e em diferentes graus apresentou vínculos prévios com a região, os quais são tidos como decisivos para adquirirem um terreno e residirem na cidade. O momento da compra do imóvel, nesse sentido, não é necessariamente o primeiro contato dos futuros moradores com a localidade, mas, na maioria das vezes, o resultado de longas visitas, motivadas por

razões familiares e/ou pessoais.

Em comparação aos agricultores, não estamos diante de identificações tão arraigadas à região como aquelas que remontam histórias de mais de um século. Entretanto, mesmo para o grupo de "*outsiders*", isto é, moradores recém-chegados, constatamos a construção de vínculos prévios que são bastante significativos.

Caseiros

Passemos agora para as razões decisivas para a escolha da cidade por parte dos caseiros. Convém, nesse sentido, retomar uma primeira fase desta pesquisa em que, juntamente com Vera Lúcia Rodrigues, entrevistamos 30 caseiros e caseiras que residiam na cidade de Vinhedo. Nessa oportunidade, pudemos constatar que grande parte dos caseiros entrevistados, cerca de 84%, disseram ter nascido fora da região de Vinhedo, conforme observamos na tabela abaixo.

Tabela 16: Distribuição dos caseiros de Vinhedo segundo lugar de nascimento

Lugar de nascimento	Caseiro(a)s	%
Outros Municípios de São Paulo	14	46.67
Vinhedo ou municípios próximos	5	16.67
Municípios do Paraná	4	13.33
Municípios do Nordeste	4	13.33
Municípios de Minas Gerais	3	10.00
Total	30	100.00

Fonte: Pesquisa de Campo (2001)

Ora, se grande parte dos informantes disseram ser provenientes de outras localidades, cabe-nos indagar as motivações que os levaram a escolher Vinhedo. Ainda em caráter preliminar, considero, tal como observado dentre o grupo de moradores de condomínios, que não se pode reduzir a complexidade que envolve essas escolhas apenas levando-se em conta motivações de ordem econômica, isto é, aquelas geradas pelas novas

oportunidades de emprego em função da proliferação de moradias na região. De fato, essas oportunidades de trabalho atraem moradores para Vinhedo, mas, como veremos a seguir, não se trata somente disso.

De forma semelhante ao examinado com os moradores de condomínio, os caseiros que vieram de outras regiões disseram que o estabelecimento prévio de laços de sociabilidade com moradores da cidade – tais como parentes e amigos, por exemplo – foi fundamental para a escolha de Vinhedo. É o que se pode observar nestes trechos, extraídos de minha caderneta de campo, após a aplicação dos questionários da pesquisa de 2001.

"Gentil Barbosa, 59 anos, nasceu em Vera Cruz, São Paulo (próximo a Marília). Em sua cidade de origem, trabalhou como empregado em fazendas da região, primeiro fazendo serviço braçal e depois como tratorista. Trabalhou como tratorista até 1997, quando veio direto para Vinhedo para trabalhar como caseiro. Escolheu Vinhedo porque seus cunhados, que já moravam aqui (e trabalham na fábrica Carburundum), o chamaram para vir procurar emprego na cidade. Enquanto procurava serviço, ficou um tempo morando na casa do cunhado e logo achou emprego numa chácara, onde trabalha até hoje" (Caderneta de campo, 30/05/2001).

"Waldomiro Elia Sampaio tem 38 anos e nasceu em São Jerônimo da Serra, Paraná. Seus pais têm uma propriedade agrícola, no Paraná, de 8 alqueires. Waldomiro tem 4 irmãos, 1 mulher e 3 homens. O irmão mais velho ficou trabalhando com os pais na terra do Paraná e os outros irmãos e a irmã vieram para a região de Campinas trabalhar como meeiros em plantações de uva (Niagara) na região de Vinhedo. Depois que os irmãos se instalaram na região, Waldomiro veio trabalhar como meeiro junto com eles, mas desistiu porque, ao final de um ano de trabalho, "não sobrava quase nada" . Está trabalhando como caseiro há apenas 1 mês – momento da entrevista. Tanto ele como os irmãos têm intenção de voltar para o Paraná no futuro para trabalhar nas suas terras" (Caderneta de campo, 23/05/2001).

"Sandro Amaro de Souza Gonçalves, 25 anos, nasceu em Juiz de Fora – MG. Em sua cidade natal, trabalhou como frentista em posto de gasolina, numa malharia e como padeiro (profissão que considera como sendo a sua). Em 1991, uma irmã veio para Vinhedo trabalhar como caseira. Primeiro, a irmã chamou o irmão mais velho para trabalhar numa chácara. Quando a chácara do irmão foi desmembrada e, portanto, precisava de mais um caseiro, o irmão o chamou. Sandro disse que só não é padeiro em Vinhedo porque não tem como pagar uma casa"

(Caderneta de campo, 29/05/2001).

Observemos, inicialmente, como a atividade de caseiro reúne um grupo heterogêneo de trabalhadores. Nos três exemplos apresentados, encontramos trajetórias de vida diferentes. Gentil e Waldomiro tiveram uma experiência anterior em trabalhos agrícolas, mesmo que em funções diferentes. Não nos esqueçamos de que Gentil havia ascendido à condição de tratorista. Waldomiro, por outro lado, tem uma propriedade familiar no Paraná, à qual pretende retornar. A atividade de caseiro, neste caso, parece ser algo provisório dentro de seu curso de vida, pois parece corresponder a uma fase de acumulação antes do retorno à propriedade familiar. Já Sandro, diferentemente dos outros dois, nunca se ocupara de atividades agrícolas. Havia trabalhado, em Juiz de Fora, em atividades ligadas ao comércio e à indústria. Apesar das diferentes trajetórias profissionais prévias, a atividade de caseiro mostrou-se vantajosa para todos os entrevistados.

Se analisarmos as motivações que os levaram a escolher a cidade, veremos que não se pode reduzir a complexidade que envolve essas escolhas somente levando-se em conta fatores relacionados ao emprego ou às oportunidades de trabalho. Devemos salientar, nesse sentido, que a presença de parentes da mesma geração dos entrevistados – irmãos/irmãs/cunhados – em Vinhedo foi decisiva para que eles escolhessem o município. Esses parentes ofereceram segurança e apoio necessário para as mudanças (físicas e sociais) que envolvem os processos migratórios.

Sobre esse aspecto, Eunice Ribeiro Durham (1973) já havia notado a importância das redes de relacionamento pessoal como fatores decisivos da motivação inicial para a migração. De acordo com a antropóloga, as relações pessoais servem de ponto de apoio à movimentação espacial. São, por exemplo, migrantes bem sucedidos que mandam buscar seus parentes e/ou amigos. Às vezes, nem é necessário mandar buscar, pois a notícia de que existe um parente ou amigo "*bem de vida*" já é suficiente para a mobilidade espacial. Quando os migrantes chegam sem trabalho ou local de residência previamente acertada, é

comum observar que os que já residem no município oferecem algum tipo de apoio, tal como casa para ficar, comida e dinheiro até o novo morador arranjar um serviço e/ou uma casa. Por isso, argumenta a autora:

*"É freqüentemente o fato de possuir parentes no local que determina a escolha do destino. **O migrante** que abandona a zona rural e se decide a mudar para uma zona pioneira, ou uma cidade próxima, ou uma grande cidade mais distante, **é levado a escolher baseado mais na proximidade das relações sociais do que na proximidade física ou compatibilidade das atividades econômicas que espera exercer.** Quando o trabalhador rural se desloca à procura de emprego, segue as rotas que foram seguidas por parentes e amigos antes dele. Ele vai com conhecidos, ou à procura de conhecidos, que sabe estar em tal ou qual lugar"* (Durham, 1973: 137, grifos meus).

Naturalmente, sabemos que a migração para Vinhedo não ocorre somente da zona rural para a zona urbana. No caso de Sandro, por exemplo, houve o deslocamento de uma cidade, Juiz de Fora, diretamente para Vinhedo. Mas, a despeito dessas diferenças, em ambos os casos a escolha do destino da migração está mais relacionada à proximidade das relações sociais do que à proximidade física, como demonstra a antropóloga.

Não se escolhe Vinhedo, portanto, somente porque esta cidade está mais perto do local de origem dos migrantes ou porque há trabalho neste município. A hipótese formulada por Durham, acerca da importância das relações pessoais nos processos migratórios, parece se confirmar quando entrevistamos os caseiros que vieram de outras regiões.⁴⁰ Em Vinhedo, a despeito da distância que possa existir entre o local de origem e de destino dos inúmeros migrantes que para lá se dirigiram, o fator decisivo para a escolha da cidade é a existência

⁴⁰ É preciso, com efeito, considerar que a matriz desta concepção, a qual separa a distância física da social, encontra-se na clássica etnografia de Evans-Pritchard (1993 [1940]). Num trecho admirável, o antropólogo inglês propõe diferenciar o espaço (e o tempo) a partir de uma dimensão estrutural. *"Uma aldeia nuer pode estar equidistante de outras duas aldeias, mas, se uma destas duas pertencer a uma tribo diferente daquela a que pertence a primeira aldeia, pode-se dizer que ela está estruturalmente mais distante da primeira aldeia do que da última, que pertence à mesma tribo. Uma tribo nuer que está separada de outra tribo nuer por quarenta quilômetros está, estruturalmente, mais próxima desta do que de uma tribo dinka da qual está separada por apenas vinte quilômetros. Quando abandonamos os valores territoriais e falamos de linhagens e conjuntos etários, o espaço estrutural é menos determinado pelas condições do meio ambiente"* (Evans-Pritchard, 1993[1940]:123) Nesse exemplo, nota-se com clareza que há duas concepções de espaço envolvidas. A primeira, relacionada à distância física e a outra, à distância estrutural. Duas aldeias podem estar distantes, do ponto de vista espacial,

de vínculos prévios com residentes no município, nesse caso, a distância social. Aqueles que primeiro chegaram, uma vez estabelecidos, chamam seus parentes ou amigos para trabalhar em Vinhedo, em alguns casos, com emprego previamente acertado. É o que se pode observar na passagem reproduzida abaixo:

Pedro: "Eu nasci no interior de São Paulo, chamada Lorânia. Fica para Santa Fé do Sul, para aquele lado ali. Jales. Ai eu fui pequeno, eu fui criado em Mato Grosso e Goiás. Morei um tempo em Mato Grosso e em Goiás. Meu pai era agricultor. Fazia de meeiro, em lavoura. Ai eu vim para cá no dia 14 de abril de 1989. Lá em Mato Grosso a gente tocava lavoura e trabalhava por dia, diária. Ai depois meu pai veio para cá. Eu ainda fiquei lá mais uns dois anos.

André: Seu pai foi o primeiro a vir para cá?

Pedro Foi.

André: Como é que ele veio para cá?

Pedro: Porque ele tinha um irmão dele aqui. Aqui mesmo no Santa Fé. Ai foi buscar ele, um tio e um cunhado.

André: É esse tio que mora com você?

Pedro: Não, é outro. Este tio e o cunhado dele já trabalhavam aqui no Santa Fé de caseiro.

André: E o primeiro que veio, como veio parar aqui?

Pedro: Ele [irmão do pai] veio cedo para cá, quando ele ainda era solteiro, e ai ele conheceu uma moça em Jundiá. Acabou casando com a moça daí de Jundiá. E a família da moça é daí. Depois foi embora para Mato Grosso, ficou uns anos, depois a família dela, veio aqui pra família dela em Jundiá. Daí ele veio para Louveira, de Louveira ele veio aqui para o Santa Fé. Ai foi onde que ele foi buscar meu pai, achou que tinha serviço para ele. Trabalhar de caseiro. Ai meu pai veio, e depois de dois anos ele foi me buscar lá também." (Pedro Lazarini, caseiro, 43 anos)⁴¹

mas próximas, estruturalmente falando. Isto dependerá de suas posições no sistema de linhagens daquela sociedade.

⁴¹ São muitos os pontos de semelhança entre o relato desse caseiro e as observações de Eunice Durham acerca do recrutamento das empregadas domésticas. "É bastante comum as famílias abastadas importarem as empregadas do interior, quer através de parentes que possuam na região, quer pessoalmente, durante visitas, quer através de outras domésticas. Mas, também nesse caso, a emigração se processa dentro de um universo de relações pessoais" (Durham, 1973:132)

No exemplo acima, vemos que pouco a pouco a família de Lazarini transferiu-se para a região de Vinhedo em função dessa rede de relacionamentos pessoais. Primeiro chegou um tio, depois os pais (geração acima do entrevistado) e depois o próprio entrevistado. Lazarini casou-se e tem um filho de 13 anos – o qual deseja que se torne jogador de futebol –. É preciso dizer que a atividade de caseiro possibilitou a Lazarini a compra de um terreno dentro do condomínio Santa Fé onde construiu duas casas geminadas. Uma, para os seus pais, e outra para ele, sua mulher e seu filho. Além disso, tios, tias, irmãos e irmãs moram próximos pois trabalham como caseiros em casas dentro do condomínio. Notemos, portanto, que a possibilidade de reunir grande parte da família num mesmo local é uma consequência possível dentro dessas estratégias familiares. Em outros depoimentos, observamos situações semelhantes. É o caso da família Ferreira, que veio de Pernambuco.

Ronaldo: *"Faz treze anos que a gente tá aqui. A gente veio de Pernambuco, de Caruaru. A minha família toda é de Pernambuco. (...)"*

André: *Você tem quantos irmãos?*

Ronaldo: *São 5. Três homens e duas mulheres. Dos homens eu sou o mais velho. Eu tenho uma moça que é mais velha, uma mulher. A moça mais velha, depois eu, mais dois rapazes e a mais nova é mulher. Então, daí meus pais se separaram, aí ficamos lá ainda um ano e pouco. Aí minha irmã, já fazia um ano que estava aqui no Santa Fé. A mais velha. Ela veio antes para cá.*

André: *Como é que ela veio para cá?*

Ronaldo: *Então, que ela já tinha vindo umas duas vezes para São Paulo e voltado. Aí veio e achou aqui. Aí meus pais tinham se separado lá. Aí ela falou: mãe, se a Sra. quiser vir para cá tem um lugar para a senhora. Daí a gente veio tudo. Daí veio minha mãe e meus irmãos todos. Porque são cinco" (Ronaldo Ferreira, 26 anos caseiro)*

Após juntarem dinheiro obtido no trabalho como caseiro, Ronaldo e sua mãe, Ivonete, compraram um terreno no condomínio Santa Fé. Pretendem construir uma casa no futuro. Atualmente, vivem numa casa de caseiro onde residem mais dois irmãos – um irmão

que trabalha numa gráfica e uma irmã que trabalha numa doceria na cidade. Os dois são mais novos do que Ronaldo e ambos estudam. Somente a mãe de Ronaldo ainda trabalha como caseira. Ronaldo, já faz alguns anos, oferece serviços de eletricista e de encanador aos moradores dos condomínios da cidade de Vinhedo. A irmã mais velha de Ronaldo, caseira, é casada e reside em outra chácara dentro do condomínio. Da família de Ronaldo, somente o pai e o irmão mais velho estão no nordeste. O primeiro porque separou-se da mãe. O segundo, depois de ter passado um tempo no Santa Fé, desentendeu-se com alguns funcionários do condomínio e teve que se mudar para João Pessoa. De qualquer maneira, boa parte da família conjugal original de Ronaldo está residindo em Vinhedo, seja em sua própria casa ou em locais próximos.

Vera Lúcia Rodrigues (2003) percebeu também a possibilidade que os caseiros têm de reunir vários parentes num mesmo lugar. Possibilidade que, na sua visão, é dada pelas múltiplas funções que a casa adquire nas estratégias familiares dos caseiros. Vimos que a casa serve como local de apoio para os migrantes que chegam na região, normalmente, parentes ou amigos dos caseiros "pioneiros", isto é, aqueles que primeiro se fixaram na cidade. A pesquisadora, entretanto, ainda considera outros aspectos que merecem ser observados.

"Com relação aos caseiros, as chácaras servem muitas vezes de residência não só para o casal e seus filhos solteiros, como para os casados e suas novas famílias também. Em várias destas famílias, filhos separados voltaram a residir com os pais na propriedade onde estes são caseiros. É freqüente também a chácara abrigar os netos de filhos ou filhas solteiras. Nessas situações, mais do que o salário propriamente dito, o importante é que a chácara passa a abrigar uma família numerosa. (...) Isto é verdade, em primeiro lugar, para os caseiros, que abrigam muitas vezes não só a família nuclear mas outros parentes e a nova família dos filhos casados. Esta foi, aliás, uma vantagem freqüentemente apontada pelas caseiras com relação a ser empregada doméstica. Se elas perdem, em certa medida, a privacidade por combinar o espaço de trabalho e de residência, podem, por outro lado, garantir a moradia para toda a família, além de cuidar dos filhos ao mesmo tempo em que trabalham"(Rodrigues, 2003:89-91).

Em primeiro lugar, é importante considerar a vantagem descrita pelas mulheres em poder conciliar local de trabalho e de moradia como forma de poder melhor cuidar dos filhos. Observemos que a casa serve tanto para abrigar os filhos que ainda não se casaram, como para abrigar aqueles que se casaram e se separaram. Uma vez que várias gerações podem coabitar numa mesma residência, abre-se a possibilidade de os avós cuidarem de seus netos para que os filhos possam trabalhar dentro ou fora dos condomínios.

A esse respeito, torna-se útil buscar novamente algumas observações proferidas por Eunice Durham. O exemplo dos caseiros de Vinhedo corrobora sua tese de que o processo migratório não dissolve os densos laços familiares primários existentes no local de origem. Ao contrário, a reestruturação do grupo familiar no local de destino dá-se no sentido de manter a importância e o funcionamento dos grupos originais. Notemos, afinal, que a família – tanto na origem como no destino – continua a ter fundamental importância como unidade socioeconômica. Isto pôde ser percebido nos exemplos que relatamos acima: na quantidade de familiares que residem junto ou próximo às casas dos entrevistados, na influência que os primeiros parentes migrantes exerceram para atrair os caseiros, na casa que foi construída especialmente para que os pais do entrevistado residissem, em estratégias de ascensão social que pressupõem o trabalho de alguns membros como caseiros para garantir a casa e liberar outros membros para estudar e/ou trabalhar em outras atividades não relacionadas à atividade de caseiro, na possibilidade de trabalhar e cuidar dos filhos etc.

Assim, Eunice Durham considera que a migração deve ser entendida como um processo que envolve fases de segmentação e de reconstituição do grupo familiar. Num trecho que poderia ser utilizado para descrever situações observadas em Vinhedo, a autora diz:

"A emigração de uma família grande é quase sempre realizada em estágios, isto é, precedida da segmentação do grupo original e emigração inicial dos jovens isoladamente. Assim, a emigração que se apresenta inicialmente como um movimento de indivíduos isolados e parece provocar a fragmentação do grupo doméstico, pode se

transformar na migração de famílias ou segmentos de família, pela migração sucessiva dos membros e reconstituição total ou parcial do grupo original" (Durham, 1973:134).

A partir do texto de Eunice Durham, compreendemos que o deslocamento populacional de um lugar para o outro, da zona rural para urbana, por exemplo, não envolve uma ruptura com os valores e as formas de organização social existentes no local de origem. Vimos que no local de destino, pouco a pouco, formas de sociabilidade e de orientação de condutas são refeitas e, em muitos aspectos, assemelham-se àquelas presentes nas áreas de origem. Desse ponto de vista, foi bastante fecundo relacionar as observações de Durham com as situações que presenciávamos em Vinhedo, sobretudo em termos da reconstituição do grupo familiar pelos caseiros nos condomínios. A família, nos exemplos que descrevemos, continua a desempenhar um papel preponderante como unidade socioeconômica.

Em sentido complementar, Durham considera que é possível encontrar, no terrenos das relações de trabalho, outras manifestações importantes do apego a padrões culturais anteriores que serão importantes para compreendermos o universo que circunda os caseiros. Mas, antes de prosseguir em seu argumento, convém apresentar algumas informações complementares acerca da origem dos entrevistados.

Na pesquisa realizada em 2001 junto a 30 caseiros(as) da cidade de Vinhedo, consideramos como origem agrícola casos em que o entrevistado é filho de agricultores, viveu numa propriedade agrícola (sítio/fazenda) quando pequeno e ajudou seus pais no trabalho agrícola. Quando uma ou mais dessas condições não foram satisfeitas – por exemplo, uma pessoa era filho de agricultores, viveu num sítio mas não ajudava os pais – classificamos o entrevistado como tendo origem agrícola incompleta. Por último, quando ele não é filho de agricultores e, portanto, não viveu numa propriedade agrícola e tampouco ajudava seus pais nesse ofício, foi classificado como sem origem agrícola. O resultado desse nosso agrupamento pode ser visto na tabela abaixo, a qual relaciona, também, dados de uma pesquisa realizada junto a 35 associados da Associação dos Produtores Rurais de

Louveira, Vinhedo e região em 2000.

Tabela 17: Distribuição dos entrevistados segundo origem agrícola

	Produtores Rurais*		% Caseiros**		% Total
Origem Agrícola	24	68.57	18	60.00	42
Origem Agrícola Incompleta	7	20.00	7	23.33	14
Sem origem agrícola	4	11.43	5	16.67	9
Total	35	100.00	30	100.00	65

Fontes: * Pesquisa de Campo (2000) e **Pesquisa de Campo (2001)

É importante notar que um passado agrícola esteve presente na vida da maioria dos entrevistados seja entre os produtores seja entre os caseiros. Naturalmente, a presença de 31 entrevistados (88,57%) com origem agrícola (completa ou incompleta) no grupo dos produtores rurais não chega a ser surpreendente. Mas, levando-se em conta somente o grupo dos caseiros, veremos que 25 (83,33%) têm origem agrícola (completa ou incompleta). São, portanto, pessoas que, em sua maioria, tiveram algum contato com a produção agropecuária no passado.

Se aceitarmos a linha interpretativa proposta por Durham, isto é, de que a nova situação (tal como a de trabalhar como caseiro) envolve "*uma redefinição ou rearranjo de valores, mas as velhas aspirações permanecem*" (Durham, 1973:175), devemos explicitar algumas características dessa relação de trabalho. Entende a antropóloga que a manutenção de uma autonomia no trabalho pode ser vista como um fator importante de manutenção dessa "velha" ordem cultural precedente.

"Mostramos anteriormente como, na sociedade rural, se mantém uma valorização do trabalho autônomo, que é inclusive condição para a realização plena dos ideais de vida tradicionais. A autonomia do trabalho se apresenta como manifestação da liberdade da pessoa e define a posse plena do status de adulto. Os ideais de ascensão social e de posse da terra estão intimamente associados a esta concepção de trabalho. Paralelamente à valorização do trabalho autônomo em oposição ao assalariado, a hierarquia da sociedade rural implica também em uma desvalorização do trabalho braçal, em oposição ao trabalho não-manual (...) Desse modo, as ocupações são avaliadas de acordo com um duplo critério. De um lado, é

valorizado o trabalho independente, em oposição ao assalariado; de outro, o trabalho não-manual em oposição ao manual" (Durham, 1973:161–162).

Na pesquisa que realizamos junto aos caseiros de Vinhedo, Vera Lúcia Rodrigues observou um aspecto importante sobre as motivações que levam muitas pessoas a optarem pela atividade de caseiro. Vale a pena reproduzir esta passagem, pois ela recoloca a questão da autonomia dentro do universo de trabalho dos caseiros:

"De um lado, mais uma vez, a união do local de trabalho e de residência é considerado um empecilho para a privacidade. O próprio fato de não poder se ausentar da propriedade é freqüentemente apontado como algo que cerceia a liberdade. Tirar férias, por exemplo, torna-se algo raro, já que ser caseiro implica em estar sempre presente na propriedade. Além disto, por mais liberdade que o patrão ofereça, é necessário estar sempre atento para não sair dos limites colocados pela própria relação de assalariamento. (...) Por outro lado, o caseiro é freqüentemente empregado de um patrão ausente a maior parte do tempo. Isto lhe garante uma grande flexibilidade na utilização de seu tempo de trabalho. Assim, encontramos as situações mais diversas que apontam nesta direção. Só para citarmos alguns exemplos, um caseiro dedicava parte de seu tempo a trabalhar na escola que seus dois filhos deficientes freqüentavam. Outros gastavam parte de seu dia cuidando de crianças ou idosos da família, o que seria impossível numa relação de assalariamento tradicional. Foi freqüente encontrar filhos, netos ou sogro/a sob os cuidados da caseira para que os demais membros da família pudessem trabalhar" (Rodrigues, 2003:96–97).

Notemos que a manutenção de uma certa autonomia passa a ser um atrativo importante relacionado à atividade de caseiro. Trata-se, como vimos, de uma autonomia relativa, pois a proximidade com os patrões envolve sempre um cerceamento de liberdades, tais como os apontados por Rodrigues. Mas as possibilidades de dispor do seu próprio tempo, de ter uma casa que possa reunir a família, de poder trabalhar em outras atividades além das de caseiro (dentro e fora dos condomínios) são consideradas vantagens no momento da escolha dessa atividade. Podemos então ver que essa relativa autonomia está presente na atividade de caseiro. Na proposta por Durham, é plausível interpretá-la como um indicio de um apego a um *"sistema tradicional"*, em que se valoriza o trabalho autônomo

mas, ao mesmo tempo, desvaloriza-se o trabalho braçal.

"Para trabalhadores ainda muito presos a um sistema tradicional, a irregularidade do esforço e a possibilidade de estabelecimento de relações pessoais com o patrão (como ocorre no emprego doméstico e pelo menos em certos empregos na indústria de construção, como vigia de obra) são mais importantes que uma remuneração mais elevada e regular. (...) A regulamentação precisa do tempo simboliza assim, a perda da autonomia que enobrece o trabalho, caracterizando-o como trabalho livre. Por outro lado, a atividade em si é considerada 'mais leve' e, portanto, 'melhor' que o trabalho rural" (Durham, 1973:164).

Encontramos na atividade de caseiro algumas situações que nos autorizam a fazer uma aproximação com as reflexões de Durham. Vimos, anteriormente, que uma relativa autonomia é valorizada pelos entrevistados. Na ausência dos patrões, os caseiros não têm que cumprir um horário fixo de trabalho e podem exercer outras atividades (como cuidar do jardim) em outras chácaras no condomínio. Ademais, devemos salientar que a atividade de caseiro envolve também um conjunto de especializações, tais como saber cuidar da piscina, da horta, cortar grama – na maioria das vezes, com cortador elétrico de grama –, que não envolve um serviço muito pesado, comparado com o agropecuário.

"Meu jardim, por enquanto, não está formado ainda, então ele corta um pouco de grama que tem que aparar e mantém o terreno limpo, não deixa o mato crescer. Ele é caseiro, isso é mais ou menos um bico para ele, então ele vai uma ou duas vezes por semana" (Sílvia Montenegro, moradora de condomínio, 50 anos).



Jardim e casa de Sílvia. Condomínio Santa Fé (2003)

Assim, ser caseiro abre a possibilidade de juntar uma relativa autonomia com um trabalho um pouco mais leve do que aquele praticado nas atividades agropecuárias. Durham ainda considera que essa autonomia pode estar presente também em projetos futuros como o sonho de ter a sua casa própria.

"A casa própria é um ideal extremamente generalizado e tem, certamente, um valor instrumental. A compra de um terreno e a construção de uma casa, em geral, por partes e vagarosamente, constitui uma das poucas formas de capitalização ao alcance do trabalhador (...) Para uma população sujeita a períodos de desemprego, a casa própria garante satisfação permanente da necessidade fundamental de abrigo e alojamento. (...) Mas, a casa própria é não só um instrumento, mas um fim, uma forma de afirmação, de independência. Nas palavras dos informantes, o indivíduo que tem uma casa 'está no que é seu, faz o que quer'." (Durham, 1973: 174–175).

Torna-se interessante observar as respostas dos caseiros de Vinhedo quando perguntamos a eles o que fariam se tivessem dinheiro. O resultado pode ser visto na tabela abaixo.

Tabela 18: Distribuição dos caseiros segundo projetos futuros se tivessem dinheiro

	Caseiro(a)s	%
Compraria casa para morar	15	50.00
Compraria terras (para plantar e/ou criar alguma coisa)	8	26.67
Compraria chácara para morar	3	10.00
Ajudaria pessoas carentes	2	6.67
Abrir comércio/negócio próprio	1	3.33
Investiria nos filhos (estudo)	1	3.33
Total	30	100.00

Fonte: Pesquisa de Campo (2001)

Consignamos que adquirir uma propriedade para moradia é um projeto compartilhado por cerca de 60% dos caseiros entrevistados. Sabemos que muitos não possuem casa própria e residem nas casas de seus patrões. A casa, no entanto, mais do que um bem, “*simboliza a dignidade de 'mandar no que é seu', de não estar sujeito à vontade de outrem: patrão ou senhorio*” (Durham, 1973:179). O depoimento abaixo reproduz de forma bastante inteligível essas questões concernentes à autonomia e a importância da casa. Notemos, na seguinte passagem, a distinção processada pelo entrevistado entre ser caseiro e ser liberto.

Ronaldo: *"Que nem o Pedrinho. O Pedrinho construiu a casa dele, ele mora na casa dele e não é caseiro. No final de semana ele cuida de uma piscina, cuida de uma coisa ou outra quando os patrões vem. Mas ele não é caseiro. Ele é liberto. Tem a casinha dele. Mas a gente que não tem casa, tem mais. Não é liberto, a gente fica por conta dos patrões, né?"*

Ivonete: *Tem gente que tem família longe e quer passar o mês, viajar, ou querem final de semana sair. Receber alguém na sua casa. Ai isso ai tudo é difícil [sendo caseiro]. Caseiro é difícil.*

Ronaldo: *Principalmente aqueles caseiros que os patrões moram, ai tem menos liberdade para eles. Aqui [onde mora], vem só final de semana. A gente tem um pouquinho de liberdade."* (Ronaldo Ferreira e Ivonete Ferreira, caseiros, 26 e 46 anos, respectivamente).

Observemos que a autonomia faz-se presente, em diferentes graus, nas três categorias apontadas pelo entrevistado. O que menos a possui é o caseiro cujos patrões

moram na propriedade. Os caseiros cujos patrões vêm apenas nos fins de semana têm um pouquinho a mais de liberdade. O liberto, no entanto, é aquele que tem a sua própria casa. Este não é nem mais caseiro. É um trabalhador por conta própria. Tem total autonomia para receber a família, descansar no fim-de-semana e viajar. Vera Lúcia Rodrigues também havia notado essa característica.

"A procura por planos de habitação popular tem sido também muito freqüente entre os caseiros, pois a aquisição da casa própria é uma garantia frente à instabilidade do emprego. Afinal, a moradia e o emprego estão vinculados, quando se trata de ser caseiro. Em outras palavras, o sonho da casa própria está muito presente, mesmo entre aqueles caseiros que tiveram uma trajetória no meio rural e que tem como projeto futuro comprar terras, principalmente em lugares onde o seu preço é mais acessível. É como se na impossibilidade de comprar um pedaço de terra maior, a compra da casa se apresentasse como um projeto mais viável. Muitos caseiros já compraram suas casas, principalmente no bairro da Capela, e mais recentemente Vida Nova, onde o preço do terreno é mais acessível. De qualquer forma, convém lembrar a valorização imobiliária no município. Apenas para se ter uma idéia, um terreno de apenas 160 m² nesses bairros estava avaliado em R\$15 mil em abril de 2002" (Rodrigues, 2003:90-91).

Um caseiro entrevistado por mim disse o seguinte:

Fábio: *"Eles estão dando essas coisas das casas próprias também. Eu conheço quem já pegou casa. O ano passado era para me inscrever mas eu não me inscrevi. Agora esse ano vai ter de novo e eu vou me inscrever, né? No mês que vem começa a inscrição. Precisa ter pelo menos 25 anos de moradia em Vinhedo, tem que comprovar isso.*

André: *E como é que você vai comprovar?*

Fábio: *É isso que é. Porque registro mesmo eu tenho pouco na carteira. Para provar é difícil. Agora eu não sei o que eles estão pedindo para comprovar se a pessoa mora na cidade. Porque tem muita gente que vem de fora e fala que já morou tantos anos aqui. Mas nunca morou assim. Pessoal de fora, né? Que fica um ano e depois fala que já morou 10 anos aqui. Tem uns que não precisa de uma casa e pega. Já vi muito disso. Aqui mesmo tem uns par deles. Pessoa tem a casa, tem tudo e fala que não tem nada. Eles falam que é rigoroso, né? Que tem que comprovar que não tem nada. Que nem dessa última que teve aí mesmo, muitos que pegou, pessoas que trabalha em sítio e chácaras pegou, vendeu porque não conseguiu construir. Porque tava muito alta a taxa, né? Pegou o terreno. Meu cunhado*

mesmo pegou e vendeu, porque não conseguiu construir. O terreno pode vender, mas o predinho já não pode. O terreno tava saindo 10 mil, meu cunhado conseguiu pegar 8 mil. A pessoa que compra vende por mais depois" (Fábio, caseiro, 28 anos).

A esta altura, convém retomar alguns aspectos da relação de trabalho entre caseiros e patrões para que a possibilidade dessa relativa autonomia não seja interpretada como um indicio de que essa relação não envolve problemas. Vimos que a possibilidade de estabelecer vínculos pessoais com o patrão, em comparação com as relações impessoais de uma fábrica, por exemplo, foi compreendida por Durham como forma de mostrar certas permanências da "velha" ordem cultural precedente. O convívio diário ou freqüente com os patrões em suas casas (seja de moradia ou de fim de semana) faz com que certas relações de afinidades venham a ser construídas e, muitas vezes, vão além da própria relação de trabalho. Isso pode ser expresso em pequenos presentes ou ajudas que são dados pelos patrões. Vera Lúcia Rodrigues oferece alguns exemplos neste sentido.

"Eles trazem para nós. Eles passam no supermercado compram as coisas para eles, depois algumas coisas para nós, e trazem até aqui. O que se for colocar na ponta do lápis mesmo, a gente acaba ganhando uns R\$ 800,00 ou R\$ 900,00 por mês. Ele me ajuda muito"

"O Leonardo que tem 7 anos e a Maria Fernanda que completou 6 meses agora, e aqui eles falam que é a maior alegria para eles, até porque eles tem um bisnetinho com 3 anos e eles falam que a Maria Fernanda é a bisnetinha deles. Eles tratam ela como se fosse mesmo"

"Aqui eu e a mulher estamos com R\$ 600,00, cesta básica, padaria, açougue, se você chegar em uma padaria ou um açougue por aí ninguém me conhece, porque ele (o patrão) passa e já traz o pão e o leite, vai no açougue e compra a mistura para oito ou quinze dias para a gente, vendo que você pode entrar aí que tem : porco, galinha, é e como eu falei só não tem bicho grande, pequeno tem de tudo" (Rodrigues, 2003:85–86).

Encontramos também, nas entrevistas realizadas com os caseiros, exemplos que corroboram esse entendimento. Vejamos o caso deste caseiro.

"Para trabalhar numa firma, você vai ter que alugar uma casa. E

você vai ganhar no máximo 400 reais. E para pagar aluguel, para ter casa não dá, né? Então aqui a gente trabalha aqui, a gente ganha 400, a gente tem a casa. Não desconta luz, não desconta água. (...) Aqui a gente vai até quando der, né? Se for melhorando, né, a gente continua. Não sei até quando vai. Mas eles são bons. Já falou que vão aumentar para nós. Tão gostando né? São gente boa” (Fábio Marciano, caseiro, 28 anos).

Uma entrevistada, ademais, relatou que ganhou um terreno num condomínio de Vinhedo da sua patroa. Com o passar do tempo, os patrões, além de empregadores, passam a ser também julgados num plano moral: podem ser pessoas boas, com quem se pode contar, ou ruins. Embora não sugira uma relação direta, essa valorização do empregador num plano moral (bom ou mau) traz consigo um suporte de dominação que passa a legitimar situações desfavoráveis de trabalho. Assim, jornadas de trabalho que superam em muito as 44 horas semanais, falta de registro de trabalho, como vimos no capítulo três, registro com um salário menor, em suma, diversas situações favoráveis ao patrão são minimizadas pelos caseiros em função de muitas vezes serem pessoas boas, isto é, com quem se pode contar. Roberto Damatta sintetiza com bastante clareza essa questão na passagem abaixo:

“É evidente que isso indica as perplexidades de uma estrutura social onde a hierarquia parece estar baseada na intimidade social. Nesse sentido, as relações podem começar como marcadas pelo eixo econômico do trabalho, mas logo depois adquirem uma tonalidade pessoal, definindo-se também no plano de uma forte e permanente moralidade. (...) Desse modo, é possível compensar e complementar diferenciações sociais radicais e conflituosas, como a de patrão/empregado, operando-se por cima do eixo econômico (que é o eixo efetivamente básico) uma classificação de caráter moral que permite dividir os patrões em bons e maus, felizes e infelizes que consideram ou não consideram seus empregados, que são limpos ou sujos, etc. (...) O sistema iguala num plano e hierarquiza no outro, o que – como resultado – promove uma tremenda complexidade classificatória, um enorme sentimento de compensação e complementariedade, impedindo certamente a tomada de consciência social horizontal” (DaMatta, 1983:148–149).

Além dessa relativa autonomia, analisada nas páginas anteriores, vimos, no capítulo

três, que um fator de atração da atividade de caseiro é a proximidade das cidades e dos serviços por elas oferecidos. Isso, ademais, nos remete a uma idéia desenvolvida por Maria Isaura Pereira de Queiroz, de que a cidade serve como pólo de atração no tocante aos serviços e à política.

"É principalmente no setor de serviços que a cidade vai servir de pólo de atração para os habitantes do bairro Taquaró; ali vão para efetuar pedidos à Casa da Lavoura, para freqüentar o Posto de Puericultura, para consultar médicos e dentistas; quando necessitam da administração pública para ali se dirigirem também. Finalmente é na cidade que votam e é a cidade que acorrem para os comícios políticos – isto é, a cidade funciona como um pólo de atração, desse ponto de vista. A função da cidade em relação aos moradores do bairro é no tocante aos serviços e à política, vindo o comércio em segundo lugar e não existindo a função industrial" (Queiroz, 1973:47).

Entendida como um local que oferece melhores serviços, torna-se fecundo relacionar os projetos dos caseiros com a profissão almejada para seus filhos. Mais uma vez, as palavras de Eunice Durham mostram-se eficazes: *"aspirações para os filhos, ao contrário das próprias, se dirigem não no sentido do trabalho por conta própria mas no sentido de aproveitar as oportunidades educacionais que a cidade abre às novas gerações"* (Durham, 1973:171). Como se pode verificar na tabela abaixo, a possibilidade de oferecer melhores condições para os filhos, em termos de acesso à escolaridade, do que aquelas que lhes foram oferecidas pelos pais, parece ser também uma característica marcante na estratégia dos caseiros entrevistados. Essa característica, como considera Oleg Staneck, pode ser interpretada como forma de *"promoção social"*, isto é, *"quando o objetivo é dar aos filhos uma formação superior para que consigam uma profissão com status social mais elevado"* (Staneck, 1998:120). Almejar profissões de nível universitário ou de nível médio e oferecer condições para que os (as) filhos(as) possam estudar enquadram-se nesse desejo de promoção social.

Tabela19: Distribuição dos entrevistados segundo expectativa da profissão dos filhos e filhas

	Homens	%	Mulheres	%
Trabalhar em firma/banco/escritório (cidade)	4	22.22	2	10.00
Médico	4	22.22		
Não interferir (deixar filho escolher)	2	11.11	4	20.00
Jogador de Futebol	2	11.11		
Outros	2	11.11		
Outras profissões (de nível técnico/médio)	1	5.56	3	15.00
Agricultor	1	5.56		
Agrônomo (exclusivo) ou combinado com outras profissões	1	5.56		
Qualquer profissão (exceto caseiro)	1	5.56		
Veterinária (exclusivo) ou combinado com outras profissões			4	20.00
Professora (exclusivo) ou combinado com outras profissões			4	20.00
Outras profissões nível universitário			3	15.00
Total	18	100.00	20	100.00

Fonte: Pesquisa de Campo (2001)

De um lado, percebemos que a expectativa da profissão dos(as) filhos(as) está fortemente associada às marcações de gênero. Há profissões consideradas como mais apropriadas para os homens (médico, jogador de futebol, agricultor e agrônomo) e outras mais adequadas às mulheres (professora e veterinária, por exemplo). Por outro lado, observamos que a quase totalidade dos entrevistados aspira profissão com maior escolaridade do que a de caseiro. Ressaltemos, nesse sentido, o entrevistado que declarou que deseja que filho seja qualquer coisa, exceto caseiro.

Outro aspecto importante, observado em algumas entrevistas, é a percepção da atividade de caseiro como um momento temporário dentro do curso de vida. Trata-se, muitas vezes, de uma fase de acumulação – "*fazer o pé de meia*" – para depois desenvolver um projeto futuro que geralmente não está relacionado à atividade de caseiro. Isto torna-se mais claro se levarmos em conta as idades dos caseiros. Na tabela abaixo, podemos notar que a atividade de caseiro parece ser algo característico dos entrevistados mais jovens – entre 20 a 39 anos. Nessa faixa etária, estão 15 caseiros (metade do total do grupo de

caseiros) e 6 associados (17,14% do grupo de produtores rurais). Ademais, 50% dos caseiros estão situados nas classes de idade mais jovens, isto é, até 39 anos. Conforme nos aproximamos das classes de idade intermediária e mais velhas (acima dos 40 anos), podemos notar a predominância dos produtores que, agrupados, são 29 (82,85%) contra 15 de caseiros (metade deste grupo). Assim, encontramos um número maior de caseiros mais jovens (até 39 anos) e de associados mais velhos (acima de 40 anos).

Tabela 20: Distribuição dos entrevistados em Vinhedo por classes de idade.

Classes de Idade	Produtores Rurais*		% Caseiros**		% Total	
20 – 29 anos			6	20.00	6	
30 – 39 anos	6	17.14	9	30.00	15	
40 – 49 anos	9	25.71	5	16.70	14	
50 – 59 anos	10	28.57	5	16.70	15	
60 – 69 anos	9	25.71	4	13.30	13	
70 – 79 anos	1	2.86	1	3.30	2	
Total	35	100.00	30	100.00	65	

Fontes: * Pesquisa de Campo (2000) e **Pesquisa de Campo (2001)

Relações entre os grupos selecionados

Vimos, nas páginas anteriores, que não podemos satisfatoriamente reduzir a diversidade das motivações que cercam a escolha da cidade de Vinhedo como local de moradia a um ou outro fator determinante. Passemos agora a analisar as relações sociais estabelecidas entre esses diferentes grupos considerados, a saber, entre os caseiros, moradores de condomínio e agricultores. Começemos pela caracterização dos agricultores por parte dos demais grupos examinados.

"O pessoal aqui planta mais uva, figo. Mas tá diminuindo, o pessoal tá vendendo. O ano passado mesmo, por exemplo, lá perto da cidade, tinha dois pedaços de terra que o pessoal plantava uva. Agora tá virando condomínio. É condomínio já. Que a terra aqui tá valorizando, né? O pessoal tá deixando aqui a agricultura e tá enchendo de condomínio" (Ronaldo Ferreira,

caseiro, 26 anos).

Opiniões semelhantes têm estes dois moradores de condomínio:

"Posso te garantir que está acabando aqui em Vinhedo. O que tinha de restinho de fruta, plantadores de figo etc, passaram a ter terrenos tão valorizados, e está sendo tudo tão rapidamente urbanizado que desmotiva o pequeno agricultor a trabalhar. Ele vende o pedaço de terra e não está tendo mais nada aqui" (Celso Garcia, morador de condomínio, 59 anos).

"Ali onde tem aquela abertura daquele condomínio ali, dos Trevisan da cidade. Era uma vinha lá. Do lado oposto ao da fazenda Cachoeira, depois da linha do trem. Ali quando eu vim para cá, por exemplo, ali eles vendiam uva. Era granja. Hoje é um condomínio, né? (...) Ali embaixo da Sae, ainda tem uma pessoa que vive com alguns animais. E aqui, por exemplo, tem uma fazenda dentro aqui do condomínio, que tem uma pessoa lá mas ela é totalmente inativa. (...) Lá só tem uma casa com caseiro e não se cultiva nada. Fora estas, dá para contar no dedo. Talvez, vamos admitir uns dez casos desse tipo, o resto tudo é mesmo de pessoas que vendem para quem conhece. Então, não é uma agricultura abrangente, para venda em firmas grandes, supermercados. Eu percebo que a industrialização tá vindo. Você percebe a chegada de outras coisas e tal. É isso que eu tenho conhecimento." (José Pereira, morador de condomínio, 58 anos).

De uma maneira geral, esses entrevistados caracterizaram os agricultores como um grupo em franco processo de declínio. O pessoal está "diminuindo", está "acabando", "dá para contar nos dedos" foram algumas expressões utilizadas para ilustrar a minguagem dos agricultores na região. Em essência, o argumento utilizado para explicar esse declínio diz respeito aos processos de conversão de áreas agrícolas para áreas de moradia. As terras foram escasseando-se e, conseqüentemente, os agricultores que nela trabalham também. Nesse sentido, é importante considerar que todos se referiram à proliferação dos condomínios como um fator determinante para esse declínio.

É possível observar, entretanto, através do relato de alguns entrevistados, estratégias utilizadas por algumas famílias de agricultores como forma de garantir sua sobrevivência, mesmo com a proliferação de condomínios. É o que se pode notar no trecho abaixo.

"Eu tinha os meus parentes. Quando você vai para Itatiba, você vê Dellaqua, né? Eles eram sitiantes. Plantavam tomates, uva, essas coisa aí. Tinha o sítio deles. Tinha criação de gado, gado leiteiro para consumo e para venda, não para comercializar em grande escala. Tudo essas coisas de galinha, porco. Natal eles vendiam muito. Agora parece que eles mudaram de ramo. Não dá, tem que mudar. Eles viraram tipo assim, mas os filhos dos meus primo têm máquina de fazer aterro, terraplenagem. Tem máquinas, caminhões, mudaram um pouquinho de rumo. Tem um convênio com a prefeitura agora de catar o lixo aqui dentro. Aqui e no condomínio lá de cima, se não me engano. (...) Porque o pessoal aqui quando faz aquelas podas de plantas e de árvores, eles põem o lixo lá fora e eles passam e recolhem. Tudo isso tem o seu dia certo. Não é assim podar hoje e jogar lá fora. Tem o dia certo para eles passarem e lixo também. Então eles mudaram de ramo nesse sentido. Para não falar que eles ficaram com zero em termos de sítio, eles ficaram também com uma plantação de alface que eles comercializam para um supermercado do centro" (José Dellaqua Filho, morador de condomínio, 60 anos).

Percebemos, então, que mudar de ramo foi a opção dos parentes desse entrevistado como forma de assegurar a manutenção de pelo menos parte da propriedade. Note-se que o entrevistado refere-se à primeira geração de seus parentes como "sitiantes", isto é, como plantadores de tomate e de uva que, além de comercializar esses produtos, ainda desenvolviam atividades de autoconsumo. A geração dos filhos, no entanto, teve que "mudar de rumo" para sobreviver. O depoimento torna-se instigante porque revela uma relação de mão dupla entre a chegada dos moradores dos condomínios e as atividades desempenhadas pelos antigos sitiantes. Se, por um lado, houve perdas em relação à disponibilidade de terra para agricultura, por outro, a proliferação de condomínios gerou novos serviços que foram aproveitados, nesse caso, pelos filhos desses sitiantes. Ao invés de plantar tomate e uva, os filhos optaram por montar uma firma de terraplenagem que presta serviços dentro dos condomínios – realizando aterros para construção de casas e recolhendo lixo –. A proliferação de condomínios, portanto, não gerou a extinção dos agricultores ou das atividades agrícolas na região. Sobre esse aspecto, não é menos significativa a menção ao cultivo de alface dentro do sítio, a qual é comercializada para um supermercado do centro.

"Por aqui acho que nem mais tem agricultores. O que tem é quem planta verdura, só. Quem planta verdura a gente ainda vai comprar verdura e tal. Logo aqui na saída, antes de você pegar a estrada, saindo da portaria à esquerda. Mas tem um pouco de uva" (Jamiro de Arruda, morador de condomínio, 73 anos).

Em primeiro lugar, há, por assim dizer, uma questão semântica. O termo "agricultores", muitas vezes, não é utilizado pelos residentes dos condomínios para designar pessoas que cultivam hortaliças, tal como indica a passagem. Nesse sentido, se, de um lado, existe a percepção de que os agricultores estão diminuindo, por outro, o mesmo não se pode aplicar, pelo menos no grau de intensidade observado, ao "pessoal que planta verduras".

"Eu adoro comprar verduras. Às vezes eu não entendo como é que uma pessoa morando num lugar como esse vai no supermercado comprar verduras. Eu compro sempre naquela Macauêmia, na entrada [do condomínio]. Eu compro lá quando tem. Porque você sabe que a verdura tem o seu ciclo (...). Não me entra na cabeça entrar numa vida como essa e estar lá no supermercado comprando verduras. Eu compro lá [em uma propriedade próxima a entrada do condomínio] e a minha filha vai de perua, e tem uma menina que o pai planta verdura e às vezes eu encomendo. Eu ando muito com o meu marido no fim de semana e então a gente vai conhecer as fazendas, sítios por aí" (Maria Ângela, moradora de condomínio, 48 anos).

A grande demanda para o consumo de hortaliças por parte dos moradores de condomínio faz com que, com bastante frequência, esses produtos sejam comprados diretamente nas propriedades da região. Corroborando o entendimento de que muitas vezes os termos "nativos" não correspondem às classificações previamente formuladas pelo pesquisador, quando perguntados se tinham contato com pessoal que planta verdura, muitos moradores de condomínio responderam afirmativamente.

"Eu conheço algumas pessoas que inclusive nós compramos verduras deles. Eles perderam emprego e montaram... Um deles montou aí, na região da Represa, ele montou ali na própria residência dele lá, uma chácara da família, bem tradicional daqui, e a gente compra as verduras e tal. Por sinal muito gostosas porque não têm problema de agrotóxico. Então eu percebo que as pessoas que perderam este trabalho. Agora da agricultura em geral, que é o caso da uva, por exemplo, a

agricultura aqui eu acho que é zero. Eu não vejo agricultura, né? Uva, por exemplo, eu conheço assim uma ou duas culturas de uva só aqui. Eu desconheço se existe em outro lugar. E o resto tem em pequenos sítios. Não conheço eles em particular, mas que plantam também, colhem. Aqui na própria Itatiba-Vinhedo, tem algumas chácaras de algumas pessoas que também. Fora esse tipo de agricultura, eu estou notando assim aqueles que tinham agricultura, demoliram e estão construindo condomínios" (José Pereira, morador de condomínio, 58 anos).

"Tem um pessoal da esquina. Que tinha plantação mas o pessoal mudou. Eles fazem plantação. Até vendiam ali mesmo. (...) Tinha plantação de tomate, tinha alface. Bastante coisa ali. Eu comprava lá. Ai o pessoal saiu fora, acho que se desentendeu com o proprietário. Foram para outro lado e daí parou. Agora tá parado. Ultimamente eu tenho comprado [hortaliças] no supermercado" (Gláucio Roberto Carmo, morador de condomínio, 33 anos).

Consideremos agora o outro lado, isto é, a percepção dos agricultores acerca dos moradores dos condomínios.

"A maioria vem de São Paulo, sai daquele inferno que tá lá. Por que sai de lá? Às vezes, para trabalhar ele leva umas duas horas de casa. Ele morando aqui, ele leva 35 minutos. No Village [nome de um condomínio residencial próximo à propriedade do entrevistado] aqui, a maioria vem de São Paulo. Um vem com criança com problema de alergia, outro vem com outra coisa. Chegando aqui sara, né? Não tem poluição. As mulheres do Village, a maioria vem fazer compra aqui. Para a gente é ótimo. 99% é uma beleza. Aqui vem numa média uns 50 por semana comprar verdura, hoje ainda não veio ninguém. Na época [momento da entrevista] de Poncã, eles compram laranja, uva, mas verdura é o ano inteiro"(Zé da Pinta, agricultor, 57 anos).

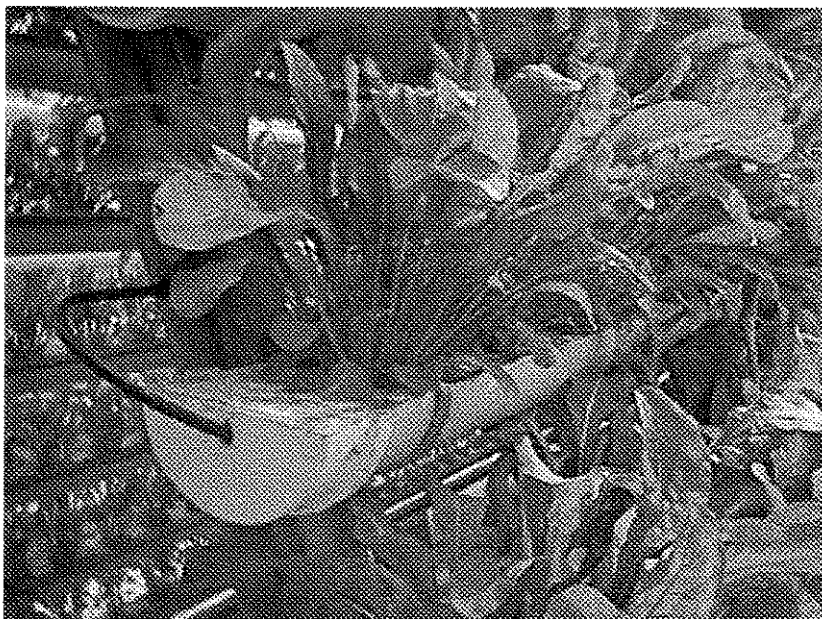
Através do exemplo acima, compreendemos melhor a relação de mão dupla entre os agricultores e os moradores dos condomínios. De um lado, estes últimos são indiretamente responsáveis pelas transformações recentes, pelo aumento no preço da terra e pelo declínio da agricultura. Por outro lado, os agricultores – pelo menos aqueles que não venderam suas terras e encerraram suas atividades – beneficiam-se das pessoas que compram seus produtos, notadamente, hortaliças em suas propriedades. É digno de nota, ademais, a incorporação do discurso sobre qualidade de vida na região por esse agricultor, o que passa pela exaltação do clima e das facilidades de transporte como fatores de atração desse

pessoal, argumento que se assemelha ao utilizado pelos vendedores dos empreendimentos imobiliários para atrair os novos moradores.

Vimos, ademais, que a procura por verduras, muitas vezes, faz com que os moradores dirijam-se pessoalmente às propriedades agrícolas e estabeleçam contatos diretos com os produtores rurais. Além disso, a demanda gerada por hortaliças faz com que a atividade de cultivá-las cresça em importância e passe a ser um interessante negócio para os produtores agrícolas da região. Ora, se a nova ocupação e a conseqüente conversão de terras para moradia fez com que a terra se tornasse cara e muitas vezes indisponível, o cultivo de hortaliças mostrou-se também vantajoso, porque pode ser feito em áreas menores em comparação com as culturas tradicionais de frutas na região: uva, caqui, pêssego e goiaba.

"Tem pessoas cativa [moradores de condomínios], que vem toda segunda ou terça vem aqui [para comprar verdura]. (...) Pessoal de São Paulo. Todo tipo de pessoa" (Jair Soldeira, agricultor, 48 anos).

Os agricultores da região, nesse sentido, adaptaram-se aos novos padrões de consumo dos recém chegados através de alterações nos produtos cultivados. É o que se pode depreender na passagem abaixo.



Detalhe do cultivo de rúcula hidropônica na propriedade dos Stecks (2003)

"Meu pai começou com uva. O forte da turma dos Stecks era a uva mesmo. Daí depois foi diversificando, plantando caqui, figo, goiaba, pêssego e hoje estamos entrando nas hortaliça com as estufas. Então vai mudando as coisas. Talvez já pensando em voltar a plantar a uva de novo. Desde 84 arrancamos a uva. (...) Em 1994, entramos com a hortaliça hidropônica. (...) Hoje nós estamos com quatro barracão [estufas] e um de berçário. Mudemos todo o sistema. Naquela época [quando eu visitei o sítio pela primeira vez, em 2000], nós tava com o sistema de mesa e agora estamos com sistema de pirâmide. (...) A goiaba eu já abandonei. Já deixei para trás porque não tem mais condições de trabalhar hoje com a goiaba. O pêssego aqui nessa região também já foi erradicado aqui, mas nós temos em outra propriedade, Capão Bonito, lá nós temos pêssego" (Adilson Steck, agricultor, 48 anos)

Entendemos, então, através do depoimento, que culturas exigentes de áreas maiores, tais como uva, caqui, goiaba, por exemplo, foram deixadas de lado em benefício das hortaliças. Numa área considerada pequena por esse agricultor, cerca de 20.000 metros, e dada a impossibilidade de expandi-la, em função tanto do preço da terra como da

disponibilidade de áreas ao redor, a alternativa foi "mudar as coisas" e passar a cultivar hortaliças em estufas. O cultivo em estufas permite desenvolver uma atividade que apresenta uma demanda na própria região – os moradores de condomínio – e que pode ser desenvolvida em áreas menores.

"Aqui hoje eu tô tirando na verdura, que nem meu sítio por exemplo. Na primeira entrevista [realizada em 2000] eu tava na uva. A idéia da gente era aumentar até se possível comprar terreno fora. Mas caiu tanto que chegou numa situação que não teve mais saída. (...) Só tá trabalhando na uva hoje, o pessoal que não tem condições de ir para a cidade. Senão... O cara não fica mais na uva. (...) Daí eu tinha a idéia já de formar isso aqui [verduras]. Só que não tinha como fazer uma experiência, vamos dizer. Aí começou a aparecer na região, o custo caiu dela também para a montagem e eu comecei. Montamos 1000 metros, depois montamos mais lá embaixo, mais aquele lá em cima. Estou com 2000 metros hoje. Eu trabalho com meu cunhado, tudo de ameia. A gente divide no meio. Eu tenho minha Kombi e entrego. Hoje eu tô [entregando] em quatro supermercados pequeno e dois sacolão. Tudo aqui em Vinhedo e Valinhos" (Jair Soldeira, agricultor, 48 anos).



Jair ao lado da quadra de uva abandonada (2003)



Jair em suas estufas (2003)

Em cerca de 2000 metros quadrados, Jair e seu cunhado desenvolvem o cultivo de

hortaliças em estufas e vendem em estabelecimentos comerciais na região. Situação semelhante pode ser encontrada no relato deste outro agricultor, Strabello, que cultivava hortaliças numa área de 4.500 metros quadrados.

"Nos últimos 10 anos, todo ano a gente tem excesso de produção mas não tem preço, entendeu? (...) Hoje mais é estufa, na parte verdura. Estou com 10 estufas, 4.500 metros quadrados. Produzindo só rúcula, na média de 40 dúzias por dia. 500 maços diários. Vendo 70% em Vinhedo. Eu tenho a Kombi e vendo no supermercado de Vinhedo e Jundiaí. Eu não tenho venda direta, mas se tiver aqui compra" (Afonso Strabello, agricultor, 51 anos).

Em relação à renda obtida com o cultivo de hortaliças, os depoimentos variam entre 4 a 5 mil reais por mês, valor bruto – valores coletados entre maio e junho de 2003 –. Líquido, *"dá mais ou menos a metade"* dizem esses agricultores. A declarada renda alcançada por eles fez um morador de um condomínio, que também é corretor de imóveis na região, dizer o seguinte:

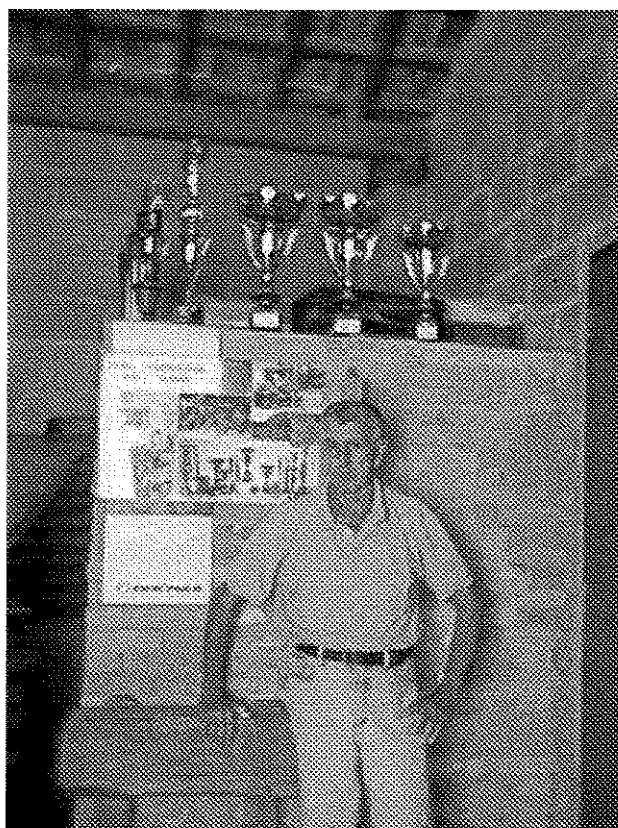
"Eu vejo sempre tudo mundo com carro novo [risos]. Caminhonete. Eles gritam que a uva não tá dando nada, que não sei o quê. Mas você não vê um proprietário lá sem uma caminhonete ou sem um carro bom. Então não é aquilo que eles gritam não, viu? Tem muita plantação de verdura para comércio lá. Porque é um lugar bom, fresco, tem bastante água" (Euclides Possati, morador de condomínio, 76 anos)

Devemos agora salientar, tal como sugere o exemplo abaixo, que a chegada dos novos moradores pôde também viabilizar antigas atividades. Ao invés de cultivar uva e correr o risco de perdê-la em função de sua maturação, o entrevistado passou a processar vinho, cerca de 3.000 litros por ano, e o comercializa direto para o consumidor em sua propriedade.⁴²

"Eu acho que todo esse pessoal, na minha opinião, são tudo gente boa, de melhor intenção. (...) Quase todo pessoal dos condomínios eles vêm comprar vinho aqui. Como a uva não dava mais nada, eu comecei a voltar na atividade antiga a fazer

⁴² No momento em que foi realizada a entrevista, maio de 2003, Ferragut vendia o garrafão de 35 litros a R\$ 35,00 e a garrafa de vinho a R\$ 7,00.

um pouco de vinho, porque a uva amadurece e não vale nada. Ai eu faço vinho e guardo" (Carlos Ferragut, agricultor, 73 anos).



Ferragut ao lado dos troféus adquiridos em exposições de vinho na região (2003)

"Eu voltei para comercializar, fazer para vender, porque eu nunca parei de fazer, eu sempre fazia com meu pai. Desde 7, 8 anos, eu fui crescendo e ajudando o meu pai. Em 1969, eu comecei a fazer aqui na minha casa, quando eu me casei mudei para cá. Ai eu fui abandonando as coisas do meu pai, porque ele trabalhava sempre com madeira, eu fui abandonando e fui fazendo em vidro. Porque madeira tem muita dificuldade. Sempre você acaba perdendo uma quantidade de vinho porque a madeira está estragada. Eu comecei com 5, 6 garrações, de 35 litros, depois fui comprando e hoje estou com 105, 106 garrações. Desde que eu comecei a trabalhar com garrafão, até hoje nunca me estragou uma garrafa de vinho. (...) Ele acaba ficando mais puro, porque eu faço ele puro, só uva e açúcar, mais nada" (Carlos Ferragut, agricultor, 73 anos).

A chegada de novos moradores fez com que se tornasse possível a Ferragut retomar

a produção de vinho que tinha sido deixada de lado durante muito tempo. A esse respeito, lembremos a instigante frase dita no capítulo anterior pelo presidente da Associação dos Produtores Rurais durante a festa da Uva. Naquela situação, o presidente lembrou-se de que seus avós tinham uma tina para fazer vinho mas que a jogaram fora: *"Quem é que podia imaginar que um dia a gente iria usar isso!"* O momento de utilizar novamente esses equipamentos tradicionais parece ter chegado, como os exemplos acima sugerem.

A compra de hortaliças e a possibilidade de desenvolver antigos ofícios, tal como a produção de vinhos, não são os únicos benefícios gerados pela nova ocupação. É preciso considerar o significativo aumento no preço da terra gerado pelos empreendimentos imobiliários que ocasionaram valorizações expressivas nas terras dos agricultores proprietários. Isto trouxe, por assim dizer, um duplo benefício. De um lado, valorizou a terra e de outro viabilizou, naturalmente para os que ficaram na agricultura, a sua atividade desde que sob um novo cultivo. Vê-se, portanto, que a chegada dos novos moradores dos condomínios não deve ser interpretada como algo que trouxe consequências necessariamente negativas para os agricultores. Talvez isso nos ajude a compreender as imagens mais positivas que os agricultores têm em relação aos moradores de condomínio.

Numa frase que sintetiza grande parte do sentimento até aqui apresentado, José Gasparini, ex-prefeito de Vinhedo, define os moradores de condomínio da seguinte forma:

"Eu tenho muito respeito por eles. Eles são os nossos clientes. Hoje, como cristão, eu oro primeiro para agradecer pela minha vida, e peço discernimento para as coisas. Eu olho para meus clientes. Porque o meu patrimônio não é o prédio, este posto de gasolina que você está vendo, meu patrimônio é meu cliente. Todos meus funcionários aqui sabem que o patrão deles não é o Zé Gasparini, o patrão deles é o cliente. É ele que paga o salário dele" (José Gasparini, ex-prefeito, 60 anos).

Os moradores de condomínio, portanto, são os clientes, ou seja, pessoas com bom poder aquisitivo que vieram ajudar a cidade e promover seu bom desenvolvimento. Em sentido complementar, vimos que esses moradores foram classificados pelos agricultores

como gente boa, com as melhores intenções.

Vejamos agora as percepções dos caseiros por parte dos agricultores.

"Os caseiros. Isso quase acabou. É uma raça extinta porque nenhum presta mais! A maioria virou sem-vergonha. Não que a turma não queira mais os caseiros, mas não dá. (...) Há 10, 15 anos atrás, quase toda a chácara tinha um caseiro. Hoje quase nenhuma tem mais. O patrão prefere pagar o dobro para um diarista que vai e faz e vai embora. Caseiro não trabalha mais, é tudo um relaxo. Ele não faz as coisas direito, o patrão manda ele embora e daí ele vai para o sindicato. Lá [sindicato] o cara tira até o couro do dono! O que mata nós é o tipo de lei desse país. A lei protege só o funcionário. Eu não sou racista. Mas acontece que o caseiro que raça que é? A maioria é do norte e gente do norte não trabalha, queira ou não queira, eles não trabalham! Esse que é o problema. Quando eram italianos, portugueses, era uma maravilha. Eles se arrumaram. Um construiu uma casa, outro comprou um pedacinho de terra. Acabou meeiro descendente de italiano, não existe mais. Hoje é a turma do norte. E a turma do Norte não gosta de trabalhar. Eles trabalham duas ou três horas por dia. Teve muita gente que vendeu a propriedade por isso aí. Não tem mais meeiro para tocar a propriedade. Os caras não têm interesse. Hoje em dia o meeiro quer casa, financiamento e, no final do ano, põe as coisas no caminhão e deixa o patrão na mão. Hoje, se põe lavoura para o meeiro tocar, é só prejuízo. Aqui [na sua propriedade] só dá certo porque sou eu quem toca." (agricultor).

Observemos, inicialmente, uma diferença importante estabelecida entre caseiro e diarista. O grupo considerado por mim como caseiro, em essência, desdobra-se numa série de serviços, prestados por um indivíduo ou pelo grupo familiar e que envolvem atividades de jardineiro, piscineiro, faxineira, pequenos consertos, serviço doméstico etc. Nesse sentido, a atividade genérica de caseiro pode ser lida como uma estratégia familiar na qual um ou mais membros da família desempenham atividades dentro e fora da propriedade onde moram. A título de exemplo, é uma prática comum entre algumas famílias o casal trabalhar como um time, isto é, homens e mulheres desempenham atividades complementares dentro das chácaras, sendo que o primeiro normalmente cuida do jardim ou da horta, enquanto a mulher trabalha como doméstica ou faxineira na casa do patrão. Na avaliação do entrevistado, os caseiros são "sem vergonha" e "não prestam mais", porque, ao invés de

trabalhar duro, eles são "relaxados" já que há uma legislação trabalhista que os protege. "*A lei protege só o funcionário*" fez questão de afirmar o agricultor.

Para entender um pouco melhor a contumaz crítica, talvez seja importante compreender a situação do próprio entrevistado. Nascido na região e filho de agricultores, o entrevistado trabalhou desde cedo, junto com seus irmãos, no alqueire que seu pai possuía e onde "tocavam uva". Depois, quando ainda eram pequenos, o pai teve que vender o alqueire e, desde então, trabalha como meeiro. Trabalhou em algumas propriedades da região até que, em 1979, um primo mais rico pediu para que indicasse um local para comprar terras. O entrevistado indicou o local de 36.000 m² onde atualmente vive junto com sua esposa, de 39 anos, e de seu sobrinho, de 45 anos, o qual o ajuda no trato das estufas de hortaliças – 12 estufas compreendendo área de 3.000 m² –, principal atividade na propriedade.

O agricultor é proprietário das terras onde trabalha e mantém um contrato "de boca", isto é, não regulamentado, com seu primo proprietário da área. É plausível imaginar que ele se sinta bem menos protegido pela legislação trabalhista do que os caseiros a que se refere. A possibilidade de "*tirar o couro do dono*" depois de ser demitido torna-se exígua para esse agricultor, pois a lei de acordo com sua avaliação, "*protege só o funcionário*" e o entrevistado não se enquadra nessa situação. Reforçar as diferenças, mesmo que elas não sejam assim tão acentuadas, parece ter sido a estratégia do entrevistado ao proferir as fervorosas críticas contra os caseiros. Alguns dados referentes à pesquisa sobre rendas agrícolas e não-agrícolas, desenvolvida no âmbito do Projeto Rurbano, tornam-se interessantes para entender pontos de contato entre o grupo dos caseiros e dos agricultores.

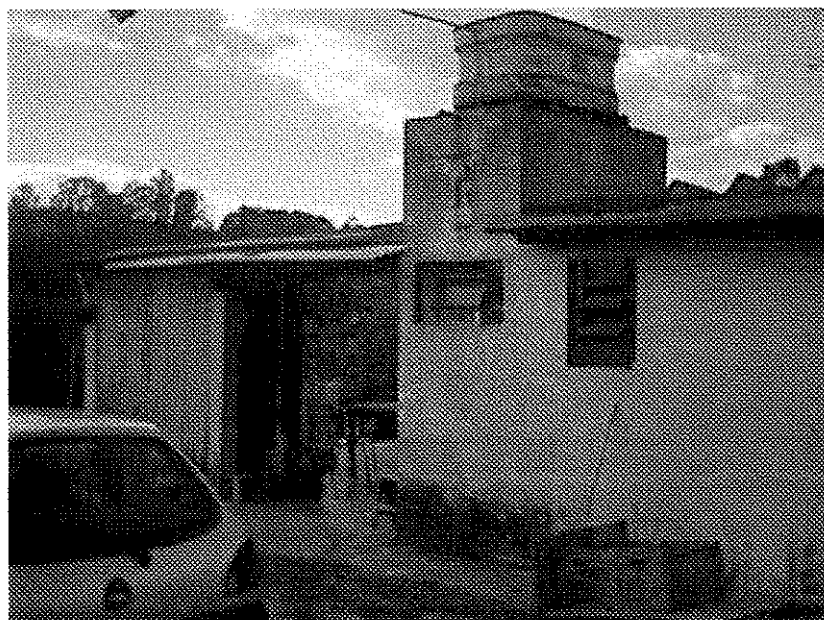
Tabela 21: Distribuição dos domicílios por acesso à terra do entrevistado segundo faixas de rendimento familiar anual per capita.

	Proprietários	%	Caseiros	%	Parceiros/Cessionário	%	Total
2 a menos de 5 salários mínimos	1	2.70		0.00		0.00	1
5 a menos de 10 salários mínimos		0.00	1	11.11		0.00	1
10 a menos de 20 salários mínimos	8	21.62	6	66.67	2	50.00	16
20 salários mínimos ou mais	28	75.68	2	22.22	2	50.00	32
Total	37	100.00	9	100.00	4	100.00	50

Fonte: Projeto Rurbano, 2001.

Das 50 entrevistas que compõem o universo da referida pesquisa, realizada em 2001, em 37 casos, os entrevistados declararam ser proprietários do imóvel onde foi realizada a entrevista, 9 foram classificados como caseiros, 3 parceiros e 1 cessionário. Dos nove entrevistados que se declararam caseiros, 8 têm rendimento familiar anual per capita superior a 10 salários mínimos – sendo 2 com 20 salários mínimos ou mais –, corroborando a hipótese de que a atividade de caseiro é uma boa alternativa de emprego, levando-se em conta a qualificação profissional exigida. Essa relativa proximidade em relação ao rendimento com outros grupos, especialmente com o de proprietários e parceiros, faz com que, muitas vezes, não haja distinções tão grandes nos rendimentos e estilos de vida desses dois grupos. Será objeto de análise, em seguida, o estabelecimento de redes de amizade entre os caseiros e alguns agricultores e até mesmo moradores de condomínios. Vera Lúcia Rodrigues já havia notado esta configuração.

"Interessante observar que não é rara a construção de vínculos de sociabilidade bastante intensos entre as famílias de caseiros e de chacareiros/sitiantes. Só a título de exemplo, E.C.F., filha de N.M.C.F. e P.B.F., caseiros, é casada com o filho de um sitiante e mora com o sogro. A proximidade das duas propriedades permite que E.C.F. deixe a filha com a mãe enquanto trabalha de motorista fazendo transporte escolar" (Rodrigues, 2003:92).



Casa de Ze da Pinta (2003)



Casa do caseiro Waldomiro (2001)

Aliás, essas aproximações entre os estilos de vida dos caseiros e agricultores também podem ser encontradas em relação aos moradores de condomínio e aos caseiros. A pesquisa demonstrou, nesse caso, que alguns antigos moradores do condomínio Chácaras do Lago, aqueles que adquiriram seus imóveis logo no lançamento do empreendimento, na década de oitenta, o fizeram a preço comparativamente mais acessível do que se apresenta hoje. Os

moradores, cujas falas reproduzo abaixo, adquiriram o terreno no condomínio com metade do dinheiro obtido com a venda de uma linha telefônica nos anos oitenta.

Leonora: *"Os primeiros amigos que nós fizemos aqui eram caseiros. Que são amigos até hoje. E se você for ver, ele é mais bem de vida do que nós. Ele é caseiro mas tá fazendo uma bela duma casa numa vila em Atibaia. Então a gente tem muita amizade.*

Jamiro: *Às vezes quando a gente depende de um favor deles [caseiros] é na hora! Se depende de um favor de alguém melhor [em termos econômicos]: 'Ah, aí eu vou resolver isso aí. O cara esquece'.*

Leonora: *Às vezes a gente se reúne, eu, ela, nós estávamos em 12, agora diminuiu um pouco porque muitos caseiros foram embora. A gente se reunia no quiosque, Segunda-feira, jogava uma conversinha fora, fazia um crochêzinho, era tão bom. Comia um bolinho, tomava um suco. Agora está de reforma o quiosque, mas a hora que terminar a gente volta lá de novo"* (Leonora e Jamiro Arruda, moradores de condomínio).

Voltemos ao grupo dos agricultores. O entrevistado declarou ter uma renda familiar mensal bruta de R\$ 4.000, o que lhe dá, a julgar pelas informações obtidas, cerca de R\$ 2.000 por mês líquido. Isto o coloca, a título de comparação, uma vez que esse agricultor não fez parte da pesquisa de renda do projeto Rurbano, na faixa dos que recebem mais de 20 salários mínimos anuais per capita – lembremos que sua família era composta por 4 pessoas –.⁴³ Mesmo ocupando o estrato mais alto de rendimento considerado, é digno de nota que também haja caseiros compartilhando essa situação. Criticar a conduta dos caseiros, como já foi apontado, passa a ser uma forma importante para reforçar as barreiras sociais esses dois grupos.

A esta altura, torna-se importante retomar algumas colocações proferidas por Elias e Scotson no livro *Os Estabelecidos e os Outsiders*. É preciso ter em mente que os autores consideravam que, naquela pequena comunidade de 5.000 habitantes estudada, como que

em miniatura, observava-se um tema humano universal: como as diferenças são utilizadas para produção de desigualdades sociais (Cf. Elias e Scotson, 2000:19). As diferenças, em termos do tempo de residência em Wiston Parva, eram empregadas como ferramentas para que um grupo, o chamado estabelecido, pudesse se auto-representar como superior àqueles que residiam no local há menos tempo e postular direitos diferenciados. Naturalmente, podemos ampliar a construção social da desigualdade utilizando outras marcações tais como as de sexo, local de nascimento, cor de pele, entre outras. Sobre esse aspecto, a crítica a concepções deterministas, que atribuem as desigualdades sociais como tributárias de uma base natural/biológica, marcou tão profundamente o desenvolvimento acadêmico da Antropologia que seria desnecessário retomar aqui estes argumentos (Lévi-Strauss, 1987 [1952]; Boas, s/d [1896] e Boas, 1986 [1928]).

Elias e Scotson consideram que uma etapa importante no processo de produção de desigualdades sociais relaciona-se com a construção de imagens e formas de estigmatização social. Devemos observar que a construção dessas imagens muitas vezes não encontra respaldo na realidade vivida por esses grupos, tal como se pode observar nesta passagem:

"Assim, nesse âmbito reduzido, encontrava-se e, até certo ponto, aprendia-se a compreender uma ilusão de óptica que é a característica da construção das imagens sociais de vários outros contextos sociais muito mais amplos: a imagem que os estabelecidos, os poderosos dirigentes de uma sociedade, têm de si e transmitem aos outros tende a se pautar na 'minoría dos melhores', ou seja, tende para a idealização. A imagem dos outsiders, dos grupos relativamente pouco poderosos em comparação com os setores estabelecidos, tende a se modelar na 'minoría dos piores', isto é, tende a estar denegrida" (Elias e Scotson, 2000:56).

Lembremos que o agricultor opera uma divisão importante entre os caseiros e os imigrantes. Retomando sua fala, "eu não sou racista. Mas acontece que o caseiro que raça que é? A maioria é do norte e gente do norte não trabalha, queira ou não queira eles não

⁴³ O valor do salário mínimo considerado para a pesquisa foi de R\$ 180,00, vigente em setembro de 2001.

trabalham! Esse que é o problema. Quando eram italianos, portugueses era uma maravilha. Eles se arrumaram. Um construiu uma casa, outro comprou um pedacinho de terra". Na visão do entrevistado, somente num primeiro plano, os imigrantes podem ser comparados aos caseiros, pois ambos chegaram à procura de trabalho na região. Mas, diferentemente dos caseiros, os imigrantes trabalharam e venceram. Já os primeiros, por uma questão que naturaliza a diferença, não gostam de trabalhar.

Vemos, portanto, que a formação das imagens dos caseiros nesse caso é pautada por essa ilusão de óptica a que se referem Elias e Scotson, ou seja, é construída tendo por base a chamada minoria dos piores e dos melhores. Dito de outro modo, nem todos os caseiros são vagabundos, tampouco nem todos os migrantes são trabalhadores. Todavia, essas minorias dos melhores e dos piores são utilizadas no sentido de produzir essas imagens grupais. O depoimento do agricultor não é o único neste sentido. Encontramos formas pejorativas para denotar os caseiros em outros exemplos.

"Os caseiros mesmos, esses daí praticamente não entendem nada, viu? Eles tão mais lá para limpeza de pomar, capinar, mas eles entendem pouco de um pé de fruta, fazer uma horta, são pessoas preocupadas em manter aquilo limpo, mas não em produzir. A gente vê, são pessoas que não entendem nada, pô. A maior parte são tudo nortista. Porque, na verdade, os que vieram aqui como meeiro, alguns deles conseguiram comprar terra. (...) São baianos, nortistas, cearense. O problema é que eles não vêm procurar como se produz. Não há interesse" (agricultor).

O entrevistado nasceu em Campinas e veio para a região com seus pais em 1964, para trabalhar como meeiro. Trabalhou em diversas propriedades na região até que, finalmente, em 1976, junto com seus dois irmãos, compraram 13.800m² onde residem até hoje. Em 1985, adquiriram mais 24.000m² do vizinho. Com grande dificuldade, conseguiram dispor de uma área por volta de 38.000m². Apesar de ser proprietário, a história desse agricultor e de seus irmãos apresenta pontos de semelhança com a história de muitos caseiros. De forma semelhante ao observado no depoimento anterior, tornou-se

fundamental operar a distinção em sua fala entre "meeiros", que vieram trabalhar e conseguiram comprar terra – como foi o seu caso –, e os caseiros, que *"não entendem nada"*. Ênfase foi dada ao saber técnico na produção agrícola em detrimento do saber considerado secundário, como limpar – *"são pessoas preocupadas em manter aquilo limpo, mas não em produzir"*. Recentemente, entretanto, o entrevistado e seus irmãos tiveram que vender parte de sua propriedade.

Agricultor: *"Eu precisei desfazer, meu amigo, para sobreviver. Eu vendi lá em cima 15.000 metros. Foi uma família que comprou para investimento, eles vão fazer três chácaras. Por três anos, a uva não correspondeu aquilo que a gente precisava."*

André: *Foi duro para você vender?*

Agricultor: *Porra, se foi duro! Não foi tão difícil para vender, foi difícil pegar aquilo que eu queria. Mas foi difícil dispor da terra. Apesar que a uva eu toco até hoje. (...) Deu malemá para pagar as dívidas, sobra muita dívida ainda. (...) Eu conheço bastante gente por aqui que teve que fazer a mesma coisa"* (agricultor).

A discriminação dos caseiros parece chegar ao extremo na situação apresentada abaixo. Vimos que a chegada de novos moradores trouxe um duplo benefício para alguns agricultores da região. De um lado, valorizou suas terras e, de outro, abriu novas possibilidades de consumo de produtos agrícolas, especialmente para aqueles que passaram a cultivar hortaliças. No caso que será relatado em seguida, foi formado um bairro popular ao lado da propriedade dos entrevistados.

"Na época [em 1983] nós vendemos essa área [56.000 metros quadrados] para um grupo de São Paulo, não era nem de São Paulo, era um grupo internacional, que iam montar um centro de conferência da América Latina. Então esse grupo ia trazer benefício para Louveira. No meio desse grupo, eles tinham uma seita que comandava tudo eles. Mas eles iam trazer vantagem para Louveira. Inclusive tinha 15 indústrias, que pertenciam a este grupo, que queriam trazer para a região. 3 de porte grande e 12 de porte médio. E o que aconteceu? Como tinha na prefeitura pessoal que queria que ficasse área de baixo valor, a prefeitura entrou com desapropriação deles, né? Entraram com a desapropriação no meu nome, porque não tinha passado a escritura para eles ainda. Ai eles foram obrigados a abrir para a prefeitura. (...) Daí que virou casa popular de baixa renda, né?"

(agricultor)



Entrevistados observam o bairro ao lado de sua propriedade (2003).

Notemos que a motivação inicial para a venda de parte das terras foi gerada pelo interesse de um grande grupo internacional, o qual iria implantar um centro de convenções ao lado da propriedade dos entrevistados. Certamente, uma vez concretizado o projeto, haveria não apenas um benefício para a cidade mas também para entrevistados, já que eles seriam vizinhos do empreendimento. O desenrolar dos acontecimentos, entretanto, dirigiu-se em sentido contrário à expectativa dos entrevistados. Ao invés de um grande projeto imobiliário destinado às camadas mais ricas, a prefeitura desapropriou a região e implementou um bairro popular. A chegada desses novos moradores, isto é, de habitantes deste bairro popular, foi interpretada pelos entrevistados como a razão para os sucessivos males que passaram a atingir suas vidas. Vale a pena reproduzir o diálogo em que pai, filho e tio discorrem sobre estes novos moradores indesejáveis.

Pai: " E aí veio esse pessoal do Norte. Tudo do Norte. Daqui do Norte de Minas também veio bastante. A mão-de-obra deles era fraca demais. Então eles não tinha finalidade nenhuma.

Tio: Não qualificada, né? Nem para ficar na agricultura, nada. Então o frigorífico usava esse pessoal. Porque era

para catar frango, limpar frango, essas coisa, né?

Pai: 90% é do Norte. Agora eles tão mudando um pouco. Porque os filhos deles já se adaptaram aqui no município. Eles foram pegando o ritmo dos paulistas, né? Dos estudos, enfim. Muito mudaram bastante. Mas tem mão-de-obra que vindo hoje do norte, de uma cidade, Candiba, né, da Bahia. Esse pessoal que tá vindo de lá para cá ainda é desqualificado, bastante, e como se diz, é pedra-bruta! Esse pessoal é que está tendo mais problema aqui no município.

André: Que tipo de problema?

Tio: É tudo o que você pensar. É falta de higiene..., nem indústria mais estão pegando eles. São vândalos, né?

André: E eles estão aonde?

Tio: No Bairro Santo Antonio. Porque eles estão fazendo agora o seguinte; a fábrica está terceirizando, pega essa mão-de-obra e faz república, aluga casa, 30, 40 pessoas lá dentro, dorme lá. Alguns ficam tempo aqui, alguns, depois de 5 ou 6 meses leva de volta e pega outra turma" (agricultores).

É interessante observar similitudes com os depoimentos colhidos por Antonio Flávio Pierucci, no final dos anos 80, em pesquisa realizada na cidade de São Paulo junto aos ativistas de campanha das candidaturas de Paulo Maluf e Jânio Quadros. Vejamos alguns desses depoimentos.

"(...) se eu fosse o governo federal eu ia chamar o governo de Alagoas, 'seu-fulano, é o seguinte: lá em São Paulo tem muito alagoano'. Chamar o sicrano, vamos supor, lá do Ceará e: 'seu Pinto, lá tem muito cearense, toma conta porque senão nós te tiramos as verbas'. Ou estou errada? Sabe, se o dono da porcada não faz, quem vai fazer? Volta para tua terra e vai trabalhar! (Maria Augusta, 44 anos, dona de instituto de beleza, residente no Belenzinho)" (Pierucci, 1999:65).

Outro entrevistado disse o seguinte:

"Se muita gente de fora, de outros estados, não estivessem em São Paulo, por exemplo, se você pegar o presídio de São Paulo você vai ver, é o mínimo de paulistas presos. Você pega, vai no presídio, você levanta a descendência (sic) dos presos, você vê que a maior parte, a maior incidência é de nordestino. Gente fora de São Paulo. Paulista é que não vai ser" (Edécio, 41 anos, comerciante, Alto da Mooca)" (Idem, ibidem:66).

Como não levar em conta as estatísticas do delegado Richetti?

"85% dos presos da Casa de Detenção são nordestinos, 85% das prostitutas são nordestinas, 85% dos travestis são nordestinos", assegurou seu Afrânio, 58 anos, citando a fonte: o delegado Richetti ter-lhe-ia certa vez revelado esses números. 'E quem melhor que o delegado Richetti para saber essas coisas?'" (idem, ibidem:65).

Frases com conteúdos discriminatórios podem ser encontradas nas duas situações investigadas. Os agricultores da região de Vinhedo empregaram expressões adjetivas como "pedra-bruta do norte", "pessoas sem higiene", "vândalos", "traficantes de drogas" para caracterizar os novos moradores indesejáveis, os nortistas. Ativistas de candidaturas à direita também atribuem os males que cercam sua cidade, tais como violência, prostituição, desemprego, como tendo sido gerados após a chegada dos migrantes nordestinos. Em suma, pode-se afirmar que, nos dois casos, essas pessoas sentem-se ameaçadas pela nova ocupação, genericamente atribuída aos nordestinos e nortistas, e adotam um procedimento classificatório que privilegia uma minoria, seja esta dos piores ou dos melhores.

Aliás, Pierucci interpreta esse sentimento de repulsa como um procedimento de autodefesa por parte desses grupos, os estabelecidos, se utilizarmos o sentido que lhes atribuem Elias e Scotson. Segundo o autor, *"quando, diante das agressões ao mesmo tempo difusas e brutais que sofre seu estoque cultural, diante das ameaças de destruição de seu mundo, eles passam a procurar, nas camadas que lhes estão mais próximas no trabalho, ou em seus novos vizinhos nos bairros, os bodes expiatórios em cima dos quais despejam seus ódios e ressentimentos"* (Pierucci, 1999:63). Pelo que foi exposto até aqui, as atitudes de alguns agricultores de Vinhedo corroboraram este entendimento. Vimos que, de um lado, os novos moradores de condomínio foram caracterizados como *"gente boa"*, *"clientes"*, em suma, pessoas que vieram promover o desenvolvimento da região. Esses moradores não representam uma ameaça aos agricultores porque sua chegada trouxe benefícios. Por outro lado, os caseiros e trabalhadores de baixa renda, como é o caso dos vizinhos dos

entrevistados, foram caracterizados como pedras-brutas, vagabundos, despreparados. Certamente eles não consomem as verduras produzidas por esses agricultores. Tampouco tê-los como vizinhos representa possibilidades de valorização imobiliária. Acrescente-se a tudo isso, o fato de que os caseiros muitas vezes têm um padrão de rendimento bastante semelhante ao dos agricultores da região. Compreende-se, dessa forma, essas atitudes discriminatórias como estratégias defensivas.

Mas, uma vez entendida a produção dessas atitudes de acordo com o contexto considerado, devemos agora levar em conta as consequências dessas formas de estigmatização social. Devemos ter em mente que a formação de imagens sociais, muito embora seja feita sem um respaldo na realidade vivida por esses grupos – lembremos as estatísticas do delegado Richetti –, tem consequências práticas na vida dessas pessoas. No exemplo estudado por Elias e Scotson, os jovens que viviam na localidade classificada como local dos *outsiders* eram privados de participar das mesmas atividades de lazer que seus pares vindos de locais habitados pelos estabelecidos. Aliás, é nesse ponto que se configura a desigualdade, ou seja, as diferenças propagadas entre os grupos passam a justificar direitos também diferenciados.

Frases com conteúdo discriminatório celebram a diferença no sentido de manter distâncias sociais. Entende Pierucci que o racismo não deve ser interpretado como um pensamento que recusa a diferença, ao contrário, deve ser compreendido como uma *"obsessão com a diferença, seja ela constatável, ou apenas suposta, imaginada, atribuída"* (Pierucci, 1999:26). A celebração da diferença, nesse sentido, vem normalmente acompanhada da repulsa aos diferentes. Considero ser este o principal problema a ser enfrentado em Vinhedo acerca desses novos moradores de baixa renda, tal como pode-se notar no depoimento abaixo.

André: *"Mas se você vai numa festa e os encontra?"*

Agricultor: *Encontrar, encontra, mas a gente não chega.*

Porque eles não se misturam. Eles formam o grupinho deles e não se misturam" (agricultor).

A repulsa manifesta-se na impossibilidade de contato em situações como a descrita acima. Numa festa, "eles não se misturam", disse-nos o entrevistado, atribuindo ao grupo dos novos moradores indesejáveis a pecha adicional da antipatia. Vemos aí que, mesmo numa situação em que os dois grupos encontram-se, existe uma impossibilidade de contato social. Barreiras invisíveis e visíveis, tais como veremos a seguir, impedem a comunicação entre os grupos e cuidadosamente promovem segregação social. Encontramos uma configuração semelhante à descrita por Elias e Scotson. Nos casos observados pelos autores, iniciativas que visavam à aproximação entre o grupo de jovens estabelecidos e *outsiders* não tiveram sucesso porque as imagens sociais dos grupos considerados estavam muito arraigadas nas práticas cotidianas. Assim, *"fazer amizades que transpusessem as barreiras invisíveis rebaixaria o jovem 'aldeão' aos olhos de seus pares e, provavelmente, aos dele mesmo. A segregação era estritamente mantida, até nos padrões de namoro do clube. Ser visto com uma moça do loteamento equivaleria a provocar o escárnio de outros adolescentes da 'aldeia' e, possivelmente, uma repreensão dos pais"* (Elias e Scotson, 2000:148).

A pesquisa descortinou ainda outras situações em que a repulsa ao diferente traduz-se, tacitamente, na defesa de direitos diferentes. Veremos, no depoimento abaixo, como a igualdade de direitos supostamente promovida pela Constituição de 1988 iniciou a sequência de mazelas e percalços que passaram a atingir a vida do entrevistado.

"Depois que mudou o regime militar. Antes, quando era o regime militar dentro do país, então eles não se abria muito. Tinha a lei mais seca, né? Depois que eclodiu 88, que mudou a coisa mais nos trinque, aí eles pegaram mais liberdade, né? Foi daí que começou" (agricultor).

Novamente, a Constituição brasileira é acionada como sendo a responsável por uma indevida ampliação dos direitos.

"Por que acabou caseiro? Porque na Constituinte (sic) de 1988 só colocaram direitos e não puseram obrigação. Se você põe um caseiro na casa, ele só tem direito e não tem obrigação. Quando o caseiro vai na justiça, quem você acha que ganha a causa? Você já viu patrão ganhar alguma causa? Ele só tem direitos, não tem obrigação. É isso que tá matando o país" (agricultor)

Ora, se há um exagero de direitos, pergunto ao leitor se a consequência natural desse pensamento não seria retirar alguns dos moradores indesejáveis? Penso ser este um dos problemas fundamentais que envolve a configuração social pesquisada em Vinhedo. Na penetrante observação de Teresa Caldeira:

"De fato, a segregação e o processo de ostensiva separação social cristalizado nas últimas décadas pode ser visto como uma reação à ampliação desse processo de democratização, uma vez que funciona para estigmatizar, controlar e excluir aqueles que acabaram de forçar seu reconhecimento como cidadãos" (Caldeira, 2000:255).

Se retomarmos a frase proferida pelo cronista vinhedense José Antonio Zechin, reproduzida no final do capítulo anterior, perceberemos porque somente os moradores dos condomínios foram tratados como cidadãos. *"Na verdade, o condomínio ficou com o estigma de abrigar gente rica e poderosa, a maioria 'gente de fora', como se diz na cidade. Mas isso não importa. O que importa é que os que vieram, ou vierem, seja de onde for e para onde for, se sintam verdadeiros cidadãos vinhedenses"* (Zechin, 2003:139). Aos caseiros, este termo parece ainda não ser adequado. Aliás, veremos, em seguida, que nos condomínios fechados já se observam tolerâncias em termos da violação de direitos praticada sobretudo em relação aos caseiros. Nesses casos, o aparato de segurança utilizado nos condomínios serve não apenas para proteger os moradores da violência e do crime como é também instrumento privilegiado de promoção da segregação social. Veremos que caseiros, empregados e prestadores de serviços são constantemente barrados nas portarias dos condomínios, submetidos a revistas excessivas e humilhações em nome da segurança. A distância social que separa os moradores e os empregados, nesse sentido, é cuidadosamente mantida.

Enclaves fortificados e segregação social

Teresa Caldeira descreve, em seu livro *Cidade de Muros*, um semelhante padrão de segregação socioespacial praticado pelas elites de várias cidades no mundo, – tais como São Paulo, Los Angeles, Buenos Aires, Budapeste, Cidade do México, Miami, entre outras. Entende Caldeira que nestes locais as classes mais altas utilizam-se do medo da violência e do crime para justificar novas tecnologias de exclusão social e da retirada das camadas mais pobres dos bairros tradicionais dessas cidades. Recusando-se a aceitar o discurso sobre a violência e suas consequências práticas como somente relacionadas ao universo da proteção ao crime, Caldeira demonstra como a fala sobre o crime legitima estratégias de proteção e reação que ao final contribuem para gerar formas de exclusão socioespacial.

No estudo que focaliza a cidade de São Paulo, a antropóloga mostra com clareza duas consequências importantes relacionadas ao discurso presente no dia-a-dia sobre a violência. De um lado, o crescente medo do crime legitima a privatização da segurança, o que – numa perspectiva teórica – desafia o entendimento do Estado como a entidade que detém o monopólio do uso legítimo da força física.⁴⁴ De outro, encontramos naquilo que a autora caracteriza como enclaves fortificados os novos empreendimentos urbanos onde as elites vivem, trabalham, gastam seu tempo livre, consomem e onde também a segregação social é cuidadosamente praticada. *Shopping centers*, escolas, centros de lazer, parques temáticos, conjunto de escritórios são exemplos de enclaves fortificados no sentido que lhes atribui Caldeira. Convém mencionar que os condomínios fechados representam a versão residencial desses enclaves fortificados, da forma como define Caldeira.

⁴⁴ Sabemos que a matriz desta concepção encontra-se nos escritos de Max Weber. Numa passagem clássica, o eminente sociólogo alemão diz o seguinte: "A violência não é, evidentemente, o único instrumento de que se vale o Estado – não haja a respeito qualquer dúvida –, mas é o seu instrumento específico. (...) devemos conceber o Estado contemporâneo como uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território – a noção de território corresponde a um dos elementos essenciais do Estado – reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física" (Weber, 1993 [1919]:56).

Vimos, no capítulo três, que a conversão de áreas agrícolas para áreas de moradia em Vinhedo privilegiou a formação dos condomínios horizontais fechados. É preciso, com efeito, salientar que esse processo de formação de condomínios horizontais para moradia próximo a grandes centros urbanos ocorre, com diferentes graus e intensidades, em outros lugares dos país. Leiamos uma matéria publicada na revista *Veja* que trata desse assunto.

"Há uma formidável migração em curso no Brasil: a da classe média em direção aos bairros cercados de muros nos arredores das grandes cidades. Um milhão de brasileiros já vivem nesse tipo de empreendimento imobiliário, conhecido pelo nome genérico de condomínio fechado. Cinco anos atrás, não chegavam a 500.000. Os grandes loteamentos, com casas confortáveis, quintais amplos e fartura de piscinas, são encontrados nas proximidades de praticamente todas as capitais e de dezenas de cidades de menor porte" (Revista Veja, Edição 1.751, 15 de maio de 2002)

Assinalemos, de acordo com o entendimento de Caldeira, cinco características principais que definem os chamados enclaves fortificados. Em primeiro lugar, os enclaves são propriedades privadas de uso coletivo. São fisicamente demarcados e isolados por muros, grades e outras barreiras físicas que: impõem divisões e distâncias; restringem os movimentos; criam lugares com regras de evitação e exclusão. Ademais, são espaços controlados por guardas armados e sistemas de segurança. Sobre este aspecto, numa notável passagem do livro, Teresa Caldeira demonstra a existência de uma elaboração simbólica na qual enclausuramento, isolamento, restrição e vigilância passam a ser significados como símbolos de status. Dito de outro modo, quanto mais segura e fortificada a propriedade, maior é o status de seu proprietário. A referida matéria da revista *Veja* oferece-nos uma idéia desses sistemas de segurança presentes nos enclaves.

"Um loteamento-padrão tem acima de cinquenta casas com área construída de 250 metros quadrados em média. A parte residencial é fechada por muros ou grades de 3 a 5 metros de altura. Sobre muros e cercas há cacos de vidro ou fios elétricos. Câmaras e guardas vigiam os limites da propriedade. Existe pelo menos uma portaria munida de guarita, cancela ou portão. Os seguranças ficam em contato por interfone com cada uma das casas, como nos edifícios residenciais" (Revista Veja, Edição

1.751, 15 de maio de 2002).

Os enclaves fortificados ainda são flexíveis em termos de sua localização. Isto, para nós, tem uma importância especial. Segundo a antropóloga, *"devido ao seu tamanho, às novas tecnologias de comunicação, organização do trabalho e aos sistemas de segurança, eles são espaços autônomos e independentes do seu entorno, que podem ser situados em praticamente em qualquer lugar. (...) **podem ser situados em áreas rurais** ou na periferia, ao lado de favelas e casas autoconstruídas"* (Caldeira, 2000:259, grifos meus). Assim, os condomínios fechados pesquisados em Vinhedo, embora não estejam fisicamente no perímetro de uma grande metrópole, podem ser considerados como enclaves fortificados se levarmos em conta as observações de Caldeira quanto à sua flexibilidade de localização.

Por último, mas não menos importante, os enclaves são ambientes socialmente homogêneos. A esse respeito, vejamos o que diz o trecho da já mencionada reportagem de uma revista de circulação nacional brasileira.

"Além da busca por tranquilidade e segurança, o que atrai essas famílias para os subúrbios é o padrão social do vizinho. Quem compra um lote num megacondomínio sabe que os outros moradores terão as mesmas condições econômicas e, na maioria dos casos, formação cultural e grau de escolaridade semelhantes. Pode-se dizer que são a primeira experiência brasileira de bairros economicamente homogêneos. A maioria dos moradores de condomínios fechados é casada, tem entre 35 e 45 anos e de dois a três filhos menores de 15 anos. São executivos, profissionais liberais e comerciantes com renda mensal que varia de 7.000 a 15.000 reais" (Revista Veja, Edição 1.751, 15 de maio de 2002).

Entende Caldeira que os sistemas de segurança e os ambientes socialmente homogêneos, típicos dos enclaves fortificados, têm gerado processos de discriminação socioespacial e de intolerância com o outro. Numa frase que bem que poderia servir de síntese ao seu estudo, a antropóloga diz:

"Relacionar segurança exclusivamente ao crime é ignorar todos os seus outros significados. Os novos sistemas de segurança não só oferecem proteção contra crime, mas também criam espaços segregados nos quais a exclusão é cuidadosa e rigorosamente

praticada. Eles asseguram 'o direito de não ser incomodado', provavelmente uma alusão à vida na cidade e aos encontros nas ruas com pessoas de outros grupos sociais, mendigos e sem-teto" (Caldeira, 2000:267).

Enclaves em Vinhedo



Vista do condomínio Santa Fé (2003)

Compreenderemos melhor o alcance das consequências práticas desses sistemas de segurança se levarmos em conta algumas situações presenciadas em Vinhedo. A seguir, relato brevemente minha experiência nos momentos em que tive que me identificar para poder entrar nos condomínios e realizar as entrevistas.

Na entrada dos condomínios onde fiz pesquisa de campo, Santa Fé e Chácaras do Lago, há uma portaria com guarita que serve para barrar o acesso dos visitantes que desejam entrar. Durante o período de entrevistas, ano de 2003, dois guardas vestidos com fardas semelhantes às dos policiais militares faziam o reconhecimento dos que chegavam. Ao primeiro, competia aproximar-se do meu carro, pedir minha identificação – normalmente, meu nome e registro geral – e o nome do proprietário do imóvel que desejava visitar. Na maioria das vezes, este guarda portava uma prancheta onde anotava meu nome, a placa do

meu veículo e a casa que iria visitar. Uma vez identificado e ciente de onde queria ir, o primeiro guarda avisava o outro que estava dentro da guarita e ao lado do telefone. A função deste segundo guarda era discar o número do proprietário do imóvel que eu havia anunciado. Seguia-se um período de espera que podia durar alguns segundos ou até minutos. Nesse momento, sentia-me num limiar classificatório. Não era um completo estranho, pois havia me identificado. Tampouco não era ainda bem vindo, pois minha entrada não havia sido autorizada. Quando o guarda conseguia falar com o proprietário e este me autorizava a entrar, a cancela, que até então barrava a entrada de meu carro, finalmente abria-se aos pequenos trancos. Enfim, estava dentro do condomínio.⁴⁵

Notemos, a partir deste meu breve relato, como a entrada dentro dos enclaves fortificados é precedida por uma série de negociações e avaliações cercadas por regras de tratamento que restringem os movimentos. Há, por assim dizer, uma rotina na identificação do visitante, descrita no parágrafo anterior, a qual envolve um certo tipo de abordagem, determinadas perguntas e procedimentos que são tidos como rotineiros. Tudo em nome da segurança. Devo acrescentar algumas informações adicionais fundamentais na definição das minhas regras de tratamento. Sou branco e meu automóvel, embora não muito luxuoso, não era muito antigo no momento das entrevistas (2003).⁴⁶ O problema, como bem demonstra Caldeira, é quando se tem uma aparência “errada”.

"Eles [os enclaves fortificados] são distantes, para serem aproximados só de automóvel e apenas por seus moradores, uns poucos visitantes e, é claro, os empregados que devem ser mantidos sob controle e comumente são encaminhados para uma entrada especial – a famosa entrada de serviço. Alguém com a aparência errada e que insiste em caminhar só pode suscitar dúvidas e reações ambíguas nos empregados, que têm

⁴⁵ Em alguns enclaves, o momento de espera pode ser feito em verdadeiras gaiolas cercadas por portas de ferro. Numa matéria recente do jornal *Folha de São Paulo*, que trata sobre o mercado de imóveis de luxo da cidade de São Paulo, encontramos um sugestivo exemplo. “Em visita com corretores a um prédio na praça Pereira Coutinho, em Vila Nova Conceição, a reportagem experimentou na portaria um sistema parecido com o declusas fluviais: da calçada até o acesso ao hall social, passou por duas pesadas portas de ferro – a segunda só foi aberta quando a primeira se fechou” (*Folha de São Paulo*, 30 de maio de 2004, p. C7).

⁴⁶ Dirigia-me às entrevistas num automóvel da marca Ford, modelo Fiesta, ano 2002.

que reproduzir na prática os códigos de classificação de seus padrões” (Caldeira, 2000:257–258).

Vemos, portanto, que o aparato de segurança não serve apenas para a proteção da violência, mas também para afastar do convívio social desses moradores outros grupos sociais indesejáveis, certamente, aqueles descritos pela autora como de aparência errada, numa alusão às marcações raciais e de classe. Mas, como sabemos, não é possível mantê-los à distância, pois os moradores dos condomínios dependem dos seus empregados. Afinal, são eles que aparam suas gramas, cuidam de seus jardins, de seus filhos, limpam suas casas etc. Aliás, como bem notaram Cardoso de Mello e Fernando Novais, devemos considerar que o padrão de vida levado pelos moradores dos condomínios beneficia-se muito do pagamento de baixos salários feito aos prestadores de serviço.⁴⁷ É necessário que esses prestadores de serviços entrem, que tenham acesso às suas casas. Ai, desenvolvem-se vários mecanismos de controle.

“O método básico dos ‘controles específicos’ consiste em dar poderes a alguns trabalhadores para controlar outros. Em vários condomínios, incluindo pelo menos dois onde fiz trabalho de campo, tanto empregados dos condomínios quanto empregadas e faxineiras de apartamentos individuais (mesmo aquelas que viviam lá) tinham que mostrar seu crachá de identificação para entrar e sair do condomínio. Muitas vezes, eles e seus pertences pessoais são revistados diariamente ao deixarem o trabalho. Esses arranjos em geral envolvem homens controlando mulheres” (Caldeira, 2000:272).

Não é somente nos locais pesquisados por Caldeira que encontramos procedimentos excessivos de reconhecimento em relação aos empregados. Em Vinhedo, nos condomínios pesquisados, foi frequente ouvir casos de abusos por parte dos guardas da portaria em relação aos caseiros. Começemos por este morador.

⁴⁷ “O padrão de vida da nova classe média beneficia-se muitíssimo dos serviços baratos. No Brasil, a empregada doméstica é barata, o churrasco-rodízio ou a pizza de segunda são baratos porque o churrasqueiro e o pizzaiolo ganham pouco, o salão de beleza é relativamente barato porque a cabeleireira e a manicure ganham pouco etc. Esse tipo de exploração dos serviços pela nova classe média reduz seu custo de vida e torna o dia-a-dia mais confortável que o da classe média dos países desenvolvidos” (Mello e Novais, 2000:632).

"Eles [caseiros] são humilhados na portaria. Eu passo com meu carro. Só falta eles me estenderem o tapete vermelho. Passa um caseiro, os caras mandam abrir porta-mala, manda descer do carro para revistar. Isso não pode perante a lei, ele não tem autoridade para isso, entendeu? Eu já vi inúmeras vezes. Inclusive já até alertei a diretoria, por causa disso aí, entende, pode dar até constrangimento ilegal, entende? Se o cara bate uma foto, ou filmam você fazendo a revista, e pede uma indenização, sabe, vocês vão dançar. Não pode. Não humilha o cara." (Arnaldo Giorgetti, 54 anos, morador de condomínio).

Como sugere este depoimento, é possível inferir um conjunto de regras que organiza os métodos de controle dos que ingressam nos condomínios. De modo bastante esquemático, diria que o suposto código que ordena as formas de tratamento nas portarias depende de um sistema de classificação social que leva em conta dois aspectos fundamentais: de um lado, a aparência, sobretudo para os visitantes, de outro, a posição ocupacional para os que residem e/ou trabalham.

Imaginemos, para exemplo, o controle na portaria feito para um visitante. A chance de sua identificação ser minuciosa e envolver constrangimentos de qualquer espécie dependerá principalmente da cor de sua pele e de seu automóvel. Num extremo, terão chance de ter o pior tratamento indivíduos da cor negra que dirijam automóveis antigos, baratos e em mau estado de conservação. Noutro lado, pessoas brancas e dirigindo automóveis novos, caros e em bom estado terão chances maiores de uma rápida identificação. A título de exemplo, moradores disseram ter ido visitar amigos em outros condomínios e que nenhuma identificação foi solicitada. A cancela da portaria foi aberta, sem qualquer procedimento de reconhecimento, simplesmente porque eram brancos e guiavam carros importados. Certamente, podemos pensar nas várias situações intermediárias delimitadas por esses extremos.

Em relação às formas de tratamento para com os moradores e trabalhadores, encontramos uma situação um pouco diferente. As classificações sociais definidas pela cor da pele e por objetos que anunciam hierarquias sociais deixam de ser as fundamentais.

Explico-me. Se o morador, ou algum membro de sua família, for patrão, ele terá um tipo de tratamento que, *grosso modo*, independe de sua aparência. Por outro lado, se for empregado, tal como caseiro, piscineiro, jardineiro, faxineiro, empregada doméstica etc, esta pessoa terá uma entrada separada e aumentam suas chances de ser submetido a uma revista meticulosa. Naturalmente, o esquema apresentado permite inúmeras variações se levarmos em conta as posições entre os extremos que foram mencionados. Poderíamos acrescentar também os códigos de vestuário como sendo importantes na definição das formas de tratamento. Além disso, vimos que alguns caseiros são também proprietários de casas dentro dos condomínios. Nesses casos, a condição de proprietário sobrepõe-se à de caseiro

Isto posto, recapitulemos o depoimento de Arnaldo Giorgetti, quando ele fala da humilhação a que são submetidos os caseiros. Outro morador utilizou-se também do verbo humilhar para expressar as formas de tratamento recebidas pelos caseiros.

"Aqui, eles são até humilhados quando entram, entendeu? Humilhados, assim, pedindo documentação exagerada, trancando. Tem uma entrada certa para o cara entrar, como qualquer outro condomínio. Não sei se isto é correto ou não, na nossa sociedade, porque para nós todo mundo é igual. Mas eu acho que existe uma certa distância. Eles são tratados com uma certa distância. Eu percebo isso" (José Pereira, 58 anos, morador de condomínio).

Interessante observar que, às vezes, como o exemplo abaixo sugere, são os próprios operadores dos mecanismos de controle as vítimas das formas de tratamento que intencionam manter distâncias sociais. Nesse caso, um funcionário da portaria, aquele responsável pela averiguação dos visitantes, foi repreendido por um morador por ser efusivo em seus cumprimentos.

"Eu cumprimento os caras. (...) Às vezes a gente até pega e faz um prato e leva para o cara da portaria, lá. Tem que ser assim, pô. Tem muita gente, por exemplo, para você ter uma noção de soberba. O cara achou ruim com um guarda lá porque toda vez que passava lá [na portaria] ele falava: tudo bem? [na visão desse morador] O cara tinha que ficar na dele. Abrir o portão e

acabou. Pô! Tem gente assim!” (José Dellaqua Filho, morador de condomínio, 60 anos).

Na visão do morador que fez a repreensão, a obrigação do funcionário da portaria era manter as distâncias sociais e não aproximá-las. Afinal, o guarda que exerce os mecanismos de controle, ele mesmo, também não é do mesmo nível social que os moradores dos condomínios. Sua obrigação, nesse sentido, é apenas servir como instrumento para aplicação do código de classificação dos padrões. É preciso, com efeito, deixar claro que essas formas de segregação social em relação aos caseiros e demais trabalhadores não se restringem somente ao momento de passar pela portaria ou ao ingresso dentro dos condomínios. No sugestivo exemplo, reproduzido abaixo, vemos como as pessoas dispensam tratamento diferenciado nos encontros internos, levando-se em conta a sua classificação, se patrão ou empregado.

“Vou te dar um exemplo. Se eu estiver bem vestido aqui e estiver no portão, eu sou cumprimentado por todo mundo que passa. Mas se eu, como eu gosto de estar à vontade e estou mexendo em alguma coisa, e eu estou no portão, eu sou mais ou menos um caseiro. Já cheguei a ser confundido aqui, pela minha situação de gostar de estar assim. Isso não me joga por um lado humilhante, o que eu penso é nunca me transformar como eles [aqueles que julgam pela aparência], entendeu? Eu não estou preocupado se eles me cumprimentam ou não, eu estou preocupado em não ser como eles. Isso na verdade é o que eu quero, né? Mas eu percebo isso, chegou uma pessoa aqui um dia inclusive procurando minha esposa, e ele não sabia. E ele chegou a perguntar: o dono da casa está, o patrão está?” (José Pereira, morador de condomínio, 58 anos).

Vemos que, no caso deste entrevistado, a forma como se vestia autorizou o visitante a caracterizá-lo como caseiro ao invés de patrão/morador. E isto não foi algo positivo, pois essa classificação fez com que muitos transeuntes não o cumprimentassem ou o tratassem com certo desdém. A esse respeito, veremos, no capítulo seguinte, como o sistema de vestuário pode ser uma ponte fundamental para a definição dos grupos sociais. Além dos encontros dentro dos condomínios, outro foco de atrito e de reafirmação de distâncias sociais dá-se no relacionamento com os padrões. Neste momento, relatos sobre situações

complicadas e constrangedoras emergem.

"Bebida. Briga de marido e mulher, interferência de polícia na relação marido/mulher, em Ibiúna [município próximo a São Paulo, onde o entrevistado tem uma chácara] e aqui também. Aqui não teve interferência de polícia, isso foi lá em Ibiúna, que o marido bateu na mulher e, mais covardemente, numa criança de 6 anos de idade, e aquilo mexeu comigo fui interceder, e aí numa distância de 100 metros mais ou menos da casa do caseiro, de repente, começa aquela briga, ele bate nela, a criança interfere, ele bate na criança com fio de arame farpado. Aí você não consegue ficar distante do problema. Você vai interferir. E interferir numa questão dessas você corre o risco de morrer. Estou falando de caseiros. Mas além de caseiros, tem a mão-de-obra que você contrata para fazer serviços, para fazer coisas que o caseiro não faz. Essa mão de obra, por exemplo, para furar um poço. Ele é um sujeito rude, de vida difícil. É um camarada que sofre para ganhar um dinheirinho. De repente, ele se desentende com você, ele joga todo aquele recalque nas tuas costas e te ameaça de morte (...) Será que você está pagando para solucionar o problema dele e não teu? Porque é muito comum, todo e qualquer tipo de mão de obra, seja caseiro, seja contratada, ele vem mais solucionar o problema dele de fome do que solucionar o teu problema. Porque não é uma mão-de-obra qualificada, é uma mão de obra qualquer. O cara aprendeu e fala: eu faço sim. E não faz nada! Ele inventa" (morador de condomínio).

Outras experiências negativas relacionadas à bebida também foram mencionadas por este outro entrevistado.

"Foi uma experiência triste [ter um caseiro residindo na casa]. Péssima. Porque no fim você descobre que o cara era um alcoólatra. Daí você não pode mandar embora por isso ou por aquilo. Porque você tem que indenizar para mandar embora. Você arranja um inimigo porque aqui, até pela característica que eu te falei, muita gente do Paraná. Eu acho que 70% aqui são familiares entre si. De uma maneira ou de outra, sabe. Ou são da mesma cidade, ou um casou com outra, com a filha do outro. Então arrumou problema com um, arrumou problema com todo mundo. Depois disso, você não põe mais ninguém aqui dentro" (morador de condomínio).

Resta, finalmente, considerar a menção a problemas de furtos ocorridos dentro das casas, como é o caso que reproduzo abaixo.

"Comecei a perceber coisas que sumiam da casa, não tinha como provar, dinheiro começou a sumir da minha bolsa, as coisas do meu marido. Passei recados, mostrei que eu estava

sabendo. Até que chegou um dia que ela roubou um cheque do meu marido e botou na conta dela. Ai a gente teve como provar. Graças a Deus. Eu estava numa situação complicada porque já vinha querendo mandar ela embora por causa dessas coisas. Ela era muito arrogante. Ele não. Ela era muito arrogante e respondona mesmo. Mas ela tinha percebido que eu tinha me apegado muito nas crianças. O material escolar a gente é quem dava, uma porção de coisas que a gente tentava compensar um pouco, né? E ela começou a usar dessa relação que a gente tinha com as meninas achando que ela não ia ser nunca mandada embora. Até que a história do cheque, eu consegui provar, ela naturalmente negou até o fim, mas eu cheguei a ir até a delegacia, fazer um boletim de ocorrência. Porque eu mandei ela embora, mas eu chamei os seguranças, para mandar ela embora e ter testemunha. Foi uma coisa muito desagradável” (moradora de condomínio).

Nada, entretanto, parece configurar-se tão explicitamente como uma situação de desigualdade quanto o depoimento descrito abaixo. Antes, porém, convém retomar as colocações de Elias e Scotson acerca dos jovens de Winston Parva. Num contexto em que as oportunidades de lazer eram escassas, os jovens que habitavam a zona dos *outsiders* eram muitas vezes impedidos de freqüentar os mesmos clubes dos jovens pertencentes à zona dos estabelecidos. Notemos o que disse esta moradora.

“Eu acho todo mundo bom [caseiros]. Nós temos amizades com todos eles. Inclusive eu brigo aqui no condomínio, porque tem essas quadras e o condomínio não permite que filhos de caseiro joguem. Eu acho isso um absurdo. Eu brigo por isso com a Ednéia [administradora do condomínio] por causa disso. Mas ela fala: não sou eu, é o pessoal que não quer. Os primeiros amigos que nós fizemos aqui eram caseiros. Que são amigos até hoje. E se você for ver, ele é mais bem de vida do que nós. Ele é caseiro mas tá fazendo uma bela duma casa numa vila em Atibaia. Então a gente tem muita amizade” (Leonora, moradora de condomínio)

Em Vinhedo, filhos de caseiros não têm os mesmos direitos dos filhos dos patrões, pelo menos no condomínio considerado. Nesse caso, a diferença estabelecida pela filiação (um é filho de patrão e outro é filho de empregado) traduz-se como uma forma de manter as distâncias sociais. Um filho de caseiro não pode fazer as mesmas coisas que um filho de patrão. Da mesma forma que os jovens de Winston Parva, por uma diferença que tinha no

tempo de residência daquela comunidade um fator importante na divisão dos grupos, também tinham direitos diferenciados.

Resumo

Na primeira parte deste capítulo, discuti algumas razões apresentadas pelos grupos entrevistados no sentido de justificarem sua chegada em Vinhedo. Entre os agricultores, a presença de várias gerações de residentes na região foi apresentada como uma característica que revela um vínculo denso com a localidade que, em muitos casos, é superior a um século. Além disso, vimos que a dimensão étnica aparece como um fator distintivo que marca a origem dessas famílias. A referência a um antepassado europeu pioneiro, que veio para o Brasil e obteve sucesso através de uma ética baseada na disciplina do trabalho e na restrição ao consumo, foi tida como característica marcante na identidade dessas famílias.

Em relação aos moradores mais recentes, a saber, os moradores dos condomínios e os caseiros, a pesquisa demonstrou que não se pode satisfatoriamente reduzir a escolha da cidade apenas levando-se em conta fatores relacionados à dimensão econômica. Para os moradores dos condomínios, vimos que a escolha da cidade não se restringe somente a critérios como facilidade de transporte, clima e disponibilidade de terra. Sugiro que se deva considerar também fatores de ordem pessoal, os quais acabam sendo fundamentais para a construção de vínculos prévios com a localidade e, portanto, decisivos para a escolha do município. A expressão “volta às origens”, nesse sentido, mostrou-se profícua para pensar essas motivações.

Da mesma forma, a pesquisa revelou que, para os caseiros a escolha da cidade não levou em conta apenas motivações de ordem econômica, isto é, aquelas geradas pelas novas oportunidades de emprego em função da proliferação de moradias na região. Procurei

evidenciar a complexidade que envolve estas escolhas. As quais, em grande parte, são determinadas por redes de relacionamento pessoal. Aliás, vimos como foi possível identificar, nas experiências dos caseiros, estratégias que possibilitaram a reestruturação do grupo familiar no local de destino. Demonstrei que, em muitos casos, a família continua a ter um papel fundamental como unidade socioeconômica, isto é, a individualização da força de trabalho não rompeu por completo os laços familiares anteriores. Sugeri, em sentido complementar, outras formas de apego a padrões culturais anteriores, que são importantes para compreendermos o universo que circunda os caseiros: a manutenção de uma autonomia no trabalho e o desejo da casa própria.

Na segunda parte, refleti sobre as relações sociais estabelecidas entre estes grupos. Ao contrário do que poderia parecer à primeira vista, evidenciei uma relação de mão dupla estabelecida entre os agricultores e moradores de condomínio. De um lado, os moradores dos condomínios são diretamente responsáveis pelas transformações recentes que afetam negativamente os agricultores, isto é, o aumento no preço da terra e o declínio da agricultura. Por outro lado, os agricultores – e aqui estamos no aspecto positivo – beneficiam-se dos novos padrões de consumo dos moradores dos condomínios. Vimos que os agricultores da região adaptaram-se aos novos padrões de consumo dos recém chegados através de alterações nos produtos cultivados, deixando de lado culturas anuais que demandavam muita terra e passando para o cultivo de hortaliças. Além disso, houve, com esta nova ocupação, um aumento expressivo no preço da terra, ocasionando uma valorização significativa nos imóveis dos agricultores proprietários. Essa relação de mão-dupla, ademais, foi importante para compreender os adjetivos positivos acionados por estes grupos ao se referirem mutuamente.

Por outro lado, procurei demonstrar uma situação diferente em relação aos caseiros. Se, de um lado, os moradores dos condomínios foram caracterizados como pessoas que vieram promover o desenvolvimento da região, por outro, foi freqüente ouvir frases com

conteúdo discriminatório para designar os caseiros. Observei formas de estigmatização social praticadas contra os caseiros tanto pelo grupo dos agricultores como dos moradores dos condomínios. É nesse aspecto que reside o principal problema da configuração social observada em Vinhedo, pois, como demonstrei, essas formas de estigmatização social traduzem-se em formas de segregação social contra os caseiros.

Capítulo 6

Significações sobre rural

Rural como espaço administrativo

A divisão da população por situação do domicílio, isto é, entre aqueles que residem em locais considerados urbanos ou rurais é uma variável fundamental quando se trata da caracterização de uma população. Se olharmos, por exemplo, no sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), observaremos que, na seção destinada à apresentação dos dados históricos do Censo Demográfico, foram selecionadas apenas as variáveis sexo e situação do domicílio para apresentar as características gerais da população brasileira entre 1940 e 1996.⁴⁸

Tendo em vista a importância atribuída à situação do domicílio, vejamos a dinâmica dos dados relativos à população urbana e rural no Brasil e em São Paulo nos últimos sessenta anos.

⁴⁸ <http://www1.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico>, acessado em 11 de maio de 2004.

Tabela 22: População residente, urbana e rural, segundo Brasil e São Paulo – 1940/2000.

		1940	%	1950	%	1960	%	1970	%
Brasil	Urbana	12.880.182	31%	18.782.891.00	38%	31.303.034.00	45%	52.084.984.00	58%
	Rural	28.356.133	69%	35.181.303.00	64%	38.767.423.00	55%	41.054.053.00	44%
	Total	41.236.315	100%	51.944.397.00	100%	70.070.457.00	100%	93.139.037.00	100%
São Paulo	Urbana	3.188.111	44%	4.804.211.00	53%	8.018.743.00	83%	14.278.238.00	80%
	São Paulo	4.012.205	56%	4.530.212.00	47%	4.789.488.00	37%	3.485.709.00	20%
	Total	7.180.316	100%	9.334.423.00	100%	12.808.231.00	100%	17.771.948.00	100%
		1980	%	1991	%	2000	%		
Brasil	Urbana	80.438.408.00	88%	110.990.990.00	78%	137.775.580.00	81%		
	Rural	38.586.297.00	32%	35.834.485.00	24%	31.835.143.00	19%		
	Total	119.024.706.00	100%	146.825.475.00	100%	169.610.693.00	100%		
São Paulo	Urbana	22.198.378.00	89%	28.314.861.00	93%	34.531.635.00	93%		
	São Paulo	2.344.334.00	11%	2.274.064.00	7%	2.437.841.00	7%		
	Total	25.040.712.00	100%	31.588.925.00	100%	36.969.476.00	100%		

Fontes: Censo demográfico, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 1997, p. 1.
 Resultados do Censo de 1991, 2000, 2010, 2013, 2017, 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2017, p. 1.

Com base nos dados apresentados acima, observamos que o século XX testemunhou mudanças abissais em termos da composição da população rural e urbana. Isto vale tanto para São Paulo como para o Brasil. Em 1940, cerca de 70% da população brasileira viviam em locais considerados rurais. Num intervalo de sessenta anos, isto é, em 2000, temos uma situação inversa: 80% residem em locais considerados urbanos. Em termos absolutos, são cerca de 137 milhões de pessoas vivendo em áreas urbanas e 30 milhões em áreas rurais. É preciso salientar que a passagem da população rural para a urbana obedeceu tempos diferentes se levarmos em conta as diferentes regiões do país. Em São Paulo, por exemplo, a população urbana ultrapassou a rural nos anos 50, enquanto em todo Brasil essa inversão somente ocorreu nos anos 70. Além disso, o último Censo (2000) indica uma porcentagem de residentes urbanos em São Paulo que supera em 12 pontos o índice do país.

Dada a amplitude dessa transformação, cabe-nos indagar quais seriam os fatores

responsáveis para explicar o chamado êxodo rural, que, como vimos, seguiu uma trajetória evolutiva ao longo do século XX. O processo de industrialização brasileira tem sido considerado como fundamental para compreendermos essa mudança.

De modo bastante esquemático, o que muitos autores têm demonstrado (Furtado, 1964; Ianni, 1971; Mello, 1988; Mello e Novais, 1998, Draibe, 1985, entre outros) é que o sistema político-econômico brasileiro passou por mudanças estruturais profundas após a revolução de 1930. Antes de 1930, vivíamos numa economia agro-exportadora, que dependia do mercado externo tanto para definir os preços de nossos principais produtos exportados (café, por exemplo) como para importar bens de consumo. Após 1930, passa-se, paulatinamente, a estabelecer contornos de uma economia industrial. A qual, num primeiro momento, promove um processo de substituição de importações para, em seguida, avançar para o setor de bens de capital.⁴⁹ Nas palavras de Celso Furtado.

"A partir de 1930, com o colapso da economia colonial, o país entra numa fase de modificações estruturais irreversíveis, cujo alcance somente muito mais tarde seria percebido (...) A partir de então, a economia brasileira já não depende apenas, para crescer, de impulsos vindos do exterior. Criara-se no país um centro dinâmico apoiado no mercado interno" (Furtado, 1964:116-117)

Em relação às transformações concernentes à mão-de-obra, Eunice Durham considera que *"o migrante nacional passa a substituir o migrante estrangeiro como mão-de-obra mobilizada para promover o desenvolvimento econômico"* (Durham, 1973:16). Lembremos que no período entre o final do século XIX e início do século XX, o Brasil recebeu

⁴⁹ Mello (1988) considera que a implantação do Capitalismo no Brasil obedeceu as seguintes fases: 1) economia exportadora capitalista (antes de 1930); 2) industrialização restringida (1933-1955) e 3) industrialização pesada (1956-61). Vale lembrar que a característica definidora da fase de industrialização pesada é a presença de um setor de bens de produção capaz de crescer adiante da demanda e, portanto, determinar o processo de crescimento industrial. Não podemos deixar de mencionar o papel do Estado no processo de industrialização brasileira já que, como demonstra Sônia Draibe, atuou como um importante agente promotor do desenvolvimento econômico. Em suas palavras: *"De uma à outra fase da industrialização, com autonomia, força e capacidade de iniciativa, o Estado brasileiro planejou, regulou e interveio nos mercados, e tornou-se ele próprio produtor e empresário; através de seus gastos e investimentos, coordenou o ritmo e os rumos da economia e, através de seus aparelhos e instrumentos, controlou e se imiscuiu até o âmago da acumulação capitalista"* (Draibe, 1985:20).

um contingente expressivo de imigrantes, dentre os quais muitos italianos, tal como vimos no capítulo dois. O processo de mudança da base econômica a partir de 1930, portanto, implicou em transferências maciças de população das áreas rurais para áreas urbanas. Avaliação semelhante faz Paul Singer (1973). Para o economista, o desenvolvimento da economia industrial no Brasil após a década de trinta ocorreu de forma simultânea com o processo de urbanização. Entende este autor que existem basicamente fatores de expulsão e de atração que condicionam os processos migratórios conhecidos como êxodo rural.

Dentre os de expulsão, Singer destaca a introdução das relações de produção capitalistas no campo que, em linhas gerais, promoveram a expulsão de camponeses e a redução do nível de emprego. Graziano da Silva (1998), por exemplo, utiliza o termo "modernização conservadora" como forma de definir a penetração do capitalismo, em sua fase industrial, nas relações de produção agrícolas. Considera Graziano que a industrialização da agricultura brasileira iniciou-se em meados da década de sessenta e representou uma mudança qualitativa fundamental no processo de transformação da base técnica da agricultura. A vertente moderna principiou-se com a formação de um setor de bens de capital e de insumos básicos para a agricultura (fertilizantes, defensivos, máquinas e equipamentos, por exemplo) que promoveram transformações profundas nas relações de produção do campo. Com a incorporação de inovações tecnológicas, a produção agropecuária passa a não ser mais tão limitada pelas condições naturais (dadas pela terra, pelo clima etc.), tem-se um aumento da produtividade por hectare e a possibilidade de auto-suficiência alimentar. Por outro lado, e aqui estamos naquilo que o autor considera como vertente conservadora, o processo de modernização da base técnica da agricultura não resultou numa reestruturação da propriedade da terra no Brasil. Além disso, as inovações tecnológicas foram poupadoras de mão-de-obra ocasionando queda no nível de emprego no campo.

Naturalmente, a penetração do capitalismo no campo não envolveu somente

questões relativas à produção agropecuária *stricto sensu*. Antonio Candido e Eunice Durham, por exemplo, demonstraram a complexidade desse processo, o qual envolve, entre outros aspectos, a inclusão dessas populações numa economia monetária (necessidade crescente de dinheiro) e a adoção de novos padrões de consumo – produtos industrializados, por exemplo – que passaram a fazer parte do dia-a-dia das pessoas que viviam em ambientes rurais. O autor dos *Parceiros do Rio Bonito*, por exemplo, mostra com extrema clareza a dependência cada vez maior que o homem rural passa a ter em relação às cidades.

"Desapareceram, ou estão desaparecendo: tipiti, prensa de mandioca, monjolo, moinho, engenhoca, pilão de pé, prensa manual, assim como as técnicas correspondentes. Não tardará o dia em que desapareçam também os pilões de mão, fornos de barro, peneiras, que ainda representam os restos do equipamento tradicional. O homem rural depende, portanto, cada vez mais da vila e das cidades, não só para adquirir bens manufaturados, mas para adquirir e manipular os próprios alimentos" (Souza, 1987:142).

Não é somente a produção de alimentos que depende dos utensílios provenientes da cidade. Ainda no terreno da cultura material, Antonio Candido apresenta outros exemplos, tais como a substituição dos remédios naturais pelos de farmácia, do cigarro de palha pelo industrializado entre outros. Vê-se, nesses casos, que a influência urbana é exercida pela introdução de novos hábitos de consumo, os quais, como considera Eunice Durham, põem em xeque uma certa estabilidade existente anteriormente.

"A percepção da necessidade de 'melhorar de vida' é decorrência de uma quebra do isolamento relativo e a inclusão numa economia competitiva. É a criação de novas necessidades que rompe o equilíbrio econômico. Como o novo equilíbrio só pode ser estabelecido em níveis mais altos de produção e consumo, o trabalhador sente esta situação como necessidade de 'ascensão' social. Isto é, a melhoria de vida não é apenas uma aspiração individual, mas condição indispensável para a própria sobrevivência da população" (Durham, 1973:114).⁵⁰

⁵⁰ João Manuel Cardoso de Mello e Fernando Novais (1998) fortificam o entendimento de Durham nesse aspecto. Para os autores, não se pode reduzir os fatores de atração somente levando-se em conta a questão da oferta de postos de trabalho presente nas cidades. Há de se levar em conta, nessa complexa equação, o desejo de partilhar novos padrões de consumo e ter acesso a serviços públicos. Estes, por sua vez, são interpretados como forma de

Frente à necessidade de ascensão social, produzida por fatores históricos, Durham sugere que há basicamente duas opções para as populações rurais: uma delas é exercer outra atividade, especialmente ligada ao comércio, e "*a outra alternativa que se apresenta à situação de pauperização crescente do agricultor é a migração*" (Durham, 1973:119).⁵¹

É importante considerar que, tanto para a antropóloga como para o autor dos *Parceiros do Rio Bonito*, a migração se coloca como uma alternativa viável porque esta já fazia parte do repertório cultural dessas populações. Na penetrante observação de Antonio Candido: "*a urbanização veio propiciar ao caipira, no plano ecológico, novas manifestações de sua velha e já aqui muito comentada tendência para o nomadismo*" (Souza, 1987:222). Pensemos, por exemplo, na mobilidade espacial como um recurso importante nas economias de subsistência, dada por uma agricultura itinerante que pressupõe constantes deslocamentos geográficos. Neste sentido, o deslocamento espacial não é algo novo dentro do modo de vida dessas populações, ou, utilizando uma fecunda frase de Durham, o deslocamento já se fazia presente no chamado "*equipamento cultural tradicional*" dessas populações (Cf. Durham, 1973:119).

Uma vez entendidos alguns fatores de expulsão, convém agora dirigir nossa atenção para os chamados fatores de atração dessas populações rurais. De acordo com Paul Singer,

ascensão social. Assim, dizem os autores: "*E observam: o ônibus; o trem; o caminhão; o jeep; o automóvel; o rádio do bar, que toca música, dá notícias, irradia futebol; o consultório do médico, a farmácia, o posto de saúde, tão longe; as ruas iluminadas; o cinema; o modo de vestir das pessoas; a variedade de alimentos no armazém; a escola. Depois, já nos anos 60 e 70, a televisão toma, no bar, muitas vezes o lugar do rádio. Até nas pequenas cidades ou nos vilarejos lá está ela, no alto, colocada no ponto de encontro ou na praça: todos estão vendo a novela das oito. Como na música do notável Chico Buarque, vêem o Brasil na TV. Observam tudo e conversam. E recebem cartas de parentes, compadres e vizinhos que foram morar na cidade – cartas escritas e lidas pelo favor de quem é alfabetizado. E as cartas falam de outra vida, melhor, muito melhor. A cidade não pode deixar de atraí-los*" (Mello e Novais, 1998:580). É importante considerar que o "notável" Chico Buarque, em canção mais recente, já percebeu, com a sensibilidade que lhe é peculiar, um movimento de retorno ao campo, especialmente de alguns trabalhadores urbanos vinculados a movimentos sociais como o MST. "*A cidade não mora mais em mim, Francisco, Serafim, vamos embora (...) Ó Manuel, Miguelim vamos embora*".

⁵¹ Ao tratar do comércio como estratégia para gerar capital num contexto de populações que vivem primordialmente da agricultura, Durham retoma importantes contribuições de Maria Isaura Pereira de Queiroz e Juarez Brandão Lopes. No livro *Bairros Rurais Paulistas*, Maria Isaura afirma que "no meio rural, o comércio constitui importantíssimo fator de progresso" (Queiroz, 1973:29). Numa entrevista coletada por Juarez Lopes, um trabalhador urbano de origem rural disse o seguinte: "o sítio era para manter a família e os negocinhos eram para tocar a vida" (Lopes, apud Durhan:118).

são os fatores de atração que determinam a orientação dos fluxos e as áreas às quais os migrantes se destinam. Mas, afinal, quais são eles?

"Entre os fatores de atração, o mais importante é a demanda por força de trabalho, entendida esta não apenas como a gerada pelas empresas industriais mas a que resulta da expansão dos serviços, tanto dos que são executados por empresas capitalistas como que são prestados por repartições governamentais, empresas públicas e por indivíduos autônomos. (...) O ponto relevante, nesta discussão, é que a procura de força de trabalho, na cidade, dadas as mudanças técnicas decorrentes da industrialização, é uma função do tamanho e da composição do produto gerado pela economia urbana" (Singer, 1973:40-43).

São nas cidades, portanto, que se encontram as oportunidades de trabalho para esse contingente populacional que vivia no campo. Esses empregos são oferecidos pelos setores industrial, comercial e de serviços. Notemos, na interpretação do economista, que o fator preponderante de atração é a oferta de mão-de-obra, a qual se encontra mais presente nos ambientes urbanos. O rural, nesta acepção, é tido como local de atividades primárias e as cidades, como local das atividades comercial, industrial e de serviços. De um lado, queda no nível do emprego dada pela penetração do capitalismo no campo e, de outro, maiores oportunidades de trabalho que advêm de setores que demandam mão-de-obra, especialmente o terciário.

Os números do processo de urbanização da população brasileira assustam. Como vimos, houve uma inversão na proporção de habitantes que residiam em áreas urbanas e rurais no Brasil num curto período de tempo. Em São Paulo, esse processo foi ainda mais rápido tal como demonstram os dados dos Censos. Em função da amplitude e velocidade dessas transformações econômicas e demográficas, Mello e Novais (1998), por exemplo, caracterizaram a sociedade brasileira desse período como uma *sociedade em movimento*.

"Os trinta anos que vão de 1950 a 1980 – anos de transformações assombrosas, que, pela rapidez e profundidade, dificilmente encontram paralelo neste século – não poderiam deixar de aparecer aos seus protagonistas senão sob uma forma: a de uma sociedade em movimento. Movimento de

homens e mulheres que se deslocam de uma região a outra do território nacional, de trem, pelas novas estradas de rodagem, de ônibus ou amontoados em caminhões paus-de-arrara. São nordestinos e mineiros, fugindo da miséria e da seca, em busca de um destino melhor em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Paraná da terra roxa; depois são expulsos do campo pelo capitalismo, de toda parte, inclusive de São Paulo, do Paraná, agora hostil ao homem; são gaúchos que avançam pelo Oeste do Paraná, alguns entram para o Paraguai; outros vão subindo para Mato Grosso do Sul e Goiás, passam pela nova capital, Brasília, em direção à fronteira norte, ao Mato Grosso, Rondônia, Amapá, Sul do Pará, Sul do Maranhão, onde se encontrarão com outra corrente migratória de nordestinos" (Mello e Novais, 1998:585–586).

Relativizando o êxodo

Sem negar a existência dos processos sociais descritos como êxodo rural e urbanização, ou melhor, de que houve um deslocamento populacional importante no Brasil ao longo dos últimos sessenta anos motivado por transformações socioeconômicas, alguns autores (Veiga et al., 2001, Veiga, 2003, Veiga, 2004, Wanderley, 2000) rediscutem a amplitude e as consequências desse movimento.

José Eli da Veiga advoga a necessidade de haver uma renovação no pensamento brasileiro sobre as tendências da urbanização em nosso país. De acordo com este autor, as análises sobre o processo de urbanização brasileira foram marcadas por uma vertente fatalista, isto é, de que o desenvolvimento capitalista "*transformará a população rural em mera reliquia de um ultrapassado subdesenvolvimento*" (Veiga et al., 2001:8). Com efeito, os números apresentados pela série histórica dos Censos corroboram este entendimento. Levando-se em conta a evolução da população urbana nos últimos sessenta anos, projeções descritas por Veiga estimam que em 2015 cerca de 90% da população brasileira residirá em ambientes urbanos e, por volta de 2030, a população rural brasileira finalmente extinguir-se-á (idem, ibidem:8).

Antes de prosseguir no desenvolvimento de seu raciocínio, convém mencionar que

nem todos os autores que trabalharam com a temática do êxodo rural compartilham a tal tese fatalista descrita por Veiga. Nos anos setenta, por exemplo, Eunice Durham já demonstrava a necessidade de levar em conta a complexidade que envolve os processos migratórios.

"Essa colocação apresenta os inconvenientes de constituir uma simplificação estática de uma realidade complexa e dinâmica, onde o subdesenvolvimento de certas regiões só é compreendido como sobrevivência do passado. Perde-se de vista a integração entre estes diferentes sistemas, onde um aparece como elemento necessário ao desenvolvimento do outro. A migração é justamente um dos fenômenos que apontam para esta inter-relação necessária" (Durham, 1973:9).⁵²

Alguns anos mais tarde, Afrânio Garcia Júnior sintetiza essa crítica com extrema lucidez.

"(...) tudo se passa como se as migrações das áreas rurais mais desfavorecidas para as cidades em expansão industrial fossem consideradas uma consequência simples e direta da supremacia adquirida pela indústria sobre a vida econômica do país. Ora, se a relação estabelecida entre as migrações e o desenvolvimento industrial não é falsa, ela é claramente insuficiente para explicar os fluxos migratórios. (...) A hipótese da emigração com mão única é portanto arbitrária, pois ela descarta, a priori, qualquer estudo dos deslocamentos que não tenham necessariamente por finalidade 'abandonar as áreas de declínio' e se 'integrar aos pólos de prosperidade'. Ela admite, implicitamente, que há uma homogeneidade dos objetivos entre os que partem" (Garcia Jr., 1989:12-13).

Mas, de qualquer maneira, sabemos que a correlação entre a expansão do capitalismo industrial, os processos de urbanização, a concentração da população em grandes metrópoles industriais e o esvaziamento das populações rurais foram muito importantes em análises sociológicas e econômicas que trataram da problemática da

⁵² Em outra passagem, Eunice torna-se ainda mais enfática em sua proposição. *"Desse modo, a integração de contingente crescentes de trabalhadores rurais nas cidades não significa apenas urbanização, mas é um aspecto de uma transformação no sistema socioeconômico que afeta tanto a cidade quanto o campo. Este problema é de importância crucial porque é necessário reconhecer que não se trata simplesmente de um fenômeno de atração das grandes cidades. A industrialização brasileira se dá paralelamente e em grande parte provoca uma crise profunda na sociedade rural"* (Durhan, 1973:39-40).

migração campo–cidade. Lembremos Mello e Novais, por exemplo, que caracterizaram o período entre 1930 e 1980 como de *"industrialização acelerada e urbanização rápida"* (Cf. Mello e Novais, 1998:621). Para José Eli da Veiga, contudo, uma análise do processo de urbanização brasileira deve desfazer uma dupla confusão que ao longo do tempo sustentou a assim chamada tese fatalista: a ficção estatística e a ficção histórica.

Em relação aquilo que considera como ficção histórica, Veiga problematiza a correlação entre determinados setores econômicos e sua localização espacial, isto é, a idéia de que as zonas rurais seriam locais de atividades relacionadas ao setor primário e as cidades, lugar dos setores secundário e de serviços. Sobre esse aspecto, argumenta o autor que a presença preponderante das atividades primárias nas zonas rurais não significa que os outros setores não possam estar presentes nessas áreas. Em países como a Noruega e Suécia, por exemplo, o emprego industrial é freqüentemente mais significativo em regiões rurais do que nas áreas urbanas, fato que contraria a concepção comum de que a produção industrial estaria intrinsecamente associada ao ambiente urbano (Cf. Veiga et al, 2001:11). Vimos, no primeiro capítulo, como a passagem no entendimento das zonas rurais como locais de produção para consumo abriu as portas para pensarmos num espaço rural mais diversificado.

Fica, portanto, claro na visão do autor que o desenvolvimento de uma região rural deixou há muito de depender do desempenho de sua agricultura. Aliás, defende José Eli que *"os espaços que permaneceram exclusivamente agrícolas foram os que menos favoreceram o dinamismo regional, mesmo que possam exibir altíssimos níveis de 'eficiência' (no sentido convencional, isto é, no pior sentido da palavra)"* (Veiga, 2003:12). Assim, o dinamismo das áreas rurais passa a depender dos outros setores econômicos, o secundário e, sobretudo, o de serviços, tal como demonstra nesta passagem.

"Se quiser ir diretamente para os mais dinâmicos, informe-se sobre o destino dos aposentados urbanos. Costuma ser o melhor sinalizador das áreas rurais que criam muitos empregos, pois as

aposentadorias das classes médias agitam as atividades culturais de localidades que têm razoável estrutura de serviços pessoais (com destaque para a saúde), além de disporem de amenidades relacionadas à preservação da natureza: diversidade paisagística, água limpa, ar puro e silêncio. Praticamente o avesso daquilo que você terá constatado na visita às áreas dominadas pela agricultura de ponta" (Veiga, 2003:73).

Devemos, portanto, considerar que os processos de desenvolvimento econômico não levam, necessariamente, a um esvaziamento das populações rurais. Veiga discorre sobre tendências contemporâneas em que se observa um caminho inverso, isto é, determinados setores de origem urbana migram para zonas rurais para lá fixarem suas residências. São aposentados, profissionais liberais, empregados de setores médios, entre outros. Vimos, no capítulo anterior, que o aporte desses novos moradores foi algo muito importante em Vinhedo.

Em relação aquilo que José Eli caracteriza como ficção estatística, é preciso levar em conta a definição do que é considerado como cidade no Brasil do ponto de vista da legislação vigente. De acordo com o Decreto-Lei 311 de 2 de março de 1938 (Cf. Veiga, 2003:57) são consideradas cidades todas as sedes municipais, independente da sua população, localização ou densidade demográfica. A partir desse critério, pequenas aglomerações populacionais são consideradas cidades o que põe em xeque os números do processo de urbanização.

"O caso extremo está no Rio Grande do Sul, onde a sede do município União da Serra é uma 'cidade' na qual o Censo de 2000 só encontrou 18 habitantes. Nada grave se fosse extravagante exceção. (...) De um total de 5.507 sedes de município existentes em 2000, havia 1.176 com menos de 2.000 habitantes, 3.887 com menos de 10 mil, e 4.642 com menos de 20 mil, todas com estatuto legal de cidade idêntico ao que é atribuído aos inconfundíveis núcleos que formam as regiões metropolitanas, ou que constituem em evidentes centros urbanos regionais. E todas as pessoas que residem em sedes, inclusive em ínfimas sedes distritais, são oficialmente contadas como urbanas, alimentando esse disparate segundo o qual o grau de urbanização do Brasil teria atingido 81,2% em 2000" (Veiga, 2003:32).

O critério brasileiro de considerar como cidade as sedes municipais, independente do

tamanho populacional, é seguido apenas por alguns outros países, tais como El Salvador, Guatemala, Equador e República Dominicana (Cf. Veiga et al., 1991:9). Sobre esse aspecto, Maria Nazareth Wanderley demonstra a diversidade de critérios utilizados para processar esses recortes administrativos entre rural e urbano. Na Europa, por exemplo:

"Na França, a definição mais corrente retém como rurais os municípios com menos de 2.000 habitantes. (...) Na Alemanha, existe uma tipologia de diferentes coletividades territoriais que reúne índices econômicos, número de habitantes e densidade populacional. Nesta tipologia existem regiões definidas pela sua 'vocação agrícola'. Na Grécia, não há definição; em sua falta, o critério da densidade populacional (30 hab./km²) é utilizado. Na Itália, não existem critérios para diferenciar o meio urbano do meio rural, mas são qualificados de rurais os municípios de menos de 10.000 habitantes. Os municípios são classificados segundo 13 critérios" (Wanderley, 2000:108).

Já nos Estados Unidos:

"Nos Estados Unidos, como é sabido, as estatísticas oficiais levam em conta dois níveis de análise. O primeiro diz respeito à distinção entre áreas metropolitanas e áreas não metropolitanas. As áreas metropolitanas correspondem às que possuem uma ou mais cidades com pelo menos 50 mil habitantes, bem como aos municípios a ela economicamente vinculados. As áreas não metropolitanas são as que se encontram fora das áreas metropolitanas e não possuem cidades com mais de 50 mil habitantes ou mais. O segundo nível aponta para a caracterização das áreas rurais, que são aqueles aglomerados que têm até 2.500 habitantes e que podem ser encontrados tanto nas áreas metropolitanas, quanto nas não metropolitanas" (Wanderley, 2000:111).⁵³

Através dos exemplos descritos acima, entendemos que as divisões administrativas entre rural e urbano não obedecem a um único critério e, conseqüentemente, variam de país

⁵³ José Eli da Veiga descreve da seguinte forma a divisão territorial norte-americana: "Hoje, o U.S. Census Bureau considera três níveis hierárquicos, independentemente de divisões político-administrativas. O primeiro é formado por assentamentos de mais de 50 mil habitantes que tenham um núcleo ('core') com densidade superior a 386 habitantes por quilômetro quadrado (hab/km²), e que podem ter zona adjacente com no mínimo metade dessa densidade (193 hab/km²). O segundo é formado por 'clusters' urbanos. São localidades menos povoadas – entre 50 mil e 2,5 mil habitantes – mas que atingem os mesmos níveis de densidade. Sobram para o terceiro escalão – o rural – as localidades com densidades bem inferiores, além de distantes dos dois tipos de manchas urbanas. Em 2000, 68% da população americana vivia nos 452 focos do primeiro escalão, 11% em 3.158 'clusters' urbanos, e os restantes 21% nas verdes áreas rurais" (Veiga, 2004).

para país. Evidentemente, como procurarei mostrar para o caso de Vinhedo, essas divisões administrativas interferem nas concepções sobre rural e urbano por parte da população.

Propõe José Eli da Veiga que a configuração territorial brasileira combine o tamanho do município com pelo menos dois outros critérios, a saber, a densidade demográfica e a sua localização. Em termos da localização, aqueles municípios situados nas 12 aglomerações metropolitanas, em 37 aglomerações urbanas e em 77 centros urbanos são, na visão do economista, representantes do Brasil inequivocadamente urbano.⁵⁴ Essa teia urbana, que compreende 455 municípios, abarcaria 57% da população segundo o Censo de 2000 (Cf. Veiga, 2003:33), ou seja, muito menos dos 81% já mencionados. Para os 5.052 municípios brasileiros restantes, o critério mais adequado para operar o recorte rural-urbano é o da densidade demográfica.

Dentre os municípios que não compõem a chamada teia urbana, 567 são considerados de médio porte porque têm população no intervalo entre 50 a 100 mil habitantes ou porque apresentam densidade demográfica superior a 80 hab/km², mesmo que tenham menos de 50 mil habitantes. José Eli considera esses casos como dúbios (Cf. Veiga, 2003:56) pois não pertencem nem ao Brasil essencialmente urbano nem ao rural. Nesses municípios viviam cerca de 13% da população em 2000.

O Brasil inequivocadamente rural seria composto, portanto, por 4.485 municípios que têm menos de 50 mil habitantes e menos de 80 hab/km². Nestes locais, viviam 30% da população brasileira, de acordo com o Censo de 2000. Assim, argumenta Veiga:

"Não é admissível que se considere mais de 90% do território brasileiro, 80% dos seus municípios e 30% da sua população como mero resíduo deixado pela epopeia urbano-industrial da segunda metade do século XX. Pior, não é possível tratá-lo como se nele existissem entre 4.500 e 5.000 cidades imaginárias" (Veiga, 2003:36).

⁵⁴ A presente divisão foi processada pelo estudo: *Caracterização e Tendências da Rede Urbana no Brasil* (Ipea/IBGE/Nesur-IE/Unicamp, 1999). Cf. Veiga et al., 2001:10.

Se levarmos em conta essa nova classificação proposta por Veiga, veremos que em 25% dos municípios considerados rurais houve um acréscimo populacional – para o período entre 1991 a 2000 – de cerca de 31,3% (Cf. Veiga, 2003:35). Nesse sentido, o Brasil rural não é formado apenas por municípios que estão se esvaziando, mas, por razões que ainda merecem ser melhor investigadas, nele estão presentes municípios que atraem moradores.

Com intuito de minimizar as distorções salientadas para o caso brasileiro, o IBGE, desde o Censo de 1991 e também para as PNADs (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio) a partir de 1992, desdobrou a dicotomia urbano–rural em subníveis, distinguindo situações diferenciadas de densidade demográfica e acesso aos serviços. Dessa forma, as áreas urbanas englobam: a) áreas urbanas; b) áreas urbanas não urbanizadas; c) áreas urbanas isoladas. Já as áreas rurais foram desdobradas em: a) áreas rurais – extensão urbanas; b) áreas rurais – povoados; c) áreas rurais – núcleo; d) áreas rurais outros; e) áreas rurais exclusive.⁵⁵ Este desmembramento foi fundamental para que as atividades de pesquisa, como as desenvolvidas no âmbito do Projeto Rurbano, coordenado por José Graziano e Rodolfo Hoffman, pudessem ser desenvolvidas.

Baseados em dados das PNADs, os pesquisadores liderados por Graziano da Silva chegaram a conclusões parecidas com as descritas por José Eli em termos da crítica à tendência de inexorabilidade do êxodo rural. Num texto em que o autor procura sintetizar contribuições do projeto Rurbano desde 1997, Graziano diz o seguinte:

"Os dados das PNADs mostram que a população rural chegou ao fundo do poço em 1996 (ano de contagem populacional), com 31,6 milhões de pessoas; mas a partir daí vem se recuperando, tendo atingido 32,6 em 1999, ou seja, quase um milhão de pessoas a mais. Isso significa uma taxa de crescimento anual da população rural de 1,1% ao ano, muito próximo do crescimento da população total de 1,3% a.a. no mesmo período. No Nordeste, as duas taxas se igualaram (1,1% ao ano) e, em São Paulo, o crescimento da população rural foi o dobro do total (3%

⁵⁵ Uma análise pormenorizada das definições sobre áreas urbanas e rurais pode ser encontrada em Del Grossi e Graziano da Silva, 2000.

a.a. contra 1,5% a.a.), indicando uma verdadeira "volta aos campos" que não se confunde com uma volta às atividades agrícolas, até porque parte significativa dessa população passou a residir em áreas rurais próximas as grandes cidades do interior e da capital do estado. Na região Sul, no entanto, a população rural ainda mostra sinais de queda, especialmente naquelas áreas que denominamos de rural agropecuário ou rural profundo" (Graziano da Silva, 2001b:5).

Apesar de concordarem no entendimento de que não é possível considerar as áreas rurais como resquício do processo de modernização, especialmente, em termos da dinâmica populacional, Graziano da Silva relativiza as críticas proferidas por Veiga. Em suas palavras:

"Acho exagerada e desnecessária a carga de Veiga e seus colaboradores (2001) contra nossa definição de cidade e o corte urbano/rural utilizado oficialmente no país. Na minha opinião, o problema não é o critério adotado pelo IBGE, porque é inevitável uma dose de arbitrariedade em qualquer definição. O problema está no uso que se faz no país dessas definições como orientadoras de políticas públicas" (Graziano da Silva, 2001b:18).

Essencialmente, entende Graziano que a divisão entre rural e urbano (por qualquer critério que se possa estabelecer) não é capaz de impor diferenças que justifiquem projetos de desenvolvimento diferentes, isto é, políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural (restrito aos municípios considerados rurais) e outras voltadas para ambientes urbanos. Veiga, nesse sentido, advoga um projeto de desenvolvimento específico para as áreas rurais. Indaga-se Graziano, judiciosamente, se é possível dissociar estratégias de desenvolvimento para um conjunto de municípios de uma estratégia de desenvolvimento para o país.

O êxodo dos que não foram

Vimos que o critério de definição territorial brasileiro considera como urbano toda a sede municipal, independentemente de seu tamanho populacional, localização e densidade demográfica. Uma análise crítica desse critério, tal como foi processada, nos fez

redimensionar a amplitude do processo do êxodo rural brasileiro. Mas, devemos também considerar, utilizando a fecunda expressão de José Eli da Veiga (2001), o chamado "êxodo dos que não foram".

A divisão entre rural e urbano implica na capacidade que os municípios têm de legislar sobre as áreas que compõem o seu próprio território. Em princípio, a regulação das áreas consideradas rurais deve ser feita pelo governo federal através de órgãos como o Ibama e Incra. Compete ao primeiro a regulação sobre os recursos naturais e, ao segundo, a regulação dos imóveis rurais (cf. Graziano da Silva, 2001:33). A gestão do espaço urbano, por outro lado, deve ser feita pelo poder municipal a partir de diversos órgãos. Sabemos, inclusive, que os dois impostos sobre propriedade, ITR (Imposto Territorial Rural) e IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano, têm destinos diferentes. Enquanto o dinheiro arrecadado com o imposto territorial rural vai para o governo federal, o imposto predial e territorial urbano fica com a prefeitura.

Assim, torna-se importante indagar quem define, de fato, a área considerada urbana e rural dentro dos municípios. É o poder municipal através da Câmara dos Vereadores. Uma vez que é a própria Câmara Municipal que define a área urbana e rural do município, José Eli da Veiga aponta alguns problemas:

"muitos residentes rurais viram urbanos sem que se tenham mexido. Basta que as Câmaras Municipais decidam redesenhar os perímetros urbanos, o que se tornou muito freqüente nas últimas décadas. Por razões fiscais, muitas preferiram inclusive declarar urbana a totalidade da área municipal" (Veiga, 2001).

O "êxodo dos que não foram", portanto, diz respeito ao contingente populacional que, sem se deslocar, deixa de ser classificado como rural e passa a ser classificado como urbano em função de mudanças na legislação municipal. Certamente, essa mudança reflete-se nos Censos e demais pesquisas que se utilizam da situação do domicílio como uma variável e põe em questão a grandeza dos números do êxodo brasileiro e a possibilidade de

compararmos dados da série histórica dos Censos relativos à situação do domicílio.

Convém agora retomar alguns aspectos que foram tratados no capítulo três. Vimos que a legislação sobre o espaço rural e urbano não pode ser vista como uma arena neutra. O exemplo de Vinhedo mostrou que o processo de fortalecimento do poder municipal frente ao seu território administrativo, exemplificado pelo progressivo alargamento do seu perímetro urbano, resultou em ações que favoreceram determinados grupos, sobretudo, os setores interessados no desenvolvimento imobiliário da cidade. Devemos considerar, nesse sentido, que, entre 1956 e 1997, nada menos do que 20 leis relacionadas à alteração do zoneamento físico do município – dentre estas a expansão do perímetro urbano – foram aprovadas pela prefeitura. Isto sem considerar o Plano Diretor Físico e Territorial do Município, aprovado em 1984 e que, até 1997, havia sofrido três alterações. No total, tal como podemos verificar na tabela abaixo, 24 leis relacionadas com a divisão territorial do município de Vinhedo foram aprovadas num intervalo de 40 anos.

Tabela 22: Distribuição das leis municipais que se relacionam com a divisão territorial por décadas

	Alterações no Zoneamento	Plano Diretor	Total
Década de 50 (1956 a 1959)	1		1
Década de 60	5		5
Década de 70	11		11
Década de 80	3	1	4
Década de 90 (1990 a 1997)		3	3
Total	20	4	24

Fonte: Pesquisa de Campo.

Constatemos, de início, que as décadas de 80 e, sobretudo, de 70 foram responsáveis por 15 leis das 24 do período considerado. Vejamos, agora, as mesmas variáveis relacionadas às administrações municipais.

Tabela 23: Distribuição das leis municipais que se relacionam com a divisão territorial por administrações municipais.

	Alterações no Zoneamento	Plano Diretor	Total
Mário Pescarini (1953 a 1957)	1		1
Abrahão Aun (1957 a 1961)	4		4
Antonio Elias (1965 a 1969)	1		1
Jair Mendes de Barros (1969 a 1973)	2		2
Manoel Matheus Neto (1973 a 1977)	3		3
José Gasparini (1977 a 1983 e 1988 a 1992)	9	2	11
Jonas Ferragut (1983 a 1988 e 1992 a 1996)		1	1
Milton Serafim (1996 a 2000)		1	1
Total	20	4	24

Fonte: Pesquisa de Campo

José Gasparini foi o prefeito que mais aprovou leis relacionadas à divisão territorial na cidade. Das 24 leis do período entre 1956 e 1997, 11 foram aprovadas nos dois mandatos do ex-prefeito. Além disso, como vimos no capítulo três, Gasparini considera que o plano diretor do município, aprovado em 1984 por Jonas Ferragut, foi um legado de sua administração. Argumenta aquele ex-prefeito que a idéia e as discussões acerca da formulação de um plano diretor para a cidade provém da época em que ele mesmo comandava a prefeitura.

Nesse sentido, os dados apresentados acima corroboram nossa hipótese, desenvolvida anteriormente, de que o ex-prefeito cumpriu um importante papel em relação ao processo de desenvolvimento da cidade, sobretudo em termos da atração de moradores para o município a partir da conversão de áreas rurais para áreas urbanas. Essa visão, como vimos no capítulo três, é compartilhada também por muitos moradores da cidade entrevistados. Mas, como salientamos neste mesmo capítulo, não podemos considerar as transformações socioespaciais da cidade como sendo fruto apenas da atuação de um único administrador. De fato, a atuação do ex-prefeito mostrou-se eficaz, em termos do contorno do desenvolvimento que a cidade adquiriu, porque era aceita e tida como válida por grande

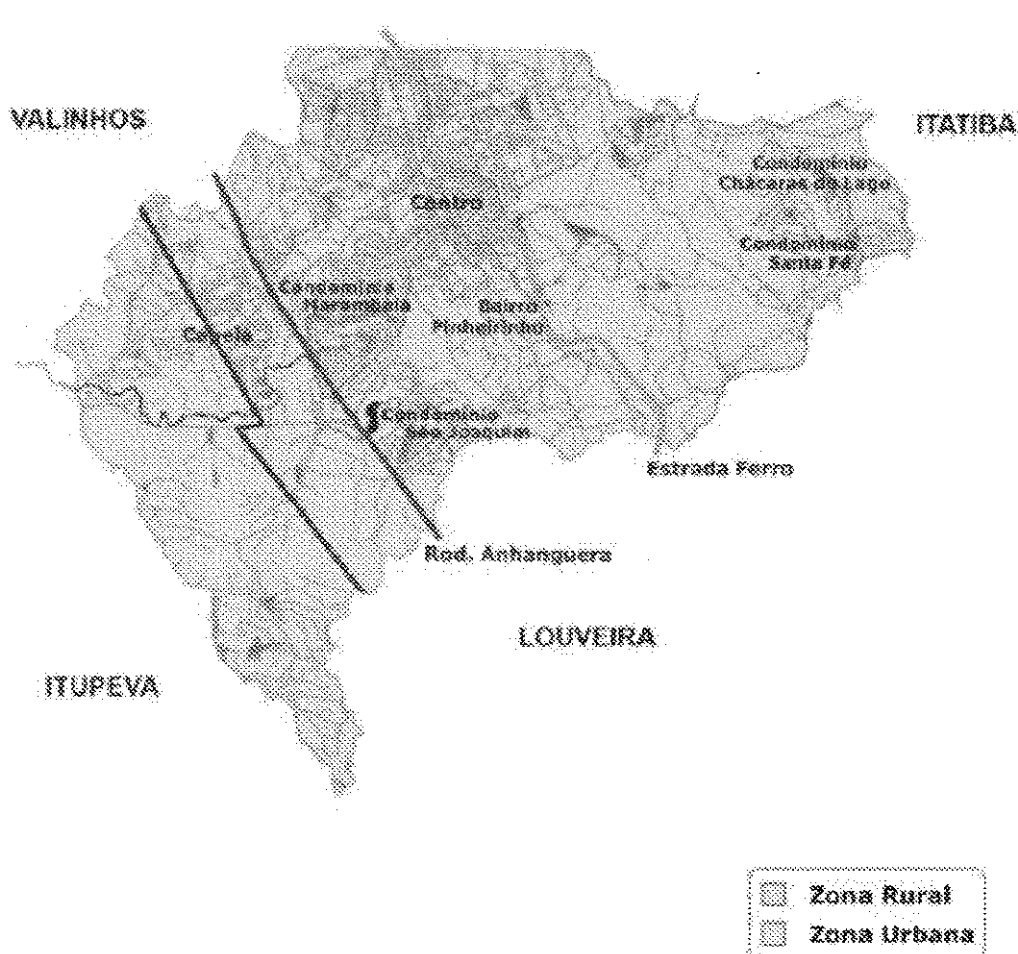
parte da população. Vimos também que a sociogênese desse projeto de desenvolvimento remonta aos anos cinquenta, período da emancipação da cidade, desenvolvido no capítulo dois.

As sucessivas alterações no zoneamento municipal e a consecução do plano diretor fizeram com que o perímetro urbano do município se ampliasse consideravelmente. Em 1979, a zona urbana do município totalizava 63,24 km², ou 74% da área total do município. Em 1980, já estava em 85 km². Em 2003, de acordo com o diretor da Secretaria da Fazenda da cidade, Milton Pinhata, atingiu 90% área do município, ou 72km².⁵⁶

⁵⁶ Fontes: Perfil Municipal, Fundação Seade <http://www.seade.gov.br/perfil/>, acessado em 26/03/04, Anuário estatístico do Brasil 1983. Rio de Janeiro: IBGE, v. 44, 1984 e lei municipal nº 935/79.

Zonas rurais e urbanas: consequências práticas

Figura 5: Mapa de Vinhedo: zona rural e urbana



É importante considerar que as classificações entre zona urbana e rural, além de propiciar caracterizações socioeconômicas e fomentar projetos de desenvolvimento, têm consequências na vida das pessoas. Sabemos que as divisões administrativas regulam as tributações das propriedades, isto é, definem se esta será alvo de cobrança do imposto predial e territorial urbano (IPTU) ou do imposto territorial rural (ITR).

É preciso ter em mente que, de acordo com a intenção do proprietário, há vantagens e desvantagens em ter uma área considerada como urbana. De um lado, o valor do imposto a ser pago é maior – comparado ao ITR – e isso representa uma desvantagem em relação às áreas rurais. Mas, por outro lado, se nosso hipotético proprietário quiser fracionar sua área em seções menores, digamos em terrenos de 500m², ele só poderá fazê-lo se sua área for considerada urbana. Veremos, em seguida, como esse critério administrativo pode ser importante na atribuição de significados sobre urbano e rural por parte de alguns entrevistados e como alguns conseguem "negociar" a inserção de suas propriedades de acordo com interesses específicos.

No município de Vinhedo, delimitações das áreas rurais e urbanas são definidas pelo Plano Diretor Físico e Territorial do Município (lei nº 1.246/84, artigos 202 e 203, folhas 70 e 71). São consideradas zonas urbanas as seguintes situações:

"Artigo 202: As zonas urbanas são aquelas fixadas por Lei nas quais existem pelo menos dois dos seguintes melhoramentos, construídos ou mantidos pelo poder público":

I – meio-fio ou calçamento, com canalização de água pluvial;

II – abastecimento de água;

III – sistema de esgotos sanitários;

IV – rede de iluminação pública, com ou sem posteamento, para a distribuição domiciliar;

V – escola primária ou posto de saúde a uma distância de 3 (três) quilômetros do terreno considerado para o lançamento do tributo.

"Artigo 203: Também são consideradas zonas urbanas, as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, ao comércio ou à indústria, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos do artigo anterior".

Observemos, inicialmente, que o acesso aos serviços públicos é algo fundamental na definição do que é urbano do ponto de vista da legislação municipal. Para que uma área seja considerada urbana, é necessário que ela receba pelo menos dois dos serviços descritos no artigo 202. É importante considerar a exceção prevista em lei, que são exatamente os loteamentos aprovados pela prefeitura. Se levarmos em conta os critérios estabelecidos pela

legislação municipal, vivem em áreas consideradas urbanas (72 km²) 98,13% dos 52.273 habitantes da cidade.⁵⁷ Em princípio, os proprietários das propriedades localizadas dentro do perímetro urbano da cidade deveriam pagar o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Algumas propriedades, no entanto, situadas na área urbana pagam o Imposto Territorial Rural (ITR), pois a Lei Complementar nº 3, de 10 de dezembro de 1997, que acresce o artigo 204-A à Lei 1.246/84, prevê algumas exceções.

"Artigo 204 – A: o imposto não é devido pelos proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores, a qualquer título, de imóvel que, mesmo localizado na zona urbana, seja utilizado, comprovadamente, em exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agro-industrial.

Parágrafo 1º: A não incidência se limitará à área efetivamente utilizada para os fins indicados neste artigo, definida com base em vistoria procedida pelo órgão municipal competente, sujeitando-se ao imposto a parcela eventualmente não utilizada.

Parágrafo 2º: Para usufruir o benefício o contribuinte deverá:
I – requerê-lo até o último dia do mês de dezembro de cada exercício, para o seguinte, sob pena de perda do benefício;
II – juntar ao requerimento, observado, no que couber, o parágrafo único do artigo 263, os seguintes documentos:

- a) comprovante do cadastramento, como produtor rural, junto à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo;*
- b) cópia da DIPAM – Declaração de Dados para Apuração da Participação dos Municípios na Arrecadação do ICMS, ou ITR – Imposto Territorial Rural –; relativos ao ano anterior;*
- c) comprovantes hábeis das vendas efetuadas durante o exercício".*

As exceções, previstas nesta lei complementar, sugerem a existência, do ponto de vista administrativo, de pequenas manchas rurais dentro do perímetro urbano. É importante frisar que o critério para o usufruto da isenção do imposto urbano baseia-se na esfera da produção, isto é, devem ser locais que desenvolvam atividades agrícolas, de pecuária ou extrativas. Talvez este critério, centrado na produção, nos ajude a compreender a força que

⁵⁷ Dados referentes ao ano de 2003. Fonte: Fundação Seade, Perfil Municipal.

as atividades agropecuárias tiveram na definição do rural por parte de alguns entrevistados, sobretudo dos agricultores proprietários de imóveis rurais localizados no perímetro urbano.

"É o lugar onde se planta fruta, planta. É roça. (...) o rural é onde se produz coisa agrícola, verdura, por exemplo, estufa, fruta" (Laurival Von Zuben, agricultor, 73 anos).

De acordo com informações obtidas junto ao diretor da Secretaria da Fazenda do município de Vinhedo, o contribuinte, para exercer o benefício da isenção do IPTU, deve apresentar mais dois documentos adicionais além dos previstos no parágrafo 2 do artigo 204: a escritura do imóvel e um croqui detalhado do mesmo no qual devem ser indicadas a área construída e a área onde se produz atividade agropecuária. Além disso, os interessados que quiserem recorrer do pagamento do IPTU devem fazê-lo todo ano, vale dizer, protocolar seus pedidos anualmente na prefeitura, anexar os documentos exigidos e aguardar decisão. As altas exigências burocráticas e a necessidade de serem renovadas ano após ano fazem com que o processo de requerimento da isenção seja uma tarefa bastante custosa, seja em termos de tempo como de recursos.

Em 2003, 25 proprietários solicitaram isenção do IPTU de acordo com informações do diretor da Secretaria da Fazenda. Na estimativa do diretor, cerca de R\$ 500.000,00 deixaram de ser arrecadados pela prefeitura em função desses requerimentos.⁵⁸ É preciso considerar que uma boa parte da área considerada como urbana ainda não está cadastrada para o pagamento do IPTU.⁵⁹ Para que haja a tributação do imposto urbano, é necessário que a prefeitura processe vistorias nos imóveis a fim de cadastrá-los. Dado ser esta uma atividade custosa e uma vez que a arrecadação com o IPTU representa cerca de 28% – ano

⁵⁸ Em três exemplos apresentados a mim pelo diretor, pude observar como há uma grande variação no que se refere ao tamanho da propriedade e valor do imposto cobrado. No primeiro caso, propriedade situada na região da Cachoeira, a área do imóvel é de 541.000m² (292m² de construção) e o valor cobrado de IPTU R\$ 58.123,00. Em outro caso, propriedade localizada no São Joaquim, local bastante valorizado na cidade por conter muitos condomínios residenciais, a área é de 96.000m² (sem construção) e o valor cobrado de R\$ 50.775,00. O último exemplo é de uma propriedade de 13.000m² localizada no bairro Paiol Velho e o imposto cobrado foi R\$ 2.320,00.

⁵⁹ Muitas propriedades localizadas no bairro do Pinheirinho, por exemplo, local que reúne algumas chácaras e sítios do município, não recebem carnê para pagamento do IPTU.

2003— das receitas do município, ainda não foi realizado um esforço no sentido de fazer o recadastramento da área urbana.⁶⁰ O qual está previsto, segundo o diretor, para ser feito ao longo do ano de 2004.

Levando-se em conta as disputas em torno da tributação concernente ao IPTU em Vinhedo, compreenderemos melhor por que grande parte dos agricultores referiram-se a questões administrativas quando perguntados sobre se o local onde moram era rural. Nesses casos, a percepção sobre o que é rural está fortemente associada aos critérios definidos pela legislação.

"Eu sou rural. Porque a gente dividiu isso aqui também, mas nós sempre deixou a metragem para pagar o Incra, né? Aqui é Incra. Porque se depender do IPTU, daí precisa vender" (Laurival Von Zuben, agricultor, 73 anos).

"O meu é rural, eu sou vinculado, eu pago todos os impostos rurais. Vem o meu Incra. Eu pago sindicato rural de proprietário. Eu pago sindicato estadual" (Carlos Ferragut, agricultor, 73 anos).

"Tanto que veio um imposto aqui para mim violento. R\$ 250.000. Vou abandonar? Não vou entregar. Sabe que eu fiz: eu mostro nota, eu sou rural. Tenho sítio, tenho a plantação. Eu vou brigar. Porque não pode ter bi-tributação em cima de uma área. Eu pago Incra. Eu vou brigar quantas vezes for possível com todos que estão" (Mariângela Storani, agricultora, 53 anos).

Observemos a utilização do pronome possessivo na frase dita pelo agricultor "o meu é rural". Este emprego denota uma idéia de exceção, isto é, de que a propriedade do entrevistado é rural embora outras, em situação semelhante, possam não se enquadrar na

⁶⁰ De acordo com o diretor, a arrecadação da prefeitura de Vinhedo para o ano de 2003 será de cerca de R\$ 76.000.000, dos quais aproximadamente 54% vem do repasse do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), 28% do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e 18% de fontes diversas — Pagamento de taxas de água/esgoto R\$ 4.200.000, ISS 4.100.000, IPVA R\$ 3.800.000; ITBI 1.600.000 e outras menos significativas —. Como a arrecadação do ICMS representa uma grande parte do montante dos recursos da prefeitura, convém entender um pouco melhor o seu funcionamento. O governo do Estado de São Paulo destina 25% da arrecadação total do ICMS para os municípios. É feito um índice da participação dos municípios na composição deste montante que serve de base para o repasse do dinheiro. Se, por exemplo, Vinhedo contribuir com cerca de 2% da arrecadação do ICMS do estado, a cidade terá direito a receber igual porcentagem do fundo. Em função da importância do ICMS na arrecadação da prefeitura, Pinhata afirmou que houve um esforço conjunto na secretaria para orientar os contribuintes da indústria e do comércio para um correto preenchimento do DIPAM (formulário preenchido por empresários e comerciantes que serve de base para o repasse das verbas) e isso

mesma categoria. Aliás, um dos sentidos atribuídos pelo dicionário Aurélio ao pronome "meu", qual seja, *"dedicado ou reservado a mim"*, parece corroborar esse entendimento. Vimos que, em função da situação peculiar de Vinhedo, ter uma propriedade rural e um entorno urbano não só é possível como ocorre com certa frequência.

A utilização do verbo ser na frase *"eu sou rural"* torna-se igualmente significativa, pois denota uma condição permanente, ou pelo menos habitual, da condição de rural de dois entrevistados. Este senso torna-se bastante pertinente se levarmos em conta que eles desejam provar para um órgão público, caso da prefeitura, que suas propriedades fazem parte de uma área caracterizada como rural.

A partir desses depoimentos, podemos considerar que o rural aparece, nesse contexto, como um espaço físico determinado. A distinção administrativa entre zonas rurais e zonas urbanas está associada a limites territoriais com consequências práticas importantes na vida desses moradores. Ter uma propriedade enquadrada na classificação de rural significa, no contexto de Vinhedo – e em outros semelhantes –, a possibilidade de pagar menos imposto. Isto faz com que pertencer a um espaço determinado seja objeto de demanda por parte desses entrevistados, os quais, aliás, utilizam-se de estratégias variadas para reafirmar sua identidade de produtor rural, tais como filiar-se a sindicatos, associações e outras entidades de classe. Em suma, luta-se para ser rural!

Rural como modo de vida

Se as divisões administrativas foram importantes na definição do que significa rural para esse grupo de agricultores proprietários de terras, não podemos dizer que o mesmo

representou um aumento substancial no valor arrecadado do fundo. Há um grupo de técnicos da prefeitura que auxiliam o preenchimento correto na empresa do DIPAM.

ocorra para outros grupos considerados. Vimos, nas páginas anteriores, que a definição do rural e do urbano a partir da vertente administrativa traz consequências práticas para a vida de certas pessoas, especialmente para os proprietários de imóveis na região de Vinhedo. Nesse sentido, falar de rural e de urbano para esses entrevistados é pensar nos limites territoriais que envolvem essas divisões. O rural, nesse contexto, torna-se objeto de demanda política por parte desses moradores.

Sabemos, entretanto, que a significação sobre o rural e o urbano pode não estar conectada a um espaço físico determinado. Já foi mencionado, no primeiro capítulo, que o Rural pode ser definido não a partir de propriedades geográficas, mas como uma forma de classificação social, isto é, como um conjunto de valores partilhados por determinados grupos, independentemente de sua referência de localização. Convém, nesse sentido, retomar o já mencionado trabalho de Eunice Durham sobre a migração rural urbana no Brasil.

Se seguirmos a linha de raciocínio proposta pela autora, é possível pensar em práticas sociais rurais em ambientes urbanos. Isto porque o que define os significados do rural não é um espaço físico determinado mas um modo de vida, o qual, como foi tão bem descrito, pressupõe uma organização social que se fundamenta no grupo doméstico, formado por uma família conjugal, e no grupo de parentes. Esse bloco familiar organiza as atividades socioeconômicas e promove o relacionamento entre as pessoas e as instituições sociais, sejam elas políticas, econômicas, etc. Eunice Durham demonstrou, de forma convincente, que essas características da família não são próprias de um espaço definido como rural, pois persistem na vida urbana e são, em certos momentos, até realçadas.

"É nesse sentido que a existência de um grupo amplo de parentes próximos, pais e irmãos, representa uma condição importante de segurança econômica, pois constitui um apoio seguro nas situações de crise, oferecendo hospedagem, emprestando dinheiro e, principalmente, mobilizando-se para conseguir emprego. Essas observações permitem compreender a persistência, na cidade, de laços de parentesco que parecem

contradizer o individualismo que frequentemente se associa à vida urbana. Na verdade, não parece que a migração para a cidade contribua, pelo menos de imediato, para a dissolução dos vínculos de parentesco e dos laços de família" (Durham, 1973:191).

Aliás, vimos que suas observações foram muito úteis quando nos referimos ao exemplo dos caseiros. Nessa oportunidade, compreendemos como a família foi importante no recrutamento, na adaptação e na reprodução da atividade de caseiro em Vinhedo. Ademais, vimos que esses processos migratórios podem, paulatinamente, recompor o grupo familiar no local de destino. Ainda no terreno das persistências rurais em ambientes urbanos, reconhecemos a valorização do trabalho autônomo, da possibilidade de dispor do seu próprio tempo, como características de uma autonomia valorizada no ambiente de trabalho das sociedades rurais e que se manteve nos casos dos entrevistados. Em judiciosa observação, o estudo de Durham nas cidades encontrou um rearranjo de valores mas também a permanência de velhas aspirações (Cf. Durham, 1973:175).

Sobre esse mesmo aspecto, vejamos como José de Souza Martins retoma algumas considerações feitas por Durham acerca da permanência de valores rurais em ambientes urbanos.

"O deslocamento de grandes massas rurais para as cidades revelou-nos uma dimensão desdenhada do mundo rural: um modo de ser, uma visão de mundo e uma perspectiva crítica poderosa em relação ao desenvolvimento capitalista, à modernização anômala e à desumanização das pessoas apanhadas de modo anômico, incompleto e marginal pelas grandes transformações econômicas e políticas, que não raro tiveram os sociólogos como acólitos. O deslocamento nos mostrou, e já há estudos sobre o fenômeno, que o rural pode subsistir culturalmente por longo tempo fora da economia agrícola. Pode subsistir como visão de mundo, como nostalgia criativa e autodefensiva, como moralidade em ambientes moralmente degradados das grandes cidades, como criatividade e estratégia de vida numa transição que já não se cumpre conforme as profecias dos sociólogos. Essa transição é antes inconclusa passagem, um transitório que permanece, uma promessa de bem-estar que não se confirma, uma espécie de agonia sem fim (...) As favelas e cortiços desta nossa América Latina e de outras partes constituem enclaves rurais no mundo urbano, transições intransitivas, desumanos modos de

sobreviver mais do que viver" (Martins, 2000:6–7).

Notemos que o elemento definidor do rural e do urbano não diz respeito a um espaço físico propriamente dito, mas a valores sociais partilhados por determinadas pessoas que, por isso mesmo, podem ser praticados tanto em locais considerados urbanos como rurais. É importante agora considerar que esses valores, configuradores do sentimento de pertença a grupos sociais, podem ser representados por padrões de consumo e estilos de vida presentes no cotidiano das pessoas.

Silvana de Paula (2001), por exemplo, oferece interessantes exemplos sobre essa questão em seu trabalho sobre estilo de vida *country*. Tendo por referência estudo realizado na cidade de Presidente Prudente, estado de São Paulo, De Paula chega à conclusão de que naquela localidade o *country* é um fenômeno urbano. Isto porque *"seus adeptos são habitantes da cidade, seus eventos são eventos citadinos e, como estilo de vida cotidiano, o country configura um padrão de urbanidade"* (Paula, 2001: 43). Os praticantes do chamado estilo de vida *country*, em sua maioria residentes em locais urbanos, partilham códigos específicos de vestuário e demais bens de consumo que são enquadrados e reconhecidos como próprios dessa categoria social. Observemos quais são alguns desses bens consumidos pelos adeptos do estilo *country*.

"A paisagem urbana do cotidiano prudentino é desenhada pela circulação constante de trucks – os substitutos das caminhonetes usadas anteriormente apenas para viagens à fazenda – dirigidos por homens, mulheres, jovens e velhos, assim como por movimentações e aglomerações de cowboys vestidos em suas calças Wangler cowboy cut, camisas de mangas comprida em xadrez ou listras, chapéus de abas largas, botas, tabaco de mascar no bolso e telefone celular na cintura, ao lado da grande fivela do cinto" (De Paula, 2001:43).

Naturalmente, De Paula compreende que o estilo de vida *country* não é o único partilhado pelos habitantes de Presidente Prudente. Este pode coexistir com uma variedade de outros estilos e ser adotado de maneira mais ou menos ocasional. Dito de outro modo, não se é *country* as vinte quatro horas do dia. Alguns podem sê-lo de forma mais

continuada e sistemática mas nunca de forma exclusiva.⁶¹

O rural, metamorfoseado como *country* nesse contexto, é definido pela adoção de determinados bens de consumo (automóveis, camisas, calças, telefones celulares, entre outros) e formas de sociabilidade (participar de rodeios, festas etc.) que fazem referência a um lugar imaginário. Como bem observa a autora, o rural nessa situação não é o espaço físico da fazenda, de um lugar concreto, mas é a terra de Marlboro, isto é, "*não tem uma cartografia rígida e tampouco uma acepção sequencial do tempo*" (De Paula, 2001:43).

É interessante notar como um dos entrevistados em Vinhedo recorre também à possibilidade de definir um estilo de vida rural a partir de padrões de consumo e formas de sociabilidade que são, por assim dizer, descolados de um espaço geográfico específico. Vale a pena reproduzir esta longa passagem em que o agricultor Zé da Pinta define o que, para ele, é rural.

"O rural era antigamente. No bom sentido. Hoje se fala do sertanejo, que antigamente era o caipira. (...) A criança que antes crescia por aqui hoje não cresce mais, ela passa meio período na cidade. O ônibus leva ela para a escola na cidade, não tem mais escola aqui. Estilo rural antigo, que vinha de charretinha, hoje já não dá mais para andar de charrete na estrada. Vai modernizando tudo. Antigamente tinha um carro só no bairro, hoje tem casa que tem 4 ou 5 carros. Eu ainda ando no estilo assim caipira. Mas a maioria não. Quem é que anda por aqui de pé no chão, com uma calça remendada? O cara tem vergonha. Olha o meu chapéu, tá todo remendado. Tem gente que tem vergonha de receber gente do condomínio com chapéu na cabeça! Hoje, o único que conheço aqui no bairro que usa chapéu sou eu! O resto usa boné? Hoje o boné é moda, aquele bonezinho de pano que as empresas dão. Eu tenho um monte de boné que eu ganho, depois eu dou tudo. É até difícil comprar chapéu de palha hoje em dia. Eu prefiro o chapéu porque ele cobre o pescoço, eu nunca pus um boné na cabeça. Até esse estilo mudou. Hoje em dia, se você achar dez pessoas na cidade que usam chapéu é muito. E a roupa. A maioria hoje tem vergonha de receber uma pessoa com uma calça rasgada no joelho. Eu não tô nem aí! Se a turma brincar eu falo: então me

⁶¹ Sobre essa pluralidade que envolve a questão das identidades sociais, Hermano Vianna (1988) também havia notado essas possibilidades múltiplas de adoção de estilos de vida entre os frequentadores dos bailes funk do subúrbio carioca.

dá uma nova, né? A maioria perdeu esse estilo. Às vezes falam que o prefeito vem dar uma volta por aqui e a turma fala: você vai ficar desse jeito? E daí, eu fico do meu jeito. Eu nunca mudei de roupa para receber ninguém. Eu sabia que você vinha aqui. Tem pessoa que é capaz de se trocar. Eu vou ficar do jeito que eu estou. (...) Então. Tomando café na xicra. Tomando uma xicra daquelas de argape [força o sotaque], né? Até isso aqui mudou. Antigamente era na xícara de argape. Isso aqui [aponta para a xícara de louça] não existia no sítio. Era de argape. Que você toca no chão e fica voando tudo caco. Do penico antigo. Não era penico. Era rinó [urinol]. O copo de vidro, você vai até dar risada. Eu tinha sete anos, eu morava no sítio. A mãe da minha mãe morava em Jundiá. (...) Eu quase morri de tanto beber água na casa da minha avó, porque tinha um copo de vidro para beber água. Nós tomava água na latinha de alumínio ou de argape. É que nem beber chope no copo de plástico e de vidro. Eu bebi tanta água. A água parece que era mais gostosa" (Zé da Pinta, agricultor, 57 anos).

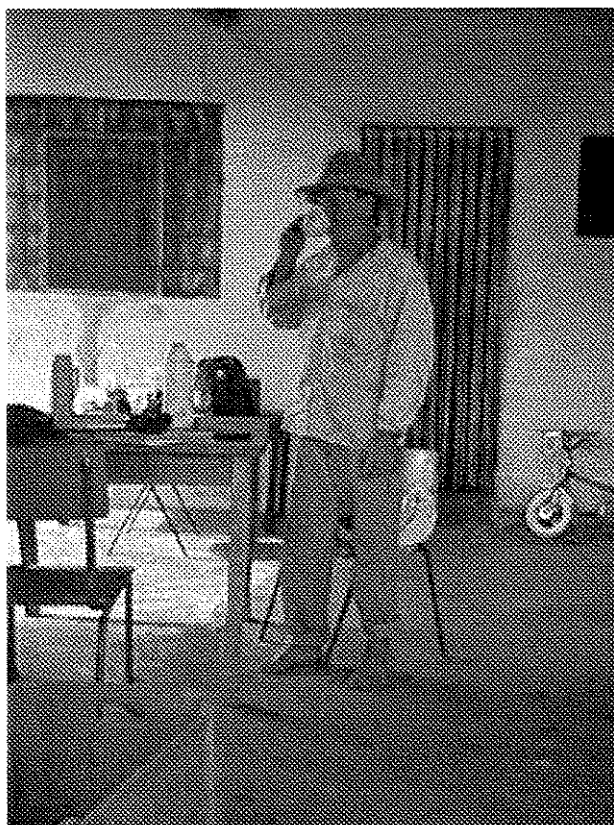
Observemos que, no início do trecho selecionado, o entrevistado relacionou o rural à questão do acesso a determinados serviços, tais como iluminação pública e transporte. Mas, conforme enveredou-se para a definição do que considera como estilo de vida rural, Zé da Pinta apresentou diversos exemplos interessantes. Começamos pela posse de determinados objetos que o habilitam a pertencer a uma determinada categoria social. De fato, ao fazer este exercício, estou seguindo passos trilhados por Jean Baudrillard (1995) quando este autor nos convida a interpretar o chamado discurso social dos objetos.

*"No fundo, sob a sua evidência concreta, as necessidades e funções descrevem apenas um nível abstrato, um discurso manifesto dos objetos, perante o qual **o discurso social, largamente inconsciente, aparece como fundamental**. Uma verdadeira teoria dos objetos e do consumo fundar-se-á, não numa teoria das necessidades e sua satisfação, mas numa teoria da prestação total e da significação" (Baudrillard, 1995:10, grifos meus).*

Contrário à hipótese – descrita como empirista – que considera a posse e o consumo dos objetos como derivados de motivações exclusivamente relacionadas ao terreno das necessidades "naturais", Baudrillard prefere pensá-los a partir de sua significação social.⁶²

⁶² Derivações desse entendimento podem ser encontradas em Sahlins (1979), especialmente capítulo 4, e também em Brooks (2002), capítulo 2.

Para além da utilidade prática, a posse e o consumo dos objetos podem ser interpretados como uma ponte privilegiada para se estabelecer grupos sociais e suas hierarquias. Dito de outro modo, *"os objetos nunca se esgotam naquilo para que servem, e é neste excesso de presença que ganham a sua significação de prestígio, que 'designam' não já o mundo, mas o ser e a categoria social de seu possuidor"* (Baudrillard, 1995:12)



Antonio Benegnu (Zé da Pinta), 2003

Vejamos agora alguns objetos e termos utilizados por Zé da Pinta que lhe autorizam a definir os que fazem parte do grupo considerado como de estilo rural. A esta altura, é preciso notar que o entrevistado opera um corte temporal em suas definições, a saber, o chamado estilo rural como próprio de antigamente e o de *'hoje em dia'*. Segundo sua

exposição, podemos traçar, de modo bastante esquemático, o seguinte:

"Antigamente"	"Hoje em dia"
Rural	Sertanejo
Charette	Ônibus
Descalço (pé no chão)	Sapato
Calça remendada	Calça nova
Chapéu de palha	Boné
Xícara de ágape	Xícara de louça
Urinol	Penico
Lata de alumínio (para beber água)	Copo de vidro

Os objetos descritos acima servem não somente para razões utilitárias, mas são elementos importantes para o estabelecimento de grupos sociais diferentes, isto é, aqueles que têm estilo rural e os que não têm. Notemos que, em todos os casos, não é feito referência a um espaço físico concreto mas a um conjunto de objetos.

Tomemos como exemplo o chapéu de palha em contraposição ao boné para deixar mais clara a relação entre posse de objetos e pertencimento a grupo social, tal como propõe Baudrillard. Se ficarmos no nível do *"discurso manifesto"*, ambos servem para as mesmas coisas, pois protegem seu usuário da chuva e do sol. Sob um outro aspecto, porém, estes objetos – chapéu de palha e boné – significam alguma coisa do ponto de vista social: chapéu de palha é utilizado por quem pertence ao grupo dos que têm "estilo rural" ao passo que boné é utilizado por quem não o tem, isto é, o grupo "sertanejo". Sobre isto, é importante observar como Zé da Pinta adota uma postura, por assim dizer, afirmativa de sua posição a qual pôde ser percebida em frases do tipo: *"Tem gente que tem vergonha de receber gente do condomínio com chapéu na cabeça"*. Não são apenas os moradores de condomínios que Zé da Pinta recebe com seu chapéu, calça rasgada e pés no chão, mas todos os que, em princípio, estariam numa posição hierarquicamente superior ao agricultor: o prefeito e o próprio entrevistador, por exemplo. *"Eu nunca mudei de roupa para receber*

ninguém". Podemos, portanto, dizer que Zé da Pinta não desconhece as significações de quem usa boné – e ele mesmo fez questão de dizer que os teve aos montes – ou de quem usa uma roupa sem remendos, mas faz questão de afirmar sua posição utilizando essas vestimentas.

Devemos considerar que, para interpretar corretamente os significados da vestimenta, por exemplo, é preciso estar familiarizado com os códigos utilizados pelos grupos sociais e o contexto em que são produzidos (Cf. Geertz, 1978 e Sahlins, 1979, por exemplo). É bem verdade que a articulação dos significados que cada membro de um grupo social *carrega* cotidianamente é um processo que se dá em grande parte no plano inconsciente, assim como ocorre com o uso da linguagem. Mas, como bem salienta Baudrillard, não se pode estabelecer uma correlação mecânica entre posse de determinado objeto e posição dentro de uma hierarquia social. Isto, porque, entendido como forma de comunicação, as pessoas utilizam-se dessa "*gramática do vestuário*", por exemplo, de acordo com situações e interesses específicos. Utilizar chapéu de palha num encontro com outros agricultores significa operar uma diferenciação dentro desse grupo entre os que usam chapéu de palha, portanto do grupo dos que têm "estilo rural", e os que usam boné? Mas, no encontro com o prefeito, por exemplo, chapéu de palha pode significar o pertencimento ao grupo genérico dos produtores rurais.

A significação do rural operada por Zé da Pinta remete-nos à possibilidade de pensar o rural desvinculado de uma referência espacial. Vimos como essa possibilidade encontra respaldo em análises como as de Durham (1973), Martins (2000), Mormont (1990) e De Paula (2001), entre outras. Trata-se de uma outra significação do rural, diferente daquela acionada pelos agricultores proprietários de terra, que, como foi visto, pautava-se por questões administrativas conectadas a um espaço geográfico determinado.

Rural como ruas de terra

Vejamos agora como alguns residentes do condomínio Santa Fé caracterizam o lugar onde moram e onde foi feita a entrevista.

Figura 6: Mapa de Vinhedo: destaque condomínio Chácaras do Lago e Santa Fé



Ronaldo: "Não, não é não. É um pouco distante da cidade mas

não é rural não.

André: Por quê?

Ronaldo: Porque aqui é um condomínio, né? Um condomínio assim que está um pouco distante da cidade, mas ninguém mexe com plantação, e nem cria animais. Porém aqui é distante também da cidade, não é asfaltado. Eu acho que ele é metade, né? Não é também 100% urbano, é um pouquinho também rural. Meio a meio" (Ronaldo Cordeiro Ferreira, caseiro, 26 anos).

José Pereira: "Na minha avaliação, porque você sabe que politicamente é outra coisa, eu diria que é um semi-rural. Porque politicamente colocaram como zona urbana, mas na minha impressão é um semi-rural.

André: Por que o semi?

José Pereira: Porque, se fosse rural, você não teria uma condução vinda até a portaria. Eu acho que um dos aspectos é esse. Você não teria uma infra-estrutura e aqui tem uma infra-estrutura, né?(...). Então por isso que eu acho que é semi-rural" (José Pereira, morador de condomínio, 58 anos).

André: "Aqui [local onde mora e onde foi feita a entrevista] para você é rural?

Pedro: Estranho. Isso aí eu não sei, viu? Eu acho que faz parte, viu?

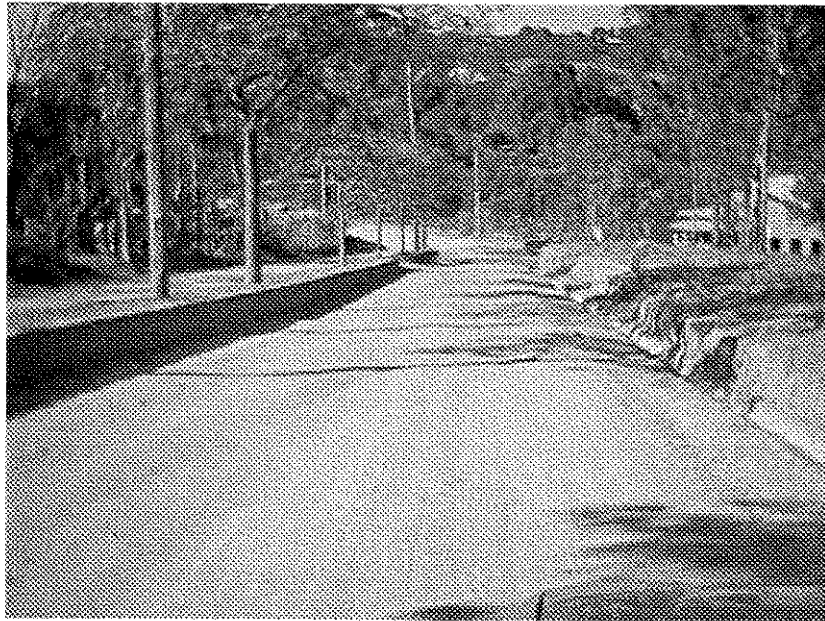
André: Do Rural?

Pedro: Do rural. Porque são chácaras grandes, a gente planta, tem muito pomar, essas coisas. Tem pomar, tem horta.

André: Nas chácaras onde você trabalha, todas têm pomar?

Pedro: Tem, pomar, horta" (Pedro Lazarini, caseiro, 43 anos).

"Olha, eu acho que está entre os dois. Eu acho que está bem na transição já. Porque a idéia que eu tenho de rural é de sítios, né? Na minha cabeça, rural é o lugar onde as pessoas têm grandes propriedades, sítios, né, sítios mesmo. E ali não, é um loteamento. É um loteamento fechado. Na minha idéia, loteamento fechado é urbano, de moradia, não de alguém que vá trabalhar para sobreviver daquilo. Rural para mim é uma propriedade, aquela propriedade que ele vai trabalhar nela, que aquela propriedade vai dar lucro, que tenha uma produção naquela propriedade. Uma produção eminentemente rural. Então, nesse sentido, eu encaixaria mais como urbano do que como rural. Porque o que tem ali é mais de moradia mesmo" (Roberto Romani, morador de condomínio, 32 anos).



Rua do condomínio Santa Fé (2003)

Percebemos uma certa dificuldade, para não dizer hesitação, no momento em que esses entrevistados foram chamados a opinar sobre o local onde moram. Termos como "meio a meio" e "semi-rural", por exemplo, indicam a dificuldade de enquadrar a ambiência vivida cotidianamente nos critérios de urbano e rural. De um lado, o condomínio oferece uma série de serviços – tais como água, luz, por exemplo – que são caracterizadas como próprios dos centros urbanos. Por outro lado, as áreas de moradia são maiores, algumas chácaras têm pomar e, sobretudo, as ruas não são asfaltadas.

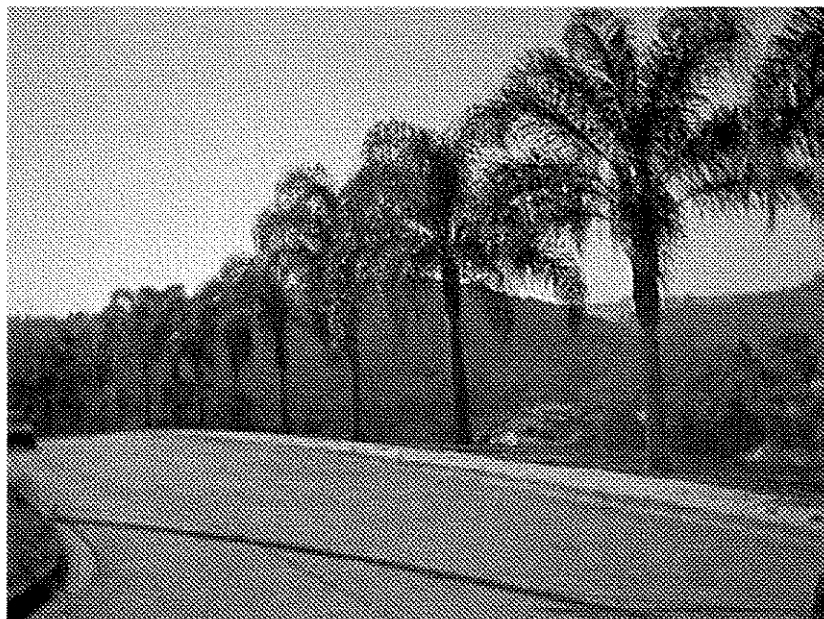
Deixando ao leitor a tarefa de interpretar a importância do asfalto na definição do rural e do urbano para esses moradores, vejamos as opiniões dos residentes do condomínio Chácaras do Lago. É importante frisar que, neste condomínio, as ruas já encontram-se asfaltadas.

"Quando era o condomínio antes eu acho que era mais rural. Era terraço, você via que era pé na terra mesmo, capivara aqui dentro. Tinha capivara, eles colocaram até cercadinho para não escapar. Era terraço, pé na terra, passava um caminhão, bem sitio mesmo. Agora virou um condomínio mais fino. Ficou mais

limpo. E aqui é um condomínio privilegiado, com verde. Continuar o que era só que sem a terra. Um pouco mais limpo. Para a gente que mora aqui. Eu acho que ficou melhor" (Gláucio Roberto Carmo, morador de condomínio, 33 anos).

"Você sabe que quando eu mudei para cá, eu estava até achando que isso aqui era rural! [risos] Mas todo mundo falava: você está morando no sítio! Daí eu olhei bem e falei: é mesmo. Estrada de terra, então eu falei: é mesmo. Eu acho que a gente até se coloca nessa posição. Saiu da cidade, como diz meu marido, cinco minutos de pó. Para mim estamos todos no meio do mato. (...) eu acho que é uma coisa que lembra bem a parte rural" (Maria Ângela, moradora de condomínio, 48 anos).

"Rural, para mim, não é isso aqui. Rural para mim é roça, fazenda, sítio. É rural isso aí. Aqui, por exemplo, eu não acho que é rural. Apesar de estar afastado do centro. Apesar de que, não sei se você andou por aqui fora do condomínio, você vê bastante sítiozinhos por aí. Esse eu acho que é rural. Agora, condomínio assim eu acho que não é rural" (José Dellaqua Filho, morador de condomínio, 60 anos).



Rua do condomínio Chácaras do Lago (2003)

De uma maneira geral, aquela hesitação observada no condomínio Santa Fé cedeu lugar para respostas mais assertivas, em grande parte, por causa do asfalto existente dentro do condomínio. A presença do asfalto, nesse sentido, passa a ser o critério por

excelência na definição do que é urbano ou rural dentro desse contexto. O asfaltamento das ruas, ademais, contribui decisivamente para a atrair moradores de São Paulo. É o que afirma a administradora e também moradora do Chácaras do Lago.

"(...) a gente começou a dar uma cara nova. (...) Antes do asfalto, era aquela terra, você tinha meia dúzia de pessoas que moravam aqui e eles se relacionavam meio que nesse sistema de pessoal de interior. Quando passou o asfalto, daí mudou. A cara já mudou. Então o que aconteceu? Mudaram muitas pessoas de São Paulo com essa postura diferente. Não é que a administração impôs isso" (Ednéia, moradora de condomínio, idade).

O asfalto passou a ser referência temporal. Notemos que a entrevistada referiu-se a um tempo "antes do asfalto", o qual era caracterizado por um menor número de pessoas e uma certa vida interiorana, e um outro momento depois do asfalto. Novas pessoas, sobretudo vindas de São Paulo, mudaram-se para o condomínio e trouxeram um modo de vida diferente, quicá mais urbano. O depoimento da entrevistada abaixo corrobora a relação estabelecida por Ednéia entre asfalto e moradores de São Paulo.

"Era péssimo, era um horror! Aquilo me incomodava muito. Como é que vocês querem que eu vá para um lugar onde tenha terra! Ai já é demais. Ir para o interior é uma coisa. Mas ir para um lugar que tem mato e terra? É complicado. Daí eu participei de algumas reuniões daqui e eles estavam bastante empenhados em colocar asfalto. Porque quando eu mudei aqui, esta parte de urbanização do condomínio não tinha nenhuma. Tinha um quiosque, claro que tinha lago, tinha tudo mas não tinha o asfalto. Não tinha a plantação que você vê rodeando o lago. Esse paisagismo não tinha. Tinha mata nativa. E terra. Ai eu falei: meu Deus do céu, como é que eu vou viver num lugar desses! Eu morei oito meses aqui [com terra] e foi um horror. Com terra. Eu pensei que eu ia ficar louca com aquele pó que tinha dentro da minha casa. Meu marido falava que em São Paulo era um absurdo, porque você tinha que limpar a casa todos os dias, porque é pó, mas que aqui é terra. Eu falei: e daí. Eu vou ter que continuar limpando. Que nem parece louca, né? Mas depois foi feito o asfalto, cada um pagou a sua parte. Isso foi maravilhoso (Maria Ângela, moradora de condomínio, 48 anos).

A chegada do asfalto foi descrita como algo maravilhoso por essa moradora. É digno de nota o momento caracterizado antes do asfalto: "foi um horror". A recorrência ao asfalto

como um símbolo do urbano, em contraposição à terra como do rural, novamente aparece na fala deste outro entrevistado.

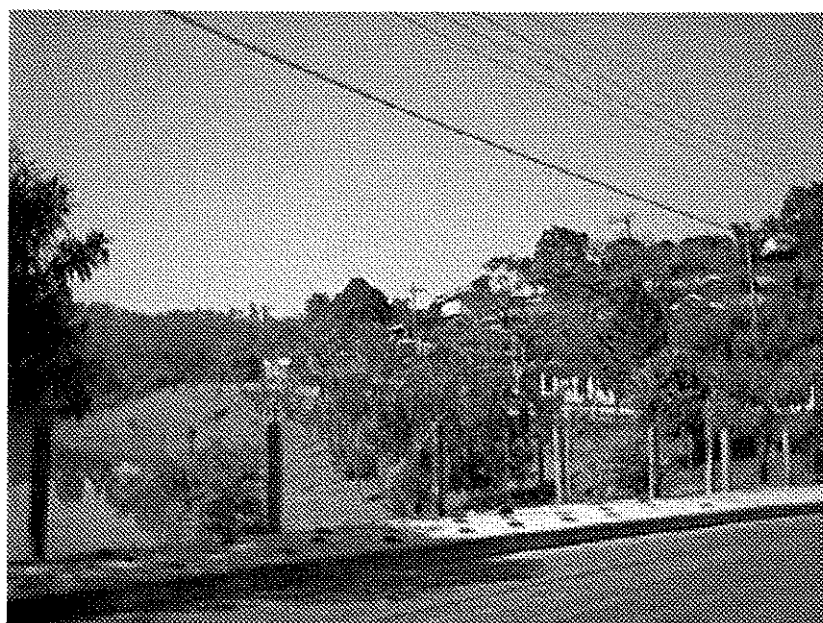
Glaucio: *"Aqui, era terra. Tinha menos casas. Eu comprei o terreno há uns quatro anos, cinco anos. Faz uns três anos que está asfaltado aqui né, Zezé? [pergunta para a empregada]. Mesmo aqui no Santa Fé ainda tem terra, o pessoal não quer. Tinha um pouco menos de casa. Nesses últimos dez anos, veio muita gente morar para cá, que era de fora. Mas era mais rural, por aqui. Agora já asfaltou. Ficou diferente. Valorizou. Uns não gostam, porque preferiam terra, mas a maioria.*

André: *E você. O que você prefere?*

Glaucio: *Eu achei que ficou bom. Eu gostei mais. Além da valorização, ficou mais limpo. Mais bonito. A gente comprou e já foi construindo. A gente combinou que, quando acabasse de construir, a gente casava e mudava para cá. Porque todo final de semana eu vinha para cá, trabalhava lá [São Paulo]. Quando eu comecei a trabalhar aqui, eu ia e voltava todo dia" (Glaucio Roberto Carmo, morador de condomínio, 32 anos).*

Se atentarmos para as transformações dentro do condomínio, veremos que estas não se resumiram apenas ao asfaltamento das ruas, embora, como vimos, este tenha sido fundamental para atrair determinados moradores. No depoimento de Maria Ângela, transcrito acima, vemos que a chegada do asfalto inicia uma fase de transformação visual do condomínio. No caso do condomínio Chácaras do Lago, esta fase foi encabeçada pela administração de Ednéia.

"A gente fez um projeto paisagístico que deu uma outra cara. Então mudou muito. As pessoas mais simples atribuem isso como uma coisa que ficou mais urbano depois que esta diretoria entrou (...) mudou por causa das pessoas que vieram. Eu acho que foi uma consequência natural. Eu acho que, se talvez tivesse aquela terrona, essas pessoas não iriam vir. Ia ficar meia dúzia de pessoas, né? Talvez se o condomínio não tivesse assim tão bonito, essas pessoas não iriam vir. Mas, de qualquer forma é um loteamento. Você tem que melhorar e as pessoas têm que vir. Você tem que manter isso. Não dá para você manter um lugar desses para três quatro pessoas" (Ednéia, moradora de condomínio).



Vista do Condomínio Chácaras do Lago (2003)

Percebemos então que o asfalto representa uma etapa dentro de um conjunto amplo de transformações visuais do condomínio. O projeto paisagístico, referido pela entrevistada, resultou na plantação de inúmeras paineiras que ornamentam as ruas asfaltadas. Além disso, para a comodidade dos moradores que queiram realizar atividades físicas ao redor do lago, fez-se um caminho onde se pode andar ou correr. As quadras poli-esportivas foram reformadas. O antigo quiosque, onde algumas senhoras se reuniam às segundas-feiras para "jogar conversa fora" e fazer crochê, está sendo também reformado. Tudo isso, segundo a entrevistada, deixou o condomínio mais "bonito" e contribuiu para atrair mais moradores. Estamos, portanto, diante de um novo padrão estético valorizado por esses novos residentes, o qual, essencialmente, reúne características atribuídas como urbanas, tais como asfalto, ruas arborizadas com paineiras, pistas para atividades esportivas etc.

Vejamos, a título de exemplo, o anúncio de um condomínio residencial na região de Vinhedo. A propósito, compartilho com Teresa Caldeira o entendimento de que estes anúncios *"imobiliários constituem uma boa fonte de informação sobre os estilos de vida e os valores das pessoas cujos desejos eles elaboram"* (Caldeira, 2000:264).



Anúncio do Condomínio Reserva dos Vinhedos. Publicado em *O Estado de São Paulo*, 7 de setembro de 2002, p. A7.

Notemos, inicialmente, que a propaganda utiliza-se de uma matéria publicada na revista *Veja* que foi comentada no capítulo anterior. Nessa oportunidade, constatamos que os sistemas de segurança e os ambientes socialmente homogêneos, típicos desses chamados enclaves fortificados, não apenas protegem os moradores da violência, mas são espaços nos quais a exclusão social é cuidadosamente praticada. Lembremos, nesse sentido, os constrangimentos a que são submetidos os caseiros por parte dos seguranças nas portarias desses condomínios. Aliás, a menção a *"segurança e privacidade 24 horas e portaria de acesso e monitoramento"*, no informe publicitário encaixa-se perfeitamente na definição de Caldeira acerca dos enclaves fortificados. Mas é importante salientar que o anúncio faz menção ao fato de as ruas serem asfaltadas com guia e sarjeta. Depois é feita referência à rede de água, luz e esgoto e à arborização do empreendimento. Trata-se, em suma, de um conjunto de serviços e infra-estrutura que parece agradar ao estrato social disposto a

É preciso considerar, como faz a autora de *Cidade de Muros* (Cf. Caldeira, 2000:264), que as residências são também formas de comunicação social e dizem-nos muitas coisas a respeito dos seus moradores. Sobre esse aspecto, Marsden e Murdoch (1994) já haviam notado que o aporte de novos moradores traz consigo uma tentativa de padronização do espaço rural ao gosto dos que chegam. Como exemplo, os autores utilizaram a implantação de um residencial composto por 800 casas que procurou acolher todas as expectativas dos consumidores da classe média urbana, quais sejam, proporcionar um estilo de vida rural, contato com meio ambiente e lazer. Situado muito próximo a Londres (cerca de 50 km), o empreendimento é composto por casas de estilo "eduardiano", áreas de recreação (como um lago) e áreas de conveniência ao redor. Chamado de Watermead, o condomínio procurou criar um verdadeiro paraíso para a classe média. O material publicitário deste

empreendimento, recolhido pelos autores, fala por si só.

"Ao se aproximar pelo arborizado bulevar que dá acesso à Watermead, você se sentirá como se estivesse entrando num outro mundo...Em Watermead, sua casa é sempre um retiro de férias. Os empreendedores recriaram toda vivacidade e o charme de uma tradicional vila Eduardiana... Watermead combina de forma extraordinária esportes e equipamentos de lazer como se fascinantes casas modernas fossem envolvidas por uma vila de casas geminadas em estilo eduardiano...tudo isso no meio de lindos bosques e lagos'. As casas, em estilo eduardiano, não estão sujeitas aos caprichos da moda, isto é, podem estar na moda um dia e no outro não.. A natureza clássica do seu design significa que esta propriedade não será afetada por desvalorizações repentinas e por isso oferece uma excelente oportunidade de investimento de longo prazo, ao mesmo tempo que proporciona uma melhor qualidade de vida "
(Marsden & Murdoch, 1994:79-80)

Evidentemente, o exemplo descrito pelos autores ingleses em Watermead apresenta diferenças importantes em relação ao processo de implementação do condomínio Chácaras do Lago. No caso inglês, os empreendedores ofereciam o terreno e a casa pronta, num espaço já totalmente trabalhado para o gosto da chamada classe média inglesa. Em Vinhedo, os empreendedores venderam apenas os terrenos numa área cortada por ruas de terra. Grande parte das benfeitorias coletivas – asfalto, paisagismo, etc – foram realizadas pelos próprios moradores ao longo de vários anos. Malgrado as diferenças existentes, parece-me que ambos os casos tratam de uma característica fundamental.

As tentativas de reconstrução de um espaço que procure satisfazer uma determinada camada social revelam dimensões estéticas do rural para esse grupo que merecem ser consideradas. Pensemos, no caso de Vinhedo, na estrada municipal que dá acesso aos dois condomínios considerados nesta pesquisa. É notável a proliferação de padarias, videolocadoras, bancas de jornal, pizzarias, restaurantes e lanchonetes, a maioria com serviço de entrega em domicílio. Dentro dos condomínios, vimos que o projeto paisagístico incorpora paineiras, local para caminhadas e outras atividades de lazer (quiosque, quadras esportivas etc). Casas mais antigas, em geral também mais modestas em termos de suas

características construtivas – algumas são pré-fabricadas, por exemplo – passam a conviver com sólidos sobrados de três quartos ou mais, piscinas – com ou sem churrasqueira – e, via de regra, com um pequeno pomar. Gostos, estilos de vida, formas de consumo desses novos moradores passam a ser representados por edificações nesse ambiente que nos oferecem percepções de um determinado grupo social sobre esse espaço.

Veremos, contudo, que essa percepção não é única tampouco homogênea. Dentro dos condomínios convivem diferentes percepções sobre o espaço que muitas vezes, como no caso do Santa Fé, estão em disputa. Como já foi demonstrado no capítulo anterior, não podemos considerar a chegada dos novos moradores como participantes de uma única camada social e de uma única visão de mundo. De fato, há diferenças socioeconômicas importantes entre os moradores dos condomínios no que diz respeito à renda, origem social e projetos. Os moradores mais antigos, isto é, aqueles que compraram seus lotes quando os empreendimentos foram lançados, o fizeram por preços mais baixos e apresentam diferenças importantes em relação aos moradores mais novos. Estes últimos, por sua vez, adquiriram terrenos mais valorizados e têm um poder aquisitivo maior. Estas diferenças assinaladas no interior dos grupos dos moradores dos condomínios revelaram, por exemplo, algumas aproximações e práticas de sociabilidade comuns entre alguns moradores de condomínio e caseiros, algo que poderia parecer estranho à primeira vista. Na percuciente observação dos autores ingleses:

"As diferentes condições locais assinaladas pelo nosso estudo indicam que não existe uma única cultura associada à classe média nas áreas de Buckinghamshire, apesar de ser possível concordar que essas "culturas", no geral, estão se tornando dominantes. Com o declínio da agricultura e dos grupos sociais relacionados às atividades industriais, novas oportunidades surgiram e permitiram aos "novos" moradores (sobretudo os que chegaram nos últimos 20 ou 30 anos) colonizar esses espaços. Entretanto, os estudos de caso indicam que não existe uma única cultura associada a essa chegada" (Marsden & Murdoch, 1994:123).

Com efeito, observamos que às transformações visuais processadas pela

administração do Chácaras do Lago contribuíram para acirrar divisões internas entre moradores, isto é, entre aqueles que são favoráveis e os que são contra essas mudanças. Isto demonstra que esta assim chamada classe média não pode ser tratada como se fosse um bloco homogêneo, ou melhor, como se houvesse uma única percepção do espaço rural por parte desse grupo. Vimos que a administradora do condomínio deixou clara a existência dessas divisões ao referir-se ao grupo de moradores resistentes às transformações como aquela "meia dúzia de pessoas que moravam aqui". Com intuito de compreender melhor essas posições divergentes, vejamos o depoimento de um morador que faz parte dessa chamada "meia dúzia".

"Aqui mesmo no condomínio, quando eu vim para cá, não tinha asfalto. Aquela parte urbana, urbanizada, que foi feito, água, essas coisas todas não tinha. Era um lago, um barranco lá e acabou. Hoje o que tem nesse condomínio foi arborizado. Esse barranco, por exemplo, era tudo roça, hoje você vê essas palmeiras. Quando eu vim aqui, plantaram elas naquela época. Então, em termos de visual, mudou 100%. Em termos de espaço, por exemplo, você via um carro a cada fim de semana, e olha lá. Agora você vê que tem até faixas, né, placas, limitando a velocidade" (José Dellaqua Filho, morador de condomínio, 60 anos).

Mas é no condomínio Santa Fé que encontramos estas divisões manifestadas de forma mais evidente. Lembremos que o referido condomínio tinha ruas de terra no momento da pesquisa (ano de 2003). No decorrer das entrevistas, ficou bastante claro que havia duas opiniões em termos do asfaltamento do Santa Fé. Um primeiro grupo, mais numeroso, a favor do asfalto e um segundo grupo contra.

"Eu sou contra o asfalto. Porque eu acho que até para a valorização, no sentido que as pessoas que vêm morar no Santa Fé são justamente não que buscam um ambiente de condomínio como todos os Alphaville do mundo, como todos os Marambaias do mundo. Enfim como quase todos os outros condomínios que querem uma coisa diferente. Eu acho que isso pode ser até um ponto de valorização para o condomínio. Eu enxergo sob outra perspectiva. Que foi como meu caso. Eu escolhi exatamente por isso" (Silvia Montenegro, moradora de condomínio, 50 anos).

Opinião diferente têm estes outros moradores:

"Eu sou frontalmente contra [deixar a terra], porque eu não tenho cavalo. Eu sou um dos poucos aqui que não gosta de cavalo, não anda a cavalo. Sou contra a poeira. Eu quero que o prefeito faça como ele faz na cidade inteira. Vinhedo já não tem mais lugar para asfaltar. Só tem o Santa Fé para asfaltar. Só tem esse buraco aqui para asfaltar. Como é que o prefeito faz para asfaltar as outras ruas? Não quero saber se você é a favor ou contra, precisa asfaltar e acabou" (Celso Garcia, morador de condomínio, 59 anos).

"Porque tem o seguinte: 90% ou mais dos que já moram aqui são a favor do asfalto. Porque eles estão vendo que a tal do negócio de ecologia não funciona. Em cima do asfalto ou embaixo do asfalto. Pelo seguinte. Se você ficar aqui, agora no inverno, você não pode nem sair porque você só respira pó. É poeira, mas poeira, poeira, poeira de uma maneira incrível. Os lagos secam pela erosão. A própria terra em cima dessa coisa toda. Então a gente tem esse tipo de problema. Você não pode manter uma casa, limpar duas, três vezes por dia, na época da seca. Na época da chuva, você não anda nessas estradas. Não tem carro que agüente. Então fica aquela coisa. Você vai morar num lugar para ser beneficiado pela própria natureza e acaba tendo prejuízo. Prejuízo de saúde, prejuízo de custo, orçamentário. Enfim. Prejuízo de muita coisa. Então o asfalto é inevitável. É o único condomínio aqui" (Marcos Ribeiro, morador de condomínio, 66 anos).

Devemos considerar que, além dos problemas concernentes à limpeza e manutenção das ruas e casas, o asfaltamento significa uma expressiva valorização nos preços dos imóveis do condomínio. Vejamos como este morador do Santa Fé contabiliza a valorização imobiliária gerada pela chegada do asfalto. O entrevistado começou a construção de sua casa há alguns anos mas, por problemas financeiros, teve que interrompê-la. Hoje ela está à venda.

Marcos: *"Agora, é inevitável. Aqui deve ter 30 condomínios, pelo menos 10 dos principais condomínios todos são asfaltados. Vai de qualquer maneira. Se não for de uma maneira vai de outra. Hoje custa R\$ 30, 40 reais [o metro quadrado]. Pôs a máquina de asfalto, no dia seguinte tá valendo R\$ 80,00 o metro quadrado. O benefício é extremamente...você vai gastar R\$ 7.000 [para asfaltar], mas vai se beneficiar de R\$ 100 mil, 200 mil.*

André: *Se já tivesse asfalto, você teria vendido a sua casa?*

Marcos: *Com certeza. Teria vendido por muito mais. (Marcos Ribeiro, morador de condomínio, 66 anos)*

Outro morador do Santa Fé, que trabalha como corretor de imóveis dentro do próprio condomínio, tem opinião semelhante.

"Eu tenho casas aqui que o sujeito suspendeu a venda porque está esperando chegar o asfalto. Ela tem cinco suítes, sala, área de serviço, garagem, 7.000 metros de terreno, pomar. Toda fechadinha, valendo de 400 a 500 mil. Se asfaltar vai para muito mais" (Euclides Possati, morador de condomínio, 79 anos).

Se considerarmos a expressiva valorização imobiliária gerada pelo asfaltamento, talvez entendamos a posição da entrevistada que disse ser contra a pavimentação das ruas, mas que se mostrou resignada quanto às possibilidades de sucesso de sua proposta.

"Eu infelizmente vejo que a tendência é que vai ser asfaltado. Porque as pessoas estão vendo como a cidade está vindo para o lado de cá, e a concorrência com outros condomínios asfaltados, as pessoas têm medo que o nosso condomínio fique desvalorizado em função de. Entendeu? Então eu acredito que com o tempo a tendência vai ser asfaltar. A gente vai sempre votar contra na reunião, mas existe um limite. A outra vantagem que eu acho, que muita gente comprou no Santa Fé, comprou porque era justamente mais econômico, porque os lotes não eram tão caros, mas que para essas pessoas asfaltar, o peso do pagamento do asfalto é muito alto. Então elas vão continuar lutando para o não asfalto. Não é justo. Eu quando comprei, comprei sabendo que não tinha asfalto, agora alguém vai me impor uma compra do tamanho de..., de um valor enorme que pode representar às vezes quase 50% do custo de um lote. 60%, não é justo. Por mais que digam, mas vai valorizar" (Silvia Montenegro, moradora de condomínio, 50 anos).

Os exemplos acima mostram que a chegada dos novos moradores em Vinhedo não significou um movimento homogêneo de imposição de valores, costumes, idéias e representações de um grupo sobre o rural. Vimos que, dentro dos condomínios onde a pesquisa de campo foi realizada, há diferenças acerca de quais são as visões e os destinos desse lugar, o que é exemplificado pelas disputas para se asfaltar ou não o condomínio. Nesse sentido, se quisermos caracterizar esse movimento como próprio de uma classe social, por exemplo, de uma classe média de origem urbana, devemos ser muito cautelosos quanto à utilização desse conceito. Devemos utilizá-lo no sentido peculiar – que lhes

atribuem Marsden e Murdoch.⁶³

"O conceito de classe deve ser usado de forma flexível; para ser útil este deve ser capaz de iluminar e não obscurecer a diversidade dos fenômenos sociais (Marsden e Murdoch, 1995:1214).

De qualquer maneira, a despeito das divisões internas, entendo que há uma tendência dominante, não única, no sentido de transformar a paisagem existente e torná-la mais atrativa para esses moradores de origem urbana que se dirigem para os condomínios.

Resumo

A esta altura, torna-se importante retomar algumas colocações proferidas no primeiro capítulo à guisa de encerramento. Vimos que o aceite do rural como construção social implicou numa separação dos dois sentidos básicos que envolvem seu uso. O primeiro, como espaço físico determinado, especialmente local de produção de alimentos e de fibras, e o segundo como forma de classificação social. Nessa segunda acepção, torna-se importante observar como os atores sociais constroem marcações rurais e urbanas em situações específicas e como elas passam a ser recursos identitários importantes.

Ao longo deste capítulo, pudemos constatar como é possível pensar em significados distintos sobre o rural e o urbano de acordo com a situação considerada. Vimos que, para os agricultores proprietários de imóveis em locais considerados urbanos, a percepção sobre o que é rural está fortemente associada a um espaço físico determinado pela legislação. Nessas situações, a distinção administrativa entre zonas rurais e zonas urbanas associa-se a

⁶³ Para os autores, o conceito de classe deve ser considerado como um conceito "performativo", isto é, como algo permanentemente construído e modificado ao longo do tempo. Não se deve reduzi-lo como manifestação de uma posição estrutural previamente determinada e estanque. Ainda sobre esta questão, Martin Phillips (1998a e 1998b), ao fazer um balanço sobre a utilização do conceito de classe média nos estudos rurais ingleses, considera que um duplo movimento caracterizou as análises que levaram em conta esta questão. De um lado, o renascimento dos estudos que levam em conta a dimensão de classe social como sendo operativa para captar as transformações recentes. E, de outro lado, uma desvalorização do conceito de classe em que o importante seria refletir sobre

limites territoriais claramente demarcados que trazem consequências práticas para a vida desses moradores, isto é, pagar mais ou menos tributos. Falar de rural e de urbano, para esses entrevistados é pensar nos limites territoriais que envolvem essas divisões. Aliás, como foi visto nos depoimentos, o rural nesse contexto torna-se inclusive objeto de demanda política: luta-se para ser identificado como rural.

O exemplo de Zé da Pinta, por outro lado, demonstrou outros significados do rural que estão, por assim dizer, descolados de um espaço físico determinado. O rural, nessa situação, é definido por padrões de consumo e formas de sociabilidade. Lembremos, nesse sentido, que os objetos descritos pelo entrevistado como próprios do grupo dos que pertencem a esta categoria não fazem referência a um espaço determinado.

Por último, mas não menos importante, encontramos nas falas dos moradores dos condomínios uma percepção estética sobre o rural que merece ser considerada. A análise comparativa entre as falas dos moradores dos dois condomínios pesquisados possibilitou verificar a importância do asfalto nas definições sobre o que é rural e urbano. Mas, como procurei demonstrar, as transformações visuais dentro dos condomínios não se resumem ao asfaltamento das ruas, mas envolvem um conjunto mais amplo de transformações relacionadas ao projeto paisagístico, às áreas de lazer e aos espaços de amenidades. Em suma, um conjunto de serviços e de infra-estrutura ao gosto dos moradores recém-chegados. Desta forma, podemos dizer que a chegada desses novos residentes traz consigo uma tentativa de padronização estética. Naturalmente, como salientei nas páginas anteriores, não podemos tratar satisfatoriamente estes moradores recém-chegados como se pertencessem a um bloco homogêneo, isto é, como se houvesse uma única percepção do espaço rural por parte deste grupo. Devemos levar em conta suas diferenças internas e disputas. Por isso, se utilizo o conceito de classe como forma de retratá-los, o faço sob uma

interconexões entre as marcações de classe com as de gênero, etnicidade, idade, sexo, apenas para ficarmos nos aspectos mais conhecidos do problema.

perspectiva ampliada. Todavia, malgrado essas diferenças internas, acredito ser possível pensar num padrão estético dominante sobre esse espaço por parte desse grupo, o qual, com a notável proliferação dos condomínios residenciais na região, passa a ser cada vez mais significativo na paisagem da cidade.

Conclusões

Em 1997, fui convidado a participar do Programa de Integração da Produção na Agricultura Familiar (PROINF), desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) do Ministério da Agricultura. Tratava-se de um programa muito bem intencionado que visava incorporar, no lado técnico, procedimentos de gestão que pudessem minorar as perdas decorrentes da produção agropecuária, fomentar diversificação das atividades e a prática do associativismo. Em sentido complementar, o programa buscava incentivar o incremento das atividades não agrícolas, especialmente, aquelas que valorizassem saberes e práticas tradicionais. Tudo isso tinha um objetivo bem claro: gerar mais renda para as famílias que participassem do programa. Entre julho de 1997 e outubro de 1998, integrei-me na fase intitulada "*Perfil sócio-cultural das famílias agricultoras*", que reuniu informações sobre 1434 famílias de agricultores em oito municípios de seis Estados do Brasil. Durante as visitas que realizei nos municípios, pude perceber as dificuldades em se implantar um programa dessa natureza. De forma especial, constatei *in loco* as resistências de técnicos e extensionistas em relação a qualquer tipo de procedimento que fugisse do terreno das inovações e gestões da produção agropecuária. Entre esses profissionais, com os quais mantive contato, estavam profundamente arraigadas práticas e discursos que circunscreviam o espaço rural como local da produção agropecuária. Devo admitir que a motivação inicial desta minha pesquisa veio dessa experiência, isto é, de buscar compreender melhor essas outras significações sobre o espaço rural não conectadas com a

produção agropecuária que eram, naquele momento, tão desdenhadas por esses agentes do chamado desenvolvimento rural.⁶⁴

Nas páginas anteriores, procurei demonstrar a importância de se considerar outras dimensões, não propriamente econômicas, nas formas de pensar e gerir o espaço rural. Não quero sugerir, com efeito, que a dimensão econômica deva ser substituída por outra ou que deva ser relegada a um segundo plano, mas apenas que esta não deve ser considerada como a preponderante para se pensar todas as situações e todos os lugares. O exemplo de Vinhedo sugere que, ao eixo econômico, deve-se acrescentar outras dimensões que nos ajudem a entender o recente processo de conversão de áreas agrícolas para casas de moradias, ocorrido nesta localidade. Devo, nesse sentido, recuperar o pressuposto desta tese e advogar novamente a multidimensionalidade dos fenômenos sociais.

A especulação imobiliária existente na região não pode ser atribuída somente ao processo de mercantilização da terra, a interesses de agentes imobiliários, à disponibilidade de lotes, ao sistema de transporte etc. Certamente essas condições são importantes. Mas vimos, nas páginas precedentes, como a escolha da cidade de Vinhedo, por parte dos moradores dos condomínios, envolveu também outras motivações de ordem pessoal, familiar, que muitas vezes adquiriram uma conotação de volta às origens. Igualmente, entre os caseiros, percebemos que a motivação para a sua chegada na região não decorreu simplesmente da oferta de postos de trabalho para um tipo de mão-de-obra que não dispunha de qualificação.

De fato, acredito que uma contribuição importante desta pesquisa possa ser descrita nos seguintes termos: por que Vinhedo? Ao longo deste trabalho, notadamente no primeiro capítulo, enunciei que há uma tendência marcante em várias localidades do mundo,

⁶⁴ Apesar das boas intenções dos seus formuladores, o referido programa não obteve sucesso em relação aos seus objetivos iniciais. Poderia enumerar vários motivos que explicariam este insucesso. Talvez o principal tenha sido o

especialmente na Europa e nos Estados Unidos, de se observar um incremento das populações rurais pela afluência de moradores de estratos médios de origem urbana. Nessa oportunidade, afirmei que para o caso brasileiro essa tendência deva ser ainda limitada ao redor dos grandes centros urbanos. Mas, até então, estamos num plano muito geral. Por que foi Vinhedo que experimentou essas transformações no grau descrito e não outras cidades por vezes até mais próximas de São Paulo? Afinal, se é uma tendência inexorável do capital, esta não poderia ter ocorrido em qualquer lugar? Penso que não. Para tanto, mostrou-se fundamental recorrer à história da localidade. Parece-me que nada teria sido possível se não houvesse um projeto de desenvolvimento da cidade que pressupusesse a chegada de novos moradores. O aporte de novos residentes, para utilizarmos uma expressão mais antiga, já fazia parte do equipamento cultural desta localidade.

Finalizo esta tese com uma inquietação. No capítulo seis demonstrei que há uma percepção estética imbricada nas significações do rural por parte dos moradores dos condomínios. Há, nesse sentido, uma elaboração simbólica na qual enclausuramento, proteção, ruas asfaltadas, paineiras e equipamentos de diversão e lazer são tidas como símbolos de status e de bom viver. No quinto capítulo, anunciei que estas habitações trazem consigo formas de segregação socioespacial praticadas contra os caseiros dentro e fora dos condomínios. Barreiras visíveis e invisíveis foram erguidas no sentido de manter cuidadosamente as distâncias sociais entre o grupo dos caseiros e dos moradores dos condomínios. Vimos que os caseiros não têm os mesmos direitos que seus patrões e são submetidos cotidianamente a constrangimentos e humilhações na portaria e nos contatos internos dos condomínios. Os agricultores também utilizaram frases com conteúdo discriminatório para designar os caseiros.

excesso de entusiasmo dos agentes (dentre os quais me incluo) em imaginar que uma transformação dessa magnitude pudesse ser feita em poucos meses.

Cabe finalmente indagar: qual é o tipo de ruralidade que se apresenta como dominante em Vinhedo? Não estamos diante de uma configuração social altamente discriminatória? Vimos que as mudanças em Vinhedo têm como ponto de partida a existência de diferentes grupos sociais, a saber, os agricultores, os caseiros e os moradores de condomínio, cada qual com significações diferentes sobre o rural. Vimos, ademais, que esses grupos disputam entre si e internamente essas significações, as quais, como sabemos, têm consequências práticas e não estão dissociadas das dimensões de poder que permeiam o relacionamento entre esses grupos. Ora, o rural desejado pelos estratos médios de origem urbana que, amiúde, torna-se dominante, se corporifica nos condomínios e nos estabelecimentos surgidos para atender os novos padrões de consumo desse grupo (cada vez mais expressivos na paisagem existente em Vinhedo). Esses espaços, como procurei salientar, privilegiam a homogeneidade (em termos de marcações étnicas e de classe) e são restritos. O que fazer, portanto, com os outros que estão presentes nessas áreas? Refiro-me, de forma especial, ao elo mais fraco dessa corrente: os caseiros, que são alvos de uma dupla significação pejorativa, aquela proferida pelos agricultores e também pelos moradores dos condomínios.

Por isso, concluo, inspirado na pena de Antonio Cândido, que se deva passar do plano propriamente sociológico para o da política e da administração. Penso que, neste plano, não falo somente do contexto de Vinhedo. Assim, as políticas públicas para essas áreas devem levar em conta a diversidade social que foi observada durante a pesquisa. Devem considerar que esses lugares são vividos e partilhados por diferentes grupos sociais, que vivem numa ambiência permeada por diferenças de poder. Devem, em suma, promover ações que visem minorar e não fomentar formas de segregação, tais como as observadas em Vinhedo.

Referências Bibliográficas

1. Jornais e revistas citados

Folha de Louveira, 10 de maio de 2003.

Folha de São Paulo, 30 de maio de 2004.

Folha de Vinhedo, 03 de Outubro de 1954.

Folha de Vinhedo, 04 de Julho de 1954.

Folha de Vinhedo, 05 de Abril de 1952.

Folha de Vinhedo, 05 de Fevereiro de 1952.

Folha de Vinhedo, 05 de Maio de 1952.

Folha de Vinhedo, 05 de Março de 1952.

Folha de Vinhedo, 05 de Setembro de 1954.

Folha de Vinhedo, 09 de Julho de 1952.

Folha de Vinhedo, 1 de Março de 1953.

Folha de Vinhedo, 10 de Dezembro de 1952.

Folha de Vinhedo, 10 de Fevereiro de 1954.

Folha de Vinhedo, 10 de Junho de 1952.

Folha de Vinhedo, 10 de Junho de 1953.

Folha de Vinhedo, 10 de Setembro de 1952.

Folha de Vinhedo, 11 de Abril de 1954.

Folha de Vinhedo, 11 de Fevereiro de 1953.

Folha de Vinhedo, 11 de Novembro de 1953.

Folha de Vinhedo, 12 de Agosto de 1953.

Folha de Vinhedo, 12 de Dezembro de 1954.

Folha de Vinhedo, 12 de Janeiro de 1951.

Folha de Vinhedo, 12 de Novembro de 1952.

Folha de Vinhedo, 12 de Setembro de 1954.

Folha de Vinhedo, 13 de Agosto de 1952.

Folha de Vinhedo, 13 de Janeiro de 1954.

Folha de Vinhedo, 13 de Maio de 1953.

Folha de Vinhedo, 14 de Janeiro de 1953.

Folha de Vinhedo, 14 de Março de 1954.

Folha de Vinhedo, 14 de Outubro de 1953.

Folha de Vinhedo, 15 de Agosto de 1954.

Folha de Vinhedo, 16 de Janeiro de 1952.

Folha de Vinhedo, 18 de Julho de 1954.

Folha de Vinhedo, 20 de Abril de 1952.

Folha de Vinhedo, 20 de Junho de 1952.

Folha de Vinhedo, 20 de Junho de 1954.

Folha de Vinhedo, 20 de Maio de 1952.

Folha de Vinhedo, 20 de Março de 1952.

Folha de Vinhedo, 22 de Abril de 1953.

Folha de Vinhedo, 22 de Julho de 1953.

Folha de Vinhedo, 22 de Outubro de 1952.

Folha de Vinhedo, 23 de Dezembro de 1953.

Folha de Vinhedo, 23 de Julho de 1952.

Folha de Vinhedo, 23 de Setembro de 1953.

Folha de Vinhedo, 24 de Dezembro de 1952.

Folha de Vinhedo, 24 de Fevereiro de 1954.

Folha de Vinhedo, 24 de Junho de 1953.

Folha de Vinhedo, 24 de Setembro de 1952.

Folha de Vinhedo, 25 de Abril de 1954.

Folha de Vinhedo, 25 de Fevereiro de 1953.

Folha de Vinhedo, 25 de Março de 1953.

Folha de Vinhedo, 25 de Novembro de 1953.

Folha de Vinhedo, 26 de Agosto de 1953.

Folha de Vinhedo, 26 de Novembro de 1952.

Folha de Vinhedo, 27 de Agosto de 1952.

Folha de Vinhedo, 27 de Janeiro de 1954.

Folha de Vinhedo, 27 de Maio de 1953.

Folha de Vinhedo, 28 de Janeiro de 1953.

Folha de Vinhedo, 28 de Março de 1954.

Folha de Vinhedo, 28 de Outubro de 1953.

Folha de Vinhedo, 29 de Agosto de 1954.

Folha de Vinhedo, 31 de Outubro de 1954.

Folha de Vinhedo, 6 de Junho de 1954.

Folha de Vinhedo, 8 de Abril de 1953.

Folha de Vinhedo, 8 de Julho de 1953.

Folha de Vinhedo, 8 de Outubro de 1952.

Folha de Vinhedo, 9 de Dezembro de 1953.

Folha de Vinhedo, 9 de Maio de 1954.

Folha de Vinhedo, 9 de Setembro de 1953.

O Estado de São Paulo, 7 de setembro de 2002

O Vinhedense, 03 de Agosto de 1958.

O Vinhedense, 08 de Junho de 1958.

O Vinhedense, 11 de Maio de 1958.

O Vinhedense, 22 de Junho de 1958.

O Vinhedense, 25 de Maio de 1958.

O Vinhedense, Julho 20 de 1958.

Revista Veja, Edição 1.751, 15 de maio de 2002.

2. Livros e artigos

- ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Ementa do Curso Antropologia das Sociedades Agrárias. Campinas, mimeo, 1998.
- ARANTES, Antonio Augusto. Guerra dos Lugares. In: *Paisagens Paulistanas*. Campinas, Editora da Unicamp, 2000, pp. 105-129.
- BAUDRILLARD, Jean. *Para uma Crítica da Economia Política do Signo*. Lisboa, Edições 70, 1995.
- BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo, Companhia das Letras, 1990 [1982].
- BERMAN, Marshall. Aventuras no Marxismo. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.
- BOAS, Franz. As Limitações do Método Comparativo em Antropologia. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas, mimeo, s/d [1896].
- BOURDIEU, Pierre. Célibat et condition paysanne. *Étude Rurales*. No. 5-6, 1962, pp. 32-136.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O Afeto da Terra. Campinas, Editora da Unicamp, 1999.
- BROOKS, David. *Bubos no Paraíso: a nova classe alta e como chegou lá*. Rio de Janeiro, Rocco, 2002.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo, Editora 34/Edusp, 2000.
- CARNEIRO, Maria José. Do rural e do Urbano: uma nova terminologia para uma velha dicotomia ou a reemergência da ruralidade. Texto apresentado no II Seminário Sobre o Novo Rural Brasileiro. Campinas, mimeo, 2001.
- CARNEIRO, Maria José. *Camponeses, Agricultores e Pluriatividade*. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria, 1998.
- CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. Campinas, mimeo, 1997.
- CARNEIRO, Maria José. Herança e identidade de gênero entre os agricultores familiares

brasileiros. Mimeo, s/d.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas. O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000 [1990].

CLOKE, Paul . Critical Writing on Rural Studies: a short reply to Simon Miller. *Sociologia Ruralis*. Volume 36, Número 1, 1996, pp. 117-120.

CLOCKE, Paul. Country Backwater to Virtual Village? Rural Studies and 'The Cultural Turn'. *Journal of Rural Studies*, Vol.13, no 4, pp. 367-375, 1997.

CLOKE, Paul e LITTLE, Jo (eds). *Contested Countryside Cultures; otherness, marginalisation and rurality*. London, Routledge, 1997.

CLOKE, Paul e THRIFT, Nigel. Introduction: Refiguring the "Rural". In CLOKE, Paul et. al. *Writing the rural: five cultural geographies*. London, Paul Chapman Publishing, 1994.

CLOKE, Paul; DOEL, Marcus; MATLESS, David; PHILLIPS, Martin e THRIFT, Nigel. *Writing the rural: five cultural geographies*. London, Paul Chapman Publishing, 1994.

CUNHA, Maria Manuela Carneiro da. *Negros estrangeiros; os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

DaMATTA, Roberto. Você Sabe com Quem Está Falando? Um Ensaio sobre a Distinção entre Indivíduo e Pessoa no Brasil. In: *Carnavais, Malandros e Heróis*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

DEL GROSSI, Mauro & GRAZIANO DA SILVA, José. *Novo Rural: uma abordagem ilustrada*. Londrina, Instituto Agrônômico do Paraná, 2002.

DEL GROSSI, Mauro & GRAZIANO DA SILVA, José. Notas Metodológicas. In CAMPANHOLA, Clayton & GRAZIANO DA SILVA, José (eds.). *O Novo Rural Brasileiro: uma análise Nacional e Regional*. Volume 1. Jaguariúna, Embrapa, 2000.

De PAULA, Silvana. Quando o campo se torna uma experiência urbana: o caso do estilo de vida country no Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Número 17, outubro de 2001, pp. 33-53.

DRAIBE, Sônia. *Rumos e Metamorfoses*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

DUMONT, Louis. *O Individualismo; uma perspectiva antropológica da ideológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro, Editora Rocco, 1993 [1983].

DURHAM, Eunice Ribeiro. *A Caminho Da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1973.

- DURKHEIM, Émile. *O Suicídio*. São Paulo, Martins Fontes, 2000 [1897].
- ELIAS, Norbert e SCOTSON, John. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro, Zahar, 2000 [1965]
- ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro, 1994 [1939].
- EKMAN, Ann-Kristin. The Revial of Cultural Celebrations in Regional Sweden. Aspects of Tradition and Transition. *Sociologia Ruralis*. Vol. 39, Nº 3, 1999, pp. 280-293
- EVANS-PRITCHARD, Eduard. *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1993.
- FILLIPINI, Elizabeth e PEREIRA. Cem Anos de Imigração Italiana em Jundiaí. S.I., Estudio RO, 1988.
- FARIA, César Augusto Cardoso de. O Município de Vinhedo. In: CANO, Wilson e BRANDÃO, Carlos. *A Região Metropolitana de Campinas; urbanização, economia, finanças e meio-ambiente*. Campinas, Editora da Unicamp, 2002.
- FURTADO, Celso. As Causas Econômicas da Crise Atual. In: *Dialética do Desenvolvimento*. São Paulo, Editora Fundo de Cultura, 1964.
- GARCIA, Afrânio Raul Jr. *O Sul; caminho do roçado*. São Paulo, Marco zero; Brasília, Editora Universidade de Brasília, MCT-CNPq, 1989.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- GILG, Andrew. A Reply to Philo. *Journal of Rural Studies*, Vol. 10, Número 1, 1994, pp. 89-90.
- GILROY, Paul. *Against Race; imagining political culture beyond the color line*. Cambridge, Harvard University Press, 2000.
- GIULIANI, Gian Mario. Neo-Ruralismo; o novo estilo dos velhos modelos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, número 14, ano 5, outubro de 1990.
- GODOI, Emilia Pietrafesa de. O sistema do lugar: história, território e memória no sertão. In: GODOI, Emilia Pietrafesa de e NIEMEYER, Ana Maria de. *Além dos Territórios: para um diálogo entre a etnologia indígenas os estudos rurais e os estudos urbanos*. Campinas, Mercado de Letras, 1998.
- GOODMAN, David e REDCLIFT, Michael. Introduction: The International Farm Crisis. In: GOODMAN, David e REDCLIFT, Michael (ed.) *The International Farm*

- Crisis*. Basingstoke, Macmillan, 1989.
- GRAZIANO DA SILVA, José. Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento? Brasília, convênio FIPE - IICA (MDA/CNDRS/NEAD), Série Textos para Discussão no 2, 2001b.
- GRAZIANO DA SILVA, José. Velhos e Novos Mitos do Rural Brasileiro. Campinas, mimeo, 2001.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas, Instituto de Economia da Unicamp, 1998.
- GRAZIANO DA SILVA, José. O Novo Rural Brasileiro. *Nova Economia*. Belo Horizonte, 7(1), maio de 1997.
- GREGSON, Nicky; SIMONSEN, Kirsten e VAIUO, Dina. Whose Economy for Whose Culture? Moving beyond oppositional talk in european debate about economy and culture. *Antipode*. Vol. 33, No 4, 2001, pp. 616-646.
- HALFACREE, Keith H.. Locality and Social Representation: Space, Discourse and Alternative Definitions of the Rural. *Journal of Rural Studies*, Vol.9, no 1, pp. 23-37, 1993.
- HALL, Stuart. *A Questão da Identidade Cultural*. Campinas, Textos Didáticos nº18, IFCH/UNICAMP, 1995
- HANDLER, Richard. *Nationalism and the Politics of Culture in Quebec*. Madison, The University of Wisconsin Press, 1988.
- HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: Palavras-chave da Antropologia Transnacional. *Mana*, 3(1), 1997, pp.7-39.
- HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo, Edições Loyola, 1994 [1989].
- HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE VINHEDO. Prefeitura Municipal de Vinhedo, Secretaria de Comércio Indústria e Turismo. Vinhedo, mimeo, 1999.
- HOBBSBAWN, Eric e RANGER, Terence (orgs.) *A Invenção das Tradições*. São Paulo, Paz e Terra, 1997.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de . Prefácio. In HUTTER, Lucy Maffei. *Imigração Italiana em São Paulo (1880-1889); os primeiros contactos do imigrante com o Brasil*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros - USP, 1972.
- HUTTER, Lucy Maffei. *Imigração Italiana em São Paulo (1880-1889); os primeiros contactos do imigrante com o Brasil*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros -

USP, 1972.

IANNI, Octávio. Política Econômica Nacionalista (1930-1945). In: *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio De Janeiro, Civilização Brasileira, 1971, pp. 13-71.

INGLEZ DE SOUZA, Júlio Seabra. *Origens do Vinhedo Paulista*. Jundiaí, Prefeitura Municipal (Comissão Executiva da Festa da Uva e Exposição Industrial de Jundiaí), 1959.

JACKSON, Peter. Commercial cultures: transcending the cultural and the economic. *Progress in Human Geography*. Vol. 26, No 1, 2002, pp. 3-18.

KOHL, Philip L. Nationalism and Archaeology: on the constructions of nations and reconstructions of the remote past. *Annual Review of Anthropology*, Vol. 27, 1998, pp. 223-246.

KRIPPNER, Greta. R. The elusive market: embeddedness and the paradigm of economic sociology. *Theory and Society*, vol. 30, 2001, pp. 775-810.

KUHN, Thomas. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1975.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e História. In: *Antropologia Estrutural Dois*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1987 [1952], pp. 328-366.

LIEPINS, Ruth. Exploring rurality through 'community': discourses, practices and spaces shaping Australian and New Zealand rural 'communities'. *Journal of Rural Studies*, vol. 16, 2000, pp. 325-341.

MARCUS, George. O que vem (logo) depois do "Pós": o caso da etnografia. *Revista de Antropologia*, Vol.37, 1994, pp. 7-34.

MARSDEN, Terry. Rural Futures: the consumption countryside and its regulation. *Sociologia Ruralis*. Vol. 39, no 4, 1999, pp. 501-520.

MARSDEN, Terry; MURDOCH, Jonathan. *Reconstituting Rurality: class, community and power in the development process*. London, University College London, 1994.

MARSDEN, Terry; MURDOCH, Jonathan. Middle class territory? Some remarks on the use of class analysis in rural studies. *Environment and Planning A* Vol. 27, 1995, pp. 1213-1230.

MARSDEN, Terry; MURDOCH, Jonathan; LOWE, Philip; MUNTUN, Richard e FLYNN, Andrew. *Constructing the countryside*. London, University College London, 1993.

- MARTINS, José de Souza. O Futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Número 15, 2000, pp. 5-12.
- MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In ARANTES, Antonio (org.) *O Espaço da Diferença*. Campinas, Papius, 2000, pp.176-185.
- MASSEY, Doreen. The Political Place of Locality Studies. In: MASSEY, Doreen. *Space, Place and Gender*. University of Minesota Press, 1994, pp.125-145.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, Edusp, 1974 [1923-24].
- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio: contribuição a revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- MELLO, João Manuel Cardoso de & NOVAIS, Fernando. Capitalismo tardio sociabilidade moderna. In: SHWARCZ, L. (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia.das letras, 1998, v. 4.
- MILLER, Simon. Class, Power and Social Construction: issues of a theory and application in thirty years of rural studies. *Sociologia Ruralis*. Volume 36, Número 1, 1996, pp. 93-116.
- MORMONT, Marc. Who is Rural? Or how to be rural? Towards a sociology of the rural. In: MARSDEN, Terry et al. *Rural Restructuring: global process and their responses*. London, David Fulton, 1990.
- MOURA, Margarida Maria. *Os herdeiros da terra; parentesco e herança numa area rural*. São Paulo, Hucitec, 1978
- MURDOCH, Jonathan e PRATT, Andy. Rural Studies: Modernism, Postmodernism and "Post-rural". *Journal of Rural Studies*, Vol. 9, Número 4, 1993, pp. 411-427.
- NOGUEIRA, Verena Sevá. Transformação da Agricultura Familiar no Município de Vinhedo, SP: um estudo sobre juventude rural. Campinas, relatório de iniciação científica, mimeo, 2001.
- PAHL, Robert E. *Whose City? And other essays on sociology and planning*. London, Longman, 1970.
- PAOLIELLO, Renata Medeiros. *As Tramas da Herança: da reprodução camponesa as atualizações dos sentidos na transmissão da herança*. São Paulo, Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da FFLCH-USP, dezembro de 1998.

- PHILLIPS, Martin; FISH, Rob, AGG, Jennifer. Putting together ruralities: towards a symbolic analysis of rurality in the British Mass Media. *Journal of Rural Studies*. Vol. 17, 2001, pp 1-27
- PHILLIPS, Martin. Investigation of the Rural Middle Class - Part 1: From Legislation to Interpretation. *Jornal of Rural Studies*. Vol. 14, no 4, 1998 (a), pp. 411-425
- PHILLIPS, Martin. Investigation of the Rural Middle Class - Part 2: Fragmentation, Identity, Morality and Contestation. *Jornal of Rural Studies*. Vol. 14, no 4, 1998 (b), pp. 427-443.
- PHILO, Chris. Postmodern Rural Geography? A Reply to Murdoch and Pratt. *Journal of Rural Studies*, Vol. 9, Número 4, 1993, pp. 429-436.
- PHILO, Chris. Neglected Rural Geographies: a review. *Journal of Rural Studies*. Vol. 8, Número 2, 1992, pp. 193-207.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. *As Cidades da Diferença*. São Paulo, Editora 34, 1999.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *Bairros Rurais Paulistas: dinâmicas das relações rural-idade*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1973.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Do Rural e do Urbano no Brasil. In: *Cultura, Sociedade Rural, Sociedade Urbana no Brasil*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1978.
- RODRIGUES, Vera Lúcia. *Os Caseiros de Vinhedo e a Ruralidade*. Campinas, mimeo, 2003.
- RODRIGUES, Vera Lúcia. *Os Caseiros de Vinhedo*. Campinas, mimeo, 2001.
- RUSCHMANN, Doris van de Meene (coordenadora). Prefeitura Municipal de Vinhedo - Plano Diretor de Turismo. Vinhedo, mimeo, 1998.
- SAHLINS, Marshall. *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1979.
- SAYER, Andrew. For a Critical Cultural Political Economy. *Antipode*. Vol. 33, No 4, 2001, pp. 709-728.
- SANSONE, Livio. O Local e o Global na Afro-Bahia Contemporânea. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Número 29, ano 10, outubro de 1995.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. Crítica da sociologia rural e a construção de uma outra sociologia dos processos sociais agrários. In: *Ciências Sociais Hoje*, 1991. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais, 1991, p. 13-51.
- SARACENO, Elena. O conceito de ruralidade: problemas de definição em escala europeia.

- Tradução Ângela Kageyama. Campinas, mimeo, 1996.
- SARACENO, Elena. La experiencia europea de desarrollo rural y su utilidad para el contexto latinoamericano. Bruxelas, mimeo, s/d.
- SEBRAE. *Variáveis Determinantes para Caracterização de APL*, Documento para debate. Versão 2.0 – 19/9/2002.
- SIGAUD, Lygia. Para que serve conhecer o campo. In: Temas e problemas da pesquisa em Ciências Sociais (org. Sérgio Miceli). São Paulo: Editora Sumaré/Fapesp; Rio de Janeiro: Fundação Ford, 1992, p. 30-42.
- SINGER, Paul. *Economia Política da Urbanização*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1973.
- SOUZA, Antonio Cândido de Mello e. *O Discurso e a Cidade*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1993.
- SOUZA, Antonio Cândido de Mello e. *Os Parceiros do Rio Bonito. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 7ª edição. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1987 [1964].
- STANECK, Oleg. *As Estratégias Familiares*. In LAMARCHE, Hugues (coord.) *A Agricultura Familiar*. Volume II, do mito à realidade. Campinas, Editora da Unicamp, 1998.
- STOLCKE, Verena. Talking Culture; new boundaries, new rethorics of exclusion in Europe. *Current Anthropology*. Volume 36, nº 1, 1995.
- TUBIANA, L. O Comércio Mundial dos Produtos Agrícolas: da regulação global ao fracionamento dos mercados. *Ensaio FEE*. Porto Alegre, 6 (2), 1985, pp. 103-126.
- VAN der PLOEG, Jan Douwe; RENTING, Henk; BRUNORI, Gianluca; KNICKEL, Knickel; MANNION, Joe; MARSDEN, Terry; De ROEST, Kees; SEVILLA-GUZMÁN, Eduardo e VENTURA, Flaminia. Rural Development: from practices and policies towards theory. *Sociologia Ruralis*, vol. 40, nº 4, 2000, pp. 391-408.
- VEIGA, José Eli da et al. *O Brasil Rural Precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento*. Brasília, convênio FIPE - IICA (MDA/CNDRS/NEAD) 2001
- VEIGA, José Eli da. A Piada do Brasil 80% Urbano. In: Valor Econômico. São Paulo, 27 de janeiro, 2004.
- VEIGA, José Eli da. *Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas, Editora Autores Associados, 2003.

- VEIGA, José Eli da. "Êxodo" dos que não foram. In: O Estado de São Paulo. São Paulo, 05 de maio de 2001.
- VEIGA, José Eli da. *Metamorfoses da Política Agrícola dos Estados Unidos*. São Paulo, Annablume, 1994.
- VIANNA, Hermano. *O Mundo Funk Carioca*. Rio de Janeiro, Zahar, 1988.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A Emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas - o "rural" como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Número 15, 2000, pp. 87-145.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Identidade Social e Espaço e Vida*. Porto Alegre, Anais do VI Congresso Latino-americano de Sociologia Rural, 2002, pp. 3260-3266.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Urbanização e Ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural e estudo sobre os pequenos Municípios em Pernambuco. Artigo do Mês. Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento Rural (Nead), maio de 2001 (www.nead.gov.br)
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel & LOURENÇO, Fernando Antonio. O Agricultor e a vida local. In: LAMARCHE, Hugues (coord.) *A Agricultura Familiar; volume II do mito à realidade*. Campinas, Editora da Unicamp, 1998.
- WEBER, Max. *Ciência e Política. Duas Vocações*. São Paulo, Editora Cultrix, 1993 [1919].
- WOLF, Eric R. Trabalho de Campo e Teoria. In: FELDMAN-BIANCO, Bela e RIBEIRO, Gustavo Lins (orgs.) *Antropologia e Poder: contribuições de Eric R. Wolf*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Campinas, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2003.
- WOORTMANN, Ellen. *Herdeiros, Parentes e Compadres*. São Paulo-Brasília, Hucitec e Edunb, 1995.
- ZECHIN, José Antonio. *Tempos de Sempre: crônicas, memórias, imagens, poemas*. Campinas, Editora Komedi, 2003.